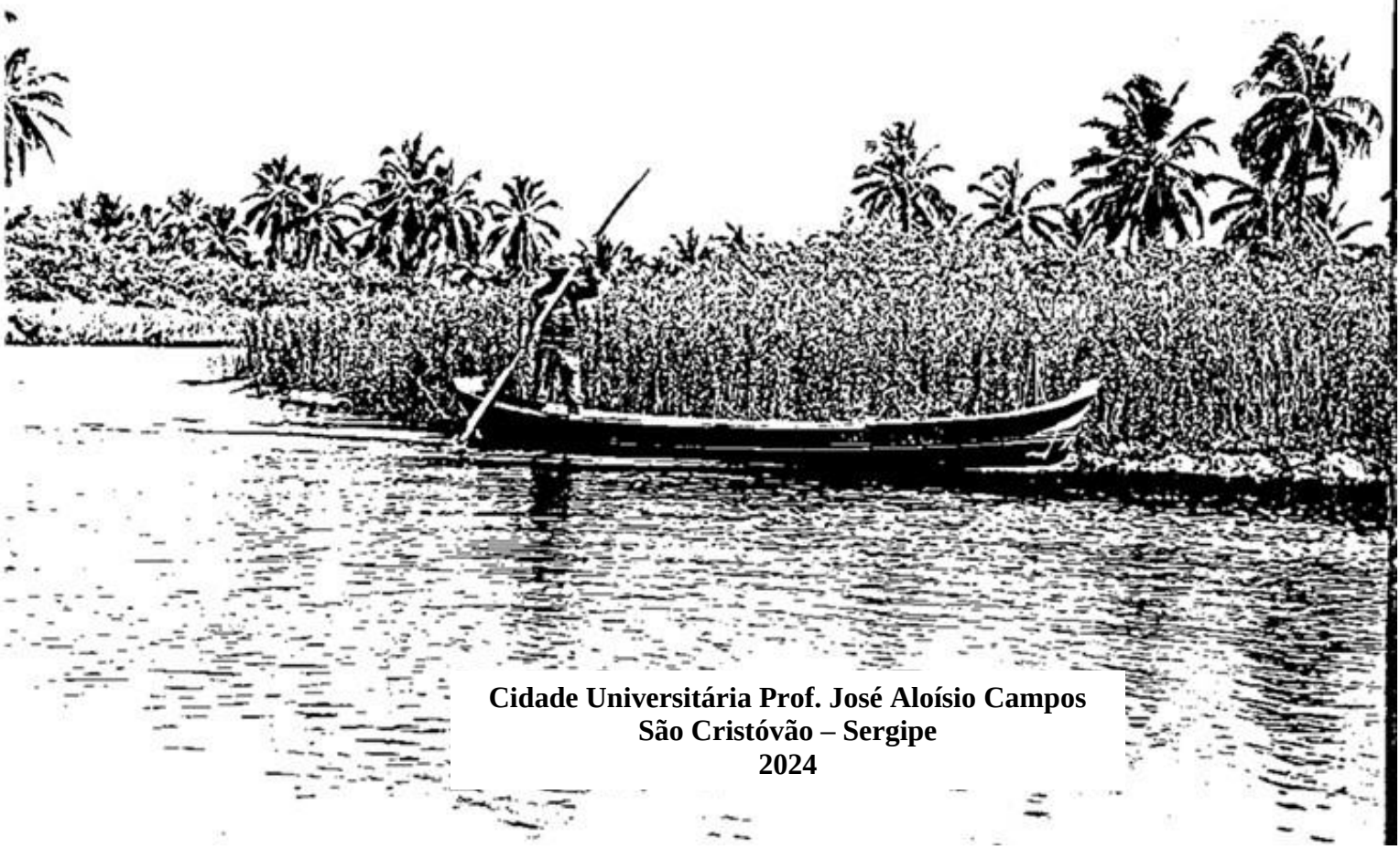
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

CÍCERO BEZERRA DA SILVA

PELA TERCEIRA MARGEM DO RIO

URDIDURAS DO VIVIDO E PERMANÊNCIAS SOCIOCULTURAIS EM ESPACIALIDADES RIBEIRINHAS NO BAIXO RIO SÃO FRANCISCO - ALAGOAS/SERGIPE



Cidade Universitária Prof. José Aloísio Campos
São Cristóvão – Sergipe
2024

CÍCERO BEZERRA DA SILVA

PELA TERCEIRA MARGEM DO RIO
Urdiduras do Vivido e Permanências Socioculturais em Espacialidades Ribeirinhas no Baixo Rio São Francisco - Alagoas/Sergipe

Tese de Doutorado apresento ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGEO/UFS, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Augusta Mundim Vargas.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio Campos
São Cristóvão – Sergipe
Fevereiro de 2024

CÍCERO BEZERRA DA SILVA

PELA TERCEIRA MARGEM DO RIO
Urdiduras do Vivido e Permanências Socioculturais em Espacialidades Ribeirinhas no Baixo Rio São Francisco - Alagoas/Sergipe

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Maria Augusta Mundim Vargas
Universidade Federal de Sergipe – PPGEO/UFS
Orientadora

_____

Profª. Drª. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula
Universidade Estadual de Montes Claros - PPGDS-UNIMONTES
1º Examinador

_____

Profª. Dra. Nubia Dias dos Santos
Universidade Federal de Sergipe - PRODEMA/UFS e PROFCIAMB/UFS
2º Examinador

_____

Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz
Universidade Federal Fluminense – POSGEO/UFF
3º Examinador

_____

Prof. Dr. Valney Dias Rigonato
Universidade Federal do Oeste da Bahia – PPGE/UFOB
4° Examinador

_____

Dr. José Lidemberg de Souza Lopes
Universidade Estadual de Alagoas - PRODIC/UNEAL
5° Examinador

_____

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Instituto Federal de Sergipe – PPMTUR/IFS e PPGEO/UFS
1° Suplente

_____ _____

Dra. Maria José Nascimento
Universidade Federal de Sergipe - PRODEMA/UFS
2° Suplente

À Valentina - filha amada - por representar a
continuidade da minha existência.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

> Quantas vezes na vida me surpreendeu a maneira como, entre multidões de pessoas que existem no mundo, acabamos encontrando aquelas que de algum modo possuíam as tábuas do nosso destino, como se pertencêssemos a uma mesma organização secreta, ou aos capítulos de um mesmo livro! Nunca pude saber se reconhecemos essas pessoas porque já as procurávamos, ou as procuramos porque elas já rondavam o nosso destino (Ernesto Sábato).

Aprendi que a gratidão deve fazer parte da essência humana. Reconhecer o outro é, em parte, reconhecer em nós os sentidos de uma construção coletiva por e partir das relações que estabelecemos em nossas travessias de vida. Por isso, sou grato! Sou grato para com aqueles que ao meu lado caminharam e caminham, pelo encontro das histórias de vida, dos laços afetivos que se formaram, das labutas do cotidiano. A construção de uma tese é uma construção coletiva e essa materialização não seria possível sem o aporte da fé, de pessoas e instituições, de amigos e da família.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pelas oportunidades e força para seguir, por me fazer forte, mesmo sendo "fraco". A Ele, agradeço pelos bons encontros e que contribuíram de modo significativo para minha construção enquanto sujeito e profissional.

Aos meus pais - Marizete Ana e Francisco Bezerra – baldrames da minha existência, gratidão! Obrigado pelo amor e apoio incondicional, me permitindo ousar para além das "cercas que nos cercam".

A minha esposa, Patrícia Tainá, pelo amor incondicional, cuidado, orações, por ser incansável ao meu lado. Não teria chegado até aqui sem você, sem a força do nosso amor e que não me deixou parar, que me incentivou a seguir dia após dia. Gratidão pela compreensão das ausências, da "falta que a falta faz", por segurar a "barra" do cotidiano, das demandas familiares.

A Valentina Tainá – filha amada, existência da minha existência. Em você, filha, encontrei foças para seguir. Os teus sorrisos, abraços e carinho foram fundamentais, me fizeram forte. Você é a expressão mais pujante do amor de Deus em minha vida.

De maneira especial, agradeço a minha orientadora, professora Dra. Maria Augusta Mundim Vargas. Obrigado pela "arte do encontro", pelo acolhimento no

mestrado e no processo de doutoramento. Agradeço pelas valiosas orientações ao longo dos últimos seis anos, por estar sempre presente e emanando afetuosidade, humanidade e cuidado. Gratidão pelo apoio direto nos trabalhos de campo, realização de entrevistas, contatos, percursos...gratidão por me apresentar um outro "modo de ver" a Geografia.

Ao Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura, pelo acolhimento de seus membros e pela oportunidade de crescer juntos, aprofundar debates, pelas novas inserções acadêmicas. Obrigado a Maria Augusta, Daniele Luciano, Felipe Santos, Vanessa Costa, Rodrigo Lima, Hebert Ruan, Jorgenaldo, César Augusto, Aucéia Matos, Daniele Santos e Ana Carolina, Bruno Leandro, Juliana e Luana Almeida.

Minha gratidão aos professores José Lindemberg, Valter do Carmo e Maria Geralda de Almeida (*in memoriam*), pelas valiosas contribuições no exame de qualificação, o que me permitiu adensar a proposta de tese e chegar até o processo de defesa.

À professora Dra. Maria Geralda de Almeida (*in memoriam*), gratidão! Seu modo de ver e fazer geográfico foi fundamental para construção dessa tese. Geógrafa transversal, de travessias, geógrafa das experiencias, obrigado por sua imensurável contribuição à ciência geográfica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS) e ao seu corpo docente, pela oportunidade formativa. À coordenação do PPGEO, nas pessoas das professoras Ana Rocha e Sônia Menezes.

À professora Dra. Ana Rocha, por ter sido sempre tão solícita e atenciosa para com as demandas institucional e pessoal. Gratidão pela confiança, parceria e trabalho junto ao PPGEO/UFS.

A Hebert Ruam, pela valorosa contribuição nos trabalhos de campo, com contatos, registros fotográficos e entrevistas.

À Eduina França, pelo apoio na realização dos trabalhos de campo, indicação de pousadas, de referências locais e de percursos mais acessíveis.

Agradeço ao Lucas, meu irmão, por me auxiliar nos trajetos dos primeiros trabalhos de campo, sem medir esforços para isso. Também, às minhas irmãs Amanda e Ana Clara, pelo apoio e incentivo.

A Flávio Santos, amigo e compadre, pessoa de elevada estima e com quem tenho partilhado bons momento na academia e na vida pessoal. Agraço pelo apoio e pelas boas conversas que sempre ajudaram a suavizar as demandas do mestrado e do doutorado e para além da universidade.

A Mateus Costa, agradeço a amizade e apoio durante o processo de doutoramento. Mesmo com o distanciamento em função da condição pandêmica, nossos diálogos e parceria em disciplinas cursadas foram importantes para o processo de aperfeiçoamento da pesquisa.

À professora Dra. Denize dos Santos, minha orientadora na graduação, e que muito me incentivou a seguir na carreira acadêmica, agradeço.

À Universidade Estadual de Alagoas, base da minha formação, muito obrigado. Em especial, agradeço às professoras Denize dos Santos, Josefa Adriana, Rosa Medeiros Neta, Ana Cristina e ao professor Antônio Marcos Pontes.

Ao Laboratório de Estudos Ambientais e Cartográficos, espaço que fundamentou minha iniciação à pesquisa.

A Jobson Serra, secretário do PPGEO/UFS, por estar sempre atento as demandas, contribuindo significativamente em todos os tramites burocráticos. Agradeço pelas boas conversas e amizade.

Ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, campus São Cristóvão, por oportunizar a realização do estágio docente. Em especial, agradeço ao professor Dr. Christian Jean Marie Boudou, pela supervisão no referido estágio.

Ao professor Andersom Eduardo pelas dicas e importante ajuda no tratamento de dados no software Iramuteq, muito obrigado.

Aos meus colegas professores da Educação Básica, pelas palavras de apoio e incentivo, e pelos diálogos que por diversas vezes aliviaram a tensão dos dias de exaustão. Em especial, agradeço aos professores Francisco José, José Renato, Marcionilo e Samário Lino.

Ao Sr. Ferrari, esposo da professora Maria Augusta, agradeço o acolhimento e receptividade em sua residência, sempre muito solícito e portador de excelentes diálogos.

Às prefeituras e secretários municipais do baixo rio São Francisco, pelo fornecimento de informações quando solicitado.

Aos meus alunos da educação básica das escolas da rede estadual de Alagoas (Escola Estadual Francisco Leão e Escola Estadual João Morais Cavalcante) e da rede municipal de ensino de Rio Largo/AL (Escola Municipal Professora Rosineide Tereza Martins da Conceição). A estes agradeço pelas diversas manifestações de carinho e construção coletiva de saberes.

Aos discentes do Programa de Pós-graduação em Geografia, pela oportunidade de representá-los no colegiado do programa, tanto no mestrado quanto no doutorado. Tal fato muito ajudou a conhecer de perto as demandas do PPGEO/UFS, tendo a oportunidade de contribuir ativamente junto à coordenação.

A todos os entrevistados no decurso do desenvolvimento da pesquisa, expresso meu profundo agradecimento. Sem vocês, esse trabalho não seria possível.

Ao barqueiro Careca, por ter sido guia em diversas comunidades e, principalmente, pelas travessias realizadas no rio São Francisco.

À guia de turismo Josi, da comunidade Potengy, pelas indicações de referências, histórias e melhores trajetos.

À CAPES, pela concessão da bolsa de doutoramento com vigência de um ano.

À Universidade Federal de Sergipe, agradeço pela oportunidade formativa e pelo acolhimento ao longo dos últimos seis anos.

A todos que contribuíram direto ou indiretamente com a realização desse importante ciclo formativo, muito obrigado.

O Rio é do menino e de quem habita o rio: o velho atrás do peixe que sobe e desce o rio, pois sabe que é preciso mais pescar do que viver; o menino do rio que sabe que não há rio mais belo que o rio de sua aldeia; a mulher que lava seu branco lençol na beira do rio com os seus joelhos junto ao coração... [...]. É muito grande a família do povo que faz o rio."

(Ziraldo)

LISTA DE FIGURAS

Figura	1	Filograma de Classificação Hierárquica Descendente (A) e o Dendrograma do *Corpus* Textual (B).....	43
Figura	2	O conhecimento como extensão do mundo da vida.....	54
Figura	3	Etapas de Desenvolvimento da Pesquisa.....	71
Figura	4	Entrevista na comunidade Pixaim, em Piaçabuçu.....	82
Figura	5	Percurso fluvial a caminho do povoado Potengy, Alagoas.....	82
Figura	6	Acesso aos povoados Chinaré e Boacica em Igreja Nova.....	84
Figura	7	Representação do Forte Maurício de Nassau (atual Penedo) e Vila Nova do São Francisco (atual Neópolis), na Cartografia de Johannes Vingboons, de 1665.....	89
Figura	8	Representação de Sergipe em 1903, com destaque para a povoação de Santo Antônio do Urubu de Baixo (atual Propriá) e Vila Nova do São Francisco (atual Neópolis)	90
Figura	9	Espacialidade da Comunidade Pixaim, Piaçabuçu/AL.....	95
Figura	10	Espacialidade da procissão fluvial de Bom Jesus dos Navegantes, em Penedo/AL.....	95
Figura	11	Habitações vernaculares e usinas de energia solar em Pixaim, Piaçabuçu/AL.....	101
Figura	12	Tríade de Produção do Espaço segundo Lefebvre.....	103
Figura	13	Relações de proximidade com o meio, os afetos e o simbólico no cotidiano ribeirinho em Ilha das Flores/SE.....	107
Figura	14	Cartaz de realização da 7ª Romaria das Águas e da Terra, em Alagoas....	111
Figura	15	Romaria defende o acesso às águas no canal do sertão, em Alagoa.....	111
Figura	16	Protesto em defesa do rio São Francisco durante procissão de Bom Jesus do Navegantes em Penedo/AL.....	112
Figura	17	Interdição da ponte sobre o rio São Francisco em defesa do mesmo entre Propriá/SE e Porto real do Colégio /AL.....	112
Figura	18	Representação das pequenas várzeas (pontos e números) no baixo rio São Francisco.....	116
Figura	19	Proposta de Marcos Macedo para canalização do rio São Francisco - século XIX.....	124
Figura	20	Paisagem transformada pelo canal do Sertão Alagoano.....	130
Figura	21	Várzea Boacica inundada entre os municípios de Igreja Nova e Penedo/AL – 2022.....	134
Figura	22	Orla Fluvial e área residencial inundadas pelas águas do rio São Francisco - Povoado Saúde em Santana do São Francisco/SE.....	135

Figura	23	Lotes de cultivo de arroz após a colheita de 2023 no Povoado Serrão em Ilha das Flores/SE.....	140
Figura	24	Canavial nos limites territoriais dos municípios alagoanos de Igreja Nova e Penedo/AL.....	141
Figura	25	Carcinicultura apicultura as margens do rio em Brejo Grande/SE.....	142
Figura	26	Plantação de milho em pequena propriedade em Igreja Nova/AL.....	143
Figura	27	Pastagem e pecuária na bacia do rio Boacica, afluente do rio São Francisco no município de Igreja Nova.....	144
Figura	28	Beira de rio como quintal na comunidade Resina em Brejo Grande/SE.....	152
Figura	29	Espacialidade da Comunidade Quilombola Resina, em Brejo Grande/ SE.....	167
Figura	30	Espacialidade da Comunidade Quilombola Pixaim, em Brejo Piaçabuçu, AL.....	168
Figura	31	Povoado Saramém em Brejo Grande/SE.....	170
Figura	32	Espacialidade do Povoado Saramém às margens do rio São Francisco.....	171
Figura	33	Porto e canal de acesso à comunidade Pixaim, em Piaçabuçu/AL.....	172
Figura	34	Estrutura de comércio de alimentos e acessórios na foz do Rio São Francisco.....	180
Figura	35	Comércio de imagens religiosas e vasos de cerâmica na foz do rio São Francisco.....	180
Figura	36	Quadros de madeira e chaveiros comercializados na foz do rio São Francisco.....	181
Figura	37	Publicidade de pacotes turísticos para a foz do rio São Francisco.....	181
Figura	38	Farol do Povoado Cabeço antes do povoado ser tomado pelas águas.....	188
Figura	39	Farol do povoado Cabeço submerso nas águas do oceano Atlântico.....	188
Figura	40	Destruição de manguezais para implementação da carcinicultura em Brejo Grande.....	193
Figura	41	Atividade pedagógica com alunos de escola da rede pública de Penedo	194
Figura	42	Vivências com o rio São Francisco – aula de campo com alunos da rede pública de Penedo, AL.....	196
Figura	43	Mosaico de celebrações e expressões socioculturais nas espacialidades ribeirinhas do baixo São Francisco – AL/SE.....	211

Figura 44 Mosaico de práticas socioculturais e dos fazeres nas espacialidades ribeirinhas do baixo rio São Francisco – AL/SE..... 215
Figura 45 Mosaico modos de fazer associados ao artesanato, arquitetura e vernacular e produção de alimentos..... 218
Figura 46 Diversidade paisagística nas espacialidades do viver ribeirinho 221
Figura 47 “O Rio na Parede”: pintura na fachada de residência em Piaçabuçu..... 225
Figura 48 “Voltando do Rio” - pescadores da comunidade Resina em fazeres coletivo..... 226
Figura 49 Expressões do cotidiano e das existências nas espacialidades ribeirinhas..... 228
Figura 50 Partilha de valores na comunidade Resina, em Brejo Grande/SE..... 229
Figura 51 Crianças brincando nas águas do rio São Francisco em Brejo Grande/SE..... 232

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização da Área de Estudo.....	32
Mapa 2	Roteiros de campo e localidades de realização das entrevistas.....	79
Mapa 3	Vilas de Alagoas e suas áreas de influência em 1636.....	87
Mapa 4	Vilas de Alagoas e suas áreas de influência em 1817.....	88
Mapa 5	Área de Influência do Canal do Sertão Alagoano.....	128
Mapa 6	Espacialidades ribeirinhas: declividade do baixo São Francisco.....	133
Mapa 7	Espacialidades ribeirinhas: uso e ocupação da terra do baixo São Francisco – 1990 e 2000.....	137
Mapa 8	Espacialidades ribeirinhas: uso e ocupação da terra do baixo São Francisco - 2010 e 2021.....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Técnicas de Coleta Para a Sistematização dos Dados na Pesquisa.....	74
Quadro 2	Perfil dos entrevistados nas localidades situadas na margem alagoana do rio São Francisco.....	80
Quadro 3	Usinas hidroelétricas construídas no leito do rio São Francisco - 1954- 1994.....	121
Quadro 4	Referências Culturais e geossimbólicas nas espacialidades ribeirinhas.....	166
Quadro 5	Atividades socioeconômicas e de renda nas espacialidades Ribeirinhas.....	179
Quadro 6	Matéria-prima, fábrica, produção e comercialização de peças (potes, vasos e utensílios em geral) de argila em Santana do São Francisco, SE.....	183
Quadro 7	Atividades Socioeconômicas e de Renda com Vinculação Identitário-patrimonial nas Espacialidades Ribeirinhas.....	185
Quadro 8	Motivações do apego socioterritorial e aspectos identitários nas espacialidades ribeirinhas.....	202
Quadro 9	Práticas e relações de proximidade, parentesco e amizade nas espacialidades ribeirinhas.....	231

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Baixo São Francisco (AL/SE): população urbana e rural, 1991, 2000 e 2010.....	149
Tabela 2	Subíndices e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios das espacialidades ribeirinhas do Baixo rio São Francisco.....	154
Tabela 3	Pobreza e Programas Sociais nos municípios das espacialidades ribeirinhas do baixo são Francisco.....	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Análise Fatorial de Correspondência dos levantamentos de teses e dissertações.....	42
Gráfico 2	Baixo São Francisco (AL/SE) Índice de Desenvolvimento Humano no Baixo Rio São Francisco.....	153

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AL	Alagoas
BRSF	Baixo Rio São Francisco
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVSF	Comissão Vale do São Francisco
PEAC	Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
SE	Sergipe
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
UF	Unidade da Federação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas

RESUMO

A compreensão das permanências socioculturais nas espacialidades ribeirinhas do baixo rio São Francisco requer um conjunto de reflexões acerca das transformações ambientais e, também, das estruturas sociais, econômicas e culturais hodiernas. Particularmente, a racionalidade que direcionou a configuração sociocultural em tais espacialidades está associada ao contexto histórico-geográfico da ocupação e aos mais recentes processos de produção do espaço associados à ideia da "modernidade" e do "desenvolvimento" observada, de modo mais específico, após a primeira metade do século XX. Mediante isso, e considerando o princípio norteador das (co)existências espaço-temporais, enuncia-se como objetivo principal da tese analisar as permanências socioculturais em espacialidades ribeirinhas no baixo rio São Francisco, considerando, para esse propósito, as urdiduras que emergem do espaço vivido. Teoricamente, ao considerar a natureza dos objetivos, a tese está fundamentada nos pressupostos da renovação da Geografia Cultural e aporta-se na concepção estruturante do *lebenswelt* (mundo da vida/mundo vivido/espaço vivido) e, ainda, no princípio norteador das permanências socioculturais e do apego socioterritorial. Quanto aos instrumentais metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa destacam-se, entre outros, o levantamento bibliográfico e material audiovisual; observação dirigida/direta; aplicação de entrevistas semiestruturadas; caderneta de campo e registros fotográficos. Destarte, dada essas considerações, sustenta-se a tese de que nas espacialidades ribeirinhas do baixo rio São Francisco há permanências socioculturais cujo escopo é traduzido na dimensão do espaço vivido. Essas permanências são observadas e refletidas em racionalidades cultural, econômica e ambiental, no apego ou vínculo socioterritorial - por motivações relacionadas ao local de nascimento, por habitação prolongada, por integração ao contexto das relações sociais estabelecidas, por fixação geracional ou por atividade profissional, podendo ocorrer isoladas ou por associação - e coexistem expondo no espaço temporalidades pelos tempos lentos e rápidos, por razões locais e globais - sem que os intervenientes globais anulem ou desvalidem o vivido no lugar, muito embora interfiram e fragilizem suas existências. Para além das marcas e rugosidades de um vivido de outrora, as permanências socioculturais nas espacialidades ribeirinhas do baixo rio São Francisco ocorrem porque se reconfiguram, porque são resistentes e possuem raízes pujantes, fortes. E se são resistentes, é porque possuem autenticidade no espaço vivido e são traduzidas como modos de ser e de viver operantes entre conhecimentos compartilhados e produção de significados.

Palavras-chave: Permanências socioculturais. Espaço vivido. Existência ribeirinha. Territorialidades. Espacialidades.

ABSTRACT

Understanding the sociocultural permanence in the riverside spatialities of the lower São Francisco River requires a set of reflections on environmental transformations and, also, on today's social, economic and cultural structures. Particularly, the rationality that directed the sociocultural configuration in such spatialities is associated with the historical-geographical context of the occupation and the most recent space production processes associated with the idea of “modernity” and “development” observed, more specifically, after the first half of the 20th century. Therefore, and considering the guiding principle of space-time (co)existences, the main objective of the thesis is to analyze the sociocultural permanences in riverside spatialities in the lower São Francisco River, considering, for this purpose, the warps that emerge from the space vivid. Theoretically, when considering the nature of the objectives, the thesis is based on the assumptions of the renewal of Cultural Geography and is based on the structuring conception of lebenswelt (world of life/lived world/lived space) and, also, on the guiding principle of sociocultural permanence and socio-territorial attachment. Regarding the methodological instruments used in the development of the research, the highlights include, among others, the bibliographical survey and audiovisual material; directed/direct observation; application of semi-structured interviews; field notebook and photographic records. Therefore, given these considerations, the thesis is supported that in the riverside spatialities of the lower São Francisco River there are sociocultural permanences whose scope is translated into the dimension of the lived space. These permanences are observed and reflected in cultural, economic and environmental rationalities, in the attachment or socio-territorial bond - for motivations related to the place of birth, for prolonged housing, for integration into the context of established social relations, for generational fixation or for professional activity, which may occur isolated or by association - and coexist, exposing temporalities in space through slow and fast times, for local and global reasons - without global actors canceling or invalidating what is experienced in the place, even though they interfere and weaken their existence. In addition to the marks and roughness of a past experience, the sociocultural permanence in the riverside spaces of the lower São Francisco River occurs because they are reconfigured, because they are resistant and have powerful, strong roots. And if they are resistant, it is because they have authenticity in the lived space and are translated as ways of being and living that operate between shared knowledge and the production of meanings.

Keywords: Sociocultural permanences. Living space. Riverside existence. Territorialities. Spatialities.

RESUMEN

Understanding the sociocultural permanence in the riverside spatialities of the lower São Francisco River requires a set of reflections on environmental transformations and, also, on today's social, economic and cultural structures. Particularly, the rationality that directed the sociocultural configuration in such spatialities is associated with the historical-geographical context of the occupation and the most recent space production processes associated with the idea of “modernity” and “development” observed, more specifically, after the first half of the 20th century. Therefore, and considering the guiding principle of space-time (co)existences, the main objective of the thesis is to analyze the sociocultural permanences in riverside spatialities in the lower São Francisco River, considering, for this purpose, the warps that emerge from the space vivid. Theoretically, when considering the nature of the objectives, the thesis is based on the assumptions of the renewal of Cultural Geography and is based on the structuring conception of lebenswelt (world of life/lived world/lived space) and, also, on the guiding principle of sociocultural permanence and socio-territorial attachment. Regarding the methodological instruments used in the development of the research, the highlights include, among others, the bibliographical survey and audiovisual material; directed/direct observation; application of semi-structured interviews; field notebook and photographic records. Therefore, given these considerations, the thesis is supported that in the riverside spatialities of the lower São Francisco River there are sociocultural permanences whose scope is translated into the dimension of the lived space. These permanences are observed and reflected in cultural, economic and environmental rationalities, in the attachment or socio-territorial bond - for motivations related to the place of birth, for prolonged housing, for integration into the context of established social relations, for generational fixation or for professional activity, which may occur isolated or by association - and coexist, exposing temporalities in space through slow and fast times, for local and global reasons - without global actors canceling or invalidating what is experienced in the place, even though they interfere and weaken their existence. In addition to the marks and roughness of a past experience, the sociocultural permanence in the riverside spaces of the lower São Francisco River occurs because they are reconfigured, because they are resistant and have powerful, strong roots. Y si se resisten es porque tienen autenticidad en el espacio vivido y se traducen como modos de ser y vivir que operan entre el conocimiento compartido y la producción de significados.

Palabras clave: Permanencias socioculturales. Espacio vital. Existencia ribereña. Territorialidades. Espacialidades.

SUMÁRIO

PRÓLOGO: PARA "ALINHAVAR" A TERCEIRA MARGEM 14

INTRODUÇÃO..... 28

PARTE I - ANCORAGENS DE PERCURSO E TRAVESSIAS 34

1. A NATUREZA E OS PRESSUPOSTOS DA PRÁXIS 36

1.1 Problemática, objetivos e justificativa..... **36**

1.2 A propósito da temática e do campo analítico..... **46**

2. FUNDAMENTOS DA TEORIA E DO MÉTODO 53

2.1 Lebenswelt e concepções estruturantes..... **53**

2.2 Abordagens e concepções de método..... **62**

2.3 Percursos e instrumentais metodológicos **68**

PARTE II - NAS DUAS MARGENS DO RIO 85

3. REFERENTES DA TRÍADE DO ESPAÇO E CONDICIONANTES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL NA ESPACIALIDADE RIBEIRINHA..... 86

3.1 Aspectos da formação da espacialidade ribeirinha..... **86**

3.2 Espaço, espacialidades e temporalidades..... **93**

3.3 Viver, perceber e conceber o espaço **103**

4. NAS DUAS MARGENS DO RIO: MODOS DE (RE)SIGNIFICAR O ESPAÇO 119

4.1 As grandes barragens e outas estruturas..... **120**

4.2 Terras de rio e beira-rio: repertoriando entre usos e significados..... **130**

4.3 Existências Contextualizadas..... **146**

PARTE III - A TERCEIRA MARGEM DO RIO 159

5. ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES DO VIVIDO 160

5.1 "E eu, rio abaixo, rio afora, rio adentro – o rio" [...]: territorialidades e racionalidade cultural **160**

5.2 "Nossa casa, no tempo, ainda era mais próxima do rio" [...]: territorialidades e racionalidade econômica..... **176**

5.3. “Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio” [...]: territorialidades e racionalidade ambiental.....186

6.PERMANÊNCIAS SOCIOCULTURAIS EM ESPACIALIDADES RIBEIRINHAS DO BAIXO SÃO FRANCISCO 197

6.1 Os tempos mudavam no devagar depressa dos tempos: o apego socioterritorial 197

6.2 Um lugar estável no movimento das coisas e das águas: as práticas socioculturais 207

6.3 Eu fiquei aqui, de resto: as permanências como expressão da existência 223

7. CONCLUSÃO: “Eu permaneci, com as bagagens da vida” 234

REFERÊNCIAS.....239

APÊNDICES 255

PRÓLOGO

PARA "ALINHAVAR" A TERCEIRA MARGEM

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe
para a gente é no meio da travessia.
(Guimaraes Rosa).

Faço uso da "poética" manifestada no pensamento de Guimarães Rosa para, em primeira pessoa, alinhavar os fundamentos que moldam a travessia a qual resultou na presente tese. E, para isso, caminho pela consideração inicial de que "o real" se dispões na travessia, nos caminhos percorridos, nos laços estabelecidos. A chegada - a tese - é o resultado da travessia, ou melhor, das travessias.

As escolhas feitas, os objetos de estudo definidos, as definições teórico-metodológicas as quais me debruço nesta tese resultam de sedimentos de momentos vividos e cujo arcabouço não foi "desenhado" no acaso das coisas e do ser. As aspirações particulares, a minha realidade geográfica – ou seja, os fundamentos da geograficidade do ser-existência – advinda do interior de Alagoas e residente no campo/espaço rural muito influenciaram os caminhos percorridos e, por extensão, as escolhas definidas.

Ao ingressar no curso de Geografia Licenciatura da Universidade Estadual de Alagoas, campus Palmeira dos Índios, deparei com a possiblidade de pensar a Geografia do lugar, a minha Geografia. Esse pensar geográfico foi impulsionado, logo nos primeiros semestres da graduação, com minha entrada no então Grupo de Estudos Ambientais e Cartográficos. No grupo me deparei com leituras e discussões bastante significativas no que diz respeito as bases do pensamento e estudos ambientais no Brasil e uma certa diversidade de textos voltados ao estudo e caracterização de bacias hidrográficas. As atividades voltavam-se, ainda, ao treinamento com *softwares* para mapeamento ambiental e para ações de ensino nas escolas da rede pública.

É nesse contexto que iniciei as ações acadêmicas de pesquisa, pensando a universidade para além da sala de aula. Não tínhamos muitos recursos no laboratório, mas, quando comparado a outros grupos, éramos bem estruturados, com espaço próprio, computadores, acervo de livros, alguns equipamentos de base para realização das atividades. Nós, o grupo, participávamos dos principais eventos da chamada "Geografia Física" e de ensino de Geografia.

No quinto período da graduação já estava organizando junto a minha orientadora - professora Denize dos Santos, o trabalho de conclusão de curso, voltando-me para a caracterização ambiental da bacia hidrográfica do rio São Miguel, no recorte territorial do meu município, Tanque d' Arca[1]. O recorte era intencional: levar minha contribuição ao estudo daquele município, ainda muito carente de análises.

Destarte, no mesmo período o grupo de estudos concorreu a um edital de Iniciação Científica e, em reunião com os membros, ficou acordado que eu seria o bolsista oficial. Recordo-me desse momento com grande significação pois foi a partir dele que minhas definições e objetos de estudo passaram a tomar nova forma e, por conseguinte, enveredar pelos meandros de rios intermitentes que, mais tarde, me levariam com pujança ao "Nilo do Sertão", o rio São Francisco.

Falo agora dos encontros: vivíamos no grupo de estudos um momento dinâmico. Enveredamos nos estudos do semiárido e, em específico, nos limites concernentes à bacia hidrográfica do rio Traipu, importante afluente do rio São Francisco na margem alagoana. Desenvolvemos trabalhos de campo, registros fotográficos, mapeamentos temáticos e produção de relatórios, Falo no plural, pois refiro-me ao grupo de estudos.

Cada trabalho de campo era uma descoberta, um universo necessário de ser desvelado. Eu, particularmente, tentava administrar, já no fim da graduação, qual caminho percorrer. O semiárido, o sertão, era, fundamentalmente, encantador, geograficamente, um universo. Naquele momento me ative ao modo pelo qual as populações sertanejas se organizavam em suas espacialidades geográficas, aos modos de cultivo, de ocupação da terra, as estratégias de vida.

Das leituras que marcam, rememoro Ab' Saber (1999), em seu Dossiê "Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida". Os textos do citado volume da Revista de Estudos Avançados da Universidade São Paulo foram, em princípio, o eixo norteador da minha tomada de decisão, partindo da premissa de que os caminhos que doravante seriam tomadas estariam fundamentados na relação homem-natureza.

Desta feita, concluindo a graduação dediquei atenção especial aos estudos do seminário, ao "paradigma" da convivência, buscando os caminhos relacionais do homem no sertão semiárido, bem como me dedicando à docência na rede pública de ensino. É nesse contexto que a professora Denize dos Santos, minha orientadora, apresenta as discussões sobre as possibilidades de enveredar ainda mais no universo da pesquisa,

[1] Município localizado no Agreste de Alagoas, região intermediária de Arapiraca.

falando-me sobre o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Muitos dos meus professores da graduação em Geografia tinham formação no PPGEO/UFS, não apenas pela proximidade com Alagoas, mas muito mais por ser esse um dos programas de maior tradição da região Nordeste.

A partir daí comecei a idealizar o curso de mestrado. Aos poucos fui me inteirando das linhas de pesquisa e, nesse interregno, a professora Denize dos Santos, falou-me sobre a atuação da professora Dra. Maria Augusta Mundim Vargas. Na ocasião, relatou sobre memórias de pesquisas e ações junto à professora Maria Augusta, sobre seus laços de proximidade, sua humanidade, a dedicação para com os orientandos e sobre as atividades e coordenação do grupo de pesquisa. Dizia ela que um grupo de pesquisa seria fundamental para que eu tivesse a oportunidade de adensar a teoria e o modo de olhar o objeto de estudo.

Percorri o caminho da seleção. Por ocasião da aprovação, deparei-me com uma universidade "universo", distinguindo-se da concepção que tinha de uma universidade. Era tudo muito novo, inclusive as bases teóricas que tradicionalmente regiam (e regem) o Programa.

Mas, como outrora já havia sido alertado, a existência de um grupo de pesquisa forte e atuante seria fundamental para mim. Assim o foi!

Coordenado pela professora Dra. Maria Augusta Mundim Vargas, no Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura, deparei com vasta e riquíssima bibliografia no campo da cultura, humanismo e fenomenologia. Estava a minha frente um outro universo a ser desvelado, agora pelas particularidades da Geografia Cultural. Esse foi, então, o caminho que respondeu os meus anseios, o de estar ligado as bases físicas da natureza e as pujantes relações humanas sobre esta, considerando suas marcas e distintos modos de apropriação.

Era o momento de redefinição de objetivos do projeto, uma reconstrução. Surgiram novos anseios, novas perspectivas de pesquisa. Inicialmente me propunha a pesquisar a convivência de comunidades sertanejas em uma pequena bacia hidrográfica em Alagoas, afluente do rio São Francisco. Depois, em conversa com minha orientadora, a professora Maria Augusta, voltei meu olhar para a espacialidade ribeirinha do rio São Francisco, também no sertão semiárido, considerando as comunidades existentes em ambas as margens.

A respeito dos estudos direcionados, busquei ater a produção que o grupo de pesquisa já tinha sobre o rio São Francisco. Em particular, a professora Maria Augusta tem importes contribuições para com aquela realidade, sendo uma das maiores referência

no contexto do baixo São Francisco. Suas análises, curiosamente, partiam do desenvolvimento regional até, um pouco mais adiante, aos encontros e caminhos com a Geografia Cultural.

Continuarei me detendo aos encontros: adensar o olhar para a espacialidade ribeirinho sertaneja do rio São Francisco e estar no Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura permitiu-me outra importe aproximação: o "encontro" com a professora Dra. Maria Geralda de Almeida.

Maria Geralda, uma grande entusiasta da Geografia Cultural brasileira, em sua trajetória acadêmica, dedicou especial atenção as gentes dos distintos sertões e isso me foi fundamental para enveredar em sua produção. Além disso, recorrentemente, no grupo de pesquisa, discutíamos em seminários textos daquela autora, que mais tarde tive a oportunidade de conhecê-la em evento no PPGEO/UFS e, na sequência, cursando disciplina e realizando trabalhos de campo. A professora Maria Geralda de Almeida, a quem presto homenagem (*in memoriam*), sempre foi, para todos nós, uma grande referência.

Por esse caminho, as produções de Maria Augusta e Maria Geralda fundamentam os meus anseios e os modos pelos quais busquei realizar a travessia e o encontro dos meus objetivos. Para além de suas produções, dediquei especial atenção a natureza ontológica de suas produções: quem citam, quais as raízes do pensamento, fundamentação teórica e metodológica. Daí em diante deparei-me com Eric Dardel; Carl Sauer; Denis Cosgrove; Paul Claval; Bassand; Roberto Lobato Correa; Marandola Jr; Livia de Oliveira; Giménez, dentre outros. De base filosófica, o referencial pautava-se em Hussel; Hadgger; Merleau-Ponty; Miche de Serres e Henri Lefebvre.

Desses referenciais, e de tantos outros não mencionados, aportei na consideração de que o meu objeto, ou de outro modo, o meu modo de ver e fazer a Geografia, convergia para uma análise mais rica e mais profunda do homem. A análise mais rica do indivíduo é a própria busca do ser-profundo, de um homem que deve ser visto pela mediação da materialidade e do simbolismo sem que, para isso, seja posto ou segregado apenas por uma ou outra dessas dimensões. O homem é, nessa conjuntura, produto e produtor de suas espacialidades, vinculando-se a um cotidiano que é vivido e sentido em todas as suas dimensões. Encontrei, assim, um modo de fazer ciência pela não universalização das experiências.

Junto a professora Maria Augusta, enveredei nos trabalhos de campo do mestrado, e ao final das atividades, havia totalizado percursos, realizado entrevistas e observações

em diversas comunidades e povoações ribeirinhas de Alagoas e Sergipe. Estava, assim, concluindo minha dissertação no campo da Geografia Cultural e minha contribuição residia no "encontro" do lugar-território dos ribeirinhos sertanejos do São Francisco.

Desvelei, por ocasião dos trabalhos associados as diversas entradas em campo, a compreensão de que o rio São Francisco e seus povos, mesmo que atentando-me a um pequeno recorte, é muito mais "profundo" do que os relatos recorrentes, e muito mais denso do que os atuais estudos revelam sobre este mesmo rio. O rio tem vida e vidas, forma e formas, cor e cores, saberes, fazeres, memórias, sentimentos, simbologias, significados. Evidente que aqui me refiro aos povos ribeirinhos, os de "dentro" do rio e os "de fora" e as representações que no espaço e no tempo são impregnadas tomando como referência o rio. Para estes, as gentes do rio, como costumo referir-me, o rio não é planificado conforme se concebe as políticas de governo historicamente direcionadas a estas espacialidades.

Percebi que o rio São Francisco é um mundo - um mundo vivido -, um espaço vivido e sentido em todas as suas dimensões e isso precisava ser dito, ser estudado, ser desvelado. O desvelar do que é pouco visível, inspirado no conto de Guimarães Rosa[2], chamei de "Pela Terceira Margem do Rio", resultando na tese logo mais apresentada.

Diversas são as interpretações possíveis de serem feitas sobre o conto "A Terceira Margem". Das leituras e interpretações, para tanto, sobressai-se a compreensão da existência de um lugar estável que se manifesta no movimento das coisas, do tempo, do espaço. Há um "outro rio", uma "outra margem" que se diferencia do que convencionalmente é mostrado. Essa "outra margem" motivou-me à busca, motivou-me na realização da travessia e a desvelar as espacialidades do baixo São Francisco.

Para além de uma construção cronológica das coisas, trago neste prólogo as travessias que me fizeram chegar aqui. Trago ainda, os resultados da travessia, o adensamento do olhar do Ser-existência, de um Ser-no-mundo e do Ser-no-mundo caminhando com os outros, acreditando, neste sentido, que ninguém caminha só.

A travessia não se fez de modo retilíneo, é oportuno lembrar. Em 2020 formos acometidos severamente pela pandeia do vírus SARS-CoV-2 (COVID-19). Adoecemos, sofremos, perdemos entes, amigos..., observamos a condição humana de nossas existências passar meses "encurralados" em ambientes virtuais. Confinados, observavámos, à distância, o tempo passar, a vida correr, outras tantas vidas ficarem para

[2] Referência ao conto "A terceira Margem".

trás, negligenicadas. O cenário perdurou, tornamos a adoecer, tornamos ao afastamento antes mesmo do reencontro. Do reencontro com nossas famílias, colegas, com os amigos, como os professores, no trabalho, na universidade.

As restrições impostas pela pandemia implicaram diretamente na organização das atividades de desenvolvimento dessa pesquisa, principlamnete das ações em campo, nos primeiros contatos, nas vivências que objetivávamos e que haviam sido postas no projeto incial da pesquisa de doutoramento. O ambiente virtural passou a ser o espaço de ação e da idealização da práxis.

Finalmente, em 2022, ainda com algumas restrições, passei a dedicar-me as atividades de campo. Ainda assim, naquele ano, a intensificação das chuvas tornaram inviável a realização dos trabalhos de campo em um período aproximado de seis mesmes. No baixo rio São Francsico, principalmente na margem alagoana, todas as estradas vicinais foram comprometidas, seja por alagamento ou pela destruições e danificação de pontes e pontilhões. As comunidades ribiernhas ficaram ilhadas, mesmo aquelas mais afastadas do rio São Francisco.

Muitos foram os desafios vivenciados. Muitas foram, também, as descobertas. E os desafios, aos quais anteriomente foram mencionados, fundamentaram novas buscas, o estabeelcimento de estratégias, o delineamento de ações e, por consequência, fudamentaram a materialização da pesquisa. É por isso que, no início desse diálogo, citei Guimaraes Rosa para quem o percuso é tão ou mais importante do que aprópria chegada.

Busquei no decurso do processo de doutoramento apropriar-me de uma linguagem que atentasse para as características de um universo de pesquisa pautado nas especificidades do vivido. Acredito, para tanto, que não consegui. Certamente a escrita que se segue não se atém as especificidades sugeridas para uma leitura da realidade geográfica da espacialidade ribeirinha uma vez que não “fugi” (não consegui desviar) dos padrões das palavras e normatizações da ciência. Para tanto, mesmo que na “dureza da escrita”, proponho-me aqui adentrar na espacialidade vivida e que é reveladora da realidade geográfica do ser ribeirinho do rio São Francisco.

Pratico, ao longo da tese, alguns desvios de linguagem e escrita, algumas “subversões” ao padrão que se segue. Isso serve, entre outras coisas, para aproximar a mim e, quiçá, a possíveis leitores, da existência da “geopoética” do viver ribeirinho. Encontro nas leituras de Guimarães Rosa e no fazer diário de um professor da educação básica os escapes necessários para essas subversões.

Assim, pela “Terceira Margem”, dedico-me a busca das permanências socioculturais nas mesmas espacialidades em que o vivido historicamente tem sido “usurpado”, subjugado e camuflado por planificações diversas e, para isso, recorro aqui ao “encontro” filosófico com Merleau-Ponty ao ressaltar que “não se tem o direito de nivelar as experiências”, ressalto, não se tem o direito de nivelar os modos pelos quais as populações ribeirinhas vivem, produzem e concebem suas espacialidades.

O visível e o invisível muito podem dizer sobre o viver, sobre as permanências, sobre o que mudou e, muito mais fortemente, sobre o que ficou. É sobre isso, sobre essa “margem escondida” que busquei delinear a escrita da tese que se segue.

INTRODUÇÃO

Como um caleidoscópio, um rio pode ser apreendido em múltiplas acepções. As águas constituem verdadeiros caminhos fluidos e, tanto quanto espelhos, tendem a refletir a diversidade do ambiente circundante. Refletem, pois, espaços e tempos definidos segundo os ritmos da vida e da cultura em um espaço-rio que é movimento e quietude. A fluidez das águas acondiciona a fluidez do tempo em um espaço de referência - rio - que é espaço e lugar, abrigo, alimento, fonte de vida e referência às relações sociais manifestadas.

Navegar nas águas dos rios, esses caminhos que fluem entre margens, é deparar-se com a constância de tempos que emolduram o espaço adornado pelas travessias daqueles que destes fazem morada e o tornam lugar no "devagar depressa dos tempos[3]". É neste ritmo - devagar/depressa – nas constâncias e rupturas e na fluidez do ir e vir que estão alicerçadas as margens vividas, habitadas, experienciadas e sentidas. Gaston Bachelard (1998, p. 09), em sua obra "A Água e os Sonhos", argumenta que o sentido corrente das águas leva a vida "alhures" e contém de modo seminal os poderes que impulsionam a vida.

É, pois, nas constâncias e rupturas e na fluidez das águas que situamos a busca pela compreensão das espacialidades vividas e das permanências socioculturais no baixo rio São Francisco, entre Alagoas e Sergipe. Pelos movimentos da cultura ribeirinha e de sua realidade geográfica - uma geograficidade imanente - buscamos enveredar no universo das espacialidades considerando estas mesmas espacialidades o resultado das urdiduras/tramas e do acontecer da vida a qual se manifesta enquanto movimento, ação e prática.

Nessas travessias, entre margens, propomos um aprofundamento na dimensão sociocultural de uma realidade geográfica tão complexa e tão densa que os "modos de ver" das leituras tradicionais da região fisiográfica do Baixo São Francisco já não conseguem responder aos anseios hodiernos. Entre travessias e asseios, entre urdiduras e permanências, ocorrem modos de ser e de viver em espacialidades una e múltiplas estruturadas na fluidez das águas e de tempos e espaços culturalmente produzidos.

A busca pela dimensão sociocultural se relaciona a um fazer geográfico que é, antes de tudo, um ato de experienciar o espaço. O homem, nessa acepção, ocupa

[3] Em referência ao conto A Terceira Margem.

centralidade e é produtor de espacialidades, vinculando-se a um cotidiano que é vivido e sentido em todas as suas dimensões.

A compreensão das espacialidades que conformam o rio São Francisco requer um conjunto de reflexões acerca das transformações espaço-temporais que alteraram sua base física de sustentação ambiental, mas também as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais. É nesse contexto singular que a relação espaço-tempo é apresentada como condicionante necessário às interpretações cujo escopo esteja associado às transformações da paisagem e suas implicações socioculturais, reverberando nas vivências e nos modos de interação do homem com a natureza.

A racionalidade que direcionou o atual cenário da configuração espacial do rio São Francisco e suas adjacências está associada ao contexto histórico-geográfico da ocupação e aos mais recentes processos de produção e usos do espaço associados à ideia da modernidade. Ao ser concebido como espaço produtivo este mesmo rio passou a ser direcionado e apropriado politicamente pela figura do Estado e de novos atores sociais. Historicamente imposta, essa lógica generalista desconsiderou todo o arcabouço histórico-cultural associado à reprodução da vida e aos espaços de vivência dos povos locais.

Ao considerar a interdependência entre espaço e tempo, consideram-se do mesmo modo suas implicações nas configurações paisagísticas e os meios pelos quais o espaço e suas respectivas espacialidades são continuamente reproduzidos de acordo com as técnicas e o tempo particular de cada sociedade ou povo. Espaço e tempo conformam o amalgama das existências, pois, conforme Corrêa (2019, p. 285), sem estes “nada existe ou se reproduz”.

Ao retratar o rio São Francisco, parte-se do pressuposto de que a atual configuração sociocultural das espacialidades ribeirinhas se entremeia pela existência de distintas temporalidades com origens que independem do tempo presente. Disso decorre, entre outros elementos, o fato de que os espaços de vivência e atuação nas referidas espacialidades ordenam-se segundo formas específicas de uso, significação e apropriação do espaço, revelando uma heterogeneidade de formas e de conteúdo.

O princípio da heterogeneidade vincula-se a ideia de que mesmo rio São Francisco tendo sofrido historicamente significativas transformações em suas múltiplas dimensões e, em alguns seguimentos, ter sido reduzido ao nível técnico operacional de sua vazão, como é o caso do baixo curso, há permanência de tempos outros e que se diferenciam da estruturação paisagística dominante. Esses tempos configuram a

espacialidade ribeirinha resguardando temporalidades como modos de permanência e se permanecem é porque são fortes.

É mediante essa abordagem que surge a proposta de tese intitulada **"Pela Terceira Margem do Rio: Urdiduras do Vivido e Permanências Socioculturais em Espacialidades Ribeirinhas no Baixo Rio São Francisco"**. Destarte, a proposta é percebida como necessária para se compreender as espacialidades ribeirinhas segundo o princípio norteador das permanências socioculturais. Por assim ser, enuncia-se como objetivo geral analisar as permanências socioculturais em espacialidades ribeirinhas no baixo rio São Francisco, considerando as tessituras que emergem do vivido.

O debate sobre o rio São Francisco e seu baixo curso observado na literatura nos últimos vinte anos é desencadeado por formas específicas de abordagem, considerando as particularidades físicas, ambientais, econômicas e, em menor grau, ainda muito incipientes, por aquelas associadas ao contexto cultural e da reprodução social das populações ribeirinhas.

Estudar a dimensão sociocultural das espacialidades ribeirinhas, mediante estas condições, significa descortinar especificidades cuja tradução só é possível pela dimensão da cultura. É por intermédio da cultura que "o sentido de humanidade ganha, através dessa noção, uma dimensão própria e independente - o mundo humano" (GOMES, 1996).

Debruçar-se sobre tal problemática significa, ainda, desmistificar a ideia da cultura e da espacialidade ribeirinhas como rugosidade, observadas em determinadas "frações" dos espaços de vivências e nas paisagens. Esses olhares atem-se apenas aos traços do passado enquanto formas cristalizadas, ou seja, "o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição" [...] (SANTOS, 1996, p. 113), real sentido das rugosidades. Esse é o discurso dominante e que tende a desconsiderar todo o tecido culturalmente construído e fundamentado nos processos de reprodução social bem como dos sentidos de Ser[4], de significar e de produzir o espaço e das próprias existências.

Dessa leitura, debruçamo-nos sobre a compreensão de que, para além das rugosidades e dos crescentes e intensivos efeitos dos processos modernizadores, expressos no viver, há nas espacialidades ribeirinhas a manutenção de práticas socioculturais significadas e ressignificadas de acordo com o contexto ao qual se encontram inseridas e, que tendem a persistir mesmo que coexistentes entre diferentes razões de tempos e escalas espaciais.

[4] Sentido da existência, o Ser-no-mundo, conforme Merleau-Ponty (1996).

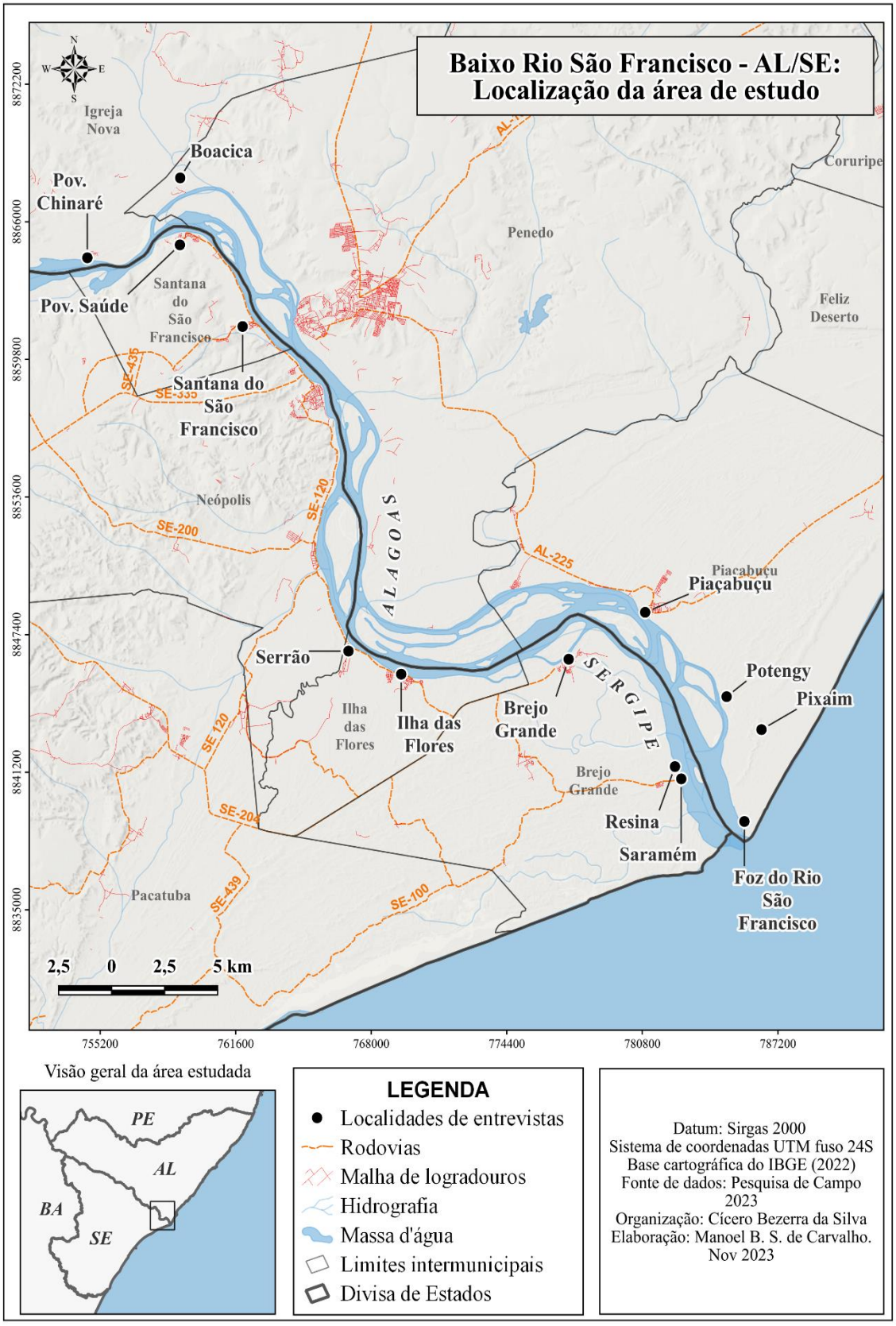
Quanto a localização das espacialidades no baixo rio São Francisco (mapa 1), estas compreendem a escala do fenômeno vivido e das urdiduras socioculturais vinculadas às significações, às racionalidades ambiental, cultural e econômica dos ribeirinhos - as gentes do rio. Para fins de referência territorial, considerou-se no desenvolvimento das entrevistas e trabalhos de campo comunidades, povoados e sedes dos municípios alagoanos de Igreja Nova, Penedo e Piaçabuçu e, em Sergipe, os municípios de Santana do São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande. O escopo, lembramos, não está limitado ao recorte político administrativo, este está remetido à escala do vivido.

As espacialidades ribeirinhas são produzidas no viver cotidiano por processos de apropriação simbólica e material e considera, para isso, os conhecimentos e vínculos de proximidade entre pessoas e lugares. Por este motivo, uma espacialidade não se restringe tão somente a um povoado ou comunidade em seu sentido locacional, ou seja, a espacialidade ribeirinha está para além das localidades de residência e insere-se nas tramas territoriais e nos vínculos e laços entre comunidades, povoados, sedes de munícios, locais de trabalho, de descanso, entre outros.

As definições espaciais tomam por referência os povoados e comunidades como já explicitado, mas suas especificações e amplitude dimensional são definidas e organizadas culturalmente, considerando as vivências ribeirinhas. O viver é o fundamento definidor das espacialidades com suas urdiduras, contradições, usos, conflitos, temporalidades e escalas.

As espacialidades se definem pelo campo da ação do ribeirinho e de suas comunidades, povoados ou sedes dos municípios aos quais estão ajustados às margens do rio São Francisco. Mesmo que algumas sedes municipais não tenham sido inseridas no contexto de realização das entrevistas, a saber Penedo e Neópolis, estas cidades estão inseridas na vida ribeirinha enquanto referências de serviços e comércio e por isso estão consideradas nas representações cartográficas. Além disso, constituem os centros de expansão e da formação do território e da amplitude da espacialidade do baixo São Francisco alagoano e sergipano.

Mapa 1: Localização da Área de Estudo, 2023



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2022).

Para atender ao objetivo proposto, as reflexões desenvolvidas na presente tese foram organizadas em três partes, a saber: i. Ancoragem de percursos e travessias (sessão 1 e 2); ii. Nas duas margens do rio (sessão 3 e 4) e iii. A terceira margem do rio (sessões 5 e 6).

Na primeira parte, dedicamo-nos na apresentação dos objetivos e da problemática definidora da proposta de tese, considerando para isso, a proposta temática e campo analítico o qual nos aportamos epistemologicamente. Definimos e apresentamos na primeira parte os fundamentos teóricos, as concepções de método e os percursos e instrumentais metodológicos delineadores do desenvolvimento da pesquisa. Nesta, definimos o espaço vivido como categoria norteadora das reflexões, aproximando-se da realidade empírica das espacialidades ribeirinhas em voga.

Na segunda parte, são apresentados os condicionantes de formação das espacialidades ribeirinhas e os fundamentos da tríade espacial pelo vivido, percebido e concebido. Ainda na segunda parte, são contextualizados os múltiplos sentidos dos usos e significados das terras de rio e beira de rio, associando-os às existências das gentes do São Francisco. Isso posto, são abordadas ainda algumas das grandes estruturas (barragens, canais, transposição) que atualmente caracterizam a paisagem ribeirinha e que possuem influência significativa sobre a vida no rio São Francisco e para além dele. As existências sociais são contextualizadas no cenário dos indicadores sociais e das demandas cotidianas, o que influi em distintos contextos de fragilidade sociocultural, econômico e ambiental.

Na terceira parte da tese, são apresentadas as espacialidades e temporalidades do vivido, considerando os princípios das racionalidades cultural, econômica e ambiental e suas respectivas territorialidades. São apresentas, descritas e contextualizadas as bases do apego socioterritorial e as práticas socioculturais aos quais são descritas e interpretadas enquanto modos de ser e permanecer nas espacialidades do baixo rio São Francisco.

Finalmente, após a terceira parte, estão expostas as conclusões da referida tese com a afirmação da hipótese de que nas espacialidades ribeirinhas do baixo São Francisco há permanências socioculturais e que estas são traduzidas na dimensão do vivido, expostas pelas urdiduras e dinâmicas socioculturais.

PARTE I - ANCORAGENS DE PERCURSO E TRAVESSIAS

Atracadouro da comunidade Saramém, Brejo Grande/SE, 2023.

1. A NATUREZA E OS PRESSUPOSTOS DA PRÁXIS

1.1 Problemática, objetivos e justificativa

As experiências humanas no espaço expressam a essência do ser-no-mundo enquanto base e meio das existências, e é por esse motivo que o geógrafo Eric Dardel confere ao universo das experiências a inserção do homem no mundo e evidencia que "a experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o homem a dar à realidade um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê suas experiencias humana, interior e social" (DARDEL, 2011, p. 6). Também Merleau-Ponty (2018, p. 14), ao evocar as experiências humanas, nos lembra que "o mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo."

Por essas considerações, pautando-nos nos fundamentos da Geografia e da Filosofia de Eric Dardel (2011) e Merleau-Ponty (2018), respectivamente e, buscando delinear as bases para a compreensão das espacialidades ribeirinhas no baixo rio São Francisco. Para isso, a realidade geográfica é considerada não somente pela óptica de uma região fisiográfica, estratégica e instrumentalizada, mas como uma espacialidade de vidas e de existências socioculturais que se consubstanciam com o rio São Francisco.

O conjunto das jornadas de campo desenvolvidas entre os anos 2018 e 2019 associadas à dissertação de mestrado do autor sob o título "*Entre Margens, Terras e Gentes: convivialidade e identidade no sertão do baixo rio São Francisco*[5]", foram, em parte, o elemento definidor das inquietações que confluem para a problemática da presente tese. Em associação, o adensamento do olhar pelas idas e vindas e incursões esporádicas ao baixo rio São Francisco e o aprofundamento da busca por registros documentais e bibliográficos em distintas bases e repositórios instrucionais[6] contribuíram para o desígnio das inquietações dessa pesquisa.

Pelas incursões pôde-se observar a diversidade sociocultural constituinte das dinâmicas do vivido e dos modos de organização da vida. Uma pluralidade de distintos povos e com eles, conforme averiguado na pesquisa, de distintos modos de apropriação. Embora não compusesse nossos objetivos naquele momento, as observações e anotações realizadas apontavam para a evidência da existência de modos particulares de organização

[5] Dissertação defendida em fevereiro de 2020 no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.
[6] Entre outros, o Repositório de Teses e Dissertações da Capes.

de um espaço de vida que não era regido apenas ou tão somente pela lógica mercadológica do capital e sob a influência das demandas externas. Além disso, os fatores culturais e sua carga de significados distanciam-se de uma realidade estática incompatível com as dinâmicas do vivido. Esse vivido aparentava não ser cristalizado à ideia do rústico, ao passado, mas coexistente e se presentificando nas dinâmicas do lugar das espacialidades ribeirinhas.

Essa coexistência ao ser elevada à crítica de Martins (1993; 2020), revela um modo de vida e um cotidiano assentados em práticas e sentidos enraizados num espaço de limites, de perdas culturais e sociais, de estruturas residuais e, por evidência, de existências, e se existem e permanecem é porque resistem como condição de Ser e do próprio modo de existir, contrapondo-se a homogeneização do espaço e da lógica dominante.

A coexistência de formas do passado no presente revela temporalidades distintas entre grupos e indivíduos, esse é o tempo social de cada qual, havendo tempos rápidos e tempos lentos. Para Milton Santos “O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações” (SANTOS, 1996, p. 213). Ainda assim, como reflexo do processo de globalização e da conexão do lugar-mundo, "os tempos lentos são referidos aos tempos rápidos, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares e grupos sociais” (SANTOS, 1996, p. 213).

É pela articulação do lugar-mundo e da expansão do ser aí para o ser alhures, tal como considerado por Michel de Serres (1994), que os tempos se entrelaçam e se encontram. O lugar, por interregno dessa articulação não está isento dos tempos rápidos e tampouco é constituído apenas por tempos lentos. “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 1996, p. 273).

Essas existências simultâneas, segundo Braga (2014), não anulam as particularidades, pelo contrário, permitem a leitura de elementos que no decurso do tempo interagem entre si, para isso, conforme Braga (2014, p. 37) “é necessário entender o tempo como contínuo e não de forma fragmentada”.

Por não abranger toda a sociedade, os tempos rápidos tidos como objetos de razão global coexistem com os tempos lentos, de razão local. Diz-se local não por ser setorial, mas muito mais pelas especificidades que os distinguem das demais razões. A existência de práticas, modos de organização social, hábitos, costumes, tradições, entre

outras, todas essas se entremeiam a uma razão de tempos lentos e tempos rápidos, segundo os padrões de organização de cada lugar, de cada grupo social. A esse respeito, acrescenta Milton Santos,

> Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades diversas. [...] É assim que, a partir de cada agente, de cada classe ou grupo social, se estabelecem as temporalidades (interpretações, isto é, formas particulares de utilização daquele tempo geral, 'temporalização práticas' no dizer de J. -P. Sartre) que são as matrizes das temporalidades vividas em cada lugar (SANTOS, 1996, p. 109-110).

As diferentes temporalidades desnudam a aparente homogeneidade da paisagem, da configuração dos modos sociais de organização e dos modos de relacionamento com a natureza constituinte do espaço vivido. Assim, por mais homogênea que seja a aparência, há um vivido e uma essência que permanece entre tempos rápidos e lentos, sem que este esteja isento do primeiro. Essas considerações delinearam os fundamentos para algumas indagações que acompanham o desenrolar da pesquisa, quais sejam:

- Se é aceitável o fato de que há uma ordem global que se propõe a impor uma única lógica e racionalidade sobre os modos de produção do espaço e das dinâmicas do vivido, é possível também a consideração da existência de outras lógicas que se contrapõem e coexistem segundo seus níveis de organização e reprodução de espacialidades regidas pela interação social, sociabilidade e vínculos de proximidade diferenciando-se daquela anteriormente apresentado?
- A aparente homogeneização do vivido pela emergência dos tempos rápidos e progresso das técnicas tem colocado em evidência a articulação do lugar-mundo (SANTOS, 1996; SERRES, 1994). No baixo rio São Francisco, qual a influência desse processo no contexto da dimensão do vivido e da reprodução sociocultural?
- Os tempos lentos observados na escala do lugar recebem autenticidade nas dinâmicas do vivido e nos modos de conceber o espaço. Neste sentido, há no baixo rio São Francisco marcas e expressões reveladoras de permanências socioculturais, para além de marcas que remontam a um passado residual?
- No baixo rio São Francisco, é possível considerar a coexistência de elementos que retratem as múltiplas temporalidades do vivido? Como estão dispostos esses elementos no lugar, no território e na paisagem ribeirinha?

- Quais elementos retratam e atribuem sentidos ao espaço vivido no baixo rio São Francisco? Em que medida essa existência ribeirinha é confrontada pelas recentes configurações socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais?
- Quais práticas sustentam e potencializam permanências socioculturais? Essas práticas fundamentam a (re)existência no baixo rio São Francisco?

A apresentação dessas questões fundamenta a ideia de que a pesquisa científica deve partir de problemas *a priori* identificados, conforme proposições de Chizzoti (2003); Larocca *et.al.* (2009) e Seabra (2011), que enfatizam os objetivos explicitamente associados ao método e as metodologias. Embora estejam pontuadas, como bem observado, por estarem apresentadas de maneira expansiva, se desdobram em diversas outras indagações e se intercalam ao contexto de compreensão dos propósitos da tese.

Para responder a essas indagações definiu-se como objetivo geral analisar as permanências socioculturais em espacialidades ribeirinhas no baixo rio São Francisco, considerando, para tanto, as tessituras que emergem do vivido. De modo específico objetivou-se:

i. Discutir o espaço vivido e as mudanças e permanências nas espacialidades ribeirinhas do baixo rio São Francisco;
ii. Identificar práticas que sustentam, caracterizam e potencializam as permanências socioculturais;
iii. Apreender as estruturas simbólicas e materiais do vivido que significam e ressignificam as espacialidades ribeirinhas;
iv. Compreender as estratégias de existência e os modos de permanência que caracterizam as espacialidades o vivido ribeirinho no baixo São Francisco.

Mediante as questões-problema e objetivos apresentados, sustenta-se a hipótese de que nas espacialidades ribeirinhas do baixo rio São Francisco há permanências socioculturais cujo escopo traduz-se na dimensão do vivido. Essas permanências coexistem expondo no espaço temporalidades pelos tempos lentos e rápidos, por razões locais ou globais - sem que os intervenientes globais anulem ou desvalidem o vivido no lugar, muito embora interfiram e fragilizam suas existências.

A justificativa e necessidade dessa discussão parte, em primeiro plano, das evidências de que no contexto da configuração espacial e territorial do baixo rio São Francisco, ambiente tomado e apropriado historicamente como estratégico tanto do ponto

de vista da ocupação quanto pelas políticas governamentais (ANDRADE, 1980; VARGAS, 1999; MONTEIRO, 2013), apesar das profundas modificações fisiográficas, ambientais e sociais, abriga em suas espacialidades permanências socioculturais e cuja o escopo assenta-se no vivido que se dimensiona para além daquilo que é comumente observado e percebido como fragmentos ou traços culturais. Embora existam, conforme premissa estabelecida, elas são pouco visíveis, estando para além das duas margens do rio, pois se encontram enclausuradas na paisagem e no discurso do "novo" colocado pelas reconfigurações espaciais.

A busca e identificação das permanências é apresentada como sendo o encontro e o desvelamento da terceira margem, é o encontro do que foi encoberto, do que é pouco visível, pouco falado e de difícil apreensão. A terceira margem é um lugar estável dentro do movimento das coisas, dos povos, das águas e das terras do rio São Francisco, da cultura e da sociabilidade ribeirinha que emana de uma dimensão que é vivida e sentida, ou seja, relaciona-se ao contexto das existências. Se é pouco falada é porque em quase nada é visível e lembrada, embora lá esteja. Essa (in)visibilidade é sintomática da tentativa de homogeneização do espaço, do ambiente, do homem, da cultura e da paisagem como coparticipes de um mesmo processo. A paisagem não é apenas observada, é ainda mais intensamente vivida. E, por ser vivida, expõe e esconde a depender do observador e de quem a compõe.

Comungamos do pensamento de Santos e Souza (2013) ao endossar que a metáfora da terceira margem "aponta para o processo de descoberta que só pode ser realizado se houver a capacidade de abandonar o que está estabelecido, na tentativa de vivenciar novas possibilidades" (SANTOS; SOUZA, 2013, p. 526). A descoberta, nas palavras de Dardel (2015, p.58) "é conhecer o desconhecido" pela relação do ser-no-mundo.

É de conhecimento que os rios, todos eles, possuem apenas duas margens. Buscar uma "terceira margem" só é possível pela capacidade do abandono do que já está posto, das ideias planificadoras de nivelamento da espacialidade vivida. A metáfora dessa outra margem - a terceira - é a busca, a descoberta, ou seja, é o próprio ribeirinho, suas comunidades, são as permanências, o existir-com-o-rio como modos de significar o espaço.

A terceira margem é uma resposta aos discursos que, norteados pelas transformações históricas ocorridas na bacia do rio São Francisco, definem a espacialidade ribeirinha e o vivido pelos mesmos olhares e discursos do

desenvolvimentismo, do planejamento nacional/regional e dos arranjos do novo, do que chegou. Esse discurso tende ao assujeitamento da realidade sociocultural e consequente nivelamento das experiências, o que tem acarretado sérios danos ao vivido fragilizando os espaços em que a vida se faz.

Os traços dessa invisibilidade são facilmente observados nos registros bibliográficos dos repositórios institucionais (Apêndice 1) e levantamentos bibliográficos, ao evidenciarem a escassez de estudos e pesquisas voltados para a dimensão sociocultural da sub-região hidrográfica denominada de Baixo São Francisco. Ao privilegiar as bases econômicas e inserir o ambiente na dimensão do espaço produtivo ao longo de décadas, deixou-se de lado o homem que ali vive e todo o seu aporte de vida e experiência.

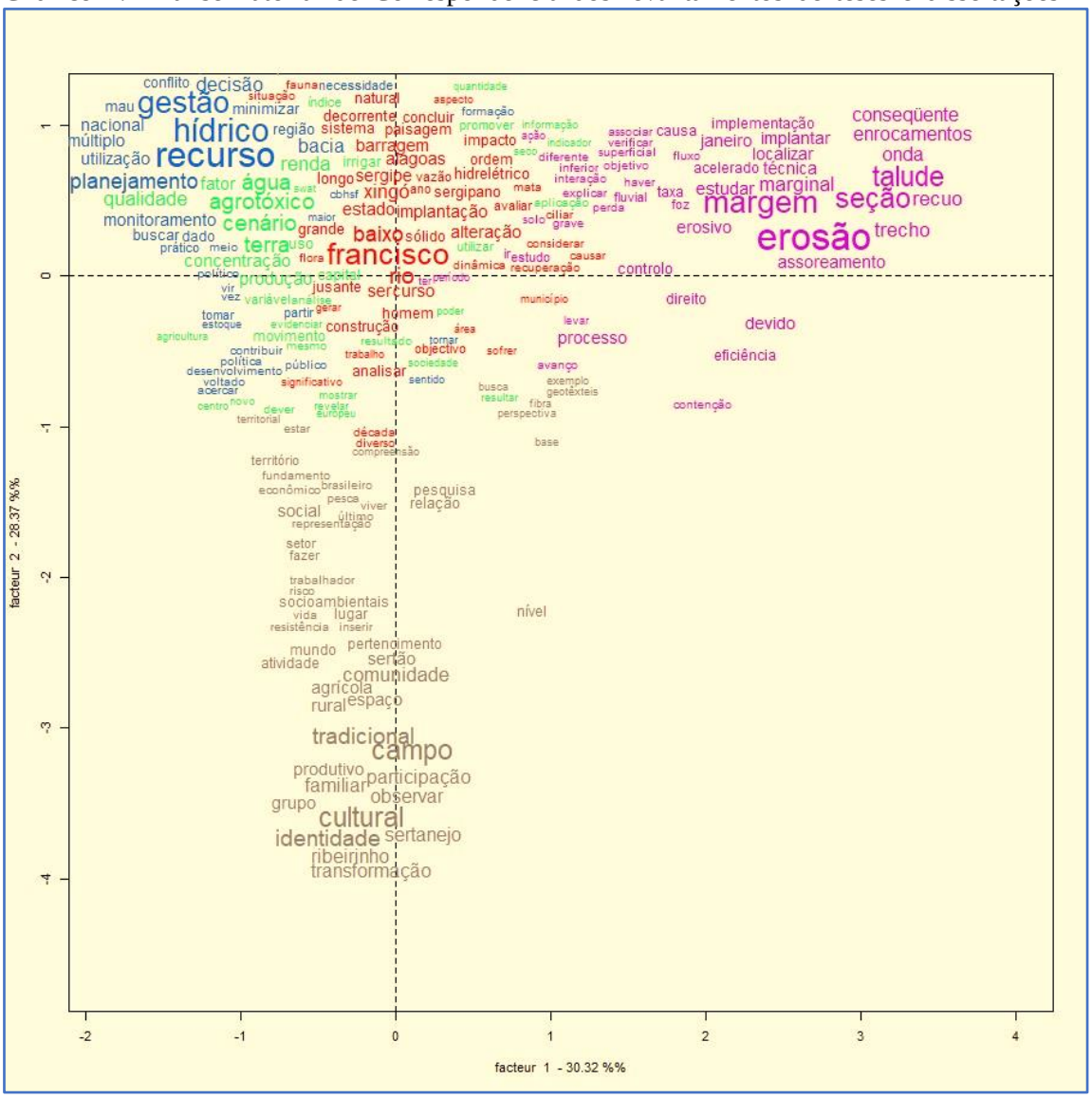
Em referência à configuração descrita, é possível considerar a existência de lacunas quanto à produção de um conhecimento geográfico que possa intervir na interpretação de uma realidade que não deve ser reduzida à funcionalidade espacial ou mesmo a uma única lógica: aquela dos domínios de apropriação do capital. Ao assim considerar, afirma-se que o regimento da vida não pode ser reduzido apenas ou tão somente à lógica dos espaços produtivos e a sua funcionalidade econômica que tende a normatizar o território e desvincular da natureza do lugar a profundidade de suas significações.

Para melhor exemplificar as tendências de estudos observados nos registros bibliográficos dos repositórios institucionais e levantamentos bibliográfico, tal como exposto no apêndice, apresentamos a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) realizada no software Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2). A referida análise tem por escopo demostrar as possiblidades de associações e proximidade entre categorias e palavras próximas, evidenciado também àquelas mais distantes em relação ao *corpus*[7] analisado. O *corpus* de referência constitui os resumos de teses e dissertações produzidas nos últimos 20 anos que estão inseridas espacialmente ou que fazem referência à região fisiográfica do baixo rio São Francisco.

A Análise Fatorial de Correspondência dos levantamentos bibliográficos referenciados no gráfico 1 demostra as similitudes de ocorrência das classes de palavras que se aproximam e, por extensão, expressam os padrões dominantes nos *corpus* textuais em cinco classes representadas por cores.

[7] Textos de referência.

Gráfico 1: Análise Fatorial de Correspondência dos levantamentos de teses e dissertações



Fonte: Base dos Repositórios Institucionais.
Organização: Cícero Bezerra da Silva.

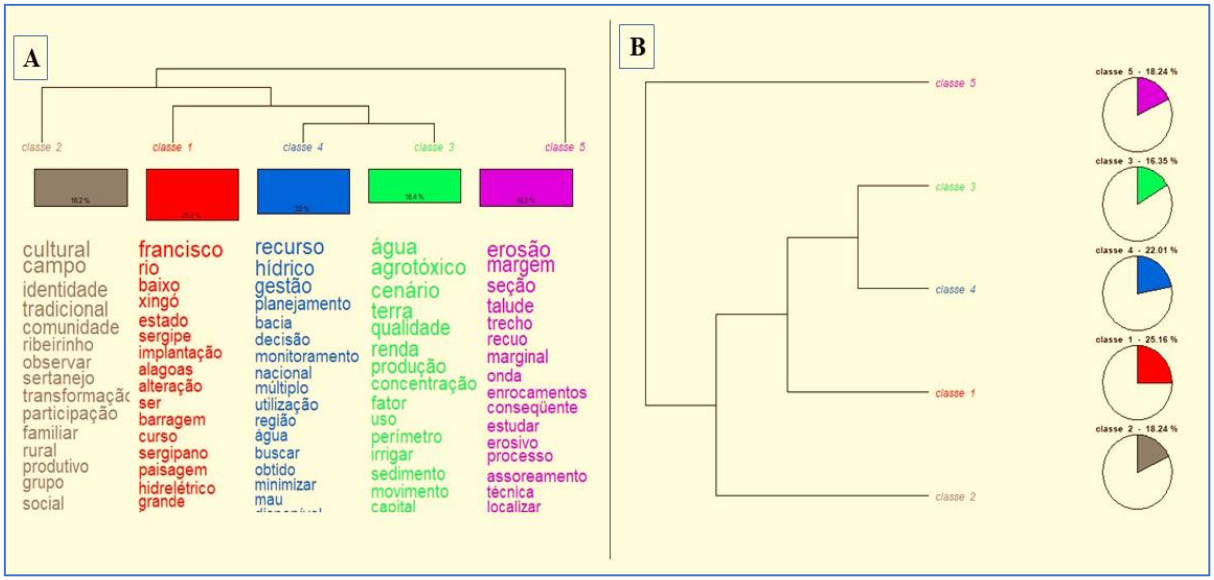
No plano cartesiano, é possível observar que as palavras apresentam variações de tamanhos, considerando o nível de ocorrência e/ou representatividade. A disposição das cores evidencia, ainda, associação da classificação no referido plano e os distintos níveis de ocorrência. A proximidade das palavras nas linhas pontilhadas indica sua iteratividade e/ou ligação e, igualmente, os níveis de distanciamento segundo a base do *corpus* analisada. Desta feita, observa-se que há considerável distanciamento das expressões e categorias de dimensão sociocultural para aqueles de dimensão técnico-instrumental.

A referida análise demonstra, ainda, o predomínio e centralidade de categorias e expressões voltadas aos aspectos econômicos e físicos da espacialidade ribeirinha, com

expressivo destaque para erosão, recursos hídricos, gestão, planejamento, agrotóxicos, taludes, barragens, solos, entre outros. Quanto a dimensão sociocultural, destacam-se as categorias comunidade, identidade e cultura, além de outras de menor expressão a exemplo de lugar, sertão e pertencimento.

De modo mais detalhado, em nível de análise, a ocorrência específica de palavras semelhante ou associadas no *corpus* textual está sendo apresentada no Filograma de Classificação Hierárquica Descendente e no Dendrograma do *corpus* textual (Figura 1 A e B). A disposição das classes (cores) demostra a ocorrência de palavras pelo padrão de similitudes e diferenciação e as relações de proximidade e distanciamento (filograma, Figura 1 A). O dendrograma, na mesma figura (figura 1 B), apresenta as porcentagens (%) das categorias e, igualmente, as relações de proximidade e distanciamento.

Figura 1: Filograma de Classificação Hierárquica Descendente (A) e o Dendrograma do *Corpus* Textual (B)



Fante: Base dos Repositórios Institucionais.
Organização: Cícero Bezerra da Silva.

Em geral, a figura demostra variedade temática nos estudos voltados para o baixo rio São Francisco. Além disso, observamos considerável distanciamento entre as categorias 2 e 5 - cultura e erosão -, fator também observado na representação da Análise Fatorial de Correspondência, considerando a classe de cores. Cada classe contêm um conjunto distinto de palavras. As classes 3, 4 e 5 apresentam proximidade e similitude, exercendo amplo domínio na análise fatorial, no filograma de classificação hierárquica e no dendrograma do *corpus* textual da matriz de referência. As classes 1 e 2, por vez,

apresentam proximidade e similitudes, ao tempo em que se distancia das demais, com destaque para a classe 5 de palavras.

Portanto, o esforço aqui perpetrado é o de contribuir na produção de um conhecimento e debate que considere a dimensão do vivido para além das normatizações do território e de uma única lógica (dominante) espacial que se funde na relação capital-trabalho. Além disso, soma-se a esse mesmo debate a consideração das permanências socioculturais, leitura esta que está para além dos fundamentos das rugosidades espaciais.

A ideia de permanências socioculturais é reportada pela justificativa de que há coexistências e permanências de formas do passado no presente, e estas fundamentam as identidades e as práticas sociais como testemunhos dos vínculos afetivos, identitários e territoriais. Esses vínculos são traduzidos por saberes, fazeres e estruturas simbólicas e não simbólicas que dimensionam o campo do vivido como sendo o espaço da reprodução da vida sociocultural.

As permanências as quais buscamos traduzir e discutir, em sua estruturação, não se configuram ou se caracterizam naquilo que é residual ou está estratificado na paisagem e na memória como rugosidade de um passado de vivências rústicas e arcaicas e que sob a pressão do que é tido como moderno e modernizador passaram a ser destituído de sentido. A intenção é buscar, no vivido, a compreensão das permanências pela própria existência que se revigoram no espaço e no tempo, atribuindo sentido e forma às existências e a reprodução social de modos de ser que foi e continuam sendo culturalmente estabelecidos. As existências e os modos de significar o espaço representam a própria geograficidade de Dardel (2015), ou seja, representa os modos pelos quais sentimos e conhecemos e significamos o espaço e o ambiente ao nosso redor.

Atribui-se ao vivido e às relações diárias do cotidiano a autenticidade das permanências, pois são nas práticas diárias que se encontram suas raízes, o fazer que dar continuidade a produção e reprodução da vida. O vivido, assim, toma forma de palco em que o sujeito que o faz, que o é, é o ator principal, sem que estes sejam desligados de suas realidades de vivência e dos instrumentos tradicionais que os cercam neste mesmo processo, sejam materiais ou imateriais.

Não se trata, fundamentado em Martins (2020, p. 17), em atribuir [...] “ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade”. Ou, ainda, de tratar as permanências como oposição ao novo e delineá-las como marcas nulas do passado no presente, as quais, em primeira análise, limitam-se a preencher um espaço no tempo que se coloca como feição exterior à realidade do vivido no presente.

Se há permanências, para além das marcas e rugosidades de um vivido de outrora, estas ocorrem porque se reconfiguram, porque são resistentes e possuem raízes pujantes, fortes. E se são resistentes, é porque possuem autenticidade no vivido e são traduzidas como modos de ser e de viver operantes entre conhecimentos compartilhados e produção de significados.

Martins (2020, p. 54-55), assevera que "sem significado compartilhado não há interação. [...] Os Significados são reinventados continuamente em vez de serem continuamente copiados". É essa característica que possibilita as permanências, diferenciando-se do sentido de preservação ou das tentativas de resgate do que já foi perdido ou fragmentado nas brechas do tempo.

A paisagem é vivida e as marcas que as constituem, mesmo que sejam definidoras de um tempo e de vivências específicas, não devem ser tomadas tão somente pela simplificação de fragmentos de culturas do passado. Ela, a paisagem, é a expressão mais concreta e subjetiva da existência e do vivido e demarca tempos que se congregam e estão sobrepostos na concretude do presente e que nem sempre é harmoniosa. Expressa-se aí, portanto, uma dialética do que foi, do que é e do que poderá, quiçá, vir a ser.

Os traços das permanências socioculturais podem, ainda, serem traduzidos e identificados pela incorporação de novos valores, sem que elas percam as raízes que a fundamentam num espaço e num tempo definido, atribuindo novos usos e formas à dinâmica do lugar e às paisagens. Os significados e valores atribuídos às permanências sejam estas tangíveis ou intangíveis, fundamentam suas existências pelas temporalidades e ressignificações contribuindo com a sobrevivência e manutenção do que foi herdado e do que permanece, respectivamente.

Para além de formas definidas, as relações e práticas sociais têm se constituído em importante fundamento à leitura das permanências socioculturais contribuindo de modo significativo ao contexto da reprodução social de grupos, manutenção de hábitos, costumes e tradições. Esse modelo de permanência emerge como retrato de uma sociabilidade que se define culturalmente nas práticas diárias e do cotidiano, nos laços de proximidade e parentesco. Normalmente fundadas sob o sentido do pertencimento ao lugar, essa sociabilidade descrita como modo de permanência incorpora-se a uma identidade territorial que independe das múltiplas interações e intervenções externas do vivido espacial.

1.2 A propósito da temática e do campo analítico

O alvorecer da segunda metade do século XX foi marcado por significativas mudanças nos modos de conceber a sociedade e nas relações políticas, econômicas, culturais e ambientais. Os avanços técnicos e científicos ligados à sociedade informacional delegaram a compressão das noções de tempo e espaço intensificando a ideia de lugar-mundo como um contínuo de relações espaciais e espacialidades, observadas na massificação e estratificação dos modos de vida, na homogeneização cultural, produção e consumo de bens duráveis e não duráveis e, por conseguinte, na própria produção da ciência em suas diversas ramificações e acepções.

No campo do conhecimento essas mudanças foram sintomáticas do prelúdio de um movimento epistemológico nas ciências e de modo singular nas Ciências Humanas. A primazia dos métodos quantitativos e lineares já não eram suficientes para a compreensão dos problemas da realidade em curso, principalmente pelo fato de estes estarem associados a universalidade das leis e das coisas percebidas e aplicadas a partir de regramentos e estruturas gerais. A nova realidade do mundo pós-guerra, as incertezas científicas e os modos de ver natureza e sociedade já não se concebiam pela linearidade dos fatos e percepção de um espaço cartesianamente delimitado e previsível.

A efervescência política, econômica e cultural do século XX, como lembra Harvey (1992), caracterizou-se por intenso dinamismo espaço-temporal e as ciências, em sua amplitude, associa-se a técnica em um ambiente de incertezas científicas e sociais[8]. Para Gomes e Vitte (2017, p. 08), nas ciências "as incertezas foram sendo reconhecidas como inerentes aos processos da natureza e à forma de conhecê-la, buscando-se, atualmente, pensá-las e incorporá-las às teorias e modelos".

No campo científico a efervescência estava associada às rupturas com a ciência clássica que, conforme adverte Camargo (2005, p. 61), estava fundamentada no "paradigma cartesiano-newtoniano", aportado sob leis e sistemas universais. Também, Gomes e Vitte (2017) mais uma vez corroboram com a indicação de que: "o projeto de conhecimento moderno pautou-se na busca de universais, objetivando entendimentos que representassem a universalidade, como são as regras, leis gerais que são válidas e aplicáveis a tudo e todos a qualquer tempo e espaço" (GOMES & VITTE, 2017, p. 02).

[8] A esse respeito, consultar também Capel (1999), em "O Nascimento da Ciência Moderna e a América: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território" e Sposito (2004), em "Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico".

No caso da Geografia, em específico, a segunda metade do século XX foi bastante significativa quanto a adoção de novas posturas frente a então configuração herdada do modelo moderno do fazer científico e das estruturas epistemológicas até então adotadas. Nesta ciência o momento foi significado principalmente pelo contexto da adoção do pragmatismo e de um conhecimento direcionado, em parte, aos interesses do Estado. Daí, também ser chamada de Geografia Quantitativa ou Pragmática (SANTOS, 1996a; 1996b; GOMES, 1996; SILVEIRA & VITTE, 2011; GOMES & VITTE, 2017).

É oportuna a consideração de que não se tem a pretensão da construção cronológica do desenvolvimento da Geografia e da sua institucionalização como ciência. Cabe-nos, para tanto, traçar apontamentos em cujo escopo esteja associado aos fundamentos desta ciência frente ao contexto de movimentos contemporâneos e que, de alguma maneira, possa influenciar ou caracterizar as implicações teóricas e metodológicas adotadas em nossa pesquisa.

O pós-1970 foi marcado pela inserção, nas ciências sociais e na Geografia, de novos modos de conceber o conhecimento. As correntes de pensamento crítica e humanista tomam maior destaque ao recusar, entre outros fatores, o modelo de ciência e de conhecimento outrora concebido e arrimado nos fundamentos do positivismo lógico (GOMES, 1996), herança clássica da ciência moderna.

A pujança e fertilidade das correntes crítica e humanista se desdobraram em diversas ramificações, definidas e redefinidas por fundamentações teóricas alicerçadas em distintas origens, mas, sobretudo, daquelas oriundas do marxismo e da crítica radical e, também, dos fundamentos e horizontes do humanismo e da fenomenologia (GOMES, 1996). O avanço da técnica sobre o espaço tratado por Santos (1996), a compressão e dinamismo espaço-temporal (HARVEY, 1992) e a revivescência do conceito de cultura (ALMEIDA, 1993; GOMES, 1996a; 1996b; CLAVAL, 1999; 2010; 2013), representam, em parte, o contexto aos quais essas abordagens estavam inseridas e por consequência se ramificaram. Aqui, interessa-nos, de maneira mais específica, o tratamento da realidade geográfica e do problema da pesquisa pelos desdobramentos fundamentados na segunda abordagem, ou seja, aqueles que, ao menos neste primeiro momento, são tratados por Almeida (1993), Gomes (1996a e 1996b) e Claval (1999 e 2013).

Suplantada a barreira do pragmatismo, ao menos em certa medida, uma das marcas do “novo” cenário é a revalorização das concepções de cultura. Seguindo do mesmo lado da teoria crítica (diferentes fundamentos epistêmicos e metodológicos), a abordagem da cultura busca se estabelecer pelas relações do homem com o ambiente

dando ênfase as experiências vividas. É, de fato, um novo momento, pois refuta-se em ambas as correntes de abordagem - corrente crítica e humanista - o pragmatismo conservador (CLAVAL, 2013), e reaviva criticamente na cultura e para além dela as questões morais e sociais.

Esse reavivamento, tomado sob o signo de diversas interpretações, e nomeado de acordo com a abordagem de cada qual, trouxe para as ciências sociais e para a Geografia uma releitura dos fatos culturais e da cultura, sem desprezar as raízes que o antecederam. A obra *L'Homme et la Terre: nature de lá réalité Géographique*, de Eric Dardel (2015 [1952]), é o mais significativo exemplo dessa fundamentação contemporânea. Almeida (1993), fundamentada na escola francesa, se atém ao fato de que a preocupação se centra em [...] "uma análise mais humana e mais rica do indivíduo e da sociedade [...]. Toda divisão rígida entre o mundo objetivo (exterior) e o mundo subjetivo (interior) é rejeitada" (ALMEIDA, 1993, p. 41).

A separação entre sujeito e objeto, o dualismo do mundo objetivo e subjetivo, entre tantas outras concepções fragmentárias passaram a ser contestadas e essa contestação foi, também, uma contribuição do reavivamento das acepções de cultura na ciência. O centro é o homem com suas experiências de mundo e com os signos que caracterizam e atribuem sentido ao espaço. A cultura não está apática à dimensão econômica e social, ela é o amálgama que unifica estas dimensões e insere o homem e a técnica, que é processual, no centro da sociedade e da produção, configuração e reconfiguração do espaço. Suplanta-se, portanto, o pensamento que concebe a cultura como uma coisa em si e das leituras que tendiam a não consideração de tempo e espaço.

Não há uma cultura ou sociedade a-histórica ou a-espacial, pois tudo acontece em um tempo e um espaço que se definem pela técnica. A própria concepção de vida, em si mesma, evoca a ideia de processualidade. E, tomada ou não pela ciência, a cultura é igualmente definida em um tempo e um espaço circunscrito a uma determinada realidade social e de grupo, transmitindo-a a cada geração no decurso do tempo e sobre a qual pode recair perdas, ressignificações ou mesmo a garantia de manutenção segundo suas raízes.

Quanto a construção da ideia de cultura nas ciências sociais e, por extensão, na Geografia, Gomes (1996) esclarece que "Sem dúvida, a ideia de cultura e sua valorização estão nas raízes das ciências sociais" e, conclui:

> O que pode conduzir à compreensão dos fatos culturais é justamente a possibilidade de mergulharmos neste mundo de significações, de participarmos de sua dinâmica. Esta condição é aliás insuperável, uma

> vez que não conseguimos tratar de cultura como coisa completamente exterior a nós (GOMES, 1996, p. 02).

Por não ser algo exterior ao homem, o próprio sentido de cultura evoca a dimensão humana do ser e os sentidos que configuram um mundo produzido, vivido, sentido e percebido em todas as suas dimensões sem, para tanto, ser fragmentado. É por esse motivo que a Geografia fundamentada nas abordagens da cultura - a Geografia Cultural - nos anos que sucedem a década de 1970, dedica-se a "entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender as significações que estes impõem ao meio ambiente, e os sentidos dado às suas vidas" (CLAVAL, 2013, p. 93).

O aporte teórico e metodológico, seguindo as mais recentes tendências, também acompanhou a mudança. A paisagem tida como categoria-chave, principalmente nas leituras da escola saueriana (SAUER, 2012a; 2012b), - Escola de Berkeley - com o enfoque nas morfologias da paisagem, embora ainda influente, abre caminhos para a inserção de leituras pouco abordadas ou mesmo difundidas. A inserção do debate a partir do território, o enfoque ao lugar e ao corpo são algumas das abordagens mais recentemente adotadas e sobre as quais tantas outras são derivantes ou associadas.

Há, portanto, uma evidente renovação do debate. Essa renovação parte das abordagens dadas às categorias pelas bases epistemológicas emergentes inclusive com a incorporação de pautas sociais contemporâneas. A renovação do debate, todavia, não reivindica a definição de uma única abordagem, categoria ou tendência metodológica, e talvez seja essa a força que define as mais recentes pautas e tendências. Ainda assim, é necessário considerar que estas tendências não se fazem de modo aleatório, e pode-se perceber a proximidade ou familiaridade dessas leituras com as abordagens ligadas ou associadas ao humanismo, estruturalismo, pós-estruturalismo ou mesmo o neomarxismo (CLAVAL, 1999; 2013; CORRÊA, 2009; SARMENTO, 2009).

Independente do período e das abordagens nas quais possam situar a análise, percebe-se a permanência e manutenção do vivido como elemento fundante às estruturas teórico-metodológicas. As noções de mundo vivido e espaço vivido permeiam todo o fundamento das considerações já delineadas e, para tal, se articula ao movimento das coisas como o elo que aproxima os horizontes duais - as dualidades - na convergência da consideração de um vivido que é sociocultural na própria essência, e sobre o qual buscamos assentar nosso campo analítico.

O mundo e/ou espaço vivido, independente da adoção epistemológica e da escola de conhecimento, é representado por um mundo de significados e sua compreensão só se torna possível mediante a consideração dos fatos culturais que os constituem. Estes fatos culturais, portanto, são representativos de uma dimensão do saber que está para além dos horizontes explicativos das determinações biológicas e naturais.

A pesquisa em sociedade e cultura aporta-se na complexidade de análises que integram os horizontes duais pela compreensão de que a cultura integra todo o universo social. E, sem distinção, todo o universo de símbolos, significações e técnicas está associado ou deriva de uma base material ou espaço de referência.

Para além do campo das divergências, é cada vez mais notória a necessidade de análises que possam aprofundar a interlocução entre o vivido espacial e as relações socioculturais que configuram determinadas realidades. As noções de lugar e território se imbricam ao vivido de modo que as significações simbólicas, biológicas, econômicas e sociais passam a coexistir e mediar a relação entre os homens, o vivido e a cultura que deles emana.

Em nossa tese, a base material de referência sobre a qual está assentado todo o universo de práticas e significações é o rio São Francisco e o conjunto de comunidades e povoações que nele conjugam suas espacialidades e formam um contínuo espacial - por isso falamos primeiro em espacialidade. Assim, a noção de vivido e de permanência está assentada no espaço e no tempo que se define pelas significações e referências culturalmente produzidas.

Nesta relação de permanências socioculturais ocorre a impregnação de valores e estes mesmos valores implicam na existência de identidades culturalmente afeiçoadas ao lugar e ao território. Conforme Haesbaert, "o território envolve sempre, e ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial [...] e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar" (HAESBAERT, 1997, p. 38). Também Medeiros, seguindo o mesmo alinhamento teórico, considera que "o território é, de início, um espaço cultural e de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento" (MEDEIROS, 2009, p. 217). Os autores, assim, respaldam a natureza do território quanto a sua significação identitária pelos diferentes níveis de apropriação. Esse respaldo é chancelado por Almeida (2005), ao corroborar que "o território ele o é para aqueles que possuem uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e de relações simbólicas" (ALMEIDA, 2005, p. 109).

A problematização e discussões sobre o vivido incorporou, já nos últimos anos do século passado, as noções de território. Essa incorporação fundamenta o debate que aproxima lugar e território em um mesmo espaço. “Território é, pois um novo paradigma que responde a certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores” (MEDEIROS, 2009, p. 217). Se inscreve, portanto, dentro do universo do espaço vivido.

O território como categoria analítica incorpora o espaço vivido como chão cotidiano e objeto de análise. É fato que o que fundamenta o vivido é a cultura e as relações espaciais e fenomênicas, mas não apenas. A problemática do território, os *insights* e *outsides* associados a alteridade e demais questões socioculturais tornam-se objetos de estudo.

É essa discussão que nos faz aproximar lugar e território ao tratar do vivido. Tratamos muito mais da existência da abordagem de *lugares-territórios* que se sobrepõem aos limites territoriais tradicionalmente concebidos, mas, mais ainda, são delineadores de práticas espaciais nem sempre convergentes e harmoniosas, mesmo que estas sejam coexistentes nas mesmas espacialidades. Os *outsiders*, nessa concepção, fundamentam as diferenças ao mesmo tempo em que, pelas mesmas diferenças, os de dentro - *insights* - reafirmam suas identidades e pertencimento.

Essa compreensão abre a possibilidade de incorporação de novos elementos ao tratar do vivido espacial ou espaço vivido. Estas possibilidades se inserem no contexto de que nas espacialidades ribeirinhas, além da coexistência de tempos pelas permanências, tese logo mais apresentada, ocorre a coexistência de elementos típicos do lugar e do território, sem que um anule ou oculte a existência do outro.

Mediante o descrito, algumas considerações se fazem importantes para a compreensão da presente tese, pois ocupam a centralidade analítica: a) as categorias filosóficas espaço e tempo fundamentam as urdiduras do vivido que se materializam nas categorias da prática: lugar, território e paisagem; b) a paisagem abordada é a paisagem cultural, produzida continuamente pelos modos de interação do homem e por intermédio de sua relação com a natureza significada e apropriada; c) o vivido considera, para além da relação simbolismo-materialidade, todo o conjunto de elementos constituintes da espacialidade ribeirinha; d) a técnica entendida como as heranças valorizadas processualmente e lidas no presente como pertencimento a apropriações das heranças e das inovações.

A inserção da técnica perpassa pela abordagem da cultura e está amalgamada às estruturas do espaço vivido. A técnica não é uma dimensão fragmentária da cultura, ela representa os meios e os mecanismos da reprodução sociocultural e territorial e das permanências presentificadas no cotidiano de acordo com os tempos de cada sociedade e de cada grupo.

No contexto das formulações teóricas em consonância com a prática, conceituações como espacialidade, territorialidade, identidades - no plural -, apego socioterritorial e pertencimento, natureza e técnica aparecem como fundamentações inerentes ou necessárias à leitura do vivido espacial. Por isso, trataremos com maior ênfase as diversas interpretações dedicadas a esse conceito-categoria e suas implicações na ciência geográfica e, de modo particular, nesse estudo.

2. FUNDAMENTOS DA TEORIA E DO MÉTODO

2.1 Lebenswelt e concepções estruturantes

A amplitude interpretativa do conceito de "vivido" indica a necessidade de um balizamento teórico que o fundamente no contexto das análises aqui propostas. Tal feito objetiva apresentar a evolução do conceito em voga, abordando as bases filosóficas que o fundamentam bem como as derivações de interpretação mais recentes, recorrendo, para tanto, a abordagens clássicas e contemporâneas.

A noção de mundo vivido embora tenha tomado maior visibilidade após a década de 1970, não é recente. O princípio norteador da atual configuração do conceito remonta a filosofia hursserliana com a noção de *lebenswelt* - tradicionalmente lido e traduzido por mundo da vida ou mundo vivido é, fundamentalmente, um dos conceitos-chave da filosofia de abordagem fenomenológica e, por extensão, das leituras humanistas e culturais. Gestado no pensamento do filósofo alemão Edmund Husserl, esse conceito traduz, segundo Missaggia (2018), as experiências e as vivências imbricadas a determinados grupos e sujeitos, "diz respeito a vida partilhada com outros sujeitos, no qual todos atuam como pertencentes a um mundo comum" (MISSAGGIA, 2018, p. 193).

A construção do mundo da vida, segundo os fundamentos hursserlianos, está ancorada nas próprias concepções gestacionais da fenomenologia e das manifestações da consciência humana. É um convite de "retorno às coisas mesmas" (HUSSERL, 2012; MERLEAU-PONTY, 1996) e de um afastar-se da coisificação das ciências positivas e da técnica. Não se trata de negar a existência de objetos ou da própria técnica - algo improvável de acontecer -, mas de retornar às bases de sustentação das relações primeiras, das experiências pré-científicas, da consciência e do ser em si.

O mundo da vida, então, seria tudo aquilo que antecede a objetivação do conhecimento e das experiências, como já evidenciado, um retorno às coisas mesmas – experiências pré-científicas – um primitivismo do homem com a natureza, como elucidado por Missaggia na obra de Husserl (2018, *apud*, HUSSERL, p. 374-375), ao demonstrar que "o mundo da vida é o mundo natural – na atitude da vida natural, somos sujeitos vivos atuantes junto a outros sujeitos atuantes em um círculo aberto".

É na obra *Die Krisis der Europäischen Wissenschaften und die Transzendentale Phänomenologie* (A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental) que Husserl trata de maneira mais aprofundada o *lebenswelt.* Considerada por muitos

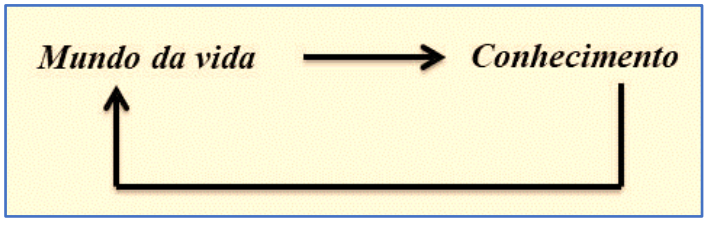
autores como sendo uma etapa inconclusa e tardia do pensamento filosófico hursserliano (LETENSKI, 2010; AZEVEDO, 2011; SOUZA FILHO, 2017), a obra retrata a matematização da natureza e a consequente perda de significados das ciências modernas para a humanidade e, mais precisamente, para a sociedade europeia. Em Husserl, o distanciamento do *lebenswelt* resultaria na *Krisis*, o distanciamento da ciência para com o próprio mundo da vida.

A ruptura estaria no fato de as ciências modernas não considerarem as experiências pré-científicas, não levarem em consideração a ocorrência de um mundo da vida que antecede a existência de um saber científico e as normatizações teóricas. O rigor e a técnica conduzem ao afastamento entre as ciências modernas e o mundo da vida, fato que favorece, em última instância, o desordenamento do conhecimento e a produção de um saber fora dos horizontes da realidade e do viver.

Sendo o mundo da vida um círculo aberto, segundo as próprias proposições husserlianas, este não tem por desígnio a proposta de uma oposição ou de negação à técnica e ao saber moderno. Pelo contrário, o círculo do mundo da vida se propõe à interação entre sujeitos e esferas diversas, mesmo aquelas distintas do conhecimento pré-científico. Todavia, cabe a consideração de que a oposição é dada pela própria ciência quando, em sua estruturação positiva, passa a não considerar a esfera vivida e das experiências humanas como fundamento da estruturação do saber.

Antes de ser uma oposição ao universo da ciência moderna, o mundo da vida é apresentado como oposição ao que era oferecido como a única forma de se conceber o conhecimento. Para Husserl "tudo o que surgiu pelo homem (individualmente e em comunidade) é também uma parte do mundo da vida: assim o contraste anula-se" (HUSSERL, 2012, p. 385). Isso posto, é possível corroborar que a ciência é uma extensão do conhecimento do mudo da vida (Figura 2), e o contraste entre o primeiro e o segundo conhecimento canaliza um desordenamento do saber. Essa desordem seria sintomática da *Krisis*, ou seja, da própria crise das ciências e da sociedade.

Figura 2: O conhecimento como extensão do mundo da vida



Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da, 2021.

Há, portanto, uma sociabilidade universal entre o mundo da vida e a ciência, pois "toda a ciência pressupõe o mundo da vida" (HUSSERL, 2012, p. 385). O compartilhamento de experiências, de sentimentos, ritos, manifestações, trocas afetivas simbólicas e materiais, tudo isso materializa a sociabilidade entre os homens e suas respectivas percepções, sem que os tornem seres viventes de mundos dispares ou antagônicos. Essa sociabilidade coletiva é responsável, segundo Souza Filho (2017, p. 108), por possibilitar o contato entre mundos, entre indivíduos. E acrescenta: "estabelece-se uma conexão entre a diversidade de modos de vida dos indivíduos pelas referências culturais e predicativas que o mundo da vida subsidia".

Além disso, o conceito do mundo da vida assumiu a esfera política da sociedade ao tratar das ciências modernas e dos problemas contemporâneos à sociedade europeia com o surgimento da *Krisis*, a própria crise que dali era recorrente entre as últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX. O escopo da preocupação foi a influência que o processo de tecnificação da cultura desempenhava sobre as relações existenciais e sobre o próprio *lebenswelt.*

Esse desdobramento do pensamento de Husserl possibilitou, mais tarde, a ramificação de novas leituras do *lebenswelt* e favoreceu a abertura de um círculo entre técnica, cultura e sociedade amalgamados ao universo existencial. Essas abordagens serviram de base para o estreitamento das interpretações do mundo da vida em esferas outras, para além da obra husserliana e da própria fenomenologia.

Decerto, o tratamento da conceituação de mundo da vida no contexto da *Krisis* em Husserl é, fundamentalmente, segundo Letenski (2010); Azevedo (2011); Guimarães (2012) e Souza Filho (2017), entre outros, uma crítica a consequente coisificação da natureza. Representa, ainda, "uma renovação crítica no programa teórico-metodológico da Fenomenologia, para além das metodologias das reduções como via de construção de um pensamento transcendental" (SOUZA FILHO, 2017, p. 107).

Congruentemente com o pensamento husserliano, e em referência ao mundo da vida, o francês e filósofo Maurice Merleau-Ponty (1996, p. 20) chama atenção a evidência de que "todos os conhecimentos se apoiam em um 'solo' de postulados e, finalmente, em nossa comunicação com o mundo como primeiro estabelecimento da racionalidade". O "solo" de postulados retratado em *Fenomenologia da Percepção*, tese de Merleau-Ponty, é a premissa do mundo da vida, condição objetiva do conhecimento.

Merleau-Ponty, com o aprofundamento e a releitura da obra de Husserl argumenta que "todo universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se

queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente o seu sentido e o seu alcance, precisamos primeiramente despertar para essa experiência de mundo" (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 19). Um mundo que é experienciável e sentido em todas as suas dimensões, base de todo o saber e ponto de encontro entre a ciência e o empírico. Essa argumentação também é a base da crítica estabelecida por Nogueira ao demostrar que "antes da ciência tem um homem, e que é este quem sempre deu elementos para ela" (NOGUEIRA, 2005, p. 10244).

O mundo da vida é o ponto maior de convergência entre a racionalidade científica e aquela que advém das experiências humanas a qual o solo é apresentado como postulado. Para Merleau-Ponty, assim como em Husserl, todo o conhecimento parte do mundo da vida e das experiências de quem o habita. De fato, a experiência aparece muito mais fortemente retratada na obra do primeiro do que do segundo, tal qual a percepção que nomina a própria obra de Merleau-Ponty.

O mundo da vida, como ponto de encontro e espaço de convergência, unifica os extremos e reafirma similitudes. É o projeto que "une o extremo subjetivismo ao extremo objetivismo em sua noção de mundo ou de racionalidade" (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 18). Assim como em Husserl, conforme já abordado, não há o prenúncio de idealização divergentes entre horizontes simbólicos e materiais, entre ciência moderna e experiências vividas, há um ponto de partida, um fundamento que é representado pelas experiências primeiras e pelo que é experienciável e vivido.

Pode-se, para tanto, considerar que o tratar do mundo da vida realizado por Merleau-Ponty recebeu novos elementos em sua fundamentação filosófica. O mundo da vida é, também, chamado de "o mundo percebido" e "espaço vivido" em função da centralidade que este autor atribui à percepção e a experiência.

A percepção e a experiência ocupam centralidade no problema do mundo da vida e, consequentemente, no próprio conceito do vivido como derivante dessas acepções. No contexto das produções geográficas, principalmente da sino-americana, percepção e experiência passaram a ser tomadas como conceitos basilares, especialmente em Yi-Fu Tuan após a segunda metade do século XX. No caso brasileiro, Lívia de Oliveira e Welter Holzer, apenas para exemplificar, também podem ser considerados representantes e disseminadores dessa linhagem de pensamento.

A multiplicidade de leituras e interpretações sobre as significações do que é o mundo da vida ou mundo vivido e, com estas, o próprio vivido, extrapola os limites do pensamento filosófico de Husserl e Merleau-Ponty. A Sociologia fenomenológica ou, de

outro modo, a fenomenologia do mundo social de Alfred Schutz (1979) é um exemplo da suplantação dos limites mencionados. Ao dar especial atenção às relações sociais, o autor centrou o conceito de mundo da vida como possibilidade de construção de uma teoria da ação social em um mundo da vida que é cotidiano (SCHUTZ, 1979).

Ao negar a concepção do mundo social sob a perspectiva naturalista, ou seja, como um dado em si, Schutz (1979, p. 72) chama a atenção ao fato de que "o mundo da vida cotidiano significa o mundo intersubjetivo que existe muito antes do nosso nascimento, [é um mundo, *inserção minha*] vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores com um mundo organizado". E acrescenta: "Toda interpretação desse mundo [o mundo da vida e social, *inserção minha*] se baseia num estoque de experiências anteriores, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas, as quais funcionam com códigos de referências" (SCHUTZ, 1979, 72).

Há, portanto, uma valorização das experiências como referência à constituição do mundo da vida, inclusive de experiências que antecedem a própria realidade vivenciada em si. Dialogicamente com a concepção husserliana, a abordagem apresentada por Schutz nega, também, os pressupostos da ciência moderna que tendem ao afastamento do cotidiano e das experiências. O diferencial está na inserção da ação social como fundamento à constituição do mundo da vida, além da própria inserção do cotidiano, antes não observado ou pelo menos não descrito em Husserl.

Da Escola de Frankfurt e representante da teoria crítica, o também filósofo e sociólogo Jürgen Habermas se dedicou ao conceito de mundo da vida, tradicionalmente lido e tendo por referência as abordagens fenomenológicas e das experiências cotidianas. A consideração de um representante da teoria crítica não requer, necessariamente, a intenção de estabelecer relações teóricas, metodológicas ou mesmo uma linha do tempo entre uma e outra abordagem. A importância dessa consideração fundamenta o círculo aberto que é o vivido e o mundo da vida, além disso, para Souza Filho (2017), Habermas se propõe a um resgate das próprias concepções husserlianas, propondo conjecturas para além do que já fora descrito por aquele filósofo de base fenomenológica.

Aproximando-se das abordagens já descritas, os baldrames de sustentação do mundo da vida no pensamento habermasiano, se atém aos saberes chamados de pré-teóricos ou pré-científicos. Para tanto, em sua obra é atribuída maior significância ao papel da linguagem como estruturante da comunicação e interação entre indivíduos e nas relações humanas com o mundo.

Souza Filho (2017, p. 82) evidencia que Habermas “repetidas vezes apresenta o Mundo da Vida como ‘pano de fundo’ sobre o qual os indivíduos interagem para com os seus pares”. O mundo da vida, assim como descrito, representa em sua formulação a concepção da sociabilidade humana, espaço de trocas e de interação intersubjetivas e culturais.

É nesta relação dialógica que Gomes (1996) considera a existência de um princípio de complementaridade entre as abordagens materialistas e humanistas ao considerar, em ambas as abordagens, os valores correspondentes ao antropocentrismo da vida social e a relação das existências nas interpretações científicas:

> Por este aspecto, o materialismo histórico e o humanismo moderno partem de uma mesma crítica, a recusa da ciência positivista, e podem sob algum aspecto, ser considerados como perspectivas complementares. O materialismo histórico redescobriu a flexibilidade de toda a ação social e, por conseguinte, a importância de uma análise que leve em conta o valor e o antropocentrismo da vida social. Ao mesmo tempo, o humanismo se desembaraçou do idealismo e do subjetivismo, que caracterizaram as primeiras análises, e recolocou a importância da existência material no centro das interpretações (GOMES, 1996, p. 301).

O mundo da vida, segundo estes desdobramentos, inclusive pelo pensamento de Habermas, mas, também, de Lefebvre (1991), passa a ser considerado pelas interpretações das contradições da vida cotidiana e dos conflitos que dela insurgem, principalmente sob a forma de conflitos culturais.

Na Geografia, há um consenso, um ponto de encontro que converge para um objeto que nos é comum e esse ponto de encontro não elimina as diferenças, mas estreita as similaridades. Assim enfatiza Gomes (1996):

> Mas, o que é mais importante para a geografia, o espaço, é considerado ao mesmo tempo como o resultado concreto de um processo histórico, e neste sentido ele possui uma dimensão real e física, ou como uma construção simbólica que associa sentidos e ideais. Entre estas duas posições extremas, encontra-se toda uma gama de concepções que evoluem com os pressupostos iniciais de cada inspiração, o espaço sendo visto sob diferentes ângulos: dos valores, da alienação, da distância existencial, do comportamento e do mundo vivido (GOMES, 1996, p. 307).

Pelas similaridades ou diferenças, o ponto de encontro é o espaço e sobre o qual está assentado todos os pressupostos da realidade geográfica, inclusive a do mundo vivido.

Na Geografia, particularmente, a inserção das discussões sobre o vivido não foi canalizada pela noção de mundo, conforme debatido na tradição filosófica. O espaço - o espaço vivido - constitui o fundamento dessa inserção. Muito embora assim tenha sido, e muitos autores possam defender que essa inserção não possui associação direta com a tradição filosófica, consideramos que ela resgata elementos fundamentais à atual concepção das noções de vivido e, por extensão, de espaço vivido.

A categoria espaço vivido, apresentado pioneiramente por Armand Frémont (1980), remete ao espaço que se opõe ao espaço da alienação, ou seja, um espaço esvaziado de valores e de sentidos, um espaço estratificado. O espaço vivido é o espaço da vida; o espaço da alienação é o espaço do vazio, do estranho, é o espaço das reduções do ser e de suas existências. Frémont (1980, p. 156), aproxima o espaço vivido da noção de "região enraizada", ao propor uma diferenciação entre os espaços de enraizamento no qual há um sentimento de proximidade e o "espaço funcional".

A abordagem do espaço vivido por Frémont (1980) assenta-se nas bases de uma região na qual o pertencimento e as identidades a fundamentam. Assim, "Frémont pretende renovar e revalorizar o estudo das regiões sob o ângulo do espaço vivido, isto é, tomando o espaço como uma dimensão da experiência humana dos lugares" (GOMES, 1996, p. 317).

Ao versar sobre a inserção do conceito de espaço vivido na Geografia, Gomes (1996) esclarece que:

> A ciência geográfica, definida pelo viés do espaço vivido, não tenta criar leis, nem observar regularidades generalizadoras. Seu ponto de partida é, ao contrário, a singularidade e a individualidade dos espaços estudados. Ela também não procura avançar resultados prospectivos e normativos, como as ciências ditas racionalistas. Seu objetivo principal é oferecer um quadro interpretativo às realidades vividas espacialmente (GOMES, 1996, p. 320).

De maneira análoga ao tratado do mundo vivido, a categoria espaço vivido está fundamentada nas realidades vividas e experienciadas as quais, de igual modo, são conformadoras de espacialidades vinculadas às bases do viver e das normatizações espaciais, a saber, as definições dos espaços funcionais. Há, ainda, as similaridades quanto ao afastamento de um modo de ver que possa conceber o espaço apenas por racionalidades generalizadoras.

A individualidade do espaço vivido diferencia-se do sentido de unicidade ou exclusividade, está associada muito mais às singularidades que caracterizam

determinadas espacialidades. Não é o diferente, mas é o que diferencia e que atribui sentido às vivências e às espacialidades.

Em vista disso, o vivido se presentifica nas espacialidades em que as vivências e as experiências de vida se realizam, é o espaço que respalda a reprodução social e, ainda mais, a reprodução cultural de indivíduos ou grupos específicos. Nestes mesmos espaços encontram-se arraigados os vínculos identitários e territoriais e um forte sentimento de pertença.

Os vínculos com o lugar e com o território são manifestações culturais decorrentes da apropriação de parcelas do espaço. Apropriado e significado, o espaço torna-se familiar e aos poucos, em seu entorno, são criadas representações simbólicas que o codificam e o diferencia de todo o contínuo espacial. O sentimento de proximidade abordado por Frémont (1980) desempenha papel importante, pois é por essa intermediação que laços e vínculos territoriais são formados e fortalecidos dando forma ao espaço vivido.

O espaço vivido é uma dimensão do real e não apenas uma representação ou abstração. Ainda assim, a intangibilidade é um dos elementos mais marcantes e as representações simbólicas traduzem a própria essência do vivido. Ocupar um espaço e o significar implica a produção de representações sobre este e sobre as estruturas socioculturais que o concebe.

A esse respeito, Serpa (2019, p. 86) argumenta que “uma geografia dos espaços vividos é também uma geografia das representações sociais e espaciais”. Nestas representações estão expressas estratégias de reprodução, modos de significação espacial e de produção de conhecimento. As representações, assim, podem ser tomadas como resultado da matriz que estrutura a percepção do indivíduo sobre seu espaço e sobre ele próprio enquanto elemento-sujeito da configuração espacial.

As representações do espaço vivido são imbricadas ao contexto da historicidade dos indivíduos ou grupo social. Carregam em si as estruturas de heranças, modos de ser, organização e significações resultantes das experiências com o meio ambiente e social. Assim sendo, as mesmas representações podem resultar de processos históricos e de mudanças e permanências salvaguardadas nas memórias e nos símbolos que definem o próprio espaço.

Ao considerar a produção social do espaço - e sua reprodução - Lefebvre (1978; 2006), quando influenciado pelas relações e vicissitudes do cotidiano conduziu a interpretação do espaço pela dialética tríade vivido-percebido-concebido. Essas

categorias, na citada teoria, são indissociáveis e regem o espaço (e o tempo) como inacabado, estando em constate movimento. Dessa feita, a contínua produção do espaço ocorre segundo o princípio da indissociabilidade, ou seja, os espaços referidos por Lefebvre não existem isolados, não podem ser observados como independentes. De outro modo, a existência de um espaço incorre na coexistência dos demais, mesmo que haja maior destaque, interesse ou busca por um ou outro.

A categoria espaço vivido em Lefebvre é essencializada pela complexa coexistência de um espaço que é, em maior ou menor grau, percebido e concebido dialeticamente. O espaço vivido é aquele das representações, está ligado aos lugares de vida, das práticas cotidianas, dos sentimentos. É o espaço que conforma os lugares de usos apropriados segundo as convicções historicamente estabelecidas. É "o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos "habitantes", dos usuários" [...] (LEFEBVRE, 2006, p. 66).

O espaço percebido é, mais ainda que o vivido, aquele espaço referente a escala perceptiva do indivíduo ou de seu grupo envolvente. Manifesta-se por e a partir da percepção. A percepção e, por extensão, o espaço percebido, é chamada de prática espacial: "a prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço" (LEFEBVRE, 2006, p. 65). A prática espacial pressupõe uma espacialidade de atuação vivida, sentida e percebida segundo as conjugações espaciais e especificidades de cada indivíduo ou grupo social estabelecido.

O espaço concebido é também chamado de "representações do espaço [...], aquele dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas 'retalhadores'' e 'agenciadores' [...]. É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção)" (LEFEBVRE, 2006, p. 66).

Esse quadro interpretativo que a leitura do espaço vivido oferece à Geografia – e demais ramos do conhecimento - é a oportunidade que suplanta os limites das descrições do lugar e dos modos de vida, apenas. Essa interpretação associa a descrição à interpretação compreensiva das realidades vividas e experienciadas segundo o princípio das coexistências espaciais.

Fundamentado nas bases do lugar e do território, a espacialidade do vivido não está isenta das tensões circunscritas ao contexto do espaço funcional e da alienação descrito por Frémont (1980). Essas mesmas tensões tendem a fragmentar e fragilizar o

vivido pela consideração de um espaço regido pela regularidade dos fenômenos e da generalização de uma apropriação funcional e estratégica.

Mediante esse contexto de tensionamento, as urdiduras do vivido são postas como modos de permanências socioculturais que se dimensionam pela apropriação do vivido e pela apropriação e produção estratégica do espaço - que é concebido -, se fazendo visível na paisagem. Essas são, portanto, categorias indissociáveis ao domínio explicativo da dimensão do espaço vivido e das relações do cotidiano.

Permanecer é resistir em meio às tensões da apropriação funcional e estratégica do espaço. Esse modo de resistir busca a garantia das existências do espaço vivido, dos espaços de proximidade, é a manutenção do lugar e a garantia do território e de uma paisagem que signifique o espaço e que seja, igualmente, significante segundo a própria condição sociocultural. É de igual modo, a busca pela manutenção e reprodução do espaço, das práticas do cotidiano e dos lugares em que estão assentados os saberes, fazeres e sociabilidades que se manifestam e permanecem na dialética do que se percebe e do que se concebe.

2.2 Abordagens e concepções de método

Sahr e Sahr (2009, p. 143) asseguram que "a teoria não é só uma construção abstrata, mas também uma expressão da práxis. Práxis esta vista sob dois ângulos: um espaço do pesquisador e um que envolve o pesquisado". Essa premissa fundamenta a visão de mundo do pesquisador, o modo de olhar e as escolhas teóricas definidoras da investigação.

A teoria é parte da própria prática, compõe as escolhas e pode refletir a visão de mundo de quem a faz e de quem a transforma em práxis no exercício do ser pesquisador e do fazer científico, sem que um se desvencilhe ou afaste-se do outro. Para Edgar Morin (2016, p. 23), "uma atitude como essa [aproximação do ser e do fazer, *inserção minha*] é logicamente necessária, pois todo conceito remete não apenas ao objeto concebido, mas ao sujeito que concebe".

Os fundamentos da teoria iluminam o encontro do método como caminho e itinerário da pesquisa. Todavia, esse caminho e itinerários não se fazem de modo retilíneo e os fundamentos nem sempre são harmoniosos. Pelo contrário, há sinuosidades que apontam e canalizam diferentes caminhos, ou de outro modo, diferentes modos de fazer

definidos pela prática e escolhas emanadas de trajetos outros que não aqueles do momento presente, ou seja, a escolha dos fundamentos da teoria e a definição do método são processuais.

A realidade das coisas se projeta não como um dado *a priori* definido, mas como algo que vai se firmando pela estruturação destas mesmas coisas, portanto, da realidade. Na tese, não se parte de um saber definido, não partimos da ordem do saber. Partimos de um conjunto de questões-problema definidas mais pela desordem do que pela ordem. É o princípio da desordem que suscita e instiga a produção do conhecimento (MORIN, 2015; 2016). A ordem representa a estabilidade do saber, a desordem representa as indagações e os anseios circunscritos a proposta da tese.

Ao contrário do que possa se pensar, não se trata da negação da teoria ou de um pretenso esvaziamento desta. Trata-se muito mais de buscar a teoria que está para além das ordens fechadas e definidas pelo paradigma redutor da simplificação. A ordem fechada é o paradigma da simplificação, a consideração da desordem é o anseio pela ordem e interação, é o processo de produção e reprodução do conhecimento e do fazer científico.

Partir da desordem de modo algum significa desestruturação do conhecimento. Significa partir da dúvida e da incerteza, do que move a pesquisa e a busca por respostas que possam fundamentar determinada realidade[9].

O vivido ribeirinho em suas espacialidades, objeto aqui abordado, não se define pela ordem. Tal feito inibe a possibilidade de adoção de uma abordagem universal que possa cair, mesmo que não intencionalmente, no paradigma da simplificação tratado por Morin (2015; 2016) e Camargo (2005), ou mesmo no nivelamento de suas experiências, conforme ressaltado por Merleau-Ponty (1996). Não há universalidade no vivido, tampouco no tempo, portanto, também não há condições de definição de uma abordagem já dada.

Suplantar a matriz de pensamento do dado em si[10] e de abordagens já dadas não é apenas uma escolha, é, mais ainda, uma condição que acompanha o círculo aberto conformador do vivido e das experiências inerentes a determinadas realidades, no caso

[9]Nesse sentido, reportamos a Walter Benjamin, em seu texto sobre o "Caráter Destrutivo" em que destaca: "O caráter destrutivo tem a consciência do homem histórico, cuja afecção fundamental é uma desconfiança insuperável na marcha das coisas, e a disposição para, a cada momento, tomar consciência de que as coisas podem correr mal. Por isso, o caráter destrutivo é a imagem viva da fiabilidade".

[10] Estático, inerte.

em específico, aquelas que se desenham nas espacialidades ribeirinhas do rio São Francisco.

Essa condição derivante do vivido é a oportunidade de aguçar o olhar para além do que convencionalmente pode ser observado nas abordagens já delimitadas e de reflexões teóricas que possam se fazer ausente do confronto com as experiências e com a prática. É o compromisso com a produção de um saber científico que não seja anônimo ou estranho a quem o pensa e, do mesmo modo, a quem o concebe. Por isso, cada escolha, cada definição, sem apartar-se dos rigores da ciência, é influenciada pela história e cultura de cada indivíduo.

Conforme Morin (2016, p. 26), "O observador que observa, o espírito que pensa e concebe, são, portanto, eles mesmos indissociáveis de uma cultura, e, portanto, de uma sociedade *hic et nun*c[11]. Nesse sentido, mantemos o entendimento de que as escolhas de abordagens teóricas e de método não são aleatórias e definem-se pelas trajetórias de vida, não estando dissociadas das relações históricas, culturais e subjetivas.

Vulgarizado e até confundido, o método está para a concepção ontológica do ser e do conceito; a metodologia está para os fundamentos que estruturam o fazer e definem os caminhos da prática. É possível considerar que um está para o outro, sem desconsiderar a natureza e particularidades que os conforma e distingue. O método fundamenta e dá respaldo filosófico a teoria e a prática, a metodologia dá fundamento e respaldo ao fazer científico pela prática, é o método de pesquisa - instrumentais, ferramentas, comandos, estratégias e práticas aplicáveis.

Sobre a definição do método, Spósito (2004) é enfático ao afirmar que "definir método é algo muito complexo dentro das ciências e da própria filosofia" (SPÓSITO, 2004, p. 27). Essa dificuldade é observada tanto do ponto de vista da conceituação a qual o autor traça diversas concepções, quanto do ponto de vista da escolha a ser adotada na pesquisa e que deverá estar filosoficamente fundamentado.

Ao considerar a natureza dos objetivos e os percursos de respaldo filosófico e teórico-metodológicos, fundamentamos nossas análises nos princípios de renovação da Geografia Cultural (ALMEIDA, 1993; CLAVAL, 1999; 2013; CORRÊA, 2009; COSGROVE, 2012, HEIDRICH, 2016, entre outros) e na tríade de produção do espaço de Lefebvre (2006). Ao assim fazer, partimos do entendimento de que as experiências e

[11] No exato instante e local.

os fenômenos que fazem as dinâmicas do vivido não se circunscrevem ao contexto de uma única visão de mundo.

Partindo dessas considerações, na tese a opção foi a de adotar uma postura não simplificadora do vivido. Por assim ser, adotamos uma postura - abordagem - fenomenológica, inspirando-nos, para isso, no pensamento gestacional da geograficidade e da fenomenologia da percepção de Eric Dardel (2015) e de Maurice Merleau-Ponty (1996), respectivamente. Tais concepções têm fundamentado os estudos culturais na Geografia, auxiliando o desvelar dos modos pelos quais os homens em suas diversas espacialidades realizam suas existências à luz de signos, sentidos e valores.

Por meio dessa compreensão, buscamos despertar um olhar etnogeográfico, considerando a produção da espacialidade pelas gentes do rio São Francisco, ou seja, pelos ribeirinhos, considerando as múltiplas dimensões que se congregam entre as margens, entre as terras, entre as águas. Para Claval (1999, p. 70) "o mundo que nós estudamos é moldado pela ação dos homens e se encontra marcado por seus saberes, seus desejos e suas aspirações", assim, para o autor, o interesse e importância da etnoongeografia reside na possibilidade de compreensão destes fenômenos e dos espaços envolventes. A esse respeito Almeida corrobora com a compreensão de que "a etnogeografia busca penetrar na intimidade dos grupos culturais, no vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo" (ALMEIDA, 2008, p. 249), considerando suas diversidades e organizações espaciais. É no conjunto das espacialidades que, segundo Claval, a etnogeografia reconstitui, primeiramente a percepção que os homens têm do mundo (CLAVAL, 1999, p. 72).

Dada a complexidade que envolve as tramas do vivido na espacialidade ribeirinha do rio São Francisco, buscamos adotar uma atitude crítica frente ao objeto de estudo em um espaço de convergência do objetivismo e do subjetivismo, das práticas e dos sentidos, dos modos de conceber e de ser concebido, do "eu" e do "outro". Para isso, recorremos a autores de diferentes correntes teórico-metodológica aos quais dedicam-se à compreensão de problemas próximos às nossas análises ou que em suas trajetórias possuam estudos relevantes ao objeto aqui referido. Destarte, referimo-nos Holzer ao lembrar que o mundo, na fenomenologia é "mais coisas do que o suporte físico, ou do que um sistema de coisas que percebemos. O mundo é um campo de relações estruturado a partir da polaridade entre eu e o outro [...], onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos" (HOLZER, 2015, p. 152).

A abordagem cultural na Geografia privilegia a dimensão do vivido, dando-lhe o espaço que há muito fora negado a esta ciência. Permite, ainda, a revalorização e inserção da dimensão cultural como importante elemento na constituição e reprodução das relações espaciais e da configuração social; resgata, pela noção de geograficidade (DARDEL, 2015), a relação homem-natureza da ordem clássica que os colocaram em lados opostos (CAMARGO, 2005); promove a percepção ao centro do discurso e da prática geográfica (TUAN, 2013; OLIVEIRA, 2002; 2015); insere o uno, o múltiplo e a alteridade na configuração e formação do território até pouco tempo desconsiderada (ALMEIDA, 2005; 2018; RAFFESTIN, 2009; 2010; HAESBAERT, 1997; 2009; 2012) o lugar torna-se potência de leitura ontológica (HOLZER, 1998; 2003; MARANDOLA JR., 2014); as vivências tornam-se objeto ‘de estudo (NOGUEIRA, 2005); o pesquisador deixa de ser apenas o “de fora” e a este (a nós) é concebida a oportunidade de adentrar no universo da experiência (MERLEAU-PONTY, 1996; 2000).

Heidrich (2016), ao tratar da pesquisa em sociedade e cultura ressalta a complexidade desse campo da ciência, bem como as recentes rupturas de cunho epistemológico e metodológico inerentes à pesquisa geográfica que é feita a partir do vivido e das experiências. Nestas pesquisas o lugar tem sido privilegiado, bem como outras categorias geográficas - paisagem e território, mais especificamente. Todavia, cabe-nos a consideração de que espaço e tempo enquanto categorias filosóficas fundamentam toda a dimensão das categorias da prática.

Essa fundamentação em espaço e tempo, para além das reflexões teóricas, podem ser confrontadas com a prática - e com as categorias da prática – considerando-se dimensão multitemporal característica do objeto da tese. O vivido ribeirinho e com estes, suas respectivas especialidades, se confrontam pelas permanências socioculturais que coexistem em tempos distintos e distintos são, também, os modos de significação e usos/apropriação do espaço.

O plano da realidade objetiva não está isolado do plano das representações e das funções simbólicas que emergem dos modos pelos quais se sente e se conhece o ambiente, ou seja, a própria geograficidade representada. A geograficidade é produtora de efeitos significativos no espaço vivido que por vez interage e se integra ao campo da racionalidade.

Há, portanto, uma intersecção do vivido com lugares que, de igual modo, interagem com a paisagem. Esse é o quadro da espacialidade ao qual todo o universo do vivido se manifesta cultural e socialmente sob um suporte fundante: a natureza,

modificada culturalmente no decurso da história humana de acordo com as técnicas de cada povo e de cada sociedade. À vista disso, Santos (1996) salienta que a principal forma de interação entre homem e natureza é dada pela técnica. Ainda para o autor, "As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço" (SANTOS, 1996, p. 25).

O vivido espacial com suas formas geográficas está fundamentado no espaço, mas, ainda mais, nas paisagens que são vividas e sentidas e seu significado está oculto no próprio cotidiano, ou seja, nas vivências. "É no cotidiano que são construídas e reforçadas as relações entre sociedade e o meio, entre técnica e natureza e, os significados e representações que possam mediar o entendimento dos sujeitos envolvidos" (GAMALHO; HEIDRICH, 2018, p. 04). Ocorre, assim, a produção de uma espacialidade de atuação que se integra ao plano das representações e de uma realidade que é objetiva materializada no fazer diário das práticas cotidianas e na própria constituição de lugares e territórios ora sobrepostos, ora confundidos e até modificados de acordo com quem os significa e intervém.

O fundamento da espacialidade é o de não considerar as paisagens que a constituem como externalidade do lugar ou do território. Se assim o fizer estaríamos excluindo a força vital do vivido. Teríamos, de um lado, a paisagem como externalidade e, de outro, o sujeito que a observa sem a experienciar. É neste sentido que Dardel considera a paisagem como sendo "um momento vivido, uma ligação interna. A paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante [...]. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a terra" (DARDEL, 2015, p. 30-31).

Ao contrário de uma reflexão inteiramente teórica, compete-nos o confronto com a realidade em voga para exemplificar estas exposições: a paisagem ribeirinha do rio São Francisco não deve ser observada sem a devida compreensão de que há um povo que dela é constituinte que exprimem suas relações culturais e existenciais. Em específico, a espacialidade ribeirinha, constituída pela mesma paisagem e por lugares e territórios é definida pelo vivido com as experiências que a significam. A espacialidade ribeirinha, ao tempo que significa é, do mesmo modo, significante, possui significados e é produtora destes.

As relações espaciais (espaço-homem-sociedade) e objetos ou formas geográficas associadas apresentadas em Di Méo e Buléon (2007), seja pela natureza dos conceitos, seja pelos fundamentos da produção espacial, alinham-se aos mecanismos de

produção territorial de Raffestin (2009; 2010), ao considerarem território e territorialidade como constructo da mediação entre trabalho, combinação de técnicas e a natureza. Todos esses mediadores, incluindo aqueles de ordem simbólica e culturais, as ações do homem, sumariamente, estão assentadas em uma base que é o espaço e, por extensão, em uma espacialidade de atuação.

Ao considerar uma espacialidade de atuação, considera-se de igual modo a existência de práticas espaciais, de representações do espaço e de espaços de representação. Essa natureza conceitual de Lefebvre considera o espaço segundo um produto da sociedade e sem qual este não se tona possível. “Esta lógica pode ser aplicada a qualquer sociedade na medida em que consideramos que o homem interage com o espaço, produzindo-o e sendo diretamente influenciado por ele – o espaço – em seu desenvolvimento individual e coletivo” (MATIAS, 2016, p. 161).

Para Haesbaert (2009, p. 108), “os conceitos são moldados através de problemáticas sociais geo-historicamente contextualizadas”. Ao contextualizar mundo e espaço pelo universo do vivido, resgatam-se de igual modo os princípios filosóficos da natureza do conceito - e categoria - pela própria natureza ontológica destes. O vivido e sua inserção na Geografia herda estes fundamentos, de modo que os negar é, igualmente, negar os movimentos epistemológicos pós-1970.

2.3 Percursos e instrumentais metodológicos

Fundamentadas as escolhas e as abordagens teóricas que norteiam a tese, deu-se sequência ao processo de definição das concepções metodológicas e dos percursos que de igual modo estão circunscritos a pesquisa. A pesquisa científica, conforme lembrado por Pessôa, "suscita olhares diferenciados de acordo com o propósito da pesquisa” (PESSÔA, 2012, p. 02). O propósito ao qual a autora se refere está associado aos objetivos que norteiam e fundamentam a investigação. É, por intermédio dos objetivos previamente definidos e das inquietações apresentadas como problema a ser elucidado, que são definidos os modelos e abordagens interpretativos e norteadores do fazer-pesquisar.

A trajetória e fundamentação do fazer-pesquisar, no cerne das inquietações da ciência, tradicionalmente reconhece dois modelos típicos de pesquisa: o modelo de pesquisa quantitativo e o modelo qualitativo (TRIVIÑOS, 1987; GODOY, 1995; ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002; CHIZZOTTI, 2003; TURATO,

2005; PESSÔA, 2012). Este último modelo emerge associado às rupturas paradigmáticas da ciência clássica observado, principalmente, nos anos que sucedem as últimas décadas do século XX. Na Geografia, em específico, tanto as correntes de tendência crítica quanto a humanista-cultural se defrontaram com novas possibilidades de análise e fazem uso desse modelo, muito embora a última seja quase uma imanência de sua natureza.

Desta feita e considerando a natureza dos objetivos aqui abordados tomamos como aporte metodológico a pesquisa qualitativa. Para isso, parte-se do entendimento de que a compreensão da natureza ribeirinha sob o ponto de vista das permanências socioculturais exige um debruçar-se sobre fenômenos e situações que estão contemplados nas vivências e significações, por isso, a leitura qualitativa se apresenta como melhor possibilidade investigativa.

A especificação de opção pela pesquisa qualitativa de modo algum inibe a possibilidade de usos de técnicas associadas ao embasamento quantitativo. Uma escolha não anula a outra, pelo contrário, podem ser complementares e mostrar-se bastante significativas na leitura e interpretação de determinadas realidades, é o que evidencia Trzesniak (1998), Turato (2005), Resende (2013) e Pessôa (2012).

A pesquisa qualitativa tem por premissa a possibilidade de o pesquisar estabelecer maior relação de proximidade com o ambiente e nas relações sociais as quais as análises são desenvolvidas. Esse envolvimento fundamenta a coleta de dados, a exploração da espacialidade envolvente e o acesso aos conteúdos que de outro modo não seria possível de apreensão.

Também Chizzotti (2003, p. 228) aprofunda o debate sobre as fundamentações nas quais estão assentadas as bases da pesquisa qualitativa e sua objetivação quanto ao movimento paradigmático nas ciências sociais, considerando que “os pesquisadores qualitativos contestam a neutralidade científica do discurso positivista e afirmam a vinculação da investigação com os problemas ético-políticos e sociais”. Ainda para este autor, os pesquisadores de abordagem qualitativa [...] “declaram-se comprometidos com a prática, com a emancipação humana e a transformação social, adensam-se as críticas aos postulados e exigências das pesquisas unicamente mensuráveis” (CHIZZOTTI, 2003, p. 228).

Essas considerações apresentadas por Chizzotti (2003) desmistificam uma racionalidade replicada em muitas pesquisas: aquela de que as pesquisas qualitativas se importam somente na preocupação da descrição da realidade. Como descrito, o universo desse modelo de fazer-pesquisar é amplo e a descrição é uma objetivação entre tantas

outras possíveis. O envolvimento do pesquisador, assim, está inteiramente associado a um compromisso da prática social e, quiçá, de sua transformação.

Ao observar, descrever com profundidade e analisar determinada realidade ou fenômeno, colabora-se com a possibilidade de compreensão de situações pouco conhecidas ou debatidas, situações cotidianas e casuais invisíveis aos procedimentos unicamente mensuráveis. As relações vividas e experienciadas em determinado lugar ou território, por exemplo, são algumas das situações possíveis de análise construídas pela observação e pela descrição densa.

As pesquisas qualitativas, mais do que uma abordagem interpretativa, possibilitam a valorização de conteúdos pelo contato direto com a realidade pesquisada, considerando pontos de vista, percepções, observações, causalidades, bem como a valoração do universo simbólico e das representações sociais resultantes da experiência do indivíduo ou dos grupos com o espaço envolvente e que, na tese ora em desenvolvimento, pauta-se na espacialidade ribeirinha do rio São Francisco.

Ao versar sobre a condução de desenvolvimento da pesquisa geográfica, Libault (1994), propõe a estruturação da pesquisa em quatro níveis de desenvolvimento, quais sejam: I. Nível Compilatório; II. Nível Correlatório (*sic*); III. Nível Semântico e IV. Nível Normativo. Estes níveis, embora diferenciados, dialogam entre si, entre etapas, e representam, para o autor, o fundamento da organização da investigação a que se pretende desenvolver.

Gil (2008), ao tratar sobre os métodos e técnicas de pesquisa social, debruça-se sobre o delineamento e operacionalização de pesquisa, evidenciando a importância da adoção de estruturas sequenciais que possam auxiliar na organização da pesquisa e na consequente sistematização do conhecimento.

Partindo dessas considerações, o desenvolvimento da tese está se dando mediante sistematização em quatro fases (Figura 3), as quais, assim como em Libault (1994) e Gil (2008), fundamentam e estruturam a organização das atividades segundo as etapas da pesquisa. Essa organização não consiste em etapas fechadas a serem seguidas. Há interrelação e proximidade entre cada uma das etapas e sobre as quais é possível progredir ou voltar aos elementos de cada uma, de acordo com o desenvolvimento da pesquisa e a demanda dos objetivos.

Figura 3: Etapas de Desenvolvimento da Pesquisa

Organização e Elaboração: Cícero Bezerra da Silva, 2021.

A Etapa I consistiu, inicialmente, na revisão das questões-problema, objetivos e reformulação da hipótese de tese. O estado da arte e o levantamento e aprofundamento teórico e de referências constitui a base da pesquisa. A montagem do banco de dados se deu mediante levantamento em órgãos públicos e privados. O momento inicial de uma pesquisa, conforme proposições de Libault (1994, p. 03), é "a coleta e seleção dos dados", neste momento ocorrem o levantamento de dados e informações, de modo amplo.

A primeira etapa pode ser considerada uma das mais amplas, pois além das revisões apontadas, envolve toda a base de sustentação teórica e metodológica da pesquisa, bem como o início do tratamento do material já levantado. Conforme Gil (2008), o início de uma pesquisa se define pelo momento de seleção, definições e escolhas. Nesta etapa a ênfase foi dada, ainda, ao levantamento de documentações audiovisuais, pois, em se tratado do contexto sociocultural do rio São Francisco, esse tipo de recuso é bastante explorado. Documentários, filmes e reportagens de diversas abordagens temáticas fundamentaram a busca e seleção audiovisual.

Junto aos recursos audiovisuais soma-se o conjunto de organizações e instituições governamentais e não governamentais que se dedicam ao estudo e gerenciamento do rio São Francisco, as quais consistem em importante fonte de dados. Para explicar, destaca-se, entre outros, a Sociedade Canoa de Tolda; Projeto Opará: águas do São Francisco – Petrobrás Socioambiental e Universidade Federal de Sergipe; Projeto Expedição Científica do Baixo São Francisco – Universidade Federal de Alagoas; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco que realiza o Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, reunindo as Instituições de ensino superior, todos esses com importantes bancos de dados e informações.

Ainda sobre os dados secundários, eles fundamentam os indicadores socioeconômicos e análises concernentes aos municípios e espacialidade ribeirinhas. Esses dados, associados ao levantamento bibliográfico e às informações levantadas em campo, fundamentam a leitura das espacialidades retratadas. Dentre as bases e bancos de dados, destacam-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Comissão Pastoral da Terra, Agência Nacional de Águas, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de secretarias e órgãos municipais e estaduais.

A Etapa II diz respeito à correlação entre os dados capitaneados na etapa anterior. Os dados já foram, em parte, levantados. Assim, o objetivo foi o de estabelecer parâmetros que os aproximem pela realidade discriminada. É o momento em que são eliminados os excessos teóricos e de dados considerando a aproximação com o tema abordado. O estado da arte, já mencionado, passou por um aperfeiçoamento levando em consideração as discussões e aproximadas empíricas.

O momento das primeiras aproximações consistiu, inicialmente, na definição das estratégias e dos instrumentos que fundamentam o desenvolvimento dos trabalhos de campo. Essas definições, realizadas de acordo com os objetivos da pesquisa e levando em consideração a realidade *in loco*, fundamentam a coleta de informações e o contato com o público definido.

De modo particular, as inserções no campo fundamentadas na Etapa II, consistem em práticas basilares para o desenvolvimento da pesquisa e cuja prática só se torna possível mediante as estratégias definidas antecipadamente como condição necessária à coleta de dados e apreensão da realidade em estudo. Para Hissa (2008), Suertegaray (2009) e Alentejano e Rocha-Leão (2017), a prática do trabalho de campo é parte integrante da própria história da ciência geográfica e, como tal, é indispensável à produção de saberes inerente a este campo do conhecimento, muito embora não se restrinja apenas aos estudos geográficos. Mesmo estando representadas na Etapa II, as atividades concernentes aos trabalhos de campo não se restringiram apenas a esse momento da pesquisa.

A Etapa III é aquela na qual o pesquisador se debruça sobre o tratamento das informações e a consequente sistematização em conhecimento produzido por e a partir das etapas precedentes. De modo particular, nesta etapa foi realizado a intensificação do tratamento dos dados e observações coletadas na segunda etapa. Foi, portanto, o processo de análise do conteúdo e sistematização do conhecimento. Relacionam-se questões, problematiza-se a realidade mediante os fundamentos teóricos e o conhecimento da realidade pesquisada.

A Etapa IV correspondeu à atividade normativa. Nesta, há a elaboração de um raciocínio fundamentado na base teórica já concebida e tratada; responde-se aos objetivos propostos; afirma-se ou refuta-se a as hipóteses. A etapa final da pesquisa é chamada por Libault (1994, p. 04) de “atividade normativa”, pois é a etapa da redação, sistematização do material e organização textual e gráfica. Esse é, portanto, o processo final para a concretização do estudo.

Na pesquisa, a coleta de dados se tornou possível mediante a realização de: i. levantamento bibliográfico; ii. levantamento documental iii. observação dirigida/direta; iv. uso e aplicação de entrevistas semiestruturadas; v. travessia ou transecto; vi. diário de campo e vii. Registros fotográficos, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Técnicas de Coleta Para a Sistematização dos Dados na Pesquisa

TÉCNICA	OBJETIVO
Estado da Arte – Levantamento Bibliográfico	Revisão da literatura; aprofundamento teórico-metodológico; definições e escolhas epistêmicas
Levantamento Documental	Levantamento de documentos, mídias, fotos, dentre outros sobre as espacialidades ribeirinhas
Observação Dirigida/Direta	Observação direta da espacialidade em análise e dos fenômenos ocorrentes
Entrevista Semiestruturada	Recolha e coleta de informações com os sujeitos da pesquisa
Diário de Campo	Registros de observações não descritas nas entrevistas; particularidades; percepções; fatos e situações gerais vivenciadas e observadas
Registro Fotográfico	Registros (como levantamentos) auxiliares nas descrições e análises das espacialidades ribeirinhas.

Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra de (2021).

Estado da Arte - Levantamento Bibliográfico: consistiu no levantamento de produções e instituições ou órgãos que realizam estudos ou se dedicam à compreensão da espacialidade ribeirinha, com ênfase no contexto da diversidade sociocultural e da reprodução social tanto referente ao rio São Francisco quanto de outras especificidades territoriais. Dentre esse levantamento destacam-se as contribuições de Pierson (1972a; 1972b; 1972c); Thèry (1980) e Monteiro (2013 [1962]), por retratarem classicamente o vale do rio São Francisco e suas especificidades em amplos relatos de experiências. Citam-se as contribuições mais contemporâneas de Vargas (1999; 2003; 2020a; 2020b); Chagas (2014); Souza (2013; 2018); Oliveira (2013); De Paula (2012; 2013), entre outros, em que desvelam pelo olhar de cada qual, a dimensão sociocultural e as contradições observadas, descritas e vividas nas paisagens, no lugar e no território ribeirinho, considerando a natureza do lugar, as políticas de desenvolvimento, os conflitos territoriais e socioambientais e as transformações historicamente perpetradas no rio São Francisco e para além dele.

Levantamento Documental: a pesquisa documental foi tomada como procedimento relevante pela possibilidade de ampliar as informações levantadas pelas entrevistas, observações e registros fotográficos. Documentos históricos, normativos, mídias, relatórios,

dentre outros, foram importantes, por exemplo, para o resgate de informações e dados que possibilitam maior compreensão do fenômeno, dentre os quais destacam-se consultas à legislação e à processos públicos, a exemplo da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (Portaria IPHAN nº 127/2009) e Notas Técnicas para o tombamento da paisagem cultural da foz do rio São Francisco (Protocolo 01450.003977/2013-76; Protocolo 01450.012507/2014-84); Central de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatista (IBGE), para caracterização dos perfis dos municípios. Consideramos, ainda, as bases documentais e de registros fotográficos da Sociedade Canoa de Tolda, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, entre outros. Quanto as mídias, estas referem-se, em específico, ao levantamento de documentação audiovisual em plataformas na rede mundial de computadores tomando por referência as produções associadas ao baixo rio São Francisco (Apêndice 3).

Observação Dirigida/direta: a técnica consiste na observação e descrição de fenômenos no espaço envolvente, tomando por base um roteiro específico que advém dos objetivos da pesquisa. O olhar em campo foi norteado por um roteiro, inclusive suscitando a inserção de novas questões no momento das entrevistas. Ao versar sobre o exercício da observação no estudo da paisagem, Vargas (2020a p. 99) corrobora que "há de se ressaltar a observação como técnica de pesquisa cujos pressupostos vão muito além de uma descrição, mesmo que minuciosa, dos componentes e característica de uma dada paisagem ou fenômeno" [...]. Para a autora a observação [...] "permite identificar a orientação, a dinâmica e o sentido do que se observa" (VARGAS, 2020a, p. 99). Em acordo com as proposições citadas e considerando a natureza dos objetivos na pesquisa, a observação se confirmou como importante técnica ao exercício da leitura e interpretação das espacialidades ribeirinhas do rio São Francisco. O roteiro de observação e de entrevista, em situações específicas, extrapolava as questões previamente estabelecidas, pois em campo levamos em considerações nossas vivências com as pessoas em suas espacialidades o que favorece novas reflexões ou mesmo o surgimento de questões outras para além das definições *a priori*.

Entrevista Semiestruturada: esse modelo de entrevista tem como característica a possibilidade de associação entre questões estruturadas e não estruturas, norteadas por eixos discursivos previamente estabelecidos. Além disso, por ser do tipo aberta, permite a inserção de novas questões não previstas premeditadamente no roteiro ou questionário. Trivinõs (1987, p. 146), define a técnica de entrevista semiestruturada como sendo "aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que,

em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante". A organização e elaboração das questões da tese foram norteadas pela problematização da temática em desenvolvimento e considerando a natureza dos objetivos e hipótese. As entrevistas, embora alinhadas pelos fundamentos da teoria e/ou por experiências previamente vividas, não se circunscreveram a um modelo de raciocínio fechado ou inflexível. São questões abertas, flexíveis e adaptáveis segundo o próprio desenvolvimento e evolução da pesquisa, da organização das ideias e das condições particulares do entrevistado. O contato com o lugar, com a paisagem, com as pessoas e os diversos elementos que configuraram o espaço de problematização da pesquisa favoreceram reflexões, observações e, por extensão, o levantamento de questões outrora não problematizadas, daí a importância de flexibilizar os modelos de entrevistas (Apêndice 1).

Diário de Campo ou Caderno do Pesquisador: técnica particular do pesquisador que contempla anotações diversas e registros de códigos e informações avulsas e que, à posteriori, poderá servir de base à sistematização das demais informações coletadas nas entrevistas e observações dirigidas. Essa é uma técnica não formal, pois não há um modelo definido e segue, portanto, as estratégias do próprio pesquisador. A esse respeito, Venâncio e Pessôa (2009, p. 319), argumentam que o diário de campo é fundamental "na reconstrução da história do lugar, na descrição da paisagem, no registro dos dialetos mais comuns, nos festejos e nas vivências". Para Brandão (2007, p.11), as vivências em trabalhos de campo [...] "é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam" [...]. Ainda para o autor "a experiência de trabalho de campo tem uma dimensão muito intensa de subjetividade. [...] todo trabalho de produção de conhecimento aí se passa através de uma relação subjetiva" (BRANDÃO, 2007, p. 12). É nesse contexto que se insere o diário de campo como instrumento fundamental a condução do íntimo, das relações de proximidade e das experiências, de acontecimentos e das sensações que estão articuladas ao campo, ao lugar e às relações dialógicas perpetradas em determinados contextos. O diário ou caderneta de campo é um resgate do que foi observado e experienciado no local da pesquisa, permitindo a posterior articulação de dados e sistematização e produção do conhecimento (BRANDÃO, 2007).

Registros Fotográficos: Consiste no registro imagético dos espaços envolventes na pesquisa e nas diversas situações observadas em campo. "A fotografia é uma extensão da nossa capacidade de olhar, e se constitui em uma técnica de representação da realidade que, pelo seu rigor e particularismo, se expressa através de uma linguagem própria e inconfundível" (GURAN, 1991, p. 11). Ainda para o autor "a fotografia permite inventariar cenários, eventos

e circunstâncias com muito mais precisão e abrangência do que a memória ou mesmo apontamentos escritos" (GURAN, 1991, p. 12). Os registros fotográficos, além da apreensão imediata de fatos e fenômenos segundo a percepção e interesse do pesquisador e os objetivos da pesquisa, possibilita a organização das análises do objeto pós-evento ao considerar o banco de fotografias registradas.

Isso posto, é importe considerar que o detalhamento dos percursos e técnicas na pesquisa levou em consideração os fundamentos da abordagem qualitativa pelo uso de estratégias que privilegiam a dimensão do espaço vivido. Assim, as técnicas descritas recebem influências de abordagens teóricas fundamentadas nos movimentos de renovação das ciências sociais, sobretudo aquelas subsequentes à década de 1970. A esse respeito, Almeida (2019, p. 46), lembra que "até os anos de 1980 a geografia desdenhava aspectos como as percepções e emoções, porque não eram objetivos". A primazia à objetividade, dessa forma, não considerava ou então negligenciava técnicas - e pesquisas - que se propusesse a privilegiar o vivido e a dimensão das experiências.

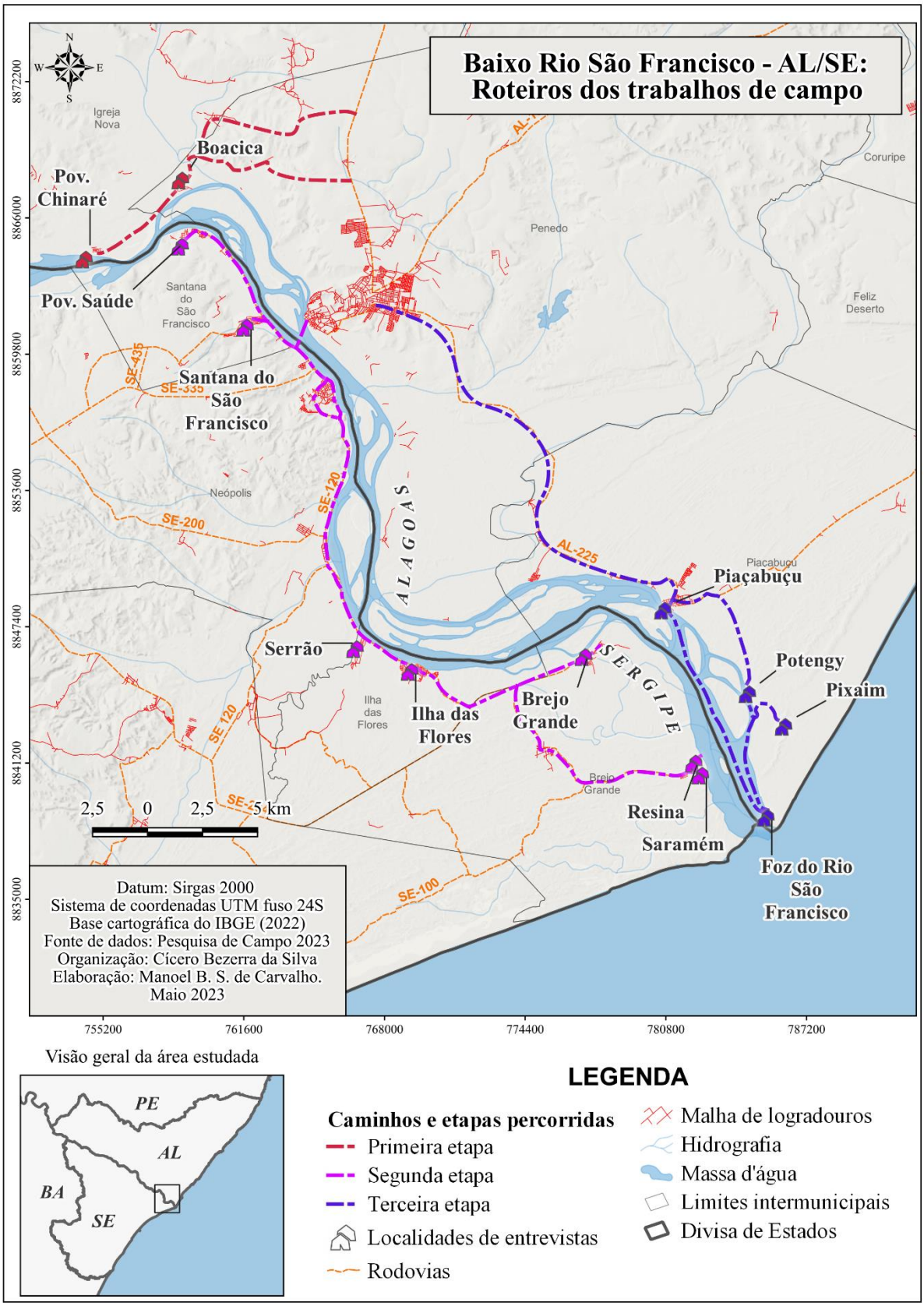
Ao definir a técnica, estamos de igual modo delineando os fundamentos circunscritos à teoria. O olhar em campo, os modos de abordagem, o roteiro de questões, as anotações e o direcionamento das fotografias estão fundamentados em sistemas de ideias mentalmente definidos por e a partir de construções de eventos *a priori*. Essas considerações fundamentam a assertiva de que há uma práxis que está consubstanciada à empiria pelas visitas e inserções ao campo possibilitadas pelas técnicas empregadas.

Para o desenvolvimento desta tese, os trabalhos de campo nas espacialidades ribeirinhas do baixo rio São Francisco foram desenvolvidos em três etapas, conforme roteiros expressos no mapa 2, entre os anos de 2022 e 2023. Quanto as localidades constituintes das espacialidades ribeirinhas em que as entrevistas formam realizadas, estas seguiram os roteiros das respectivas etapas, considerando os territórios municipais percorridos. É importante considerar que informalmente foram realizadas outras aproximações em campo para observações gerais sem que, para tanto, tenhamos nos norteado por referências locais ou realização de entrevistas. Nestes percursos, o olhar voltou-se para a configuração paisagística das referidas espacialidades e para as condições de acesso às comunidades, principalmente em Alagoas.

A definição das localidades para realização das entrevistas se deu em função do traçado paralelo ao rio São Francisco e que a este rio se ajustam segundo sua organização locacional e o traçado do percurso. Estes percursos seguiram rodovias, estradas vicinais e percursos realizados via fluvial.

Ao longo dos roteiros - trajetos realizados - buscou-se levar em consideração as relações estabelecidas entre as comunidades e o rio São Francisco. Pelos roteiros, foi possível a realização de observações gerais sobre os recursos naturais, dinâmica econômica, modos de organização das comunidades e das cidades, características gerais da paisagem, entre outros aspectos, aportando-se para isso nas leituras de Verdejo (2006), Almeida (2019) e Vargas (2021), em que referem-se ao conjunto de técnicas para entender, estudar e observar o espaço rural e para além deste.

Mapa 2: Roteiros de campo e localidades de realização das entrevistas



Organização e Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da; CARVALHO, Manoel Barros Silva de (2023). **Fonte dos dados:** Trabalho de Campo (2022; 2023).

Quanto à definição dos participantes para a realização das entrevistas, seguimos a proposta do método de livre escolha e das referências locais, considerando as vivências com o rio São Francisco e o tempo de residência nas localidades. Em um segundo momento, após a primeira abordagem, tomamos por base as referências mencionadas, considerando o uso da técnica *Snowball* ou Bola de Neve. Essa técnica é fundamentada em cadeia de referências e considera as indicações levantadas por pessoas que partilham características comuns ou inerentes a determinado grupo ou lugar.

A técnica da Bola de Neve consiste em tomar como ponto de partida um contato que de modo espontâneo ou por meio de solicitação passará a indicar referências que possam auxiliar na pesquisa. De acordo com Albuquerque (2009), os primeiros informantes contactados de modo aleatório recebem o nome de *sementes* e todas as referências por eles mencionadas ou indicadas são nomeados *filhos ou frutos*, originando a cadeia de referências.

O quadro 2 a seguir, expõe o perfil dos entrevistados nas espacialidades ribeirinhas do baixo rio São Francisco, considerando as localidades de referência. No referido perfil, considera-se localidade, o número de entrevistados por localidade, o tempo de residência, idade e a profissão desempenhada pelo entrevistado.

Quadro 2: Perfil dos entrevistados nas localidades situadas na margem alagoana do rio São Francisco

Localidade de Referência	**Número de entrevistas**	**Tempo de residência na espacialidade ribeirinha[12]**	**idade**	**Profissão**
Perfil dos entrevistados nas localidades situadas na margem alagoana do rio São Francisco				
Chinaré	3	Sempre residiu	52	Agricultor/Pescador
		Sempre residiu	48	Agricultor/Pescador
		Sempre residiu	*	Agricultor/Pescador/Servidor Público
Boacica	3	Sempre residiu	68	Agricultor/Pescador/Aposentado
		Sempre residiu	*	Agricultor/Pescador/Aposentado
		Sempre residiu	*	Agricultor/Pescador
Piaçabuçu	3	Sempre residiu	42	Pescador/Barqueiro
		> 30 anos	47	Pescador/Barqueiro
		Sempre residiu	*	Pescador/Comerciante
Potengy	3	Sempre residiu	32	Guia de turismo local
		Sempre residiu	*	Professor/Servidor Público

[12] Aqui, consideramos não somente o tempo de residência na localidade de realização da entrevista (sede, povoado ou comunidades), tomando por referências as vivências no/com o rio São Francisco no contexto da espacialidade ribeirinha.

		Sempre residiu	40	Pescador/Barqueiro
Pixaim	4	Sempre residiu	*	Dona de Casa
		Sempre residiu	62	Dona de Casa/Aposentada
		Sempre residiu	67	Dona de Casa/Aposentada
		Sempre residiu	67	Pescador/Artesão/Aposentado
Foz	3	Sempre residiu	30	Dona de Casa / Comerciante
		> 20 anos	*	Dona de Casa / Comerciante
		Sempre residiu	34	Barqueiro/ Comerciante
Perfil dos entrevistados nas localidades situadas na margem sergipana do rio São Francisco				
Saúde	5	Sempre residiu	54	Servidor Público
		Sempre residiu	43	Servidor Público/Pescador
		Sempre residiu	30	Servidor Público
		Sempre residiu	*	Servidor Público
		Sempre residiu	*	Servidor Público
Santana do S.F.	3	Sempre residiu	45	Dona de Casa/Comerciante
		Sempre residiu	*	Indústria/Comércio
		Sempre residiu	*	Indústria/Comércio
Serrão	2	> 50 anos	53	Aposentado
Ilha das Flores	1	Sempre residiu	42	Pescador/Agricultor
Resina	4	Sempre residiu	45	Pescador
		Sempre residiu	42	Pescador
		Sempre residiu	22	Pescador/Estudante
		Sempre residiu	*	Dona de casa/Aposentada
Saramém	4	Sempre residiu	70	Dana de Casa/Aposentada
		Sempre residiu	68	Pescador/Aposentado
		Sempre residiu	36	Pescador/Barqueiro
		Sempre residiu	30	Pescador
Brejo Grande	3	> 60 anos	*	Comerciante
		Sempre residiu	54	Pescador
		Sempre residiu	43	Pescador
Total				**40**

Fonte: Trabalho de campo, 2022, 2023.
Organização: Cícero Bezerra da Silva, 2023.

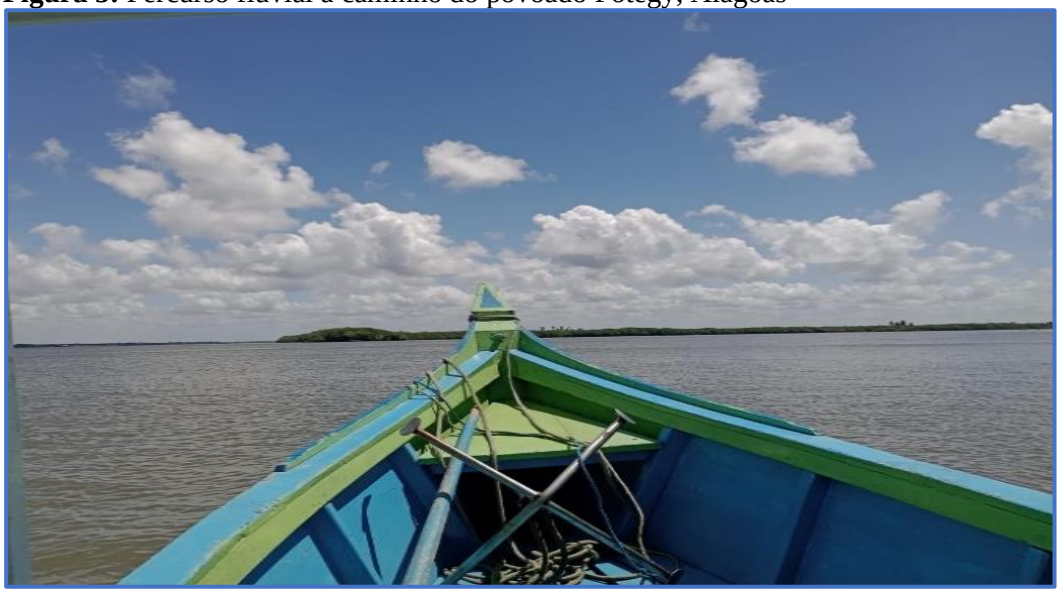
Para fins analíticos, referenciamos ainda os contatos realizados nas comunidades, travessias, escolas, estradas, postos de saúde, pousadas, portos e pontos comerciais. Estes, mesmo que não tenham se caracterizado enquanto entrevistas, contribuíram de modo significativo para o desenvolvimento desta tese, seja por apresentarem indicações de referências locais para o desenvolvimento e adensamento das entrevistas ou mesmo por exporem informações importantes quanto as suas vivências, paisagens e condições sociais e de vulnerabilidade.

As entrevistas foram realizadas no contexto das vivências ribeirinhas, nos espaços de trabalho, de lazer, em percursos realizados em pequenas embarcações e nas residências (Figura 4 e 5), buscando, desse modo, uma aproximação mais fidedigna com os aspectos sociais e culturais dos entrevistados e de suas respectivas espacialidades.

Figura 4: Entrevista na comunidade Pixaim, em Piaçabuçu, AL

Fonte: Trabalho de campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Figura 5: Percurso fluvial a caminho do povoado Potegy, Alagoas



Fonte: Trabalho de campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Nas comunidades e povoados de Resina, Potengy e Pixaim, além das entrevistas, foram realizadas pequenas caminhadas transversais[13] na companhia de moradores. Essas caminhadas objetivaram a observação e apontamentos de referências específicas importantes para a comunidade e seus moradores, a exemplo de ruinas das primeiras residências, de pequenos roçados, de atracadouros, poços de captação de água, usina de geração de energia solar, igrejas, entre outros elementos.

Os percursos à barco, mediante o mesmo contexto, possibilitou maior aproximação com o cotidiano e com a vida no rio. Além disso, por ser realizado na companhia de moradores locais, os percursos possibilitaram a aproximação direta com a percepção e com o olhar de quem vivencia as mudanças no ciclo das águas, o contexto social local, a expressão das suas territorialidades, o apego ao rio e as terras.

Os percursos nas rodovias e estradas de terra (vicinais) que nos levaram às comunidades e cidades ribeirinhas, referenciaram o aporte analítico interpretativo de uma paisagem que é diversa. Nestes percursos, estão postas as matrizes culturais das gentes ribeirinhas e, por evidência, os distintos modos de apropriação e usos das terras e das margens do rio, principalmente pelas estruturas de turismo e lazer. Também evidenciam a precariedade de acessos à algumas das comunidades (Figura 6), o isolamento em relações as sedes dos municípios, a carência de serviços, ou seja, evidenciam a realidade geográfica segundo aquilo que é igualmente vivido e que só é possível de ser observado e percebido quando nos desnudamos do vislumbre contemplativo da paisagem.

[13] Essa atividade/técnica é denominada por Verdejo (2006) de travessia ou transecto, e é uma das técnicas utilizadas nas ações de Diagnostico Rural Participativo (DRP). Almeida (2019), por vez, refere-se a esse tipo de técnica como sendo Caminhada Transversal, e a insere no contexto das metodologias de estudos do lugar rural .

Figura 6: Acesso aos povoados Chinaré e Boacica em Igreja Nova, Alagoas

Fonte: Trabalho de campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Esse é, pois, o exercício da observação do qual Vargas (2020) se refere e evoca reflexões “seja pela significância do olhar do geógrafo para a paisagem objeto, para a paisagem categoria e, ainda, pelos múltiplos ângulos de ver, ter e pertencer à paisagem, quer pelos percursos epistêmicos ou pelas travessias da vida” (VARGAS, 2020, p. 99).

PARTE II - NAS DUAS MARGENS DO RIO

Restinga entre as comunidade de Resina e Saramé, Sergipe.

3. REFERENTES DA TRÍADE DO ESPAÇO E CONDICIONANTES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL NA ESPACIALIDADE RIBEIRINHA

3.1 Aspectos da formação da espacialidade ribeirinha

O processo histórico-geográfico da formação da espacialidade das comunidades ribeirinhas no baixo São Francisco alagoano e sergipano (BSF – AL/SE), está diretamente associado a dinâmica de produção do espaço colonial acompanhando a ocupação das terras de rio e beira-rio do São Francisco e de seus afluentes. O papel e significação atribuídos ao 'grande rio' é diverso no decurso da história, estando associado aos interesses dominantes, aos sujeitos envolvidos e aos projetos concebidos segundo estes mesmos interesses. Ainda assim, é amplamente versado sobre a importância histórica e geográfica do rio São Francisco na formação territorial do Brasil. Descrito, relatado e representado, este rio é parte fundamental da história do país e, como tal, é guardado no imaginário e nas representações como o rio que delineou o cerne do processo de ocupação das terras interiores - os sertões - a porta de entrada do colonizador e a via de escoamento das riquezas exploradas no grande vale e no canal principal que se estende por mais de 2.700 km.

Ao narrar a história do rio São Francisco, Chagas (2014, p. 32), elenca que "este é o rio que possibilitou a ocupação dos grandes sertões brasileiros, o rio que direcionou grande parte da história do país, o rio que guardou ciosamente os hábitos, costumes e as tradições dos três povos formadores de nossa nacionalidade". Também os clássicos relatórios de viagens e expedições a exemplo daqueles produzidos por Auguste de Saint-Hilaire (2004 [1960]) e pelo inglês Donald Piersom (1972), demonstram a multiplicidade de povos ocupantes das terras às margens do rio São Francisco, com ênfase às povoações indígenas[14].

Mediante esse contexto, as marcas da formação da espacialidade ribeirinha e, por conseguinte, do povoamento no BSF-AL/SE, segue a dinâmica colonial em que a inserção do sujeito europeu se assentou mediante a expulsão, domínio e extermínio dos primeiros habitantes, os nativos. Desta feita, em termos gerais, já no século XVIII, tal fato implicou na total inserção do Baixo São Francisco nos moldes do quadro da economia colonial em

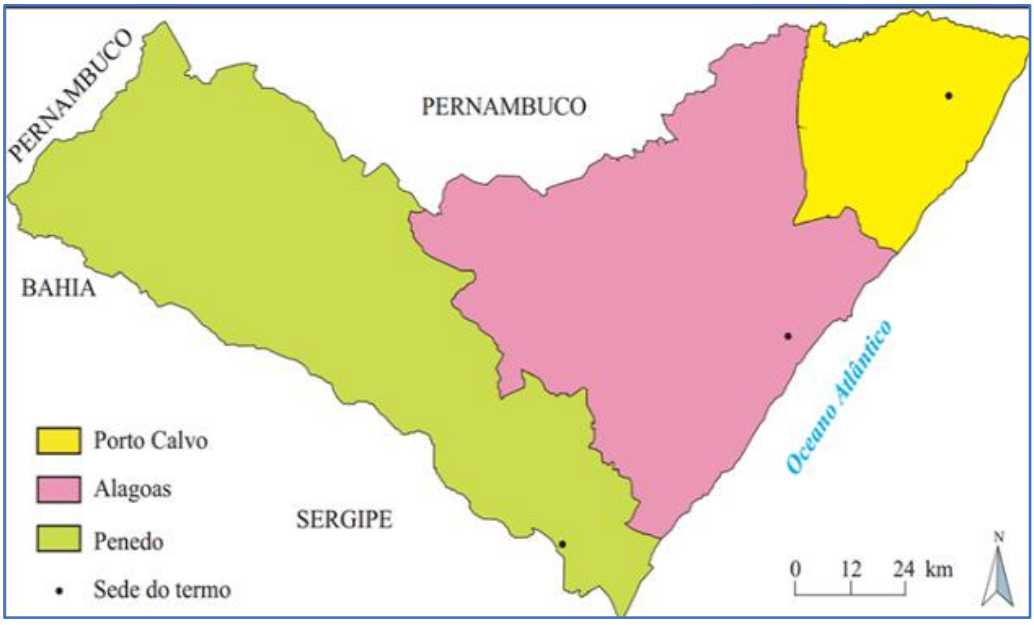
[14] A esse respeito, consultar: Hohenthal Jr. As Tribos Indígenas do Médio e Baixo São Francisco. Revista do Museu Paulista. V. XII, São Paulo, 1960. Disponível em: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. www.etnolinguistica.org.

que os espaços mais próximos ao litoral, dada a vocação, passaram a ser ocupados pela cana-de-açúcar e as terras mais interiores pela criação de gado (ABREU, 1963; ANDRADE, 1979; RIBEIRO, 1992). As fazendas e, por consequência, os primeiros núcleos de povoamento já eram possíveis de serem observados em meados do século XVII, conforme assegurado por Abreu (1963), Diegues Júnior (1972) e Andrade (1979).

Os traços coloniais foram impregnados na paisagem e orientaram a dinâmica do rio São Francisco e de sua apropriação tornando-o elemento basilar dos anseios coloniais, sendo considerado, daí a diante, a base física de sustentação do avanço do colono, abrigo interior das populações que se adensavam em várias direções rio a dentro, e, na sequência, a base do ideário de construção do Império, pois mais que qualquer outra via, o rio São Francisco fazia a ligação do litoral com as terras interiores (DIEGUES JÚNIOR, 1972).

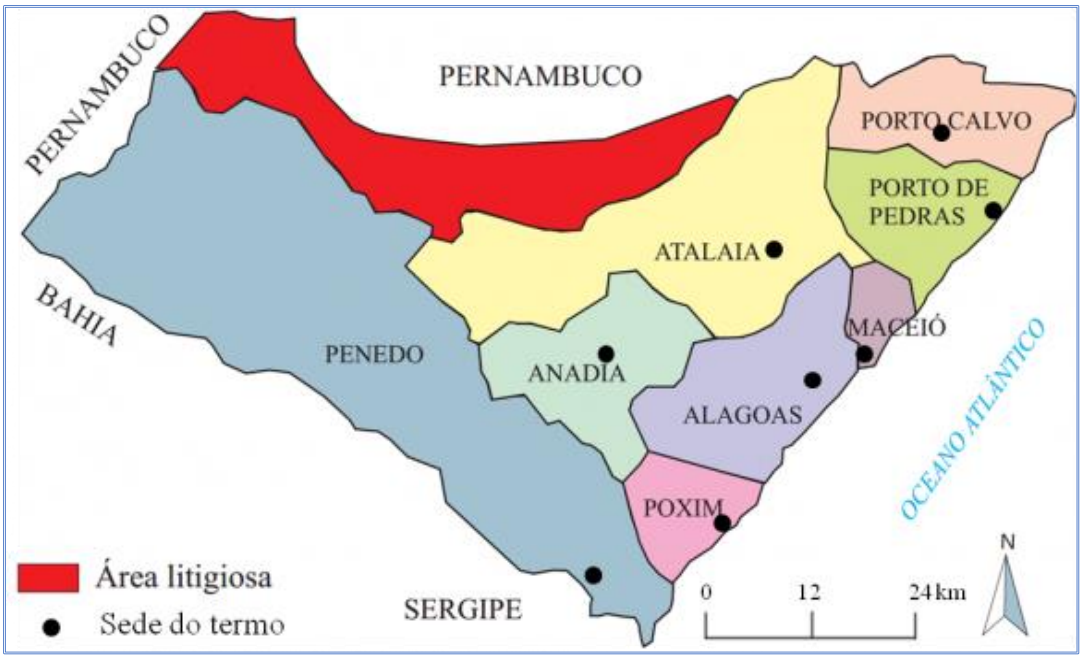
Sob o ponto de vista da Geografia histórica, e considerando a formação urbano-territorial na margem alagoana do rio São Francisco, o primeiro núcleo de povoamento foi a atual Penedo, sendo a mesma um dos três primeiros núcleos de povoamento (Penedo, Porto Calvo e Marechal Deodoro) do que viria a se configurar como o atual território de Alagoas (Mapa 3 e 4). Os mapas retratam as primeiras vilas de Alagoas e suas áreas de influência, evidenciado a abrangência e importância de Penedo para o processo de ocupação da região do baixo São Francisco até, pelo menos, o século XIX.

Mapa 3: Vilas de Alagoas e suas áreas de influência em 1636



Disponível em: https://journals.openedition.org/confins.
Acesso: Julho de 2022.

Mapa 4: Vilas de Alagoas e suas áreas de influência em 1817



Disponível em: https://journals.openedition.org/confins.
Acesso: Julho de 2022.

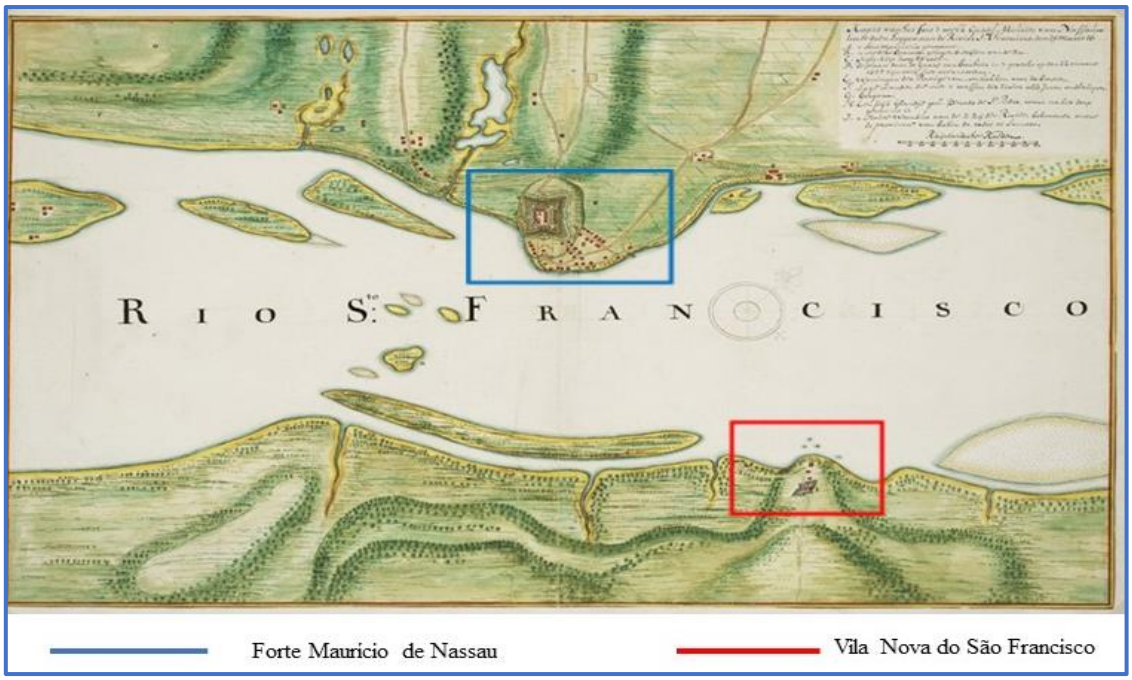
Penedo, particularmente, segundo Diegues Júnior (2006), se diferenciava das demais povoações pois demarcava os limites da então Capitania de Pernambuco, ocupando o papel de arraial fortificado (Forte Maurício de Nassau), uma espécie de núcleo de defesa aos limites territoriais e acesso às terras sul daquela capitania (Figura 7).

Ao versar sobre Penedo e sua influência na então província de Alagoas, Texeira (2016, p. 123) chama atenção para o fato de que esta cidade "consolidou-se como a segunda maior praça comercial da Província de Alagoas e principal entreposto comercial da região que ligava o interior do São Francisco às rotas nacionais de cabotagem". Daí, ressalta-se, esta cidade tornar-se referência e objeto de cobiça muito em função de sua localização estratégica em relação ao rio São Francisco e ao oceano Atlântico, base para as relações comerciais imperiais e influenciado toda a espacialidade ribeirinha em ambas as margens.

Ainda para Teixeira (2016, p. 130), "a movimentação do Porto do Penedo no início da década de 50 [em relação ao século XIX], fez com que a cidade rapidamente fosse integrada nas rotas regulares de navegação a vapor, que se expandiam naquela década", fato este que inseriu ainda mais fortemente Penedo nas rotas do Império e nas dinâmicas político-comerciais do Brasil oitocentista, inclusive com ligação direta aos

portos de Sergipe e Salvador (MORENO BRANDÃO, 1909; TEXEIRA, 2016; CASTILHO, 2022; SÁ, 2022).

Figura 7: Representação do Forte Maurício de Nassau (atual Penedo) e Vila Nova do São Francisco (atual Neópolis), na Cartografia de Johannes Vingboons, de 1665



Disponível em: https://luizsaviodealmeida.blogspot.com.
Acesso: agosto de 2022.

A margem sergipana do rio São Francisco, por ter sido considerada uma área de travessia entre as Capitanias de Pernambuco e Bahia de Todos os Santos, tem o processo de povoamento diretamente associado aos pontos de parada para descanso, abastecimento e, mais adiante, de conformação de postos comerciais, ou seja, era configurada como área estratégica (ABREU, 1963; DIEGUES JÚNIOR, 1972). “Sergipe conformava-se assim, como uma capitania de abastecimento de gado para os prósperos núcleos da Bahia e de Pernambuco” (VARGAS, 1999, p. 28).

Quanto aos registros dos núcleos de povoamento, a então povoação Vila Nova do São Francisco, atual cidade de Neópolis, foi, segundo os registros historiográficos, a única vila existente na margem direita do rio São Francisco até o ano de 1718. Outro importante núcleo de povoamento na margem sergipana foi Santo Antônio do Urubu de Baixo, atual Propriá, cuja registros também remontam ao século XVIII (Figura 8).

Figura 8: Representação de Sergipe em 1903, com destaque para a povoação de Santo Antônio do Urubu de Baixo (atual Propriá) e Vila Nova do São Francisco (atual Neópolis)

Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Ficheiro:Mapa_de_Sergipe,_c.1903.
Acesso: agosto de 2022.

Assim como em Penedo, na margem esquerda – Capitania de Pernambuco -, os limites territoriais dessas povoações e vilas eram imprecisos, todavia, contemplavam praticamente toda a extensão de terras do que convencionou-se chamar de baixo São Francisco alagoano e sergipano, estando sobre área de influência das citadas vilas e povoações das terras que se estendiam da foz do rio até os limites entre os atuais estados de Pernambuco e Bahia.

> O território de Vila Nova do São Francisco compreendia as terras da foz do rio até o povoado de Santo Antônio do Urubu (hoje Propriá), abrangendo uma extensão de 14 léguas contíguas ao leito do rio [...]. A freguesia de Santo Antônio do Urubu iniciava-se às 14 léguas da foz do rio e alcançava o sertão até o riacho Xingó, distante 58 léguas da foz e que hoje limita Sergipe com o estado da Bahia (VARGAS, 1999, p. 30).

Mesmo a figura 7 (cartografia de Johannes Vingboons, de 1665) não abrangendo toda a extensão territorial das áreas de influência das vilas localizadas no baixo São Francisco, é possível perceber, nas duas margens, os núcleos de povoamento (vilas) de Penedo e Vila Nova do São Francisco, o que justifica a importância desses núcleos no processo de povoamento e apropriação territorial da espacialidade do rio São Francisco e se tornando referência local e regional.

A efetivação da formação territorial ocorreu mediante a apropriação e ocupação de espaços estratégicos e pela mediação de duas atividades em específico: a intensificação da produção canavieira e a marcha do gado para o interior, ocupando as terras de agreste e sertão, seguindo quase sempre as bordas marginais ao rio São Francisco e o curso dos leitos secos de seus afluentes, dando origem a um sem-número de fazendas e povoações. Neste momento, já se instauravam-se pontos de resistência negra que, fugidos da região canavieira, buscavam abrigo próximos ao rio São Francisco. Daí a assertiva de Chagas (2014) ao narrar o elemento indígena, o negro e o europeu como conformadores da espacialidade ribeirinha.

A formação das fazendas e a vocação do vale do São Francisco para a criação do gado é descrita por diversos autores, dentre os quais merece expressivo destaque Abreu (1963), Andrade (1979) e Prado Junior (1981), por evidenciarem a importância da pecuária na formação primitiva dos núcleos de povoamento interiores chamados de sertões - Sertões do Norte -, e por essa produção ser a responsável pelo abastecimento das densas zonas de povoamento existentes nas proximidades do litoral.

Essa configuração rendeu ao rio São Francisco o título de "*Rio dos Currais*" muito em razão da densidade de fazendas de gado que se espalhavam no decurso de todo o vale. Com o gado e as fazendas, como já abordado, intensificou-se o surgimento dos povoados, vilas e cidades, chegando-se a atual configuração do território.

Em síntese, essa é a base de sustentação da formação da espacialidade do baixo São Francisco cuja reflexo é muito mais amplo, não distanciando-se das bases de formação territorial do restante do Nordeste brasileiro contemporâneo. É mediante essas bases ou, de outro modo, dos quadros dessa formação territorial que buscamos situar as comunidades ribeirinhas e suas existências.

Não temos a pretensão de tecer uma narrativa histórica ou mesmo uma cronologia dos acontecimentos que atribuem ao baixo São Francisco a atual configuração territorial, pois consideramos que isso já fora realizado. Buscamos, para tanto, pela mediação dos apontamentos e evidências, os elementos necessários ao encadeamento da compreensão das bases que sustentam as espacialidades sobre as quais detemos nosso olhar.

Nas espacialidades ribeirinhas é possível de serem observados os traços dos diferentes povos e matrizes culturais originários da atual formação territorial e responsáveis direto pela formação dos primeiros povoamentos e comunidades. Esses traços atrelam-se as paisagens e ao vivido como marcas do passado no presente estando associados aos hábitos e práticas do cotidiano, nos costumes das populações ribeirinhas,

nas representações, linguagens, toponímias, monumentos arquitetônicos, nos corpos e, no modo pelo qual a própria espacialidade é concebida e vivida.

As representações do homem no baixo São Francisco alagoana e sergipana, como em toda a sua extensão, é, por evidência documental, muito pouco relatada nos registros bibliográficos, constatação essa já observada por Souza (2018) e em nossa dissertação de mestrado (SILVA, 2020). Tal fato se dá em função da prioridade dada aos aspectos naturais de base física e as potencialidades econômicas historicamente vislumbradas para com o grande rio. Também, o contexto histórico e as finalidades do momento devem ser considerados, pois as primeiras incursões eram de natureza exploratória e o homem, mesmo se fazendo presente, em pouco ou quase nada era notado ou mesmo descrito.

Os registros que melhor descrevem ou apresentam o homem no vale do São Francisco são aqueles de Donald Pierson (1972) ao elencar as raízes do passado apontando a diversidade de povos indígenas existentes ao longo do vale do rio São Francisco, deixando evidente a inexatidão dos dados e relatos referentes ao povoamento daquele vale, acrescentando que "mesmo os habitantes mais idosos, que outras pessoas indicavam como estando 'bem familiarizados' com a história local, pouco conheciam a respeito" (PIERSON, 1972, p. 223).

Para aprofundamento do relato sobre estas populações, Donald Pierson recorre ao mapeamento de distribuição dos grupos indígenas no Brasil com expressivo destaque para aqueles situados ao longo do rio São Francisco. E, no contexto do levantamento, considerando aqui o baixo curso, estão descritas a diversidade de populações indígenas, situadas tanto nas margens do rio São Francisco quanto de seus afluentes, em específico o Pajeú, Moxotó e Ipanema, bem como a presença de populações nas proximidades da foz tanto em Alagoas quanto em Sergipe. Pierson (1972, p. 234) aponta ainda que junto a essas tribos, juntavam-se "outros indígenas ou escravos africanos fugidos ou exilados" após conflitos com os colonizadores no litoral e nas zonas canavieiras.

Atualmente, no contexto da totalidade da bacia do rio São Francisco, segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica (2018), aproximadamente 70 mil indígenas habitam esta bacia, somando-se a estes todo o conjunto de comunidades quilombolas que adensam as margens e terras interiores desde, ao menos, o século XVII, tendo se intensificado com a expansão da pecuária. No médio e submédio curso, destaca-se, ainda, as comunidades de fundo e fechos de pasto, geraizeiros e vazanteiros. No baixo curso, além de indígenas e quilombolas há, também, a presença dos barranqueiros, além de todos os grupos de pescadores e agricultores tradicionais que ocupam e significam as margens do rio pelas

práticas tradicionais junto aos seus respectivos grupos familiares. São pessoas – gentes - que, pelo observado no universo das entrevistas[15] realizadas entre os anos de 2018 e 2023, não reivindicam uma identidade particular, mas possuem profunda ligação com o rio São Francisco, com a paisagem ribeirinha.

Entre as terras de Alagoas e Sergipe os povos indígenas e quilombolas têm o rio São Francisco como espaço-lugar de refúgio em que os condicionantes naturais lhes ofereciam a condição necessária a manutenção da vida e do grupo. Indígenas e quilombolas tenderam, historicamente, a estabelecerem laços de proximidade, colaboração e solidariedade pois juntos partilham histórias de resistência muito próximas, principalmente no contexto da produção da espacialidade ribeirinha.

3.2 Espaço, espacialidades e temporalidades

Toda existência social implica a produção de um espaço. Essa é a consideração de Lefebvre (2006) ao versar sobre a tríade de produção do espaço e seus rebatimentos na sociedade. Ainda que sejam existências primitivas, há mecanismos de produção espacial, pois, caso contrário, estas mesmas existências cairiam no esquecimento ou seriam reduzidas a abstração. O espaço e sua produção - e reprodução - são produzidos e estabelecidos segundo bases anteriormente construídas e que persistem temporalmente segundo cada sociedade ou povo. Tem-se, então, sempre uma base, um espaço de suporte referencial e sobre o qual as existências se reproduzem e produzem seus respectivos espaços.

Lefebvre (2006, p. 90) argumenta que "cada espaço foi colocado antes da chegada do ator, sujeito individual e coletivo, porque sempre membro de um grupo, de uma classe, que procura apropriar-se desse espaço". Para o autor "essa existência pré-suposta condiciona a presença, a ação, o discurso desse 'sujeito', a competência e a performance" (LEFEBVRE, 2006, p. 91).

A pressuposição das existências é o princípio indicativo das permanências cujas temporalidades materializam-se no espaço sem necessariamente ser anuladas ou perdidas no contínuo processo de (re)produção do espaço.

[15] Referimo-nos ao contexto das entrevistas realizadas tanto na pesquisa de mestrado quanto no processo de doutoramento.

O espaço nunca o é em si mesmo, não se configura enquanto resultado “puro” de sua formulação ou constituição, pois em seu processo de produção e reprodução herda elementos espaciais e temporais. Daí a assertiva da continua reprodução em meio a distintas espacialidades e temporalidades (LEFEBVRE, 2006 [1974]; SANTOS, 1994; 2012; CORRÊA, 2019).

As espacialidades, entendidas como interações espaciais, caracterizam e atribuem forma às ações humanas produzidas no espaço, significando-o de acordo com a relação homem – natureza num tempo definido. A espacialidade é a materialização do trabalho e da prática do homem no espaço sobre a natureza, moldada, modificada e ressignificadas de acordo com o nível técnico deste mesmo homem, da sociedade. Por assim ser caracterizada, a espacialidade, para Corrêa (2019, p. 290), só poderá ser compreendida segundo alguns princípios específicos, quais sejam: “localização, escala, arranjos espaciais e interações espaciais”.

A espacialidade remete-nos aos arranjos espacialmente definidos segundo a produção social do espaço e, mais ainda, segundo as próprias relações e interações nele estabelecidas, estando diretamente associadas às temporalidades cujos arranjos manifestam-se em espacialidades definidas em espaço e tempo específico.

De modo particular, na Geografia Cultural pós-1970, a espacialidade adquire contornos próprios e significados ainda mais fortes nas análises geográficas, “vincula-se a práticas nas quais significados são criados e recriados e expressos em representações espaciais fixas e móveis” (CORREA, 2011, p. 63). Dentre as representações fixas pode-se tomar como exemplos os templos religiosos, memoriais, lugares sagrados, entre outros, além de acidentes naturais como montanhas, rios, cachoeiras, todos estes vinculados às práticas espaciais e significados específicos para determinados grupos ou sociedade. Esses acidentes geográficos ligam o homem ao seu espaço e revelam modos de pertencer e de identificação, portanto, revelam um apego socioterritorial.

Dentre os elementos e representações móveis característicos, Corrêa (2011, p. 63) destaca “as procissões, paradas e marchas nas quais itinerários simbólicos são criados e percorridos sistematicamente, mas não cotidianamente”.

As figuras abaixo demostram exemplos de representações fixas e móveis em espacialidades ribeirinhas no baixo rio São Francisco alagoano, tomando por fundamento referencial as proposições de Corrêa (2011). Na primeira (Figura 9), está sendo representada a espacialidade fixa da comunidade quilombola centenária nas dunas da foz do rio São Francisco, beneficiada com a introdução de energia solar e, na segunda (Figura

10), evidencia-se a espacialidade com representações móveis, destacando-se a procissão fluvial de Bom Jesus dos Navegantes, em Penedo/Alagoas, evento de ocorrência anual.

Figura 9: Espacialidade da Comunidade Pixaim, Piaçabuçu/AL

Fonte: Trabalho de campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Figura 10: Espacialidade da procissão fluvial de Bom Jesus dos Navegantes, em Penedo/AL

Foto: Prefeitura Municipal de Penedo, 2019.
Disponível em: https://penedo.al.gov.br.

Os arranjos da espacialidade fixa da comunidade quilombola, embora assim estejam caracterizados, possuem elementos de espacialidades móveis associadas à dinâmica de usos do rio São Francisco e tempos tecnológicos plurais entre as construções vernaculares e as placas de energia solar. A dinâmica das águas e das dunas, que são móveis, atribui a comunidade características endêmicas cuja espacialidades se definem segundo os arranjos da ocupação histórica neste espaço.

Por outro lado, a procissão fluvial de Bom Jesus dos Navegantes possui espacialidades definidas no rio São Francisco. Caracteriza-se por uma prática espacial que demarca espacialidades cuja escala é o próprio rio. Nesta espacialidade há, ainda, coexistências temporais tanto de formas quando de sentidos que perfazem práticas e valores atribuídos ao rio e a procissão – o evento.

O rio São Francisco, ele mesmo, constitui uma espacialidade, pois é a base de práticas historicamente estabelecidas sobre as águas e nas terras adjacentes. Práticas culturais associadas aos modos de vida e reguladas pela apropriação simbólica e material do rio ou mesmo práticas e usos contemporâneos, cujo uso e significado aludem na apropriação e instrumentalização da natureza.

A espacialidade não está circunscrita apenas aos percursos teórico-metodológicos da Geografia Cultural, muito embora na atual conjuntura essa abordagem geográfica tenha se aportado nos fundamentos das espacialidades geográficas para seu arcabouço, considerando a dimensão dos significados, das simbologias e dos modos pelos quais o espaço e elementos espaciais são apropriados e significados.

Conforme a análise de Corrêa (2011; 2019), as espacialidades possuem localização, escalas, arranjos e interações espaciais específicas. A combinação desses elementos atribui forma e sentido às espacialidades segundo os níveis de interação que destas emana e que são produzidos pelo trabalho humano. Assim, a espacialidade define "o conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço (SANTOS, 2014, p. 31). Em outros termos, é o espaço segundo as formas mais imediatas de uso, moldado pela interação humana, definido por escalas próprias e localizações específicas.

No que se refere aos princípios específicos da espacialidade, é possível considerar que é "a partir de uma localização que o ser humano fixa-se, produz e organiza o espaço e estabelece interações espaciais. Produto, meio e condição de existência e de reprodução, a localização resulta da ação dos diversos agentes sociais" [...] (CORRÊA,

2019, p. 290), envolvendo desde estruturas comunitárias mais primitivas até estruturas mais complexas.

Sequencialmente, a escala está associada a uma polissemia de estruturas e elementos contidos no espaço e nas espacialidades. A diversidade interpretativa, para tanto, pode ser direcionada para a escala de visibilidade do objeto, do fenômeno ou da situação inerente a determinada espacialidade. Corrêa (2019, p. 291) argumenta que "ao se mudar a escala muda-se o objeto de análise, mudando-se também as bases teóricas e as interpretações do objeto. Nesse sentido, há objetos que só podem ser pensados em uma específica escala". As representações espaciais e as espacialidades – e, também, a análise de suas interações -, aparecem de modos distintos de acordo com suas escalas espaciais, culminando em implicações analíticas e interpretativas.

Quanto ao arranjo espacial, Corrêa (2019, p. 292), considera que estes podem ser compreendidos como "o conjunto de localizações disposto sobre a superfície terrestre, seja uma cidade, uma região ou todo um país. Como conjunto descreve a organização espacial, constituindo uma complexa forma espacial, resultado de longos e complexos processos". E acrescenta enfatizando:

> Espacialidade e temporalidade estão presentes no arranjo espacial, porém por meio de diversas espacialidades específicas a cada forma e de diversas temporalidades que coexistem no mesmo espaço. Deste modo o arranjo espacial constitui importante temática para a pesquisa geográfica. Ressalte-se que a análise do arranjo espacial não pode ser vista como pura morfologia, a ser ingenuamente analisada de modo descritivo. Trata-se de uma análise da produção/organização do espaço na qual processo e forma estão conectados, assim como movimento e pausa e assim, tempo e espaço (CORRÊA, 2019, p. 292).

Segundo posta por Corrêa (2019), nas espacialidades os arranjos espaciais estão associados a relação espaço e tempo, e confluem para a coexistência de distintos e complexos processos de produção espacial. Estes processos estão ligados a existências de formas em que sua materialidade se remete a própria ação humana, seja pretérita ou do presente. Por envolver espaço e tempo, pausa e movimento, os arranjos espaciais observados nas espacialidades traduzem a coexistência de espaços e tempos distintos, e por esse motivo ocupa centralidade nesta pesquisa.

Corrêa (2019) argumenta sobre o movimento das espacialidades no espaço e no tempo e considera que "os arranjos espaciais são mutáveis, exibindo uma dada permanência. A espacialidade é assim mutável" (CORRÊA, 2019, p. 293). As espacialidades, e com estas seus respectivos arranjos, traduzem permanências no espaço

através do tempo, traduzem marcas do passado no presente que se coligam com a própria realidade vivida. Conforme Santos (2012, p. 14), a singularidade do espaço "ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente". Segundo essa abordagem, pode-se evidenciar ainda que "o momento passado já não é, e nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social" (SANTOS, 2012, p. 14).

Ainda no que se refere às espacialidades, finalmente e não menos importante, recebe especial visibilidade as interações espaciais. Conforme Correa, "estas têm a sua existência e reprodução garantidas pelas interações, que assim garantem as relações econômicas, políticas e sociais da sociedade" (CORRÊA, 2019, p. 293). Além disso, as interações espaciais, assim como observado nos arranjos, possuem temporalidades distintas em que a centralidade se situa em densas redes de significados, reflexo das interações sociais, materiais, simbólicas ou não.

As temporalidades materializam-se nas espacialidades, no próprio espaço, pois como é evidenciado por Santos (1994; 2002; 2014), o espaço é a acumulação de tempos desiguais, acumulação de distintas temporalidades. As temporalidades estão para a História assim como a espacialidade está para a Geografia, e uma só se torna possível pela presença da outra. Para Corrêa (2019, p. 285) "tempo e espaço são elementos para a existência de processos e formas tanto criadas pela natureza como pela ação humana. Sem tempo e espaço nada existe ou se reproduz".

Em consonância com o pensamento de Corrêa (2019), Santos (1994), refere-se a ideia de tempo como algo amalgamado à ideia dos objetos e de seus respectivos valores. Para este, "a vida social, nas suas diferentes hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam [*sic*], entrelaçados no chamado viver comum" (SANTOS, 1994, p. 127). Esse viver comum, segundo o próprio autor "se realiza no espaço, seja qual for a escala – do lugarejo, da grande cidade, da região, do país inteiro, do mundo. A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular" (SANTOS, 1994, p. 127).

Os tempos particulares são integrantes de temporalidades diversas reveladas nas espacialidades, portanto, no próprio espaço. A vida social, o viver comum ocupa centralidade neste processo, pois estas são reguladas segundo um tempo específico e num espaço determinado, base da existência e de sua reprodução.

Para Corrêa (p. 287) “temporalidade diz respeito aos atributos associados ao tempo. Assim, refere-se diretamente ao movimento e aos processos, ainda que relacionando-se à pausa e à forma”. Mediante isso, para o autor, ao menos três características específicas estão associadas ao princípio da temporalidade: criação, desenvolvimento e transformação.

O princípio da criação relaciona-se ao movimento dos agentes sociais no processo de produção e reprodução das diversas manifestações espaciais, inclusive no cotidiano, imbuindo-se nas paisagens, no lugar e no território, podendo constituir-se de formas regressivas ou mesmo de resiliências e é por isso que Lefebvre (2006, p. 214) defende a tese de que “O anterior, no espaço, permanece o suporte do que se segue”, e a temporalidade é a base constitutiva desse mesmo espaço pré-existente[16]. Destarte, “o espaço permanece assim qualificado sob os *sedimentos posteriores da história, da acumulação* [...] sobre uma certa base espacial” (LEFEBVRE, 2006, p. 315, destaque meu) e sobre a qual manifestam-se as persistências temporais ou, de outro modo, as permanências.

O desenvolvimento, por sua vez, refere-se à ação de determinados agentes sociais considerando um tempo histórico específico em uma dada espacialidade envolvendo, segundo Corrêa (2019, p. 287) “o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, mas é preciso considerar no âmbito de cada formação social a singularidade de cada lugar, favorável ou não à criação por parte dos agentes sociais”. Ainda para este autor “Recursos naturais, tradição cultural e infraestruturas herdadas do passado podem criar possibilidades locais para a ação dos agentes sociais” (CORRÊA, 2019, p. 287).

A herança, portanto, ocupa centralidade nas temporalidades de modo que sustenta o passado nas espacialidades do presente. A herança, nas espacialidades, não materializa apenas um objeto, mas um conjunto de objetos, de tramas, de relações, de imagens mentais e de significados atribuindo sentidos ao espaço envolvente. A herança é o movimento do tempo materializado no espaço, é a permanência daquilo que não mudou ou então do que foi ressignificado e persiste.

O presente constitui a simultaneidade desigual de tempos e sobre a qual o ‘ser-aí’ se manifesta e produz o espaço que permanece de alguma maneira subordinado a outro

[16] Aqui é possível, ainda, lembrar o princípio da “primeira” e da “segunda” natureza defendido por Lefbvre (2006 [1974], p. 315) em que “A natureza, mesmo afastada, rompida, localizada, permanece o fundamento último, irredutivelmente, e alhures mal definível como tal: como absoluto no seio e no fundo do relativo”.

espaço por intermédio de frações de tempos e de natureza diversa. Conforme Rodrigues Martins (2007), o tempo é categoria da existência e suas mudanças manifestam-se em temporalidades que "modificam-se, movimentam-se, metamorfoseiam-se, estão em constante processo, porque seguem existindo" (MARTINS, 2007, p. 42-43).

A transformação nas temporalidades é complexa, pois envolve distintos modos de significar e produzir espacialidades. Ao sofrer o processo de transformação - o movimento - outras formações dela podem derivar - e derivam - ao tempo em que podem, ainda, deixar de existir, desaparecer. Significados são perdidos, desaparecem, outros são criados, outros passam por ressignificações, interferindo significativamente na produção do espaço.

Ressignificadas, as formas espaciais inserem-se em um processo de refuncionalização que as atribui novas funções distanciando-se daquela precedente. O resultado disso é exatamente "o aparecimento de uma paisagem constituída por formas modernas e antigas, mas com funções modernas" (CORRÊA, 2019, p. 289), essa é, também, a argumentação de Santos (2014) ao versar sobre a paisagem e o novo e o velho em suas manifestações espaciais.

As temporalidades - ou as multitemporalidades do espaço – revelam as técnicas de cada povo, a transformação da natureza, os modos de apropriação do espaço, suas significações e a paisagem são registros de temporalidades em escalas espaciais específicas de suas ocorrências. Resguardam, dessa maneira, tempos do passado no presente, coexistências segundo tempos, usos, valores e práticas espaciais.

As espacialidades sempre estão no tempo presente, constituem-se segundo a ótica do agora. Por outro lado, os mecanismos de sua constituição relacionam-se segundo a simbiose do presente e das temporalidades de outrem. Formas, valores e modos de significar o espaço são produzidos na continua reprodução do espaço, em escalas específicas, mas, também vigoram como elementos herdados de outros tempos e da constituição de espacialidades outras, pois, conforme Massey (2017, p. 39), [...] "o tempo é a dimensão da sequência e da mudança, o espaço é a dimensão da coexistência e da multiplicidade".

Nas espacialidades as temporalidades estão materializadas na coexistência de formas do passado no presente que passam a desempenhar novas funções e novos valores que se fazem distintos daqueles que outrora as caracterizavam. O tempo é outro, os valores foram e são ressignificados, e a contínua reprodução do espaço se faz por novos agentes seguindo diferentes ordens sociais.

Para além de formas e funções, as temporalidades coexistem como valores e práticas sociais as quais, expressas nas paisagens e no lugar, dinamizam o viver e se diferenciam dos modos dominantes de usos e significação do espaço.

Coexistentes, tempos distintos se perfazem nas mesmas espacialidades, havendo sobreposição de tempos, de técnicas e de valores. Para além da dualidade entre passado e presente, entre o que foi e o que é, há permanências de tempos que reverberam ações e mediações na produção das espacialidades no presente, como pode ser observado no cerne da espacialidade da comunidade de Pixaim, município de Piaçabuçu, Alagoas, em que as habitações vernaculares à base de madeira, barro e palha (Figura 11 A) inserem-se no contexto da produção energia solar na comunidade, fornecendo eletricidade para as habitações, mesmo que de modo ainda deficitário. (Figura 11 B).

Essas coexistências entre o tradicional e o novo - o que chegou – insere as espacialidades ribeirinhas e, de modo específico a comunidade de Pixaim, na dinâmica de sobreposições de tempos e técnicas. Da iluminação por candeeiros a gás a comunidade passa a conviver com a eletricidades que, embora deficitária, permite a instalação de lâmpadas e tomadas para carregamento de lanternas e telefones celulares.

Figura 11: Habitações vernaculares e usinas de energia solar em Pixaim, Piaçabuçu/AL

Fonte: Trabalho de campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

As técnicas enquanto instrumentos humanos da produção do espaço, elas mesmas, inseridas no cerne de grupos sociais específicos, revelam imediatamente

temporalidades. Os modos de trato e uso da natureza, de cultivos da terra, de uso e significação das águas, a forma pela qual as moradias são concebidas, todos esses elementos são indicativos de modos de uso de técnicas específicas segundo cada sociedade em seus tempos e espaços.

Há, portanto, a existência de uma aparente homogeneização do - pelas espacialidades e, do tempo – pelas temporalidades, que para além destes, se materializa na paisagem. É, como dito, aparente, pois as espacialidades não estão circunscritas apenas a uma única ordem de tempo e de técnica. Estas são diversas assim como são diversos os modos e as técnicas que sustentam a contínua reprodução espacial, estando ou não associadas ao modo econômico dominante.

A tentativa de homogeneização e nivelamento dos níveis de interação com o espaço é, também, a tentativa de nivelamento das experiências em suas práticas espaciais cujo escopo indica suplantar tudo o que supostamente, como enfatiza Martins (2020), não faria parte do tempo presente. Modos particulares de produção espacial, valores e técnicas tornam-se obsoletos frente a aparente homogeneização do espaço.

Por outro lado, a não homogeneização da espacialidade só é desvelada pela apreciação e olhar atento das interações espaciais e do modo pelo qual cada espacialidade é concebida em seus distintos tempos. Não homogeneizar significa, entre outras interpretações, a não leitura das espacialidades pela ótica de um único olhar, de um modo particular de ver associado quase sempre às formas dominantes de determinados grupos ou sociedade e, finalmente, atentar-se a sobreposição de diferentes temporalidades que coexistem e permanecem.

Calcado pela ideia do moderno, do novo, as permanências tendem à invisibilidade, à fragmentação e a homogeneização. Tal feito é indicativo de que as permanências no espaço e no tempo - o que ficou e o que é - passam rotineiramente a ser observado como tudo o que é oposto ao moderno, a inovação, ao modernizador. Leitura reducionista de espaço e de tempo, a modernização só se instaura mediante a suplantação das marcas de temporalidades outras.

Opondo-se a uma racionalidade reducionista e homogeneizante, a ideia de permanências socioculturais, em específico, e, ainda, a ideia de coexistências de temporalidades demostram que nem todas as espacialidades foram reduzidas a um nivelamento de valores e fragmentação das experiências de espaço e tempo. Nas espacialidades manifestam-se em diferentes níveis interações culturais, ambientais, sociais e econômicas que evocam ou estão associadas a diferentes temporalidades e

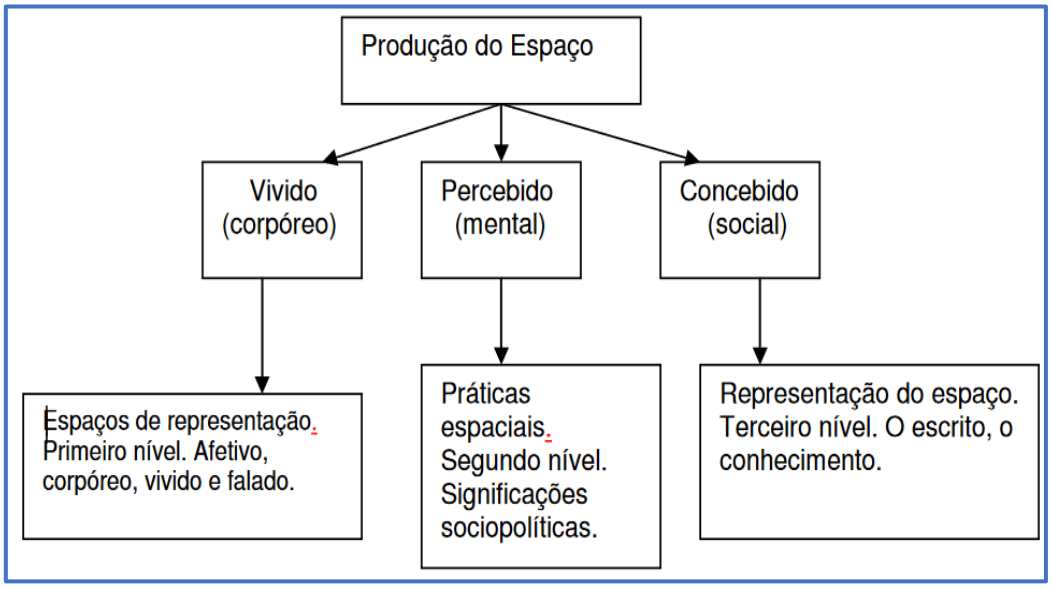
tendem a permanecer mesmo mediante da presença de novos valores e interações espaciais distintas daquelas anteriormente estabelecidas.

3.3 Viver, perceber e conceber o espaço

Para Lefebvre (2012), o espaço é um produto social e resulta das estratégias de produção espacial de distintos grupos, carregando consigo as marcas do passado e do presente em seu contexto e conteúdo histórico-geográfico. O espaço é vivido, percebido e concebido: essa é a tríade de produção do espaço e das práticas espaciais da teoria lefebvriana.

Indissociável, a tríade do espaço (Figura 12) não renega a possibilidade de análises que privilegiem uma das três dimensões espaciais. Para isso, há de se considerar o fundamento da formulação da teoria de que a produção e existência de uma dada dimensão espacial incorre, do mesmo modo, na existência e coexistência das demais dimensões, mesmo que esta ou aquela seja privilegiada. Assim, o espaço vivido coexiste com o espaço percebido e de igual modo, com o espaço concebido e sem necessariamente seguir esta mesma ordem.

Figura 12: Tríade de Produção do Espaço segundo Lefebvre



Adaptado de: Cristiane Cardoso, 2006.
Adaptação: Cícero Bezerra da Silva, 2022.

Também em Harvey, o espaço é tido como indissociável, e a questão central de sua problematização já não é sobre o que é ou o que se compreende por “espaço”. A

questão é muito mais problematizada pela busca da compreensão de "como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?" (HARVEY, 2012, p. 14). Diante destas observações nas análises espaciais atribui-se maior importância ao conjunto de práticas humanas as quais sustentam as concepções de espaço (e de tempo) e os modos de sua produção.

O espaço é, conforme considerado por Raffestin (2009; 2010), a prisão original. O território, que é produto do espaço, é a prisão que o homem criou para si. Essas premissas fundamentam, antes de qualquer coisa, a diferenciação entre espaço e território. O território, para tanto, está no espaço, e este está naquele, constituindo-se segundo as próprias bases que o concebe (RAFFESTIN, 2009; 2010).

Focalizando as concepções de espaço e território, suas similitudes e diferenças, inclusive sob o viés da natureza dos conceitos, Haesbaert (2009, p. 105) defende que "espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território". É por esse entendimento que Haesbaert se aproxima da tríade lefebvriana dos espaços vivido, percebido e concebido os quais essencialmente são moldados de acordo com sua contextualização histórica. Ou seja, dessa interpretação sobressai-se a leitura de que espaço e território são historicamente construídos e não algo *a priori* dado. Na verdade, considerar que o espaço é anterior ao território, conforme posto por Raffestin (1993; 2009; 2010), não implica que este seja algo em si mesmo. Ambos, espaço e território, conforme alertado por Haesbaert (2009, p 105), "incorporam a própria transformação da natureza" em um contínuo processo de mudança e, por extensão, de reprodução espacial e territorial.

Ao referir-se às dimensões espaciais observadas em Lefebvre, e considerando sua indissociabilidade, Haesbaert acrescenta:

> [...] levando em conta a tríplice configuração espacial ou os três "momentos" do espaço propostos por Lefebvre, na sua distinção entre práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação, associados, respectivamente, ao percebido, ao concebido e ao vivido, mas indo um pouco além, poderíamos admitir que o espaço fosse concebido, em alguns casos, também, basicamente como imaterialidade [...]. Já no caso do território, além do foco ser colocado sobre uma das dimensões/problemáticas fundamentais do espaço, a sua dimensão política ou que envolve as relações de poder, não poderíamos admitir a sua existência sem o "momento" da materialização através de algum tipo de prática espacial (HAESBAERT, 2009, p. 105).

Conforme observado, a dimensão espacial do território pode ser definida por uma prática espacial em escala específica, estando sempre condicionada a sua contextualização histórica no espaço e no tempo, envolvendo mecanismo materiais e simbólicos – imateriais. O território, nesse caso, aporta-se e conjuga-se aos "momentos" do espaço - tríade espacial - de Lefebvre (1993), pois estes, em suas dimensões, como anteriormente assinalado por Haesbaert (2009), incorporam materialidade e imaterialidade (espaços de representação; representações do espaço; práticas espaciais).

O espaço vivido, percebido e concebido são delineadores desta compreensão pois estão dispostos segundo níveis específicos de mediações materiais e imateriais. A apropriação do espaço em suas múltiplas dimensões escalares, a dimensão simbólica e da percepção e os modos pelos quais este mesmo espaço é concebido por grupos sociais específicos são condicionadores que fundamentam o território.

A espacialidade não é território, mas poderá constituir-se em territórios. Nas espacialidades há manifestações territoriais e territorialidades que tendem a fundamentar a estrutura territorial. No território, de alguma maneira, sempre estará incorporado formas de simbolismo, de imaterialidade, é o que pode ser observado nas contribuições de Haesbaert (1997; 2009), Almeida (2005), Cruz (2006; 2007), Medeiros (2009) e Heidrich (2017), entre outros. Por isso, há, sempre, uma carga identitária nos territórios, um tipo particular de valor simbólico.

Mais que um território em específico, as espacialidades em suas escalas múltiplas podem constituir-se em redes de interações e conexão entre territórios segundo arranjos espaciais específicos. A espacialidade ribeirinha, por exemplo, está para além da comunidade. Esta se manifesta em toda a área de atuação as quais os arranjos espaciais dos grupos ou comunidades se projetam, assumindo escalas distintas de interação entre outras comunidades e grupos. O rio São Francisco, ele próprio constitui uma espacialidade para os povos que com ele interagem, havendo neste sentido a possibilidade da existência de distintos territórios segundo os níveis de organização e os modos pelos quais o espaço é apropriado e significado pela sociedade envolvente.

Povos e comunidades tradicionais, grupos associados a ancestralidade e de vida relacionada aos ciclos da natureza produzem e regulam seus territórios segundo concebem suas existências, pois são povos e territórios portadores de significados e saberes herdados ou produzidos no cerne da comunidade e da natureza envolvente. Suas territorialidades são significativamente ligadas aos vínculos com o lugar, havendo um sentimento de pertencimento e identificação profunda, inclusive afetiva. Para estes povos,

o vivido resguarda um universo de simbologias, representações, significados e valores unívocos à realidade e aos modos pelos quais estes concebem seus territórios e produzem suas espacialidades.

Por outro lado, as espacialidades quando vistas sob a abordagem das estruturas territoriais chamadas modernizadoras, tende a expor e aprofundar o processo de tecnificação da natureza. As forças impregnadas na produção do território quase sempre tendem a neutralizar os modos mais tradicionais associados às existências culturais. Os territoriais, neste limiar, passam a ser concebidos segundo a própria concepção de poder vinculada aos atores hegemônicos e institucionais.

O vínculo com o lugar, com o território decorre do princípio da apropriação do espaço chamado por Lefbvre (2006) de espaço social que decorre, entre outros elementos, de apropriação para o uso e ocupação, um espaço adaptado para se viver, podendo ser tensionado por conflitos, o que aproxima o espaço social da noção de território.

Dos referentes da tríade espacial de Lefebvre, **o espaço vivido** ou da existência e das representações é, certamente, aquele ao qual a presentificação das permanências e a relação espaço-tempo melhor pode ser observada. O vivido demarca a existência e os modos pelos quais se atribui sentido ao viver, ao habitar e aos usos que se dá ao espaço. É o espaço corpóreo, aquele em que a existência é materializada, envolve apropriação simbólica e afetiva, por isso é o espaço das representações.

A produção do espaço vivido no baixo rio São Francisco é, ao mesmo tempo, produção do espaço e produção de representações espaciais sobre as quais são impregnados simbologias, significações, valores, aspirações, desejos e modos de identificação. A produção do espaço vivido implica o resultado de significações espacialmente definidas, e as experiências ocupam centralidade neste processo.

O espaço vivido é o espaço corpóreo, das relações de proximidade, é o espaço falado e narrado, e representa a própria história de vida dos indivíduos ou dos grupos nos espaços sobre os quais estes estão organizados. De caráter afetivo e simbólico, neste espaço é materializado os anseios, os sonhos e as identidades. A dimensão do cotidiano é a que melhor pode ser observada, pois esta é a própria extensão do vivido, dos usos, do consumo e do habitar (Figura 13).

Figura 13: Relações de proximidade com o meio, os afetos e o simbólico no cotidiano ribeirinho em Ilha das Flores/SE

Fonte: Trabalho de campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Dialogicamente, a figura 13 representa a dimensão do cotidiano ribeirinho no baixo São Francisco. O lazer, os ofícios da ocupação, a socialização e sociabilidade nas águas, as brincadeiras e o navegar com as embarcações típicas-regionais segundo as condições atuais do rio, todas essas ações estão compreendidas na dimensão do cotidiano que é, de igual modo, a dimensão corporal de contato, inserção e relacionamento do homem com o rio na produção das espacialidades do habitar e de ser e estar no rio São Francisco.

O vivido, neste sentido, se manifesta no modo particular pelo qual as espacialidades ribeirinhas são produzidas e significadas. Representa, ainda, os modos pelos quais estas populações se reproduzem e reproduzem sua cultura. As embarcações fundamentam o vivido ao tempo que garantem a manutenção das condições básicas da existência e a circulação nos “caminhos” fluidos que é o próprio rio.

Os símbolos e as significações constituem o espaço vivido e estes moldam o espaço em suas múltiplas dimensões. Os significados do espaço vivido atrelam-se às representações: representações do espaço, da vida, dos sonhos, do lugar. Este é um espaço qualitativo e é por isso que Lefebvre o define como sendo o “espaço das representações”

Para Harvey (2012, p. 20), “os espaços e os tempos da representação que nos envolvem e nos rodeiam na nossa vida cotidiana afetam tanto nossas experiências diretas

quanto nossa interpretação e compreensão". Ou seja, as representações moldam a vida humana e, por tanto, moldam as sociedades em seus diferentes espaços e tempos mesmo que estas não sejam notoriamente observadas. Harvey (2012, p.20) acrescenta: "No entanto, através das rotinas materiais cotidianas nós compreendemos o funcionamento das representações espaciais e construímos espaços de representação para nós mesmos".

A produção de representações está associada aos modos pelos quais os sujeitos e demais grupos sociais interagem com a natureza e entre si. Os espaços de representação tendem a estar incorporados e a retratar os aspectos culturais dos povos.

Sendo o espaço dos "usantes", o espaço vivido e de representação são emoldurados pelas relações mais intimistas com o espaço, pois este é significado segundo sistemas simbólico-espaciais produzidos e reproduzidos por seus moradores, por quem os habita. As manifestações da cultura, os festejos, cultos, comemorações, rituais e religiosidade consistem em importantes sistemas simbólicos aos quais o viver e o habitar se assentam e integram distintas espacialidades pelo simbolismo e materialidade.

A religiosidade se constitui em elemento significativo na dimensão do vivido e das representações. No baixo São Francisco as marcas do catolicismo, por exemplo, estão empregadas na paisagem e fazem parte do modo pelo qual os povos do rio historicamente significam suas espacialidades. As pequenas igrejas marginais ao rio, os pedestais com imagens sobre rochas, as procissões e festas de padroeiros e, muito fortemente, os festejos de Bom Jesus dos Navegantes nos povoados e sedes municipais fazem parte da vida ribeirinha, inclusive em um contexto histórico.

Estes símbolos e ritos demarcam o espaço do ribeirinho. Permanecem mediante o movimento das águas e das coisas no decurso do tempo. Nestes símbolos estão impregnados os modos pelos quais homem – rio/água – e cultura se consubstanciam e atribuem forma a geograficidade ribeirinha. São modos de produzir o espaço, mas, também, de senti-lo e de o experienciar.

A apropriação simbólica e a imaginação são importantes entes das representações e se consubstanciam nos espaços físicos de referência para os sujeitos, comunidade ou grupos. Daí, nas paisagens estarem impregnadas as marcas que os revelam enquanto tal, suas representações, suas simbologias.

Guardador de especificidades, os espaços de representação incorporam e retratam os aspectos culturais dos grupos envolventes, inclusive aspectos associados à ideologia que poderá ser ou não a dominante.

Da tríade espacial, o **espaço percebido** é aquele evocado como "prática espacial" (LEFEBVRE, 2006), podendo ser considerado uma intermediação entre espaços de representação e representações espaciais. "Desse modo, a prática espacial define simultaneamente os lugares, a relação do local ao global – uma representação destas relações – ações e signos" (LEFEBVRE, 2006, p. 227). Tanto as ações quantos os signos definem a prática espacial, portanto, definem o espaço percebido, suas funcionalidades e usos.

Segundo Lefebvre (2006, 39), "a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço" e, do mesmo modo, os signos que o envolvem. Esse espaço – espaço percebido – a sociedade e grupos o "produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando" (LEFEBVRE, 2006, p. 39). Essa produção espacial envolve as relações de poder que se desdobram principalmente pelas relações sociais dominantes e conflita-se - para além de uma relação de dualidade - com os espaços de representação por uma relação que se faz local e global. É essa relação que possibilita o não impedimento da existência e incorporação de elementos do espaço vivido pelo concebido e vice-versa.

A mesma prática espacial, os usos e seus signos, perpetrados no/pelo local e pelo global são sintomáticos de [...] "espaços cotidianamente banalizados e espaços privilegiados afetados por símbolos (favoráveis ou desfavoráveis, benéficos ou maléficos, autorizados ou defendidos a tal grupo)" (LEFEBVRE, 2006, p. 227). Fala-se, desse modo de lugares produzidos em um espaço que é, fundamentalmente, social e político, diferenciando-se de lugares produzidos no campo da abstração, das idealizações e do imaginário ou mesmo no campo filosófico.

Lefebvre acrescenta,

> A reprodução das relações sociais se confunde, assim, brutalmente com a reprodução biológica, ela mesma concebida de uma maneira tão simples quanto grosseira. Na prática espacial, a reprodução das relações sociais predomina. A representação do espaço, ligada ao saber como ao poder, reserva apenas um lugar mínimo aos espaços de representação, reduzidos às obras, às imagens, às lembranças, onde o conteúdo afastado [...] aflora apenas o simbolismo (LEFEBVRE, 2006, p. 48).

Explicita-se dessa argumentação a dependência entre a prática espacial e o poder da sociedade dominante, ao saber e a própria relação biológica do ser e do grupo envolvente. Por estar aportada nas relações de poder e, consequentemente, sofrer a influência do grupo dominante, a prática espacial segrega, afasta, separa, tem o espaço dominado e definido pelo dominador e tende ao subjugamento dos espaços de

representação, reduzindo-os ao nível de imagens ou de lembranças. A prática espacial "implica uma ideologia mascarando esse uso" (LEFEBVRE, 2006, p. 28).

Por ser o espaço dos "usantes", é de igual modo o espaço imediatamente perceptível à escala do indivíduo ou do grupo social. É a escala da percepção, do ser no espaço segundo suas práticas espaciais e segundo os modos de produção ao qual determinada sociedade está circundada. Ocupa centralidade, neste sentido, as significações sociopolíticas, pois estas influem no cotidiano como instrumento de mediação entre os modos de produção dominante e das práticas espacialmente definidas pelas mesmas relações de poder.

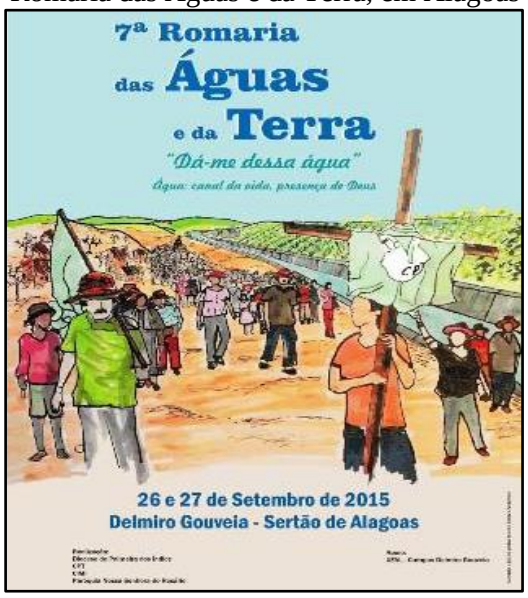
As significações sociopolíticas e os modos pelos quais o espaço é percebido podem estar associados ao embate do vivido com o concebido e vice-versa. Normalmente, nesse embate "a dimensão do vivido, no cotidiano, a partir da relação com o concebido, adéqua-se a normas, códigos, símbolos, não necessariamente de forma plena, às vezes com pequenas subversões, mas sem ter força suficiente para uma mudança revolucionária" (ALVES, 2019, p. 560).

O percebido evoca imediatamente a dimensão dos sentidos, ou seja, recorre-se a dimensão do corpo como instrumento de mediação: "o emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais e dos gestos do trabalho e das atividades ligadas a ele. Trata-se da esfera do percebido (base prática da percepção do mundo exterior [...])" (Lefebvre, 2006, p. 98).

A prática espacial, portanto, o espaço percebido, só é possível de se realizar pela dimensão corporal e é exatamente esse uso que dá potencialidade as práticas perturbadoras ou, como descrito por Alves (2019), as práticas subversivas que tendem a agitar a ordem dominante. Estas práticas objetivam quase sempre descodificar o vivido segundo as estratégias concebidas pela classe dominante. Aí reside o embate entre o que é concebido e o que é vivido e, conforme mais uma vez endossa Alves (2019, p. 561) "a tomada do espaço pelo corpo, do sujeito coletivo, como estratégia de luta, recoloca a potência dessa dimensão espacial".

No contexto do baixo São Francisco, a realização anual da Romaria das Águas e da Terra consiste em uma dessas práticas subversivas em que a dimensão do corpo toma centralidade (Figura 14 e 15). A defesa do acesso aos bens naturais toma centralidade e os corpos, nesta acepção, fundamentam a existência e a resistência na busca de acesso aos bens naturais retratados, além de demarcarem o embate entre o vivido e o concebido.

Figura 14: Cartaz de realização da 7ª Romaria das Águas e da Terra, em Alagoas



Fonte: CPT/Alagoas. **Disponível em**: https://www.cptnacional.org.br.

Figura 15: Romaria defende o acesso às águas no canal do sertão, em Alagoa

Fonte: CPT/Alagoas.**Disponível em**: https://www.cptnacional.org.br.

A realização das romarias das águas e da terra consistem em estratégias de diálogo com a população na compreensão de que água e terra são elementos essenciais para a existência. Na edição retratada, em específico (7 ª edição, ano 2015), o diálogo foi tecido junto a necessidade de proteção do Rio São Francisco e o uso das águas do Canal do Sertão[17] e teve com o tema "Dá-me dessa água" (CPT – AL, 2015).

O agir coletivo e a associação de diversos movimentos sociais na romaria põe no espaço, mesmo que em curto período (duração da romaria), uma força que se move segundo a tomada de consciência e apropriação do espaço, demarcando-o e dele tomando posse, mesmo que momentaneamente, se caracterizando pela subversão das forças dominantes, que neste caso está associado aos grandes proprietários rurais e as reivindicações de acesso à água pela prática espacial que é a própria romaria.

Desta feita, a prática espacial e social - pois toda prática é social e ocorre no contexto de um grupo determinado – promove a incorporação de novos elementos no cotidiano, inclusive no universo das representações do espaço vivido. Essa inserção surge como forma de protesto à ordem vigente, um modo de se colocar no espaço e se contrapor

[17] Maior obra de infraestrutura hídrica do estado de Alagoas, cuja objetivo é o bombeamento de água do rio São Francisco por canais construídos para atender as populações atingidas pelo fenômeno da seca e promover o desenvolvimento agrícola da região por intermédio da irrigação.

ao concebido pela base prática da percepção do mundo exterior, ou seja, pelo próprio corpo (Figura 16 e 17).

Figura 16: Protesto em defesa do rio São Francisco durante procissão de Bom Jesus do Navegantes em Penedo/AL

Fonte: Blog Aqui Acontece (2014).
Disponível em: http://aquiacontece.com

Figura 17: Interdição da ponte sobre o rio São Francisco em defesa do mesmo entre Propriá/SE e Porto real do Colégio /AL

Fonte: Cada Minuto/Alagoas (2013).
Disponível em:https://www.cadaminuto.com

De imediato essas práticas sociais logram êxito, pois recebem visibilidade em função do momento e da localização estratégica a qual são desempenhadas. Ao expor cartazes em dias ou eventos festivos e interditarem rodovias em momentos estratégicos, estes mesmos sujeitos tomam o espaço pelo uso dos corpos que representam a existência ribeirinha, camponesa, quilombola etc., mesmo sendo uma prática momentânea e que logo será atenuada pela ação de forças apáticas.

A incorporação de novos elementos quase sempre surge como uma alternativa ao vivido e por isso são, também, incorporações espacialmente definidas pelo grupo dominante. O discurso da modernidade propõe a suplantação das relações mais intimistas do indivíduo e grupo, suplantando-as ou reduzindo-as ao nível da invisibilidade e dos valores de uso normatizados por leis e códigos generalistas e homogeneizadores.

Essas generalizações da "modernidade", conforme considera Martins (2020, p. 18), "cobra do homem o tributo de sua coisificação, de seu estranhamento em relação a si próprio, no ver-se pela mediação alienadora de um outro que é ele mesmo, embora não pareça". Ainda para Martins (p. 24), "a modernidade nos chega, pois, pelo seu contrário e estrangeira [*sic*], como expressão do ver e não como expressão do ser, do viver e do

acontecer". É essa visualidade como expressão do ver da modernidade que a enraíza e aos poucos vai tornando-a parte, ainda que estrangeira, dos lugares, da vida e do viver. A modernidade se expressa, neste sentido, nas práticas espaciais as quais se encontram arraigas as estruturas materiais em que a vida se faz.

Sem necessariamente estar disposto nesta ordem, tem-se o **espaço concebido**, também denominado de representações do espaço: "As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas 'retalhadores' e 'agenciadores'" [...] (LEFEBVRE, 2006, p. 40).

O espaço concebido é definido pela interação saber/conhecimento/ideologia cujas representações emanam de projeções, signos e normas projetadas no próprio espaço segundo agentes específicos e normatizadores do espaço e de determinada realidade, ligando-se necessariamente a ordem de produção e aquilo que esta impõe. É por esse motivo que as representações do espaço são concebidas segundo o conhecimento de agentes específicos e projetam-se quase sempre de maneira autoritária e niveladora.

Tecnocratas, os mesmos agentes organizam, produzem e promovem intervenções no espaço social, conduzidas, tantas vezes, *de cima para baixo*[18], desconsiderando as relações sociais *a priori* estabelecidas no espaço. Há, portanto, o agenciamento de programas e planos específicos segundo normatização planificadora. Incorpora-se aí a própria figura do Estado como agente planificador das relações sociais e das representações espaciais segundo um conjunto próprio de leis que o regem.

Concebido como sendo um espaço estratégico desde os primórdios do processo de colonização, o rio São Francisco foi tomado em sua universalidade como unidade de planejamento estratégica pelo Estado e para outros entes sociais. Dessa concepção, sobressai-se a ideia motriz difusora do que se convencionou chamar de "*rio da Integração Nacional*" e/ou "*rio da Unidade Nacional*", observada como sendo uma das formas de apropriação no discurso e na realidade de um rio que é, igualmente, vivido e percebido.

Mediante o exposto, o fio condutor dessa racionalidade nos leva a compreensão de que o rio São Francisco, desde a muito tempo, foi concebido como fundamento de um projeto de Brasil em que a "unidade" e sua "integração" não comportariam as raízes fundantes da nação barranqueira[19], das gentes que historicamente povoaram e

[18] Expressão usada para designar o uso de práticas autoritárias e sem relação dialógica com os sujeitos e grupos envolventes.
[19] Termo impregnado em sentido amplo com o objetivo de caracterizar as populações que tradicionalmente ocupam o vale e as margens do rio São Francisco.

significaram e ainda significam suas margens segundo modos particulares de existência e de reprodução da vida. É nesse contexto que o rio São Francisco "serve" a proposta de construção do nacionalismo, concebido como "a base física da unidade nacional" (M. BRASIL, 2008, p. 133).

Ao longo do século XX, principalmente nos anos seguintes à década de 1950, o rio São Francisco foi integrado aos grandes projetos de desenvolvimento, o que lhes rendeu a investida de muitos investimentos. A ideia da modernização do vale era pujante e, em especial destaque, se atinha à construção das usinas hidroelétricas como a base necessária a proposta modernizadora.

Junto as hidroelétricas somavam-se a elaboração de planos para implementação de perímetros de irrigação e de obras básicas de infraestrutura tais como a construção de estradas, rodovias e pontes, entre outras. Em específico, segundo Souza (2018), a implementação das usinas hidroelétricas tinha como objetivo o "maior controle da vazão das águas do rio, diminuindo, assim, os grandes prejuízos causados pelas cheias, fator preocupante para os ribeirinhos que sobrevivem integralmente dos recursos do rio" (SOUZA, 2018, p. 109) e das pequenas várzeas marginais.

Para Vargas (1999, p. 86), "a bacia do rio São Francisco insere-se no planejamento como região de grandes potenciais para o desenvolvimento do Nordeste". Todavia, cabe acrescentar que [...] "o paradigma do desenvolvimento pautou-se na perspectiva de um crescimento programado de cima para baixo ou do centro para a periferia" (VARGAS, 1999, p. 86), ou seja, um modelo planificador e tecnocrata de produção do espaço que historicamente desconsiderou a dimensão do vivido.

Nessa perspectiva, ao assim ser concedido, instaura-se a ideia do distanciamento do vivido. Em Alagoas e Sergipe essa apropriação discursiva associada a implementação de projetos e programas de desenvolvimento foi seguida segundo o ideário de superação das desigualdades existentes o que na realidade não aconteceu.

Desta feita, ao considerar as espacialidades ribeirinhas do baixo São Francisco, a implantação de tal realidade implicou, entre outros aspectos, na total interferência do seguimento do rio e das populações localizadas a jusante das grandes barragens, pois o controle total da vazão trouxe consequências ao modo tradicional de uso e ocupação, que deixou de ser realizada pela consideração histórico-cultural do ciclo natural das águas ao qual as populações ribeirinhas eram afeiçoadas.

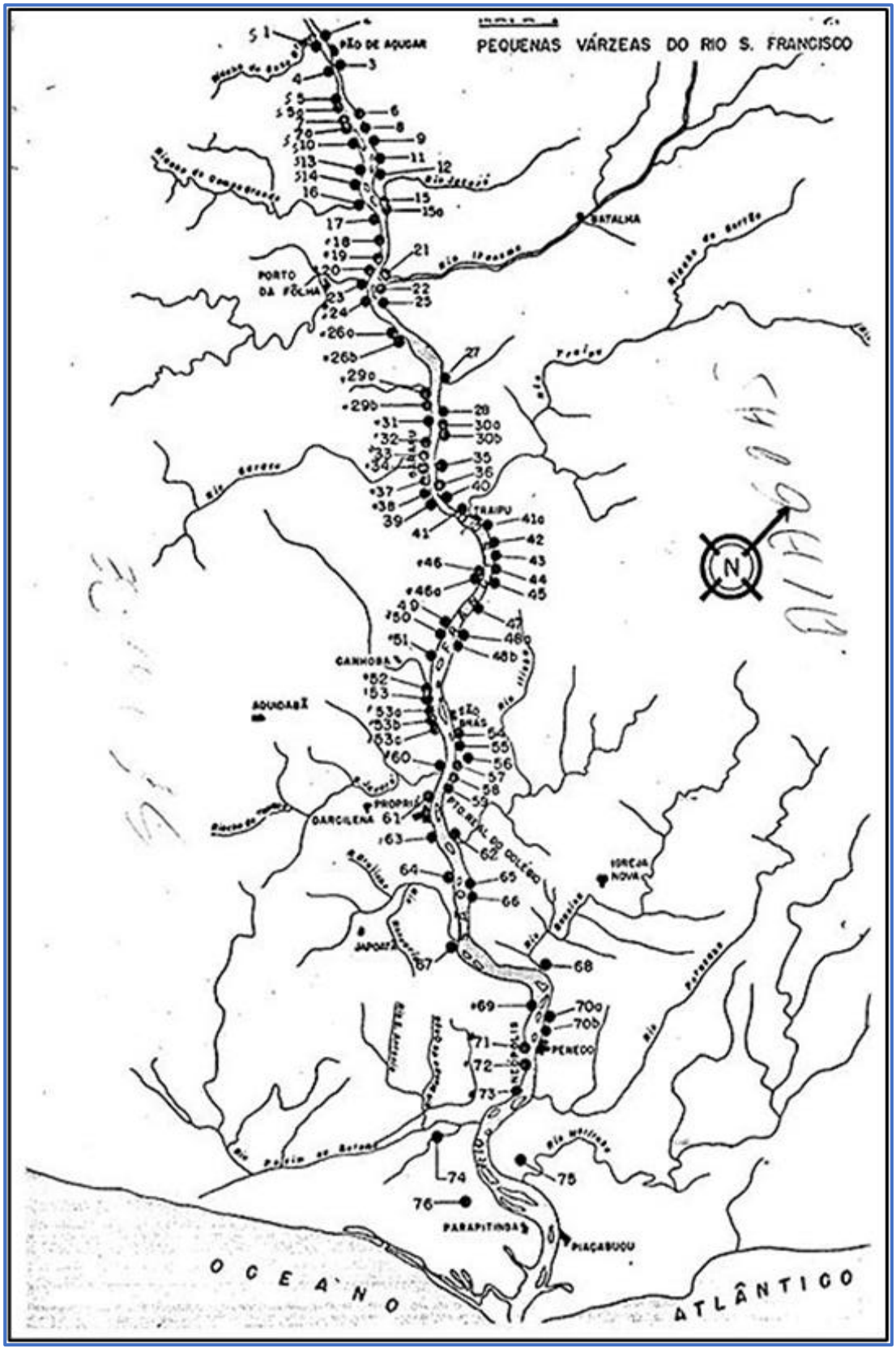
As pequenas várzeas (Figura 18) não foram objeto da concepção do espaço planejado pelos projetos de desenvolvimento. Após os barramentos para geração de

energia no curso do rio, o baixo São Francisco foi objeto de planejamento apenas em três grandes áreas - Boacica, Marituba e Betume. O vivido de muitas comunidades ribeirinhas foi basculado e alterado porque o nível do rio baixou consideravelmente e apenas as grandes várzeas possuíam e ainda possuem sistema de bombeamento.

Fisiograficamente, essas alterações moldaram uma nova paisagem: as lagoas marginais ao rio antes constituídas por "várzeas arrozeiras era o fato mais característico daquela paisagem" (MONTEIRO, 2013 [1972], p. 26). Atualmente, abandonadas[20], essas mesmas várzeas são ocupadas por pequenos perímetros de irrigação, agricultura desenvolvidas pelas populações ribeirinhas, criação de animais e pastagens; a criação de animais toma centralidade, tanto nas proximidades da foz do rio São Francisco quanto no perímetro semiárido.

[20] No sentido de não mais serem abastecidas pelas águas do rio São Francisco.

Figura 18: Representação das pequenas várzeas (pontos e números) no baixo rio São Francisco



Fonte: Codevasf/Minter 1972 apud, VARGAS (1999, p.108).

No contexto do baixo São Francisco, o rio se caracteriza como sendo o receptáculo das ações e interferências produzidas nos perímetros imediatamente à montante e as comunidades ribeirinhas muito sensivelmente foram afetadas por estas ações, pois suas espacialidades têm sido cotidianamente reguladas, moldadas e até transformadas pelas interferências locais e aquelas situadas nas demais sub-regiões da bacia.

A paisagem tende a materializar as formas das representações espaciais que se configuram em formas-conteúdo. Estas formas-conteúdo, materializadas, revelam e escondem o domínio e a dominação, o que é planificado e o planificador, o agenciado e o agenciador. Isso ocorre pelo fato de que as representações espaciais segundo esta ótica representam a própria ideologia dominante.

Para Lapa (2006), as representações do espaço "decifram, organizam e regulam a vida cotidiana, geralmente segundo interesses dominantes, e, diante de tal ênfase no espaço concebido, costumam relegar a um segundo plano, consciente ou inconsciente, o vivido e o percebido" (LAPA, 2006, p. 10).

Mediante o exposto, as espacialidades ribeirinhas ao longo do tempo foram incorporadas e instrumentalizadas por uma lógica que se distancia das espacialidades do vivido. Assim, novas espacialidades são produzidas, novos símbolos são impregnados na paisagem e outros sentidos passam a fundamentar o espaço segundo a lógica de quem o concebe.

Ao ser posto em segundo plano, o espaço vivido e percebido é instrumentalizado segundo a própria lógica das representações do espaço. O uso de novas técnicas e a incorporação dessas ao processo de planificação do espaço e das relações espaciais se consubstancia ao modelo de produção dominante, o próprio capital, considerando o espaço apenas em seu valor de uso como mercadoria (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 1994; 2012; 2014).

Também Santos (1994) toma a ideologia dominante a partir de sua presença nas representações do espaço e considera que "a forma-conteúdo tem papel ativo no movimento do todo social" (SANTOS, 1994, p. 101). Ainda para o autor "a ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos" (SANTOS, 1994, p. 101). Sob a estruturação de formas-conteúdo, as representações do espaço abrigam símbolos e significados (as próprias ideologias) do modo de produção que as concebe, segundo sua própria ordem.

A planificação das representações do espaço indica a busca pela padronização dos usos e dos modos pelos quais cada sujeito, grupo ou sociedade deverá conceber o espaço em seu contínuo processo de reprodução. É sabido, para tanto, e como ponto de contradição, que não há uma única lógica de produção do espaço, uma única forma de conceber suas representações e, por extensão, suas formas-conteúdo. Cada conteúdo, representação e códigos, indicam um modo de conceber o espaço, um modo de produção as quais são constituídas determinadas espacialidades.

No espaço concebido pela planificação e pelos signos do modo de produção dominante “o vivido se esmaga”, “o concebido o assalta” (LEFEBVRE, 2006, p. 82), ou seja, um é estranho ao outro. A hegemonia dos atores dominantes tende a planificação das relações sociais e dos vínculos decorrentes do espaço vivido.

De um lado o que há é relações corpóreas de vidas e de cotidiano, é uma ordem próxima que é vivida e sentida, do outro lado, o que se tem é o interesse do Estado e do capital, que é o exterior, o não vivido, uma ordem distante, estranha à face corpórea, esvaziada de experiências e de sentidos. Essa última ordem é distante não por ser alheia ao ser, mas sim pelo esvaziamento dos significados que fazem o ser no lugar, portanto, que fazem o ser-aí e nas formas e significados que atribuem sentido ao vivido.

4. NAS DUAS MARGENS DO RIO: MODOS DE (RE)SIGNIFICAR O ESPAÇO

O homem chega e já desfaz a natureza
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco, lá pra cima da Bahia
Diz que dia, menos dia, vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o sertão ia alagar

O sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão
Vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão

Adeus, Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Adeus, Pilão Arcado, vem o rio te engolir
Debaixo d'água, lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira, o gaiola vai subir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai-se embora com medo de se afogar

O sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão
Vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão

Adeus, Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Adeus, Pilão Arcado, vem o rio te engolir
Debaixo d'água, lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira, o gaiola vai subir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai-se embora com medo de se afogar

O sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão
Vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão

(Música Sobradinho, de Sá e Guarabira)

4.1 As grandes barragens e outas estruturas

A construção de grandes barragens para fins de produção de energia no rio São Francisco remonta aos primeiros anos do século XX, com a construção da hidroelétrica de Angiquinho, em 1913, no baixo rio São Francisco. À luz da busca pela superação da dependência energética e do ideário modernizador do vale do grande rio, a execução da construção de novos empreendimentos tomou novos rumos após a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e da Comissão do Vale do São Francisco, ambas em 1948, demarcando o marco temporal de inserção do Estado brasileiro no contexto do processo de produção de eletricidade (CHESF, 2018).

Enquanto a CHESF tinha por objetivo maior "prover energia para a região Nordeste mediante o aproveitamento em grande escala do potencial hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso no rio São Francisco" (CHESF, 2018), a Comissão Vele do São Francisco (CVSF), que mais tarde deu origem a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), tinha por missão a elaboração, coordenação e execução de planos para melhor distribuição das águas, aproveitamento do rio como meio de transporte, projetos para irrigação e produção alimentar e utilização do potencial energético e das condições básicas para assentamento humano ao longo do vale do rio São Francisco (SEREBRENICK, 1960).

É no contexto dessas estruturas que se dá o processo "modernizador" da bacia hidrográfica, acompanhando a evolução e manutenção da política energética nacional em que o próprio rio São Francisco foi concebido e tomado como fundamento dessa política e, por extensão, tornou-se protagonista na geração de energia no Brasil pela construção dos seguimentos das grandes barragens e reservatórios no alto, médio, submetido e baixo curso da bacia, seguindo a linha do canal principal e dos afluentes.

Em ordem cronológica, a primeira usina construída no rio São Francisco e a entrar em operação, considerando o chamado "processo de modernização" do vale do rio, após Anjiquinho, foi a usina Paulo Afonso I, no ano de 1954; em seguida, Paulo Afonso II, no ano de 1961, Três Marias, em 1962 e Paulo Afonso III, em 1968. No período subsequente, houve a inauguração das usinas Apolônio Sales (Moxotó) e Sobradinho, ambas entraram em operação em 1977 e 1979, respectivamente; Paulo Afonso IV, em 1980; já Itaparica e Xingó, nos anos de 1988 e 1994 (Quadro 3).

Quadro 3: Usinas hidroelétricas construídas no leito do rio São Francisco - 1954- 1994

UE	Início da Obra	Início da Operação	Área do Reservatório (Km²)	Empresa
Paulo Afonso I	1948	1954	*	CHESF
Paulo Afonso II	1955	1961	*	CHESF
Três Marias	1957	1962	1.054,6	CHESF
Paulo Afonso III	1967	1971	*	CHESF
Apolonio Sales/Moxotó	1971	1977	98	CHESF
Sobradinho	1973	1979	4.214	CHESF
Paulo Afonso IV	1972	1980	15	CHESF
Itaparica	1979	1988	828	CHESF
Xingó	1987	1994	60	CHESF

Fonte: Companhia Hidroelétrica do São Francisco (2022); Cemig Distribuição S/A (2022).

Dos reservatórios das usinas hidroelétricas listadas no quadro, o reservatório de Sobradinho corresponde ao maior lago artificial da América Latina com capacidade de armazenamento superior 4,1 bilhões de metros cúbicos de água (CHESF, 2022). Pela dimensão do armazenamento e pela área de abrangência territorial, esse reservatório, segundo Fontes (2011), pode ser considerado "uma segunda nascente (artificial, neste caso) do São Francisco, na qual as vazões são controladas pelo homem, e, apenas parcialmente dependentes dos índices pluviométricos e deflúvios de montante" (FONTES, 2011, p. 41).

A importância do reservatório de sobradinho bem como daqueles represamentos localizados imediatamente a jusante associa-se aos condicionantes climáticos do semiárido brasileiro cuja existência dos rios, com poucas exceções, é temporária, não garantindo perenidade durante todos os meses do ano. Portanto, a vazão no seguimento inferior do canal principal é diretamente dependente dos reservatórios.

No perímetro mais imediato à foz, considerando aquele que se estende das imediações do lago da usina hidroelétrica de Xingó entre os estados de Alagoas e Sergipe, a vazão se torna ainda mais dependente dos lagos artificiais. Mediante o exposto, Fontes (2011, p. 42) é enfático ao demostrar que "pela sua posição e influência, Xingó pode ser considerada como uma nascente artificial do rio para o trecho compreendido até a faz, que a rigor não pode mais ser considerado um rio natural". E acrescente,

> Em termos práticos para o trecho do baixo São Francisco entre Xingó e a foz, é essa hidrelétrica que controla praticamente todo o fluxo do rio na medida em que é mínima a contribuição dos afluentes situados à jusante da mesma. Apesar disso, faz-se a ressalva que o controle real encontra-se em Sobradinho, pois a operação de Xingó é totalmente dependente das liberações de água por parte de Sobradinho (FONTES, 2011, p. 43).

Pelas características já apresentadas, considerando a dimensão da capacidade de armazenamento, Sobradinho é o reservatório definidor das condições operacionais do reservatório de Xingó, o que põe as regiões localizadas à jusante em extrema dependência dessas estruturas, artificializando o seguimento do canal fluvial em toda a sua dinâmica natural, provocando alterações significativas na paisagem e na vida humana estabelecida nas áreas marginais e periféricas ao rio e aos reservatórios.

> A construção da usina hidrelétrica de Xingó representa um marco definitivo em relação ao controle do homem sobre o comportamento do segmento do sistema fluvial situado a jusante dessa barragem. Não é exagero afirmar que o fechamento da barragem para fins de preenchimento do reservatório de Xingó [...] selou de forma bastante simbólica as condições ainda remanescentes do canal natural para o baixo custo do rio São Francisco. Naquele momento, pode-se dizer, em termos figurativos que morria de forma simbólica o "Velho Chico" tal como presente no imaginário popular (FONTES, 2011, p. 43).

Ao referir-se à "morte" simbólica do rio São Francisco no trecho que compreende o último perímetro do baixo curso, considerando o seguimento do canal fluvial, Fontes (2011) busca evidenciar os impactos que os sucessivos sistemas de barragens provocaram na dinâmica natural do rio São Francisco e, conforme já evidenciado, é importante considerar mais uma vez a abrangência territorial desses impactos nas dimensões físico-natural, ambiental, social, econômico, política e cultural do rio São Francisco e no contexto regional.

O "evento" pelo qual as barragens se multiplicaram não se deu de modo isolado, considerando apenas suas respectivas estruturas, paredões e terras - cidades, povoados, vilas, comunidades - alagadas e cobertas pelas águas represadas.

O que ocorreu foi a transformação da paisagem pela isenção do "novo", introduzindo um outro modo de ser e de estar no rio. Novas e modernas estruturas passaram, paulatinamente, a configurar a dinâmica da paisagem ribeirinha, seja pelos projetados de assentamentos humanos, nova e crescente malha urbana, empreendimentos comerciais e agropecuários, expansão da malha de estradas e rodovias, tubulações e canalizações com centenas quilométricas, entre outras tantas estruturas.

No baixo curso, entre Alagoas e Sergipe, essa dinâmica não ocorreu de modo diferente e, mais ainda, é este o seguimento no qual os resultados e/ou consequências das referidas intervenções mais claramente observadas. A ressignificação dos usos do rio nas terras marginais antes ocupadas pela cultura do arroz, o avanço das pastagens e de empreendimentos rurais de alta produtividade, e a expansão de casas e chácaras de veraneio são alguns dos exemplos dessa ressignificação associadas à dinâmica das alterações do rio São Francisco, o que tem influído na constituição de novos territórios e territorialidades diversas, sejam estas associadas às populações tradicionais ou associadas às relações institucionais e aos mais recentes modos de ocupação e produção das espacialidades nas margens do rio.

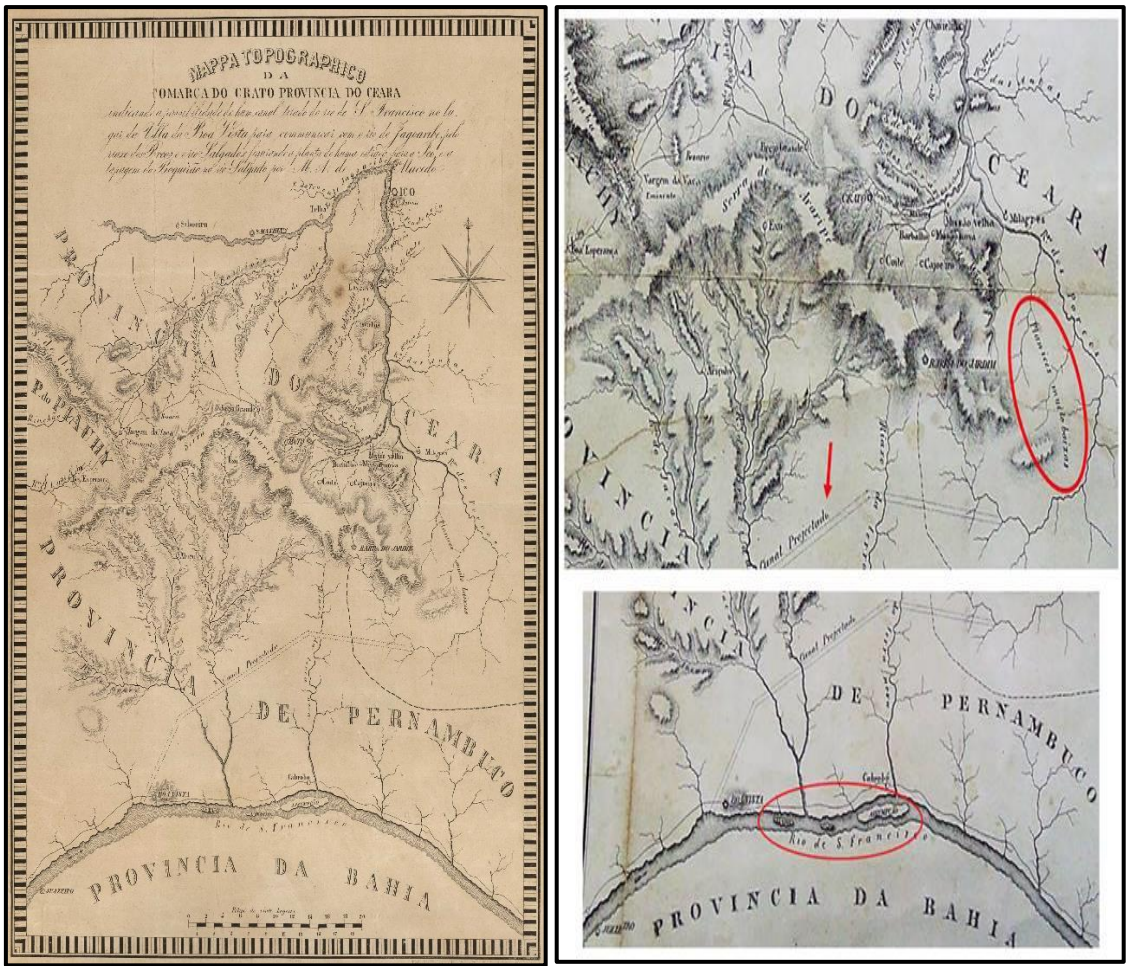
O trecho da música "Sobradinho" composta por Sá e Guarabira, descrita na parte inicial desta seção, pode ser tomada como marco popular da percepção das transformações as quais o rio São Francisco e suas populações foram inseridos em função da construção das barragens. As cidades referenciadas na letra da música (Remanso[21], Casa Nova[22], Sento Sé[23], Pilão Arcado[24]) foram inundadas pelas águas do rio São Francisco em função da construção da Usina Hidroelétrica de Sobradinho. Além das referidas cidades, pode-se citar ainda as sedes municipais de Rodelas, Barra do Tarrachil e Glória, também na Bahia, além de Itacuruba e Itaparica, em Pernambuco, conforme relatório do CBHSF (2021).

O projeto de integração do rio São Francisco às bacias do Nordeste setentrional não figura como algo recente. A ambição pelos usos das águas do "Nilo Brasileiro" data pelo menos do período do Brasil Império, conforme documentos expostos pelo Senado Brasileiro (2017). A vanguarda da proposta da transposição das águas do rio São Francisco, tal como atualmente é conhecido, data da década de 1840 quando a ideia de uma transposição das águas é apresentada ao imperador Dom Pedro II por um parlamentar

[21] Segundo o IBGE (2022), em 1977 a sede do município de Remanso foi transferida para um local distante 7 km do assentamento original, pois ¼ do seu território foi inundado pelas águas da represa da usina hidroelétrica de Sobradinho.
[22] Segundo o IBGE (2022), a Lei Federal nº 3.347, de 23 de dezembro de 1974, transferiu-se a Sede Municipal para local distante 37 Km da cidade velha, sendo esta imundada pelas águas da barragem de Sobradinho.
[23] A Lei Estadual n.º 3347, de 23 de dezembro de 1974, transferiu-se a Sede Municipal para local distante 62 quilômetros da cidade velha, sendo esta inundada pela barragem do Sobradinho, segundo dados disponibilizados pela Prefeitura de Santo Sé (2011) e IBGE (2022).
[24] Em 1974, a sede municipal foi transferida para um local a 7 km da cidade velha, que foi parcialmente inundada pelas águas da Barragem do Sobradinho, no Rio São Francisco. A nova cidade foi planejada e construída pelo Governo Federal, conforme dados da Prefeitura Municipal de Pilão Arcado (2017) e IBGE (2022).

cearense, deputado estadual Marcos Macedo (Figura 19). A esse respeito, Castro (2011, p. 9), esclarece que “antes de 1847, D. João VI já havia mandado estudar a possibilidade da transposição, mas não há registro de proposta efetiva de realização do projeto”.

Figura 19: Proposta de Marcos Macedo para canalização do rio São Francisco - século XIX



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

A preocupação com as sucessivas secas que atingiam a região Nordeste e as demandas sociais locais associadas a escassez hídrica eram os fundamentos das reivindicações dos parlamentares, o que resultou em diversos estudos sobre as propostas de transposição e as referidas demandas sociais das populações atingidas pelas severas estiagens.

Diversas propostas foram consideradas durante toda a segunda metade do século, todavia, por razões diversas, considerando principalmente a dimensão do projeto, não alçavam apoio e nem a legalidade necessária para a execução, levando-o ao arquivamento.

Já na fase mais recente do projeto, considerando a segunda metade do século XX, tanto nos governos de Itamar Franco quanto de Fernado Henrique Cardoso, novas versões de projetos para transposição foram apresentadas, em geral, a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério da Integração Nacional, da Secretaria Especial de Políticas Regionais e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CASTRO, 2011; SENADO FEDERAL, 2017; OLIVEIRA, 2020).

O marco temporal de execução do projeto de transposição do rio São Francisco está referenciado no primeiro mandato do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, sob a reponsabilidade de Ciro Ferreira Gomes, então ministro da Integração Nacional. Segundo o referido ministério o objetivo maior do projeto é o de assegurar a oferta de água a mais de 12 milhões de habitantes do semiárido brasileiro, distribuídos nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, contemplando 390 municípios em densa rede de canais e adutoras que se dividem em dois grandes eixos (BRASIL, 2021).

Em vias de conclusão, em 2022, o projeto de transposição do rio São Francisco foi apropriado nas discussões da política nacional, levando, mais uma vez, este mesmo rio ao centro dos debates do país e sendo concebido como elemento estratégico à demanda regional pelo acesso à água. Nesse contexto, a história se repete, as discussões se aproximam, e as espacialidades se multiplicam, assim como tem se multiplicado os conflitos pelas águas de um rio - o São Francisco - que é de possibilidade e limites, fato desconsiderado no espaço e no tempo.

No contexto das controvérsias e dos limites desse "rio de possibilidades" que é o São Francisco, o geógrafo Ab' Saber (2006) eleva atenção ao fato de que pouco se considerou as especificidades locais e regionais das populações e da natureza física da bacia hidrográfica e do semiárido na estruturação do projeto. "Ao se iniciar a ideia da transposição de águas do São Francisco para o Ceará e Rio Grande do Norte, ninguém se preocupou com os problemas da própria região de onde sairiam as águas" (AB'SABER, 2006, p. 06). Ou seja, havia uma demanda primeira: a necessidade de revitalização do próprio rio São Francisco, objetivando não somente a vitalidade do canal principal, mas, também, o bom fornecimento de água pelos canais construídos e das redes de adutoras que se espalham em todo o vale, nas duas margens.

Ainda para Ab' Saber (2006, p. 03) "o valor de uso demagógico" do termo revitalização não deu facticidade as reais demandas do rio e de seu grande vale, havendo a grande necessidade de se considerar a complexidade das territorialidades dos diversos assentamentos humanos e das condições do meio físico da realidade projetada.

Mediante as condições expostas, o projeto se aproxima das mesmas visões e estratégias tecnocratas de produção do espaço que se concebe somente pela mediação de ordem técnica e estrutura-se segundo o olhar planificado de uma realidade que é projetada e não vivida. De cima para baixo, como "corre" o São Francisco nos mapas impressos, assim também foi projetada a transposição.

O vivido, no projeto, foi "esmagado pelo concebido[25]" (LEFEBVRE,2006), assim como ocorreu nos espaços forjados em função da construção das grandes barragens que abrigam as usinas hidroelétricas.

No projeto de transposição pouco ou quase nada se considerou os assentamentos humanos ao longo dos canais intermitentes cuja vida se realizava (e realiza) no serpenteamento dos leitos secos e úmidos do semiárido. Homens e mulheres tradicionalmente em quase todo o decurso do ano fazem uso desses ambientes úmidos pondo em prática a pequena agricultura de sequeiro e a criação de pequenos animais constituindo-se em "pequenos agroecossitemas de grande importância social" (AB'SABER, 2006, p. 07).

Os vazanteiros dos rios e riachos do semiárido, assim como os vazanteiros do São Francisco, foram, em parte, removidos de suas respectivas espacialidades produtivas e familiar camponesa. De outro modo, quando não removidos em função da execução direta do projeto, foram induzidos a venderem as pequenas propriedades antes mesmo da chega das águas do rio São Francisco, conforme discorrem Morais e Ribeiro (2020) ao dissertarem sobre o caminho das águas na Paraíba e o contexto expropriatório e violento associado às obras de canalização. Essa problemática é discutida por Barros (2017) no livro "O Desencantamento das Águas no Sertão: crenças, descrenças e mobilização social no Projeto de Transposição do Rio São Francisco". Denúncias a esse respeito também têm sido realizadas pela Comissão Pastoral da Terra (2017; 2018) e por outros movimentos sociais.

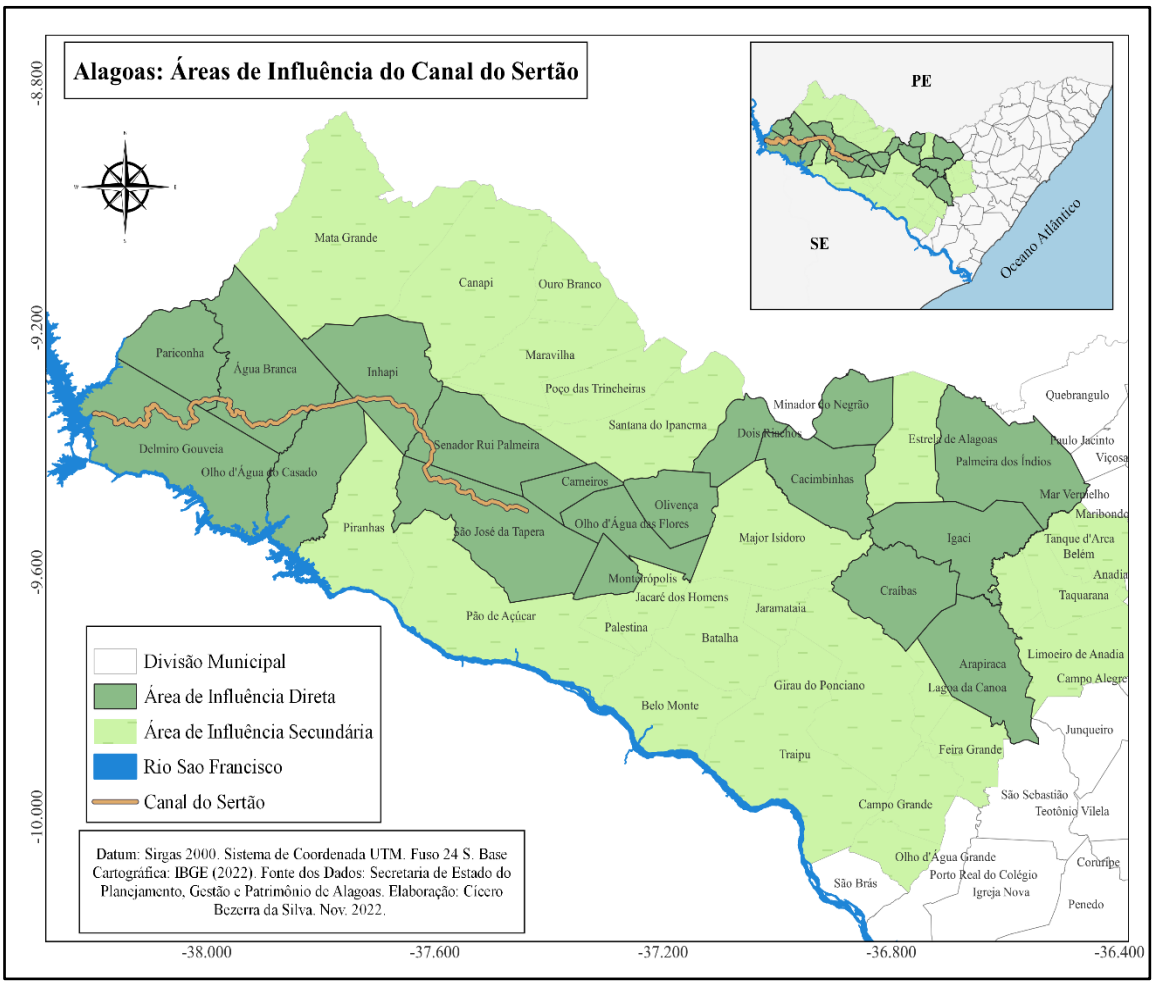
São muitas as contradições, muitos são, também, os benefícios. Ainda assim, a consideração de a realidade regional compreender o semiárido mais densamente povoado do mundo evidencia a complexidade analítica e de execução de projetos, bem como induz os princípios dos discursos e apropriações políticas, deixando em segundo plano a própria natureza social da ação e a consideração de se elevar ao debate a dimensão físico-natural, econômica e cultural do rio São Francisco, das terras, dos povos e das águas.

[25] Lefebvre usa o termo para designar a força do espaço concebido sobre o espaço vivido e das representações.

Considerando o baixo São Francisco, de modo mais específico, o Canal do Sertão Alagoano se constitui na maior e mais importante obra de infraestrutura hídrica de Alagoas e a segunda maior do Brasil, sendo precedida pela transposição das águas do rio São Francisco. O canal do Sertão Alagoano em seu projeto original foi idealizado na última década do século XX e, a exemplo do projeto da transposição, foi concebido pelo Governo de Alagoas e o Governo Federal como obra necessária à solução das demandas sociais das populações severamente atingidas pelos efeitos das secas no semiárido de Alagoas e em parte das terras de Agreste também inseridas no polígono das secas.

Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (SEPLAG), o canal do Sertão Alagoano tem "extensão projetada de 250 km, começa no município de Delmiro Gouveia e está previsto para terminar no município de Arapiraca" (ALAGOAS, 2017, s/p). Ao longo de sua extensão o canal percorrerá o território de 18 municípios alagoanos e totalizará influência direta em 42 municípios (Mapa 5), equivalendo aproximadamente 4% da população do seminário brasileiros (IBGE, 2016) e 30% da população alagoana (IBGE, 2016), em uma área territorial de 12.600 km² (IBGE, 2016; ALAGOAS, 2017).

Mapa 5: Área de Influência do Canal do Sertão Alagoano



Fonte dos Dados: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (2017). Elaboração e Organização: Cícero Bezerra da Silva (2022).

A dimensão do projeto é reveladora, também, das controvérsias de sua finalidade, principalmente quando se leva em consideração as mesmas dimensões as quais Ab' Saber (2006) apresentou ao analisar criticamente o projeto de transposição do rio São Francisco, quais sejam: a dimensão físico-natural, econômica, social, cultural e ainda mais fortemente, a dimensão política de uso e apropriação das águas. Esse uso político e apropriação indevida tem refletido no crescimento exponencial de conflitos por água no Sertão de Alagoas e na totalidade do baixo São Francisco, conforme relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2020; 2021).

O modelo de gestão do canal e a estruturação da outorga pelos usos da água se configuram como grandes desafios pois além do percurso das águas pelo canal, há de se considerar a faixa de 10 km de largura de cada lado do mesmo para uso e aproveitamento do recurso hídrico (PEDROSA; ALMEIDA, 2016). A dimensão dos municípios sob

influência secundária do canal revela exatamente a complexidade da gestão e a proporção dos desafios das demandas locais e dos usos das águas canalizadas.

O escopo social das águas bombeadas no canal visa a melhoria na condição de vida das populações sertanejas, dando a estas populações as condições necessárias de sobrevivência e de desenvolvimento das atividades econômicas, lingando-se diretamente aos usos da água, para tanto, esbarra-se, também, no acesso à terra e nos mecanismos técnicos e de legalidade necessários ao correto desfrute das águas do rio São Francisco que correm nas fissuras de concreto no semiárido de Alagoas.

Também Menezes da Silva e Freitas Silva (2020), ao versarem sobre as consequências advindas pela construção do Canal do Sertão alagoano, depreendem especial atenção as novas territorialidades que passam a se formar em suas áreas de influência, considerando o processo de modernização da produção agrícola, o que tem impactado diretamente nas formas de uso e ocupação das terras. Enfatiza-se que,

> As territorialidades dos sujeitos envolvidos no processo de territorialização das águas do Canal do Sertão são múltiplas e se expressam a partir dos múltiplos usos da água, destinadas ao consumo humano, dessedentação de animais, abastecimento domiciliar urbano e rural, além da viabilização de projetos de agricultura e pecuária. Nesses termos, as territorialidades se manifestam nas mais variadas escalas dos fenômenos observados da pequena e média propriedade familiar até aos latifúndios que margeiam o Canal (MENEZES DA SILVA; FREITAS SILVA, 2020, p. 15).

Ocorre, portanto, a produção de um espaço que se diferencia daquele inicialmente existente e multiplica-se novas e modernas estruturas rurais movidas pela irrigação em ambos os lados do canal, ao passo em que cresce a cobiça pelas pequenas propriedades ainda remanescentes no perímetro do canal e em sua extensão retangular.

Ao passo, a paisagem está se transformando (Figura 20), eleva-se em números imprecisos os lotes irrigados que é precedido tanto pela substituição das pastagens quanto pela devastação da caatinga, vegetação endêmica do semiárido brasileiro. O Canal do Sertão Alagoano diversifica e dinamiza a economia sertaneja, ao tempo que acentua muito fortemente as desigualdades em função da concentração fundiária e apropriação das áreas marginais.

Figura 20: Paisagem transformada pelo canal do Sertão Alagoano

Fonte: Associação dos Municípios Alagoanos, AMA, 2019.
Disponível em: https://ama-al.com.br/aguas-do-canal-do-sertao-alagoano.

No Canal do Sertão Alagoano a maior destinação das águas para a irrigação é um demonstrativo da vocação da população sertaneja para a agricultura e pecuária as quais historicamente têm ocupado as áreas de brejos úmidos e leitos dos rios intermitentes para fins agrícolas e alimentação e dessedentarão animal.

A água que jorra do canal é bombeada do reservatório de Moxotó, no seguimento do canal principal do rio São Francisco, o que demanda atenção especial as dinâmicas do próprio rio, reascendendo os debates sobre a necessidade de sua revitalização, garantindo vitalidade ao rio e, consequentemente, dando condições de funcionamento aos grandes projetos, a saber, em específico, a transposição das águas para as bacias do Nordeste Setentrional e transposição das águas para o canal do Sertão Alagoano.

4.2 Terras de rio e beira-rio: repertoriando entre usos e significados

O rio e a terra formam o amalgama constituinte da identidade ribeirinha e de suas existências. O rio é fluido, é caminho, é fonte de alimento, base do apego socioterritorial e do vivido. O rio São Francisco é espacialidade, é lugar, significa e é significado no espaço e no tempo. As terras de rio e da beira do rio, de igual modo, atribuem formas a espacialidade ribeirinha, significam o viver e o habitar, base das existências e dos modos

de existir segundo os usos historicamente atribuídos. A esse respeito Claval argumenta que “habitar é se inserir em um ambiente cuja aspectos físicos e os componentes sociais rapidamente se tornam familiares” (2010, p. 43), portanto, se integram e tornam-se base e extensão do existir.

As discussões associadas ao contexto das mudanças e permanências socioculturais constituem em importante fundamento à apreensão das práticas que sustentam e caracterizam o vivido. A espacialidade ribeirinha define-se segundo os níveis de apropriação e revelam distintas temporalidades com ritmos lentos e mais rápidos. Nestas espacialidades, nem todos são tradicionalmente ribeirinhos, ou seja, nem todos têm suas vivências ligadas ao rio, nem todos são agricultores e pescadores que tradicionalmente ocupam o rio e as terras de rio e de beira de rio em um viver que se define pelos tempos mais lentos.

Assim concordamos com Saquet (2015), ao considerar que ao se enfatizar os ritmos do tempo faz-se necessário a consideração das coexistências pois [...] “há desigualdades e diferenças, diferentes níveis de crescimento, de desenvolvimento, de produção, comercialização” (SAQUET, 2015, p. 110). Há, portanto, diferentes ritmos de produzir e significar a espacialidade e, em nosso estudo, particularmente, modos distintos de significação das espacialidades ribeirinhas.

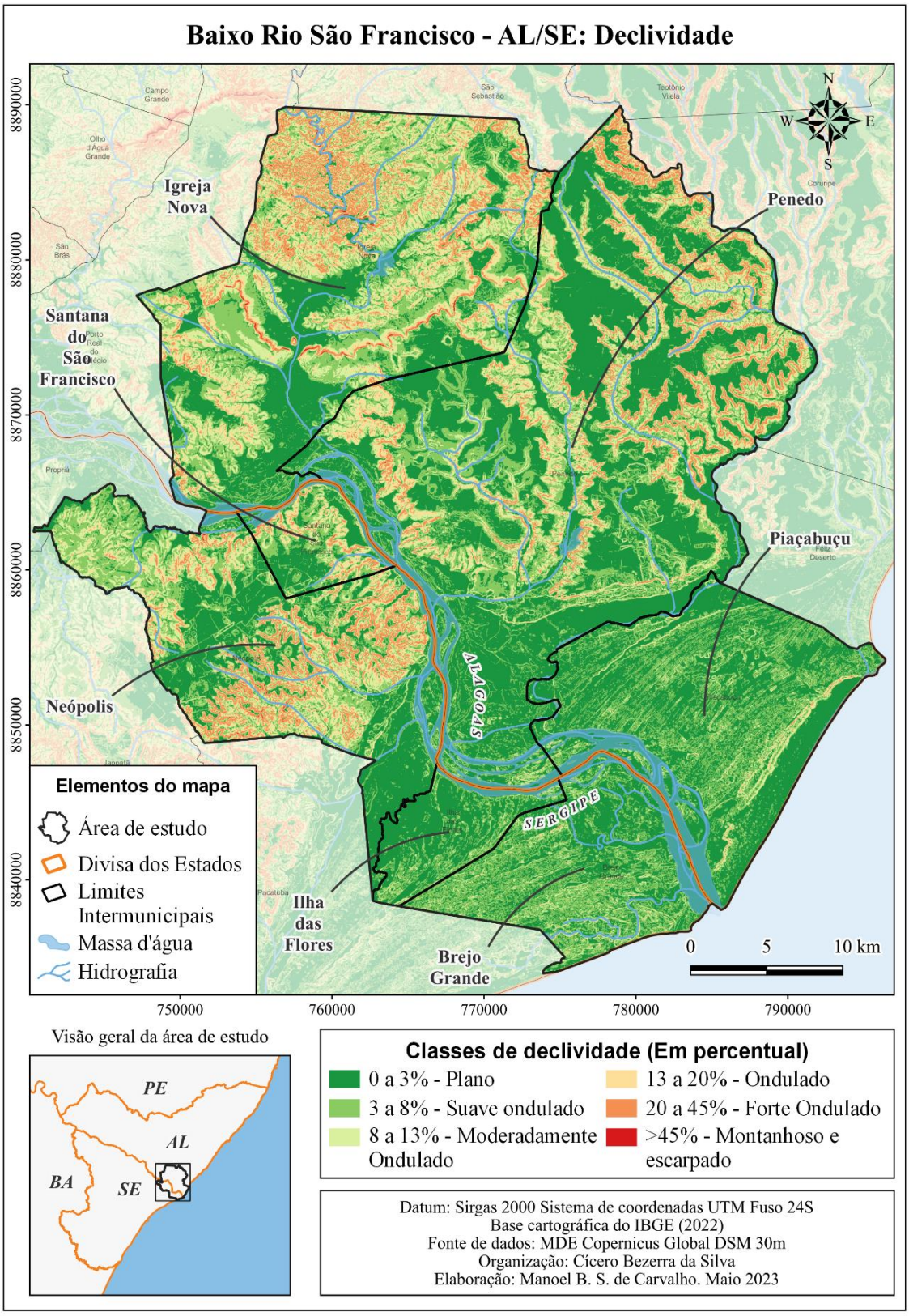
As formas de uso e ocupação da terra considerando as coexistências, desvelam, pela evolução da paisagem, níveis de apropriação e ritmos de produção das espacialidades. Gamalho e Heidrich argumentam que as formas de uso da terra constituem o “meio pelo qual se dá a relação da posse e uso dos recursos, em relação às necessidades de reprodução social [...]. Trata-se de uma imagem objetiva e elementar da paisagem, que também manifesta aspectos da cultura” (2006, p. 06). As terras de rio e beira de rio historicamente foram observadas pelo domínio da transição entre os sertões secos e o domínio Atlântico. Àquelas das áreas mais úmidas, a exemplo da espacialidade ribeirinha do baixo São Francisco, foram, em parte, apropriadas segundo a vocação da produção da monocultura da cana de açúcar e da pecuária extensiva, conforme Correia de Andrade, Gilberto Freire e Josué de Castro.

As áreas de solos úmidos as quais nos referimos dizem respeito aos ambientes em que os solos periodicamente são inundados ou que, em função da baixa declividade, se caracterizam por várzeas e planícies de solos instáveis. A denominação “solos instáveis” foi apresentada por Josué de Castro (2022) ao referir-se às áreas formadas pela permanente mistura de terra e água. Para o referido autor, as populações que ocupam

espaços nestas condições são “verdadeiras populações anfíbias” (CASTRO, 2022 p. 146). Em Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas, Therezinha Faxe (2000) traça importantes considerações sobre a reprodução social do homem nas chamadas “terras molhadas”, denominando estes homens/famílias de homens anfíbios. Também Joycelaine Oliveira (2014, p. 122) faz uso da metáfora “homem-anfíbio” para desvelar o mundo dos remeiros do rio São Francisco e que desenvolviam suas vidas e o trabalho entre o rio e as barcas que navegavam este rio no médio e submédio curso.

A fim de melhor detalhar as áreas de solos instáveis e periodicamente inundáveis e de várzeas, o mapa de declividade apresentado na sequência (mapa 6) evidencia pelo domínio da classificação, a ampla predominância de terrenos planos, com declividades inferiores a 3%. O panorama das classes da declividade é um importante demonstrativo à compreensão do modo pelo qual estas mesmas terras historicamente foram apropriadas e revela, ainda, as feições paisagísticas de base natural culturalmente apropriada e significada segundo as características locais e o comportamento do regime fluvial do rio São Francisco.

Mapa 6: Espacialidades ribeirinhas: declividade do baixo São Francisco



Fonte dos Dados: MDE Copernicus Global DSM.

As características das terras observadas no mapeamento, com predomínio de terras planas e/ou com suaves ondulações, é o demonstrativo das condições naturais que favorecem a existências das áreas inundáveis e de várzeas. É sobre essas condições que historicamente os povos que habitam a espacialidade ribeirinha desenvolvem suas existências entre as terras e as águas.

A figura 21 ilustra a várzea Boacica, localizada entre os municípios de Igreja Nova e Penedo, inundada pela cheia do rio no ano de 2022. Tal fato se deu tanto em função da elevação do nível do rio São Francisco e pelo evento extremo das chuvas[26] que atingiram o estado de Alagoas naquele ano. Monteiro (2012, p. 43) ao observar a várzea alagoana de Boacica considera que esta "apresenta um desenvolvimento excepcional em comprimento", fato que pode ser observado na figura abaixo.

Figura 21: Várzea Boacica inundada entre os municípios de Igreja Nova e Penedo/AL - 2022

Fonte: InfoSão Francisco.
Disponível em: https://infosaofrancisco.canoadetolda.org.br.

Na margem sergipana, a figura 22 ilustra parte da orla fluvial e área residencial do povoado Saúde, em Santana do São Francisco, inundadadas pelas águas do rio em 2023. Estas áreas, inseridas em planicies de inundação compreeendem o chamado "rosário de

[26] De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (2022) e a Defesa Civil de Alagoas (2022) a cidades de Penedo e regiões circunvizinhas registraram os mais elevados índices pluviométricos da história, considerando a coleta de dados realizada desde o ano de 1934.

várzeas marginais" às quais Monteiro (2012, p. 31) se referiu ao caracterizar os aspectos fisiográficos e humanos do baixo rio São Francisco em Alagoas e Sergipe.

Figura 22: Orla Fluvial e área residencial inundadas pelas águas do rio São Francisco - Povoado Saúde em Santana do São Francisco/SE

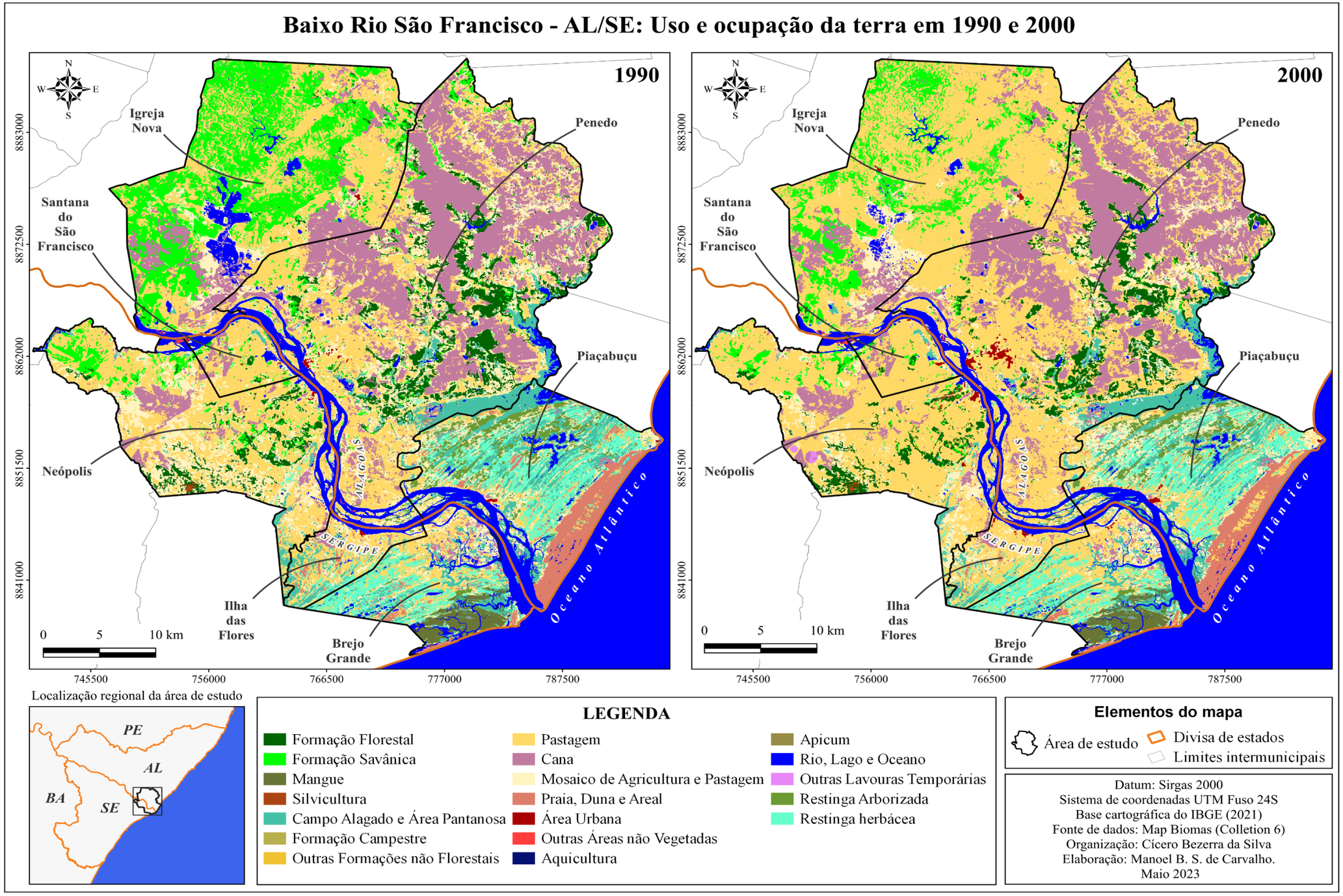
Foto: Trabalho de Campo, 2023.
Fonte: Cícero Bezerra da Silva.

As mesmas terras, considerando a inserção no contexto da bacia hidrográfica, inserem-se no conjunto das significações e da apropriação de uma "região funcional" e estratégica em que "a unidade da bacia é transportada para o nível operativo de suas funções" (VARGAS, 1999, p. 86). Ora, tanto pelas ações institucionais governamentais quanto pelas ações privadas, as terras foram ressignificadas pela inserção de novas culturas agrícolas segundo os processos técnicos de inserção funcional e, também, pela decadência de outras culturas ou práticas agrícolas em nível local. Dessa configuração sobressai-se a implantação dos projetos de irrigação, a expansão canavieira e, mais recentemente, as atividades voltadas para a apicultura.

Mesmo tomando como referências os limites dos territórios municipais aos quais as espacialidades ribeirinhas estão assentadas, os padrões de uso e ocupação da terra nas últimas décadas (mapas 7 e 8) demostram mudanças significativas na externalidade da paisagem ao tempo em que, do mesmo modo, quando observados os padrões de dispersão das populações rurais (censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010), há permanências de populações no campo, havendo a manutenção da dinâmica de vida associada às práticas

direcionadas ao rio São Francisco, às lagoas e várzeas marginais e às terras. Tais fatos ocorrem mesmo após significativas alterações nos padrões de vida, ligados a dinâmicas das águas e a crescente apropriação das terras pela pecuária, cana de açúcar, silvicultura e muito fortemente, principalmente em Sergipe, a aquicultura.

Mapa 7: Espacialidades ribeirinhas: uso e ocupação da terra do baixo São Francisco – 1990 e 2000



Fonte: Map Biomas, 1990 e 2000.

Depreende-se das representações anteriormente expostas a leitura de que entre os anos de 1990 e 2000 os padrões de uso e ocupação das terras no baixo São Francisco sofreram significativas alterações. As alterações nos modos pelos quais a terra é submetida, implicou em consequências direta na vida das populações locais. É importante considerar que a representação da década de 1990 é anterior a construção da Usina Hidroelétrica de Xingó inaugurada em 1994 e cuja implicação direta pode ser observada na manutenção periódica das lagoas marginais ao rio São Francisco. No período considerado, embora não nos detenhamos a uma análise cronológica, é possível observar considerável redução das massas de água presentes na espacialidade ribeirinha.

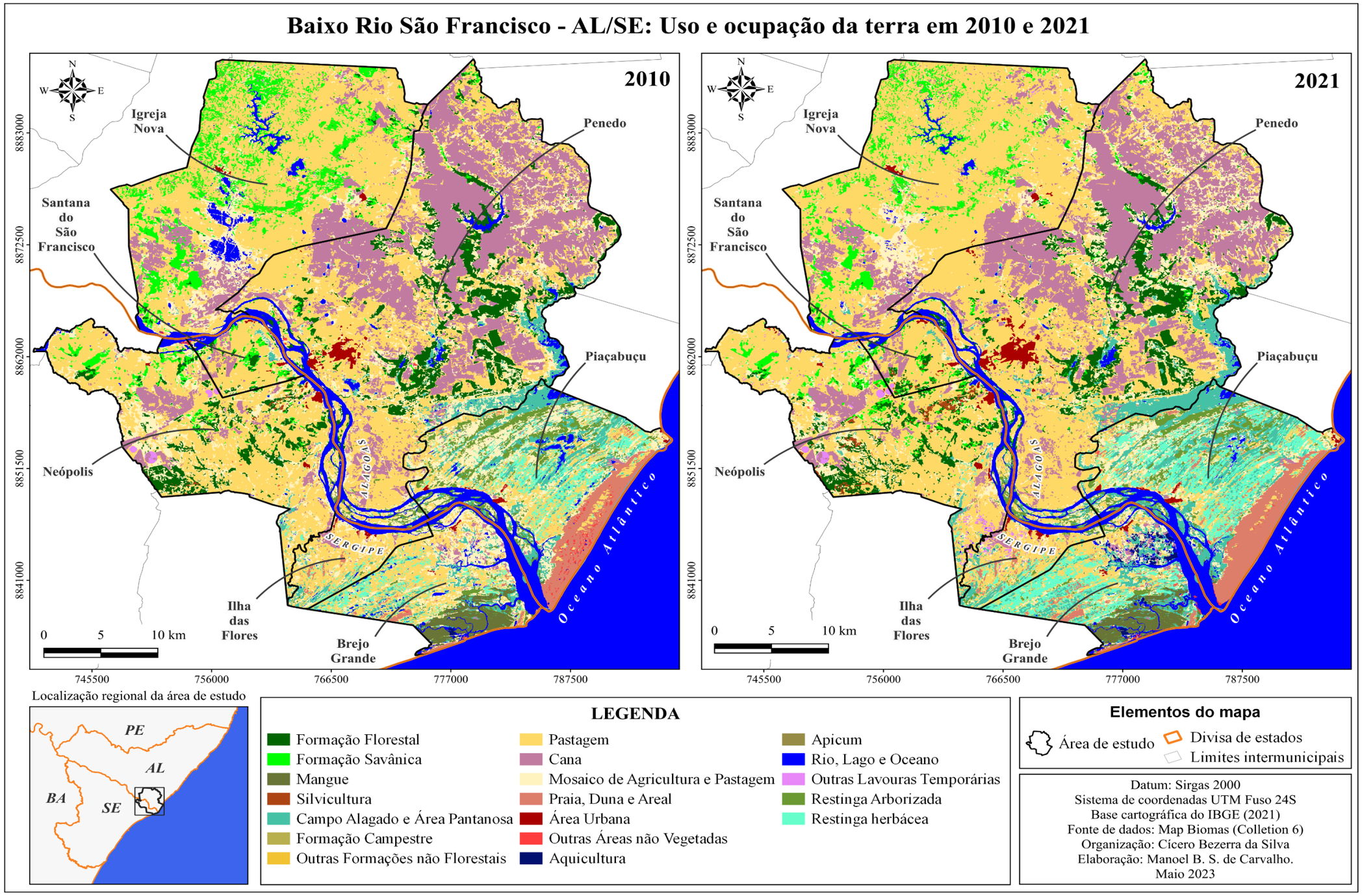
No mesmo período observa-se a redução das áreas de vegetação natural, tanto florestal quanto savânica, ao tempo em que ocorre manutenção e permanência da monocultura canavieira, expandindo-se nos municípios de Igreja Nova e Penedo, na margem alagoana. As lavouras temporárias também se destacam, especialmente no município de Neópolis, estando associado a expansão da irrigação com as águas canalizadas do rio São Francisco.

Os quadros das alterações nos modos de uso e ocupação das terras, seguindo as atualizações mais recentes (dados disponibilizados a atualizados até o ano de 2021), demostram, conforme já observado nos cenários de 1990 e 2000, uma sequência de alterações nas classes de ocupação das terras ao tempo que são indicativos do comportamento da evolução da paisagem nas espacialidades ribeirinhas e dos modos pelos quais estas mesmas espacialidades passaram a ser concebidas ao longo das últimas quatro décadas.

A espacialidade ribeirinha dialeticamente foi repertoriada entre usos e apropriações, objeto de disputas sendo concebida de acordo os interesses (divergentes) e as diversas possibilidade de usos.

Na sequência, objetivando contextualizar a configuração mais recente dos quadros de usos e ocupação das terras, são apresentados os mapas dos anos de 2010 e 2021.

Mapa 8: Espacialidades ribeirinhas: uso e ocupação da terra do baixo São Francisco - 2010 e 2021



Fonte: MapBiomas, 2021.

As áreas de solos instáveis inserem-se na classificação dos campos alagados e áreas pantanosas. Estas mesmas áreas historicamente foram ocupadas pela rizicultura. Conforme Monteiro[27] (2013 [1962], p. 26), “quem percorre o Vale do Rio São Francisco no seu baixo curso encontra nas várzeas arrozeiras, que se alongam por ambas as margens, o fato característico daquela paisagem.” Essa descrição, datada da década de 1960, revela a importância e abrangência da rizicultura no baixo rio São Francisco tanto em Alagoas quanto em Sergipe.

A cultura do arroz estrutura-se segundo a “vocação” natural do baixo São Francisco para esse fim. Atualmente, ainda é possível observar feições de usos das várzeas com a referida cultura mesmo que fisiograficamente não sejam tão bem perceptíveis (Figura 23).

Figura 23: Lotes de cultivo de arroz após a colheita de 2023 no Povoado Serrão em Ilha das Flores/SE

Foto: Cícero Bezerra da Silva.
Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Os quadros de usos da terra fundamentam as noções de coexistências de tempos rápidos e lentos e das diferentes maneiras pelas quais a espacialidade ribeirinha é concebida. Observa-se, neste sentido, a permanência dos usos tradicionais da terra nos povoados e comunidades ribeirinhas, o cultivo pontual de arroz quando em função de

[27] Relatório Aspectos Geográficos do Baixo São Francisco, realizado por ocasião da 17ª Assembleia Anual da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, na cidade de Penedo – Alagoas, em 1961. O referido relatório foi reeditado e publicado em formato de livro pela Editora da Universidade Estadual de Alagoas no ano de 2013.

alguma lagoa mais próxima ao rio é (re)abastecida segundo a ocorrência de enchentes ou mesmo por irrigações por sistemas de bombeamento. Outras lavouras a exemplo da macaxeira e da mandioca são observadas nas imediações das comunidades e povoados se ajustam junto aos quintais das residências e pequenas roças mais afastadas do rio.

Nas mesmas terras, por outro lado, expande-se a monocultura canavieira (Figura 24), fator que desnuda a vocação histórica do baixo São Francisco para essa produção, principalmente em Alagoas. Embora menos densa nas margens do rio, os canaviais ainda caracterizam a paisagem ribeirinha e recobrem os meandros dos cursos de água que desaguam no rio São Francisco.

Figura 24: Canavial nos limites territoriais dos municípios alagoanos de Igreja Nova e Penedo/AL

Foto: Cícero Bezerra da Silva.
Fonte: Trabalho de campo, 2023

Quanto a aquicultura, na pesquisa setorizamos em carcinicultura, especificamente no município de Brejo Grande, Conceição Silva (2020) chama atenção para a expansão desordenada da atividade (Figura 25), que se expandiu de maneira significativa a partir do início da década de 2000. O mapa de uso e ocupação das terras apresentado anteriormente evidencia tal fato e o mesmo quadro evolutivo da atividade econômica aparece consolidado nos mapas do ano de 2010 e de 2021.

> O avanço descontrolado da carcinicultura fez emergir crimes ambientais praticados pelos carcinicultores por não respeitarem as legislações federais e provocarem mudanças ambientais drásticas, como desmatamento de áreas de manguezais, mudanças e adequações de cursos de rios, além de conflitos territoriais provocados pela inserção

> de novas formas de uso e apropriação dos recursos naturais. (CONCEIÇÃO SILVA, 2020, p. 64).

A realidade descrita retrata o modo pelo qual a espacialidade ribeirinha tem sido concebida. As alterações no ambiente e na paisagem reverberam nas ações do cotidiano e nos modos de existência das famílias que habitam o lugar, principalmente daquelas em que o sustento familiar é retirado do rio São Francisco, de outros rios e canais de menor densidade, dos manguezais e das terras circundantes e que se inserem nas áreas de solos instáveis. Essas terras, nas classes de uso e ocupação representadas no mapeamento são definidas como campos alagados e áreas pantanosas, seguindo a classificação proposta pelo Projeto MapBiomas.

Figura 25: Carcinicultura apicultura as margens do rio em Brejo Grande/SE

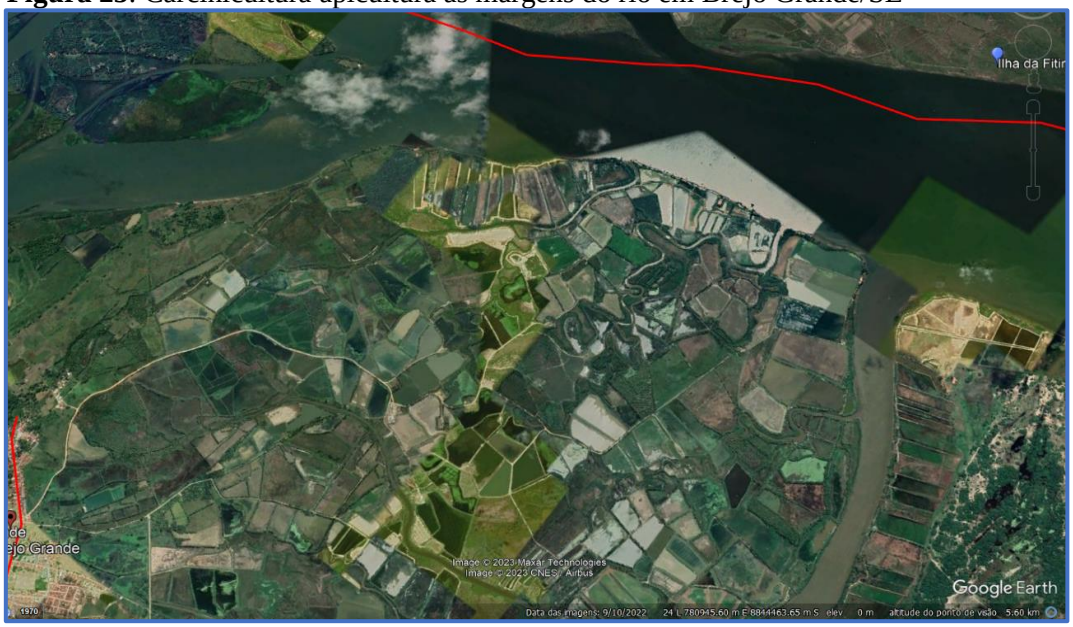


Foto: Google Earth, 2022.
Adaptação: Cícero Bezerra da Silva, 2022.

A percepção dos moradores das comunidades ribeirinhas desnuda as alterações na paisagem em função da atividade econômica supracitada ao tempo em que denunciam o avanço da mesma em direção às suas comunidades, ao rio São Francisco e aos ambientes de várzea de característica instável, conforme já evidenciado.

Quanto as atividades voltadas para a pequena agricultura, observa-se que estas possuem maior expressividade na espacialidade ribeirinha do município de Igreja Nova, compreendendo o mosaico de agricultura e pastagem (Figura 26 e 27). Na referida espacialidade, a agricultura é praticada nas terras localizadas marginalmente ao rio Boacica e no perímetro irrigado de mesma nomenclatura. O milho, o feijão e a mandioca

são culturas de destaque[28]. Por se tratar de lavouras temporárias, após a colheita, estas áreas abrigam a criação de gado. Em Igreja Nova, essa característica assemelha-se a dinâmica de uso das terras mais associadas ao domínio das terras semiáridas e ratifica a abordagem de Gamalho e Heidrich (2006), ao considerar que os padrões de uso da terra se constituem em importante demonstrativo aos aspectos da cultura e da paisagem cultural.

Figura 26: Plantação de milho em pequena propriedade em Igreja Nova/AL

Foto: Cícero Bezerra da Silva.
Fonte: Trabalho de campo, 2022.

[28] A produção do arroz, em 2021, também foi expressiva. A mesma ocorre em lotes do Projeto Boacica, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

Figura 27: Pastagem e pecuária na bacia do rio Boacica, afluente do rio São Francisco no município de Igreja Nova[29]

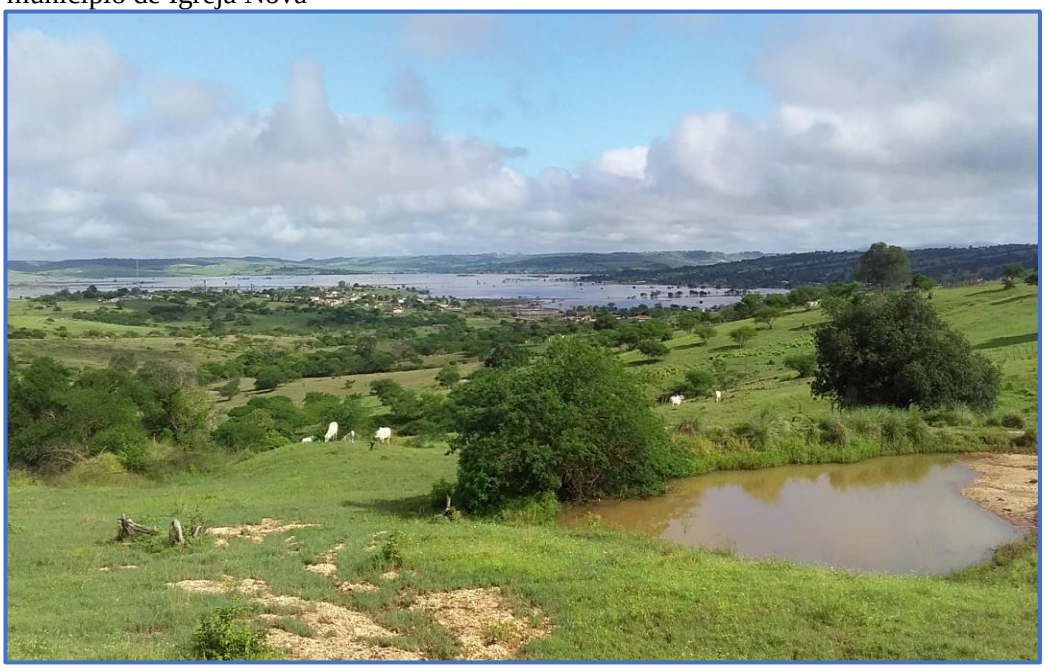


Foto: Cícero Bezerra da Silva.
Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Nesse contexto, a espacialidade ribeirinha situa-se entre as terras de vertente e as áreas de várzeas entre os municípios de Igreja Nova e Penedo. A maior diversificação produtiva deve-se aos aspectos típicos das áreas de transição morfoclimáticas, fator que influencia nos tipos de solo para o cultivo das lavouras que podem ser observadas, principalmente, em pequenas propriedades familiares, contrastando com a monocultura canavieira que ocupa as bases das terras firmes e planas. Em específico, o caso da vocação da agricultura de Igreja Nova já fora descrito por Monteiro (2013), ao retrará as condições naturais que favorecem tal atividade.

Nas demais espacialidades ribeirinhas, para além de apontamentos quanto a produção da rizicultura, poucas são as menções referentes as atividades voltadas para a produção de culturas agrícolas. As entrevistas realizadas no povoado Potengy e na comunidade de Pixaim, no município de Piaçabuçu, e na comunidade Resina, em Brejo Grande, apontam para a decadência das atividades em função da evolução da salinidade das águas e das terras, impossibilitando o cultivo. Ainda assim, pontualmente, nestas localidades, são relatados e observados pequenos cultivos, principalmente de mandioca, localizados marginais às comunidades e povoados em áreas de várzeas afastadas do canal principal do rio São Francisco.

[29] No segundo plano da figura é possível observa-se ampla massa de água resultante nas enchentes no ano de 2022.

O contraste, no caso da margem sergipana, é dado pelos perímetros irrigados sob investimento governamental e/ou empresarial. Contrasta-se os usos da terra, os significados dos usos e os respectivos modos de apropriação. Técnica e cultural são contrastivas. Há coexistências de técnicas e culturas e, por evidência, também coexistem distintas significações espaciais.

A espacialidade ribeirinha não é homogênea, reafirmamos, e isso é desvelado pelo exercício da observação e pelas representações de usos e ocupação das terras. Essas características denotam a existência de múltiplas territorialidades, sejam estas tradicionais ou relacionadas as mais recentes formas de apropriação. Essas territorialidades são coexistentes e configuram o mosaico da paisagem do rio e da beira do rio.

O tempo, nas espacialidades, assume formas distintas e revela aspectos importantes para a leitura cultural. Há a produção de uma paisagem intrinsecamente ligada ao rio São Francisco, e mesmo os usos sendo divergentes, as estruturas das cidades, dos povoados e comunidades resguardam em seu processo formativo-originário a relação embrionária com as singularidades sanfranciscanas, estando profundamente enraizadas nas memórias, nos sentimentos e no apego ao lugar. As águas do rio São Francisco tendem a comandar os ritmos do lugar e a dinâmica de significação e de usos das terras.

Para Heidrich (2005, p. 6848) "a condição humana de estar no espaço pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se, realizar a transformação e ter a consciência disto". Assim sendo, a abordagem das temporalidades nas terras de rio e beira de rio, e de sua materialização nas paisagens, demostram que tais leituras devem partir da esfera do cotidiano, do que é vivido e do que é sentido. Ou seja, deve-se partir das existências contextualizadas nas espacialidades, e isso se deve ao fato de que os modos de significação da terra e destas para à vida no lugar, só podem ser apreendidas pelas expressões, pela atribuição de valor sentimental, herança, vínculos, lembranças dos roçados, do plantio do arroz, das várzeas naturalmente inundadas, das demandas estruturais, condições de vulnerabilidade, entre tantos outros elementos que pressupõem uma consciência das transformações da própria condição de ser ribeirinho e de afirmação das existências no lugar.

A terra, nas espacialidades ribeirinhas, recebe uma conotação de extensão do rio São Francisco. Há um tipo de reciprocidade entre o rio e a terra em que um não pode ser percebido, compreendido ou analisado sem a presença do outro. A terra é a fixação da existência e o rio é a existência fluida, é o caminho, é o elemento que tece as urdiduras do viver, do habitar: "*sou beradeiro porque vivo nas terras da beira do rio. Nasci na*

beira do rio. Cresci brincando na beira do rio. Isso é ser beradeiro. Potengy é povoado beradeiro" (Ent. 32, pescador/barqueiro, 40 anos). Conforme descrito na entrevista, observamos a pujança de uma afirmação identitária que é revelada entre as águas e as terras no povoado Potengy.

Memo estando na margem do rio, em localidade distinta da residência de origem, o apego ao lugar é demonstrativo de um sentimento de pertencimento que demanda a presença do corpo junto ao rio e a terra, e não somente ao rio. Dada essa compreensão, voltamos a Dardel (2015), para recorrer a ideia de uma "geograficidade primordial" e da qual só é possível de ser realizada "na intimidade [do homem] com a terra" [...]. É lá, em seu horizonte concreto, que uma aderência antes de tudo corporal assegura seu equilíbrio, sua rotina, seu repouso" (DARDEL, 2015, p.93).

Para Dardel (*idem*), a experiencia geográfica mais concreta é realizada junto com a terra. Mas não é qualquer terra. É a terra enquanto existência, que significa e que é significada. Os vínculos e significações socioculturais dos ribeirinho com a terra já foram muito bem observados em outros estudos, a exemplo daqueles desenvolvidos por Vargas (2003), ao observar a dimensão cultural nos sertões do São Francisco em Sergipe; Almeida (2008; 2018), ao enfocar a diversidade identitária do mundo rural brasileiro, abordando, entre outros, os vazanteiros e barranqueiros do rio São Francisco; Souza (2011; 2013; 2018), ao desvelar a categoria das gentes que povoam e desenvolvem suas vidas nas ilhas do rio São Francisco, no submédio curso; e em nossa dissertação de mestrado, ao enveredarmos pela dimensão híbrida do ser ribeirinho-sertanejo (SILVA, 2022).

4.3 Existências Contextualizadas

No Baixo São Francisco, as existências nas espacialidades ribeirinhas, sejam nas comunidades e povoações ou nas sedes dos municípios, caracterizam-se pela influência das águas do rio São Francisco, que direcionou, conforme já abordado, todo o contexto de formação territorial e dos modos pelos quais estas mesmas espacialidades historicamente se organizam, considerando, inclusive, os mais recentes modos pelos quais a espacialidade ribeirinha passou a ser concebida.

É mediante esse contexto que o atual panorama das existências se entrelaça aos aspectos políticos, econômicos, culturais e ambientais aos quais reverberam na vida dos

homens e na própria configuração territorial. Essa configuração territorial, porém, não se materializa por completo no plano da objetividade e da instrumentalização. Para Almeida (2005), há nos territórios a ocorrência de operações simbólicas em que os atores projetam suas concepções de mundo" (ALMEIDA, 2005, p. 108). As concepções da autora estão associadas a uma apropriação simbólico-expressiva do espaço e aos modos de agir e de significá-lo segundo os níveis de apropriação e identificação. Também Haesbaert (2012, p. 96), ao referir-se ao território, se fundamenta na compreensão de que a dimensão territorial "vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica".

A necessidade do diálogo em que se entrelace o contexto das existências às demandas cotidianas está fundamentada na própria condição de ser e de permanecer das gentes nas espacialidades ribeirinhas que por estas mesmas gentes são produzidas. É mediante esse olhar que Heidrich, levanta a importante consideração de que "situações de perda da condição de reprodução social, posto que implicam mudanças nos arranjos espaciais, [...] se configuram como descolamentos (social ou territorial) das pessoas e grupos em relação a suas condições originais de vínculo com espaço" (HEIDRICH, 2005, p. 2847). Estas perdas conduzem a um processo de exclusão com reflexos nos modos pelos quais o espaço é significado.

Ao considerar as dimensões definidoras dos territórios municipais as espacialidades das análises aí circunscritas, em ambas as margens, se aproximam da foz do rio São Francisco e apresentam diferenciações daquelas já observadas a montante, nas chamadas espacialidades ribeirinho-sertanejas[30]. A esse respeito, Monteiro (2013) ressalta que as diferenciações no padrão de uso e ocupação das terras ocorrem, principalmente, em função da diferenciação do padrão geomorfológico e dos condicionantes do clima semiárido. Além disso, observa-se que a prática da agricultura familiar e a criação de pequenos animais ocorre tanto nas margens do rio São Francisco quanto nas bordas e no próprio leito dos rios e riachos intermitentes que se alongam para o interior. Nas proximidades da foz, esses ambientes mais úmidos e os vales dos rios e

[30] Todavia, no contexto das políticas de governo estaduais mais recentes, as espacialidades ribeirinhas de Alagoas e Sergipe estão compreendidas na Região de Planejamento do Baixo São Francisco (Alagoas) e no Território de Planejamento do Baixo São Francisco Sergipano (Sergipe). Essas definições territoriais foram adotadas para fins de planeamento e execução de políticas públicas nas duas unidades da Federação, com especial atenção para as potencialidades naturais e o contexto social regional. Ver Decreto Estadual Nº 30.157, de 29 de janeiro de 2014; Decreto Estadual Nº. 24.338, de 20 de abril de 2007.

riachos, por sua vez, foram ocupados pela cana de açúcar, principalmente na margem alagoana.

A valorização dos aspectos culturais e o patrimônio natural também foram levados em consideração nos processos definidores dos referidos recortes territoriais. Além disso, a promoção do turismo se consolidou como uma das grandes metas no contexto do planejamento, sendo associado tanto ao patrimônio natural quando a diversidade cultural (ALAGOAS, 2014; SERGIPE, 2007).

Do universo da população urbana e rural dos municípios base da espacialidade ribeirinha do baixo rio São Francisco (Tabela 1), os municípios de Igreja Nova (AL) e Neópolis (SE) são aqueles que concentram o maior quantitativo de pessoas no campo, tomando por referência os mais recentes dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[31] (2010). Do mesmo modo, tomando por referência a população absoluta, os municípios de Penedo (AL) e Neópolis (SE) – que se repete, apresentam a maior quantidade de pessoas vivendo em áreas urbanas no baixo rio São Francisco.

[31] Fizemos uso dos dados do Censo de 2010 em função de o resultado oficial do censo de 2021 está ainda em fase de conclusão. Os resultados preliminares já divulgados não possuem exatidão, fato alertado pelo próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela 1: Baixo São Francisco (AL/SE): população urbana e rural, 1991, 2000 e 2010

Municípios / Estados / País	UNIVERSO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL SEGUNDO OS CENSOS DE 1991, 2000 E 2010								
	1991			2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Igreja Nova	4.010	15.839	19.849	4.433	17.018	21.451	4.775	18.517	23.292
Penedo	38.574	13.671	52.245	41.545	15.448	56.993	45.020	15.358	60.378
Piaçabuçu	10.297	6.617	16.914	10.154	6.621	16.775	10.436	6.767	17.203
Brejo Grande	3.433	3.268	6.701	3.947	3.155	7.102	4.022	3.720	7.742
Ilha das Flores	3.181	3.944	7.125	3.796	4.485	8.281	5.435	2.913	8.348
Neópolis	9.124	6.496	15.620	10.501	8.092	18.593	10.517	7.989	18.506
Santana do São Francisco	*[32]	5.791	5.791	4.051	2.084	6.135	4.523	2.515	7.038
ALAGOAS	1.482.033	1.032.067	2.514.100	1.919.739	902.882	2.822.621	2.297.860	822.634	3.120.494
SERGIPE	1.002.877	488.999	1.491.876	1.273.226	511.249	1.784.475	1.520.366	547.651	2.068.017
BRASIL	**110.990.990**	**35.834.485**	**146.825.475**	**137.953.959**	**31.844.926**	**169.798.885**	**160.925.792**	**29.830.007**	**190.755.799**

Fonte: IBGE (1991; 200 0 e 2010).
Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da (2022).

[32] Dado não disponível.

Ao considerar o universo da população urbana e rural e observando a totalidade da região fisiográfica[33], o contexto domiciliar na referida região tem demostrado tendencia de evolução da população nas áreas urbanas (IBGE, 2010; ATLAS BRASIL, 2013). Todavia, ao observamos as especificidades da espacialidade ribeirinha em estudo, verifica-se a manutenção das populações nos espaços rurais, não havendo alterações significativas, segundo os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1991, 2000, 2010.

Em parte, percebe-se que a baixa oferta de oportunidades, principalmente de trabalho, nas sedes municipais, caracteriza o cenário de manutenção das taxas de urbanização sem acentuadas alterações. Além disso, há, em consonância com entrevistados locais[34], a saída de jovens das áreas rurais e urbanas para outros centros urbanos, atraídos pelas oportunidades no mercado de trabalho. Essas saídas, entre 2000 e 2010, ocorreram tanto para municípios da própria unidade da federação – Alagoas e Sergipe – quanto para outras unidades, conforme levantamento de dados realizados pela Fundação João Pinheiro (2020), tomando por referência os cenos do IBGE de 2000 e 2010.

Os processos migratórios, para além dos indicadores estatísticos, revelam as faces sociais dos lugares de partida e chegada, de repulso e atração e são imbuídos de significações, pois o indivíduo que migra leva consigo uma carga de experiências que conforma a sua própria realidade geográfica, estando ligada a importantes aspectos associados a problemática social.

Das referências nas entrevistas tanto em povoados quanto nas sedes municipais, a saída (migração) é caracterizada por jovens, filhos de pescadores e agricultores familiar que, ao considerarem escassas as possibilidades de reprodução do núcleo familiar, migram. Estes são grupos de populações que historicamente produzem e significam a espacialidade ribeirinha, desenvolvendo modos de ser específicos associados a dinâmica da natureza do rio São Francisco, adaptando-se segundo os condicionantes sociais e naturais vigentes.

Buscamos aporte na realidade geográfica dos movimentos e inconstâncias das águas, das terras e da vida nas espacialidades ribeirinhas e que implicam nos modos de estar, de permanecer e de sair do rio - fisicamente: *eu nunca deixei de tá aqui. Aqui não*

[33] Essa região fisiográfica corresponde à delimitação da Bacia do São Francisco pela CODEVASF em Alto Médio, Submédio e Baixo curso.

tinha o estudo para os meus filhos e eu, por eles, fui para a cidade [Piaçabuçu] (Ent. 39, dona de casa/aposentada, 67 anos. A busca por acesso aos serviços educacionais caracteriza o movimento de ida para a cidade [essa realidade, nas espacialidades ribeirinhas, é sempre referenciada]. *Mas era lá e aqui, indo e voltando. No meio da semana eu vinha para casa. Naquela época* [a infância, a juventude] *era melhor, era uma fartura, tinha muito trabalho, trabalho pra todo mundo*" (Ent. 39, dona de casa/aposentada, 67 anos). Observa-se que o perfil da saída é caracterizado pelos jovens, os filhos, os netos.

Busca-se nas espacialidades as temporalidades vividas enraizadas na memória. *A falta de oportunidade, de trabalho, é isso que faz o povo sair. Eu moro aqui há 45 anos, sempre morei na beiro do rio, mas tem filho meu em São Paulo, tem no Rio* [Rio de Janeiro], *em Aracaju, em Gararu* (Ent. 21, dona de casa/comerciante).

> *De todos os problemas daqui o principal é o emprego. Não tem emprego. E é por isso os jovens daqui vão pra São Paulo, pra Santa Catarina. Aqui o rio ainda é o pão da família, o rio e o arroz. Fui pra São Paulo, a minha saudade foi o rio. Eu voltei! Já são mais de 50 anos na beira do rio. E eu vim de Igreja Nova, que também é na beira do rio, então são 57* [anos] (Ent. 27, aposentado, 53 anos).

> *A minha família é toda ribeirinha, mas agora já está toda espalhada. Principalmente os jovens, eles querem coisa melhor. Quando eu saio* [da comunidade e do rio São Francisco] *eu pergunto: cadê o meu rio? Eu acordo e já venho pra beira do rio. O tempo dela* [Aracaju] *é outro tempo, não é igual ao daqui. Eu só vivo em uma casa se for na beira do rio* ((Figura 28) Ent. 12, pescador, 42 anos).

A realidade descrita nos conduz a interpretação de que "no âmbito da sua visão cotidiana e de sua movimentação diária habitual, o homem exprime sua relação geográfica com o mundo" [...] e a terra "coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existências" (DARDEL, 2011, p. 31). Tuan (2012, p.167) ao referir-se aos rios descreveu: "o vale é identificado simbolicamente como útero e como refúgio. A sua concavidade protege e nutre a vida". Ao entrevistar e observar as expressões do homem nas espacialidades do rio São Francisco, depreende-se o rio como "o pai" e "mãe", rio que é fonte de vida, que guarda a vida e rege o tempo nas espacialidades.

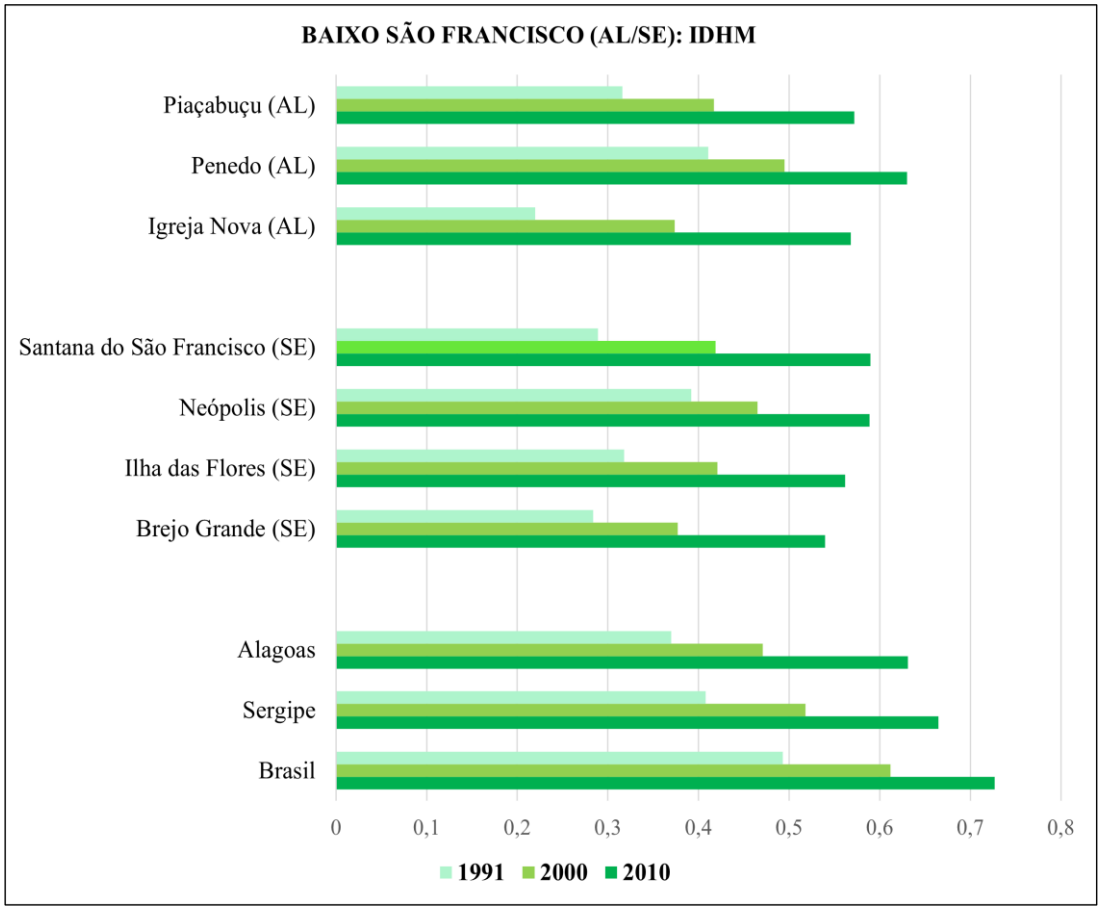
Figura 28: Beira de rio como quintal na comunidade Resina em Brejo Grande/SE

Foto: Cícero Bezerra da Sila.
Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Observa-se que a tendência da migração está nas perspectivas de vida dos mais novos, filhos ou netos de pescadores tradicionais e agricultores. Em muitos casos, ao considerar as dificuldades enfrentadas pelo núcleo familiar, essa saída é, inclusive, incentivada pelos mesmos entes. Mesmo que temporária, essas saídas são denominadas por Bassand (1990) e Giménez (2016) de migrantes potenciais. Estes "consideran irrealizable su proyecto de vida personal dentro de la región y sólo esperan el momento propicio para emigrar" (GIMÉNEZ, 2016, p. 138).

De acordo com os dados disponibilizados pelo Atlas Nacional do Desenvolvimento Humano (ATLAS BRASIL, 2022), os municípios que compreendem as espacialidades ribeirinha em estudo apresentam um baixo índice de desenvolvimento humano, muito embora tenham alçado melhoras significativas a partir da primeira metade da década de 1990 (Gráfico 2). Dos municípios em contexto, Penedo (AL) apresenta os melhores índices de desenvolvimento, tanto em relação a Alagoas quanto a Sergipe. Em contrapartida, Brejo Grande (SE) é o município cuja realidade assenta-se nos mais baixos índices de desenvolvimento humano, fator que influencia diretamente a dinâmica das existências locais.

Gráfico 00: Baixo São Francisco (AL/SE) Índice de Desenvolvimento Humano no Baixo Rio São Francisco



Fonte: Atlas Nacional do Desenvolvimento Humano (2022).
Elaboração: Cícero Bezerra da Silva, 2023.

O detalhamento quanto aos indicadores do IDHM nos municípios constituintes das espacialidades ribeirinhas pode ser mais bem observado na especificação de alguns dos subíndices dos indicadores de desenvolvimento humano, conforme exposto na tabela 2.

Tabela 2: Subíndices e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios das espacialidades ribeirinhas do Baixo rio São Francisco

Municípios / Estados / País	SUBÍNDICES DO IDHM						IDHM		IDHM PNAD	
	Educação		Renda		Longevidade					
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2017	2021
Igreja Nova	0,175	0,428	0,428	0,556	0,698	0,771	0,374	0,568	*[35]	*
Penedo	0,323	0,536	0,557	0,602	0,673	0,774	0,495	0,630	*	*
Piaçabuçu	0,226	0,479	0,486	0,538	0,727	0,727	0,417	0,572	*	*
Brejo Grande	0,209	0,435	0,433	0,515	0,591	0,701	0,377	0,540	*	*
Ilha das Flores	0,273	0,469	0,451	0,514	0,606	0,735	0,421	0,562	*	*
Neópolis	0,322	0,505	0,512	0,575	0,609	0,702	0,465	0,589	*	*
Santana do São Francisco	0,277	0,526	0,445	0,544	0,596	0,716	0,419	0,590	*	*
ALAGOAS	0,282	0,520	0,574	0,641	0,647	0,755	0,471	0,631	0,679	0,684
SERGIPE	0,343	0,560	0,596	0,672	0,678	0,781	0,518	0,665	0,699	0,702
BRASIL	0,456	0,637	0,692	0,739	0,727	0,816	0,612	0,727	0,774	0,766

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2000;2010). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (2017; 2021).
Organização dos Dados: Cícero Bezerra da Silva, 2023.

[35] Dado não disponível.

Dos subíndices apresentados, observa-se que todos os municípios das espacialidades ribeirinhas alçaram, mesmo que timidamente, melhoras nos indicadores sociais de educação, renda e longevidade. Ainda assim, seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano não são satisfatórios.

Os baixos índices de desenvolvimento humano atestam a importância e necessidade de políticas públicas e a dependência direta de programas assistenciais e de distribuição de renda para a manutenção das populações em vulnerabilidade social. A tabela 3, apresenta a dependência das populações residentes nos municípios do baixo São Francisco quanto ao programa de distribuição de Renda Bolsa Família entre os anos de 2014 e 2017. O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta e indireta de renda às famílias em situação de pobreza. Além disso, os indicadores do programa são importantes, pois ele é integrado aos aspectos educacionais, de saúde e assistência social.

Tabela 3: Pobreza e Programas Sociais nos municípios das espacialidades ribeirinhas do baixo são Francisco.

PROBREZA E PROGRAMAS SOCIAIS – PENAD Cadastro Único[36]								
Municípios	**% de extremamente pobres - Pós Bolsa Família**		**% de pobres Pós - Bolsa Família**		**% de pessoas inscritas no Cadastro Único e que recebem Bolsa Família**		**% de pessoas vulneráveis à pobreza**	
	2014	**2017**	**2014**	**2017**	**2014**	**2017**	**2014**	**2017**
Igreja Nova	46,38	40,73	61,91	67,08	81,79	76,52	81,48	92,23
Penedo	60,07	59,55	75,57	84,49	78,40	81,35	77,02	92,02
Piaçabuçu	63,30	60,98	88,65	93,42	91,32	92,85	90,60	95,79
Brejo Grande	48,18	47,96	79,88	88,32	84,62	88,92	83,37	97,36
Ilha das Flores	53,26	42,85	85,65	88,74	88,29	86,89	87,90	94,34
Neópolis	73,85	51,62	83,27	79,92	85,36	80,67	84,21	91,41
Santana do São Francisco	83,05	88,68	84,15	94,98	84,42	89,85	84,20	84,20

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2000;2010). Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio do IBGE (2017; 2021).
Organização dos Dados: Cícero Bezerra da Silva, 2023.

Como bem observado, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio atestam a importância do programa federal Bolsa Família no contexto de manutenção das populações em condição de pobreza e vulnerabilidade. Nos municípios em voga, observa-se extrema dependência do referido programa de distribuição de renda, ao tempo em que se observa elevadas taxas de vulnerabilidade à pobreza, considerando os dados disponibilizados para os anos de 2014 e 2017, seguindo as últimas atualizações.

Do conjunto de dados apresentados, recebe relevo o município de Santana do São Francisco, em Sergipe, pela constatação de abrigar em seu território 88,68 % das pessoas inseridas no Código Único como estando em condição de extrema pobreza (ATLAS

[36] Conforme o Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023), o Cadastro Único é um instrumento coordenado pelo referido ministério que tem como objetivo identificar e caracterizar as famílias brasileiras de baixa renda, sendo também pré-requisito para participação em mais de 30 programas e serviços. Serve, ainda, para dar apoio à implementação de políticas públicas que visam a melhoria na vida das famílias brasileiras. Para isso, Governo Federal, Estados e Municípios utilizam as informações disponibilizadas pelos núcleos familiares para se atualizarem sobre situações de riscos e vulnerabilidades da população em situação de pobreza e extrema pobreza.

BRASIL, 2017). Na outra margem do rio São Francisco, em Alagoas, observa-se que o município de Piaçabuçu, considerando o universo de pessoas inscritas no Cadastro Único, tem 95,79% de suas populações em estado de vulnerabilidade à pobreza.

Junto a isso é relevante a menção de que parte destas populações, principalmente no contexto dos espaços rurais, vivem em áreas que ainda apresentam difícil acesso, dificultando a locomoção, contato direto com os serviços públicos básicos, comercialização da produção local, assistência técnica, entre outros elementos. Nas espacialidades ribeirinha, as demandas são múltiplas e as falas atestam as dificuldades do cotidiano e ratificam o contexto de demandas e carências básicas para a população.

As cidades de Penedo e Neópolis[37], por apresentarem maior infraestrutura e oferta de serviços se constituem em centros de atração das populações dos demais municípios sobretudo das áreas rurais. Serviços bancários e de comércio são os mais referenciados nas entrevistas. Ainda assim, a dificuldade de acesso a estas mesmas cidades são lembradas por moradores dos povoados e comunidades, considerando, entre outros elementos, a distância e os modais de transportes, tanto rodoviário quanto fluvial.

Elementos associados ao acesso às comunidades, condições sociais das quais se caracterizam os subíndices de desenvolvimento (educação, longevidade, renda), acesso à terra e às águas, moradia, trabalho, entre outros, são elementos que fundamentam as estratégias de permanecer e de (re)produzir as espacialidades ribeirinhas. “A perda de vínculos, econômicos, culturais, políticos ou sociais, implica em algum afastamento do indivíduo ou coletividade, da condição territorial presente naquele momento” (HEIDRICH, 2005, p. 6848), e isso conduz a implicações diretas nos vínculos com o lugar e nos modos de significar o espaço.

A invisibilidade, por entre as margens do rio São Francisco, observadas nos indicadores sociais e nas existências que se contextualizam pelas falas nas entrevistas, pelo olhar atento ao movimento das águas e pelo apontamento aos problemas do cotidiano, revelam a multiplicação do “espaço-lugar do não cidadão” como bem foi descrito por Vargas (2020, p. 73), ao referenciar-se nos sentidos de ser ribeirinho do baixo São Francisco. Trata-se, pois, de um espaço em que as significações e os valores são postos à margem, tratados “de cima para baixo”, de dentro para fora” (VARGAS, 2020),

[37] Mesmos não estando inseridas no contexto de realização das entrevistas, estas cidades são referenciadas palas populações ribeirinhas como centros de comércio e serviços em todo o baixo São Francisco alagoano e sergipano.

e o resultado se faz perceber nas vivências, na fragmentação e dissolução dos laços característicos das existências espaciais.

PARTE III - A TERCEIRA MARGEM DO RIO

Espacialidade ribeirinha da comunidade Pixaim, em Piaçabuçu/AL.

5. ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES DO VIVIDO

5.1 “E eu, rio abaixo, rio afora, rio adentro – o rio” [...]: territorialidades e racionalidade cultural

As tessituras do vivido que envolvem a racionalidade cultural nas espacialidades ribeirinhas do baixo São Francisco relacionam-se tanto com as configurações do espaço no presente quanto com processos e significações sociais, políticas, culturais, ambientais e normativas pretéritas. Quanto a isso, as implicações sobre a configuração territorial das espacialidades ribeirinhas sofreram profundas alterações nos modos de vida, nas práticas diárias do cotidiano e nos modos de conceber, viver e ocupar o espaço. Estas implicações seguiram as transformações do espaço e da paisagem, refletindo na condição de ser ribeirinho e de estar no rio São Francisco, ou seja, na condição da existência ribeirinha.

É de fundamental importância referenciar em nossa tese que o reconhecimento dos valores culturais no baixo rio São Francisco se constituiu em objeto de estudo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com indicação de tombamento enquanto paisagem cultural: a Chancela da Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco.

Mesmo que em nossa pesquisa não nos detenhamos de modo específico ao aprofundamento da paisagem cultural, jugamos relevante lembrar as especificações que regem normativamente a referida categoria. Além disso, as especificações normativas apresentam importantes direcionamentos conceituais à compreensão da paisagem cultural e das relações estabelecidas nos territórios, ou, como preferimos dizer, nas espacialidades.

A categoria da paisagem cultural, conforme especificado pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1992), se refere as relações estabelecidas entre a cultura e o ambiente. No Brasil, a Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009 estabeleceu o marco normativo da chancela da paisagem cultural, assim definindo-a: Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (IPHAN, 2009, s/p).

Também Almeida (2018, p. 161), em consonância com o entendimento da Unesco e em direta aproximação com a Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009 do IPHAN, concebe a paisagem cultural como sendo a “obra conjugada do homem e da natureza”.

Esta concepção aporta-se, ainda, nas relações subjetivas, no contexto do pertencimento e dos significados das paisagens.

Os contatos realizados com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com disponibilização de Notas Técnicas e consulta de processos abertos, dão conta de que para fins de chancela da paisagem cultural, inventariou-se os territórios dos municípios de Brejo Grande e Pacatuba, em Sergipe e Piaçabuçu, em Alagoas, ou seja, municípios imediatamente próximos a foz do rio São Francisco com o Oceano Atlântico, sob domínio de influências das águas doce e salgada, do rio e do mar, respectivamente.

As consultas aos processos públicos (Protocolo 01450.003977/2013-76; Protocolo 01450.012507/2014-84) apontam para a estagnação do mesmo ainda no ano de 2014. Conforme apontado pelo próprio IPHAN (2014) e especificado por Pereira (2018), o sobrestamento dos processos ocorreram a nível nacional. Já em 2017 a Portaria Iphan nº 104, de 23 de março daquele ano instituiu o Grupo de Trabalho para atualização da política da Paisagem Cultural Brasileira e a consequente "retomada do instrumento da chancela e a reformulação das estratégias institucionais para sua efetiva implementação" (IPHAN, 2017, s/p).

As Notas Técnicas (Nota Técnica nº: 05/2016/CGID) sobre o inventário nos municípios referenciados trazem importante contribuição quanto ao conhecimento de características a nível dos municípios e um aprofundamento das especificidades destes em relação ao rio São Francisco. Tal fato representa um ganho local, pois contribuiu no levantamento das características da paisagem e na produção científico-cultural do conhecimento e do qual estes territórios são tão carentes. O levantamento, em nível dos municípios, ratifica nesta escala, a Declaração Nacional do Valor Cultural do Rio São Francisco, publicada em junho do ano de 2011 (IPHAN, 2011).

Ao dedicar-se ao estudo das potencialidades e desafios na implantação de chancela da paisagem cultural em nível nacional, Pereira (2018) tece importantes considerações quanto as limitações possíveis de serem observadas no contexto dos levantamentos e estudo da paisagem da foz do rio São Francisco. Dentre as quais, o autor ressalta a não seleção do rio São Francisco como elemento [...] "ligado às práticas culturais, manifestações materiais e imateriais da paisagem cultural". Assim sendo, observa-se que os estudos voltados a implementação de chancela da paisagem cultural "incorreu-se na falsa separação entre paisagem cultural e paisagem natural, o que limita a compreensão de que a natureza também pode se constituir como referência cultural, incorporada à memória social dos grupos" (PEREIRA, 2018, p .168).

Os argumentos do autor estão assentados na premissa de que a natureza também é traduzida enquanto base e referência cultural. O rio São Francisco é, assim, espacialidade de referências culturais e, igualmente, referência à constituição identitária e da cultura ribeirinha. Ou seja, é referência e mecanismo de referências culturais, sendo estas partes indissociáveis.

Acrescenta-se que não há um detalhamento mais específico nas definições e escolhas dos limites territoriais para a definição da chancela da paisagem cultural. O agravamento a essa questão se dá em função da não consideração das relações espaciais e das territorialidades espaço-temporalmente construídas nas espacialidades ribeirinhas. Nestas espacialidades, e para além dos limites territoriais definidos, o rio São Francisco, ele mesmo é referência e, ao tempo em que se constitui referência, é, como já o dissemos, mecanismos base à outras referências.

Para refletir sobre a racionalidade cultural nas espacialidades ribeirinhas, buscamos enveredar no contexto das entrevistas concedidas nas comunidades, povoados ou mesmo nas sedes dos municípios. Buscou-se, para isso, uma aproximação direta com os aspectos inerentes ao contexto no qual as territorialidades ribeirinhas são produzidas e, igualmente, o entrelaço com as temporalidades associadas no cerne das referências culturais e geossimbólicas das espacialidades.

Entendemos por territorialidade as relações estabelecidas pelos ribeirinhos em suas espacialidades, considerando as dimensões simbólico-material definidoras dos modos de ser e de agir nas mesmas espacialidades. As territorialidades ribeirinhas estruturam-se segundo os níveis de interação das populações com o rio, que é o elemento de referência social, econômico, ambiental e, fundamentalmente, cultural-identitário. Estes povos, em suas territorialidades, se caracterizam pela profunda apropriação simbólica do rio São Francisco e fundamentam essa apropriação no contexto das relações histórico-culturais de ocupação dos espaços associados, significando-o no contexto do exercício cotidiano da vida.

O vivido, assim, demarca a racionalidade cultural, pois é no contexto das experienciais vividas que os ribeirinhos imprimem suas marcas nas espacialidades, delineiam suas relações territoriais, imprimem os significados e buscam definir uma lógica própria segundo o que lhe é possível, considerando os limites da apropriação espacial pelas demais relações (de poder) que estão estabelecidas ou em processo de estabelecimento nos domínios destas mesmas espacialidades. Em outras palavras, não é possível tratar das territorialidades nas espacialidades ribeirinhas sem lembrar a

multiplicidade de relações que netas são estabelecidas e que direta ou indiretamente influem sobre o viver, o habitar e os modos de significação e apropriação espacial.

A respeito das territorialidades, Raffestin defende a consideração de que [...] "a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral" (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Em outra contribuição, o autor endossa a interpretação de que as territorialidades se caracterizam por serem "um conjunto de relações materiais e imateriais" (RAFFESTIN, 2010, p. 15). Também Haesbaert apresenta importantes contribuições quanto aos sentidos de territorialidade (HAESBAERT, 1997; 2004; 2009; 2012), considerando sempre o contexto e o objetivo ao qual a discussão se insere. Expõe que "territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural" (HAESBAERT, 2004, p. 73), e acrescenta que "ao falar-se de territorialidade, estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território" (HAESBAERT, 2004, 74). Entre outras contribuições quanto a leituras das territorialidades, Saquet se apoia na argumentação de que "a territorialidade é um elemento de fixação de residência, apropriação e significado; ao mesmo tempo, é movimento do pensamento e ações de interferência, poder e controle. As territorialidades são culturais, políticas, econômicas [...] (SAQUET, 2015, p. 113).

"Rio abaixo, rio afora, rio adentro" (ROSA, 1994, s/p), a racionalidade cultural nas espacialidades dos ribeirinhos e que por eles são construídas se integram e entrelaçam-se no próprio rio São Francisco. Este é, por evidência, a referência da constituição das territorialidades, base da racionalidade e referência cultural local. O ir e vir, subir o rio, descer o rio, atravessar o rio, essa rotina do viver cotidiano é expressa como territorialidade. São expressas também como territorialidades as definições que demarcam os espaços de atuação, seja para o lazer, trabalho, contemplação e usos diversos.

Os ribeirinhos definem as espacialidades e estas com as relações do viver segundo o nível de compreensão de que há delimitações específicas de territorialidades no rio São Francisco. Essa compreensão pode ser observada nos relatos[38] e nas práticas que definem a "regionalização" do rio: "aqui é praia", Penedo é praia". Pão de Açúcar, lá em Pão de Açúcar é alto, é o sertão. O Colégio[39] já é sertão". "Aqui é a porta de entrada do sertão,

[38] Entrevistas realizadas no povoado Chinaré, município de Igreja Nova, em julho de 2022.
[39] Em referência ao município de Porto Real do Colégio/AL.

daqui pra baixo é praia, aqui ele começa[40]". Essas definições setorizam o rio. A "praia" não diz respeito apenas aos municípios imediatamente banhados pelo Oceano Atlântico, mas a toda a espacialidade localizada a jusante do "sertão". Essas características são postas e significadas localmente. Há, neste contexto, a incorporação das bases físico-territorial à dimensão cultural das vivências, pois as territorialidades se manifestam de modos distintos nas setorizações ou "regionalização" do rio.

As relações de territorialidade e as estratégias espaciais do ribeirinho da "praia" apresentam diferenciações daquelas do ribeirinho do "sertão", do "alto". Conforme explicitado por Almeida (2018, p, 289), ocorre aí um processo no qual "os homens interiorizam os espaços e a natureza, integrando-os ao seu próprio sistema cultural". E, nesta mesma interpretação, as definições fisiográficas tradicionalmente consideradas nas análises do rio São Francisco[41] são pouco ou quase nunca lembradas. O valor e os significados são, portanto, atribuídos segundo os níveis de experiencia com o espaço, pelas relações estabilidade na dimensão vivido.

Levando em conta esses elementos, as territorialidades ribeirinhas expressam-se pela "apropriação simbólico-expressiva do espaço" (ALMEIDA, 2018, 299), considerando, para isso, o sentimento de pertencimento e o apego socioterritorial. Por essa compreensão, nos distanciamos de uma leitura puramente instrumentalizada das territorialidades e da qual as gentes do rio São Francisco interagem, dialogam e se integram com as comunidades, povoados e sedes de municípios para além das suas localidades (ou lugares) de habitação. O rio é o "fio" fluido que media essa interação e que assenta as identidades ribeirinhas, inclusive em um contexto histórico.

As territorialidades ribeirinhas, ao refletirem a apropriação simbólica, refletem, igualmente, ou muito próximo disso, as dimensões da apropriação material pelas práticas cotidianas. Essa base material demarca o espaço de atuação do ribeirinho, da sua comunidade. As tessituras do vivido demarcam as territorialidades, definem os espaços culturalmente ocupados e apropriados. São os espaços de manifestação da cultura em que há integração de saberes, fazeres, percepções. Aí se manifestam as práticas diárias, os vínculos com o lugar, com a natureza. É, também, o espaço em que se torna possível a diferenciação entre "eu" e "outro", ou seja, demarca-se o campo da alteridade pela dimensão da cultura e dos significados.

---

[40] Entrevista realizada em 2019, no povoado Escurial/SE. Resgatamos essa entrevista com o objetivo de demonstrar a percepção do ribeirinho quanto a definição das espacialidades, segundo a base cultural.
[41] A saber: Alto, médio, submédio e baixo curso.

A mesma racionalidade cultural não se isenta dos pressupostos e sedimentos das histórias de vida dos indivíduos e dos grupos familiares, pois estes guardam na memória e nas vivências hodiernas modos de vida que contam suas próprias histórias e os vínculos associados a produção de suas espacialidades. Estas histórias vinculam-se a presença dos povos originários, indígenas e quilombolas, e da ocupação pretérita nas terras de rio e beira de rio, a cultura tradicional do arroz nas várzeas marginais ao rio São Francisco. Essa característica atribui pujança aos vínculos territoriais e a identificação, caracterizando também os laços estabelecidos com outras comunidades e práticas específicas de acordo com o contexto da cultura.

O quadro 4, considerando aspectos da cartografia cultural, apresenta elementos de referências culturais e geossibólicas expressos e referenciados nas entrevistas ou que foram apreendidos nas espacialidades ribeirinhas. Os elementos referenciados expressam-se pela inserção no contexto das dinâmicas do vivido ou como memória que demarca as experiencias no/com o rio São Francisco.

As referências culturais e geossimbólicas são importantes para a espacialidade ribeirinha, pois evidência a visão de mundo individual e coletiva, e, como bem destacado por Bonnemaison (2002), afirmam valores, sentimentos e as memórias dos grupos humanos, demostrando a interação humana com suas paisagens e os modos de significação espacial.

O rio São Francisco, a terra e as comunidades, a casa mais antiga, as igrejas ou mesmo as associações comunitárias e colônias de pescadores, se constituem em elementos de referências. Também os pequenos portos que dão acesso às comunidades - porta de entrada e saída – as ilhas as quais localmente recebem nomes populares segundo as histórias que ali se passaram, o velho farol do povoado Cabeço - este já coberto pelas águas do rio e do mar – o plantio do arroz e as lagoas estratificadas nas memórias do ribeirinho, somando-se, ainda, as procissões e festas de Bom Jesus dos Navegantes, todos estes elementos referenciam culturalmente o espaço vivido do ribeirinho e influem em suas territorialidades e nos modos como pensam seus espaços de vida.

Quadro 4: Referências Culturais e geossimbílicas nas espacialidades ribeirinhas

Localidades de Referência	REFERÊNCIAS CULTURAIS E GEOSSIMBÓLICAS										
	Rio São Francisco	Terra	Comunidade	Casa/Associação/Colônia	Igreja	Bom Jesus Navegantes	Festejos populares	Porto	Arroz	Farol	Ilha
Chinaré											
Boacica											
Piaçabuçu											
Potengy											
Pixaim											
Foz											
Saúde											
Sant. São Francisco											
Serrão											
Ilha das Flores											
Resina											
Saramém											
Brejo Grande											

Fonte: Trabalho de Campo (2022; 2023).
Organização: Cícero Bezerra da Silva.

No quadro das referências culturais e geossimbólicas apresentado, considerando as matrizes de referência, é possível apreender o rio São Francisco enquanto o maior elemento cultural das espacialidades ribeirinhas. A afetividade e atribuição de valores são delineadas segundo os níveis de interação no contexto das vivências. As espacialidades são vividas e sentidas, significadas e apropriadas. Assim, percebe-se que aí se estabelecem as raízes, o sentido da vida dos moradores:

> *Desde que criança que eu vivo na beira do rio, eu já nasci no rio. Eu não me desligo do rio, eu não acordo pra não vir na beira do rio, tem que vir olhar. [...] Aqui é a melhor morada, não tem outra.* (Ent. 15, pescador/aposentado, 68 anos).

A racionalidade cultura influi nos modos de ocupação das terras e uso do rio e, como dissemos, caracteriza as práticas segundo o contexto da cultura. Nas espacialidades de remanescentes quilombolas, observa-se maior preocupação com a problemática de uso e acesso à terra, inclusive em contextos conflituosos. É o caso, particularmente, da comunidade Resina (Figura 29), em Sergipe.

Figura 29: Espacialidade da Comunidade Quilombola Resina, em Brejo Grande/ SE

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Em Alagoas, observa-se o contexto da comunidade Pixaim (Figura 30), em que as relações de discordância estão relacionadas a gestão da Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu[42], entre os municípios de Piaçabuçu e Feliz Deserto.

[42] Decreto nº 88.421 de 21 de junho de 1983.

Figura 30: Espacialidade da Comunidade Quilombola Pixaim, em Brejo Grande, AL

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

A racionalidade cultural nas comunidades de Resina e Pixaim estão associadas às relações da ancestralidade e a apropriação simbólica-material do rio São Francisco como elementos de referência identitária junto à terra. As territorialidades, assim, constituem não somente a apropriação simbólica, mas desempenham importante função na afirmação identitária e nas lutas desencadeadas pela mesma posse da terra que é base da vida, condição de suas existências.

Nestas comunidades, observa-se a afirmação identitária e, com esta afirmação, a existência de uma consciente de pertencer a comunidade e ao grupo. A essa consciência, resultado da afirmação étnico-identitária, Cruz (2011, p. 165) chama de "consciência socio-espacial do pertencimento". Essa consciência está definida nas falas, nos modos de apropriação territorial, nas reivindicações sociais e no engajamento para proteção de suas espacialidades[43] e das práticas sociais de manutenção do núcleo familiar, enfim, da própria vida. Quanto a consciência de pertencer, a plausível acrescentar que

> Não é algo natural ou essencial, é uma construção histórica, relacional/contrastiva e estratégica/posicional. No que diz respeito à consciência de pertencimento a um lugar, a um território, essa consciência é construída a partir das práticas e das representações espaciais [...]. (CRUZ, 2011, p. 165).

[43] Consideramos espacialidades para além dos territórios, pois as relações territoriais com o rio São Francisco não estão circunscritas aos limites dos limites territoriais das comunidades.

Essa consciência, acrescenta-se, se apresenta como necessária ao processo de manutenção das territorialidades e das espacialidades ribeirinhas. É posta, pois, como condição para suas existências, canal da afirmação, da identificação e modo de permanecer.

Pelas afirmações enquanto grupo, a consciência do pertencimento atribui às territorialidades uma racionalidade que, em um primeiro momento, tem por referência os processos histórico-culturais da ocupação e as dinâmicas de apropriação e usos da natureza. Em um segundo momento, pela necessidade de proteção, salvaguarda e controle, as territorialidades passam a fundamentar-se por intermédio de mecanismos específicos de apropriação espacial, tomando forma, inclusive, de mobilização. As relações sociais, políticas e econômicas não se ausentam das territorialidades e, conforme bem observado por Medeiros (2009, p. 219), tendem a influenciar e revelar a "multiplicidade do espaço vivido".

Essas relações que se estabelecem nas espacialidades em voga tomam a forma de territórios, delimitando espaços de atuação, de apropriação e de usos. Há limites, por terra, bem estabelecidos entre comunidades (comunidades x comunidade-povoados), entre fazendeiros (comunidades x fazendas) e empresas (comunidades x empresas/empresários), bem como a figura do Estado. Estes limites podem ser observados, também, nas práticas que perfazem cada grupo, segundo os níveis específicos de apropriação e territorialização nas espacialidades, evidenciando entre outros: pescadores artesanais; marisqueiras; aquicultores; empreendedores do ramo do turismo, entre outros.

Cada grupo ou sujeito busca imprimir suas lógicas nas espacialidades ribeirinhas, estabelece suas territorialidades e buscam significar e apropriar o espaço segundo os interesses específicos.

Também em Saramém (figura 31), povoado vizinho à Resina, as relações territoriais são visivelmente estabelecidas e qualificam a apropriação espacial e da natureza por parte dos grupos envolventes. O povoado, núcleo maior da ocupação, assenta, primariamente, as famílias oriundas do antigo povoado Cabeço (Ilha do Cabeço). O referido povoado, conforme explicita Almeida (2019, p. 77) "foi totalmente tomado pelo avanço das águas do Oceano Atlântico e do Rio São Francisco, fez com que os moradores de tal localidade fossem transferidos para outro território, a fim de garantir sua sobrevivência".

Figura 31: Povoado Saramém em Brejo Grande/SE

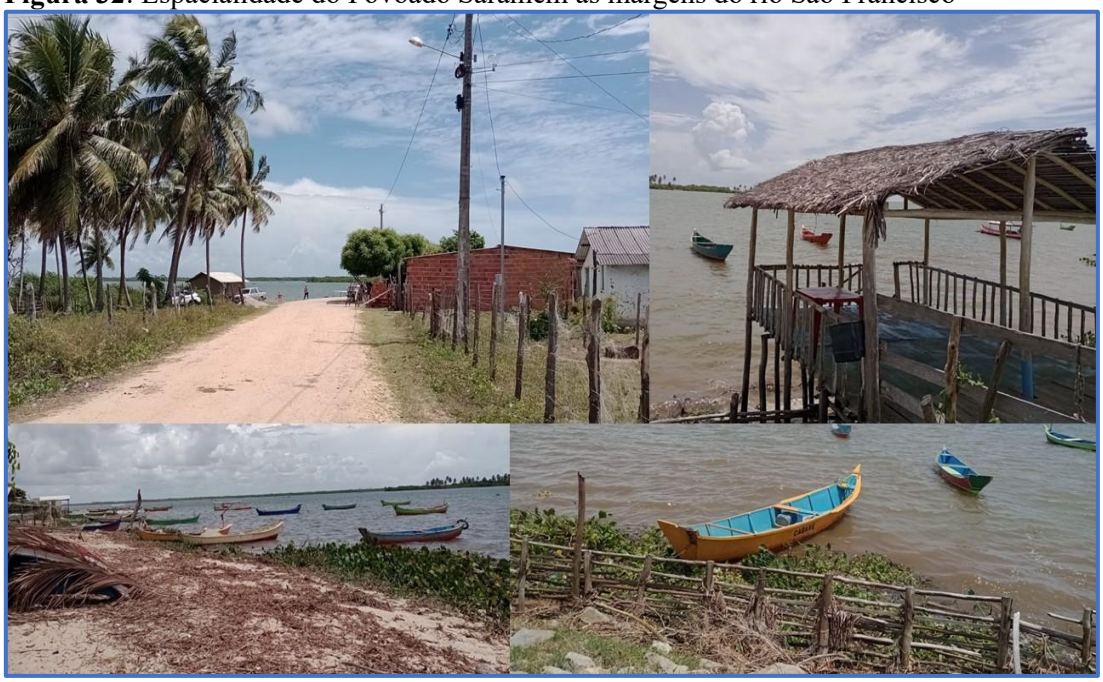
Fonte: Trabalho de Campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Os relatos[44], para tanto, atestam descontentamento quanto a localização, pois o povoado não se localiza às margens do rio São Francisco, fator que dificulta as práticas tradicionais por parte dos habitantes locais, considerando, principalmente, as atividades relacionadas a pesca e a coleta de mariscos, atividades que caracterizam a dinâmica econômica e cultural das comunidades locais.

Dada as condições relatadas quanto ao distanciamento do rio São Francisco, muitas famílias do povoado mantêm abrigos, estruturas de alvenaria ou mesmo residência fixas às margens do Rio São Francisco – uma extensão do povoado, e o rio uma extensão de suas existências (Figura 32).

[44] Conforme entrevistas realizadas no povoando em 2023.

Figura 32: Espacialidade do Povoado Saramém às margens do rio São Francisco



Fonte: Trabalho de Campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Estabelece-se, mediante esta acepção, novas relações de territorialidade, considerando o contexto do assentamento do povoado e às dinâmicas econômicas e culturais que levam os homens e mulheres ao rio, aos manguezais e às lagoas marginais, bases de suas sobrevivências e de reprodução social e cultural. As territorialidades, mediante o exposto, assumem a criação de espacialidades próprias segundo as necessidades dos indivíduos, das comunidades e das relações político-territoriais estabelecidas.

O rio São Francisco e os pequenos canais que para este confluem, são apropriados pelas comunidades, e em casos específicos se caracterizam, também, como o principal acesso as mesmas comunidades. É o caso de Pixaim em que as marcas de suas gentes são postas ao longo dos canais fluviais e dos mangues marginais e que são a porta de entrada do lugar.

Ocorre, mediante isso, uma apropriação simbólica e material do espaço, pois além da significação que estes canais têm para a comunidade em termos de acesso, são igualmente tidos como elementos particulares: "*o rio do Pixaim*" ou então o "*canal do Pixaim* " ((Figura 33) Ent. 38, dona de casa/aposentada, 67 anos); "*pra ir pro Potengy ou pra Piaçabuçu, a gente pega aqui o canal do Pixaim, as Batinga , e sai no rio* [São Francisco]" (Ent. 38, dona de casa/aposentada, 62 anos)).

Figura 33: Porto e canal de acesso à comunidade Pixaim, em Piaçabuçu/AL

Foto: Cícero Bezerra da Silva.
Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Quando retornamos à geograficidade dardeliana, é possível perceber que a racionalidade cultural e as territorialidades que desta descendem "se realiza na intimidade com a terra, que pode continuar secreta[45]" (DARDEL, 2011, p. 93), um tipo de "proximidade absoluta" (MERLEAU-PONTY, 2000). Acrescenta-se que a mesma racionalidade cultural nas espacialidades ribeirinhas se realiza na intimidade com o rio São Francisco e com a terra, se realiza na relação da comunidade Pixaim com o campo de dunas, que é móvel, e com o qual a comunidade se movimenta, interage, adapta-se entre espaço e tempo.

A intimidade com o rio e da qual descende a racionalidade culturas nas espacialidades ribeirinhas foram apreendidas nas entrevistas, as quais se destacam:

> *Pra mim o rio significa tudo...a vida é na beira do rio, e Ele quem sustenta a gente, o povo. O rio São Francisco é a coisa melhor que existe no mundo, eu penso assim* (Ent. 40, pescador/artesão/aposentado, 67 anos).

> *[...] nasci e me criei aqui, eu tenho 67 anos. O São Francisco é tudo na vida da gente. Quem vive de pesca, pesca e vende. E se não fosse Ele?* (Ent. dona de casa/aposentada, 67 anos).

"Em sua conduta e em sua vida cotidiana, em sua sabedoria lacônica carregada de experiências, o homem manifesta que crê na terra, que confia nela, que conta

[45] No sentido do apego particular, individual.

absolutamente com ela" (DARDEL, 2011, p. 93). O ribeirinho, assim, em sua geograficidade – que é a base da mesma racionalidade cultural – no cotidiano, manifesta suas crenças no rio São Francisco, mas, também, seus quereres, desejos, aspirações, é o rio como meio e condição de permanência e da existência enquanto Ser.

> *O rio representa um pai de família. É um pai de família. Mata a fome de muita gente, mesmo com a mudanças, eu ainda acho o rio um pai de família. Faz parte da minha vida, com certeza* (Ent. 3, servidor público, 54 anos).
>
> *O rio é tudo pra mim e pra minha família. O São Francisco é o pão da família da gente. Todo dia que você for na água, ou pouco ou muito, você tem [referindo-se à pescaria].* Aqui também é um paraíso, quando a gente olha pra Ele [o rio] (Ent. 6, aposentado, 53 anos).
>
> *Ele [o rio] é a sobrevivência de todo mundo. Sem Ele a gente morre. O São Francisco é pro ribeirinho, pro sertanejo, é pra todo mundo. É uma riqueza para todos nós* (Ent. 8, pescador, 42 anos)).
>
> *Esse rio é a história, é a vida. Foi a fonte de renda que meu pai teve pra criar todos nós, 19 irmãos. Todos foram criados no rio, com o trabalho no São Francisco. Esse rio ainda é a nossa fonte de renda. A história da família, a nossa história foi toda no rio* (ent. 13, pescador/agricultor, 42 anos).

A repetição das falas em distintas espacialidades define o rio São Francisco enquanto base da existência material, ou seja, condição material necessárias a manutenção da vida e da base familiar, e base subjetiva que atua na existência e manutenção das bases cultural-identitária.

Quanto as comunidades e suas espacialidades, a medida em que suas características são alteradas, alteram-se, igualmente, os modos de interação com o ambiente e, em consequência, fragilizam-se as territorialidades tradicionalmente construídas pelos ribeirinhos, havendo implicações tanto na racionalidade cultural quanto na dinâmica ambiental-ecológica e econômica destes povos e de suas comunidades[46]. Tal fato, conforme discutido, demanda esforços múltiplos para a construção (subjetiva e/ou consciente) de novos processos de territorialidade, de adaptações e articulações políticas, sociais e culturais.

As adaptações, na realidade, podem ser observadas como sendo resultantes da ressignificação do espaço vivido, ou seja, o vivido das espacialidades ribeirinhas do rio São Francisco se ressignifica enquanto racionalidade, enquanto prática e, também,

[46] Por isso dedicamos reflexões também à racionalidade econômica e ambiental.

enquanto relações de territorialidades. Essa característica fundamenta a permanência das territorialidades e suas racionalidades culturais.

Estas mesmas territorialidades não se fundamentam em estruturas fechadas de um vivido estratificado ou inerte, elas se ressignificam e permanecem nas complexas tessituras do viver diário e da vida que se manifesta entre distintas racionalidades e modos de apropriação e de significação nas espacialidades ribeirinhas. Manifesta-se, portanto, nas constâncias e na fluidez das águas e do tempo.

As territorialidades assentadas no vivido das comunidades e em suas racionalidades culturais, as quais se mantém e se ressignificam para permanecer, podem, a propósito do que muito bem avaliou Oliveira (2022, p. 197) serem chamadas de "territorialidades de esperança", pois desencadeiam as possibilidades de manutenção do viver, do habitar e, para além disso, desencadeiam as possibilidades de permanências das existências.

O fato de as relações expressas nas territorialidades estarem associadas as representações e as práticas dos ribeirinhos sobre seus espaços, não sendo algo expressivamente explicito ao contexto de um primeiro olhar, pode desencadear interpretação alheias ao contexto de suas vivências, atribuindo força aos discursos que indicam vazios de existências culturalmente construídas. Na pesquisa, embora estejamos de fora da realidade vivida, buscamos nos aproximar enquanto pesquisador desta mesma realidade, considerando para isso o momento das entrevistas, a caminhada nas comunidades, a travessia de uma localidade a outra no rio e os percursos expressos nos roteiros das entrevistas. Com essa atitude, apreendemos os olhares, as relações de pertencimento e apego, e suas significações expressas em territorialidades.

A multiplicidade das espacialidades ribeirinhas sugere existências de distintas territorialidades, considerando, para isso, as relações culturais e as relações institucionais. Esta última, no baixo São Francisco, desencadeia influência direta nos modos de vida, na organização das espacialidades e nos modos pelos quais o rio e as terras são concebidos institucionalmente, inclusive em um contexto historio, podendo ser considero, neste caso, a totalidade do rio São Francisco e de sua bacia hidrográfica.

Ao tratar das territorialidades e considerando as estratégias de controle espacial, Heidrich (2021, p. 61), lembra que os "poderes institucionais são hegemônicos" e definem as chamadas territorialidades formais. Por outro lado, ocorre as territorialidades vinculadas ao campo do vivido. Explicita o autor,

> Se de um lado agem múltiplas estratégias do arranjo dos poderes institucionais e hegemônicos, o campo das territorialidades formais, de outro ocorrem as práticas socioterritoriais informais das comunidades, as territorialidades vividas. Muito embora sejam percebidas como forças desiguais que se antagonizam, pelo aspecto assimétrico do poder que emanam, ambas são forças. Do lado das populações majoritariamente distantes do comando das instituições formais estão as dinâmicas de reivindicação e de participação popular, as territorialidades alternativas, as organizações de moradores, os movimentos de luta por moradia, os ativismos no espaço público e as tensões entre os espaços de vida simples e as tendências globalizantes. (HEIDRICH, 2021, p. 61-62).

É essa a trama observada nas espacialidades ribeirinhas e que regem a vida no rio São Francisco. As territorialidades formais desencadearam significativas ações - alterações - trabalho -, nas territorialidades vinculadas ao campo do vivido. A institucionalização do rio São Francisco pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) é, por evidência, o mais significativo exemplo. Após o ciclo de financiamento e implementação de perímetros e projetos de irrigação, esta institucionalização tem se dado, particularmente, em ações de políticas específicas voltadas ao chamado desenvolvimento territorial; revitalização da bacia hidrográfica e irrigação e que se estruturam na dita "linha de negócio" (CODEVASF, 2023).

Antes da CODESVASF, porém, é cabível lembrar as ações institucionais de governo encadeadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) e que sucedeu a Comissão do Vale do São Francisco. Assim, como bem apontado por Porto-Gonçalves (2008, p. 43) vão se estruturando e surgindo "diferentes territorialidades e os diferentes sujeitos que as portam e agenciam estão reconfigurando os lugares, o espaço".

Os projetos públicos e privados de irrigação implantados, em processo de implementação ou em estudo caracterizam o agenciamento e reconfiguração das espacialidades ribeirinhas. Embora possa-se considerar ações e projetos de influência estadual, os pequenos povoados e os municípios ribeirinhos recebem influência significativa desses projetos, o que resulta na existência das territorialidades múltiplas e institucionalizadas. Nos povoados Serrão, em Ilhas das Flores /SE e Tapera, em Igreja Nova /AL, os relatos[47] apontam para essas multiplicidades das territorialidades.

[47] Em entrevistas realizadas no ano de 2022 e 2023 nos meses de julho e janeiro, respectivamente.

Igualmente, observa-se que há coexistências espaciais entre territorialidades institucional e aquelas oriundas do universo das experiencias vividas.

5.2 "Nossa casa, no tempo, ainda era mais próxima do rio" [...]: territorialidades e racionalidade econômica

A dimensão do vivido nas espacialidades ribeirinhas do baixo São Francisco se insere na complexa trama da apreensão da existência de racionalidades econômicas que se diferenciam do modelo econômico dominante e que, por suas características imprimem a tudo e a todos, de modo nivelador e indistinto, suas marcas. Pensar a racionalidade econômica das espacialidades ribeirinhas para além das fronteiras do capital é desafiador. Acredita-se, para tanto, que a mediação entre espaço e tempo na contextualização do vivido nos permita tal percurso.

Ao ser adotado como área estratégica para a implementação de políticas de planejamento por parte do Estado brasileiro e pela iniciativa privada, sobretudo ao abrigar a construção de obras estruturantes, o rio São Francisco passou a ser "desnudado" das bases de sustentação da racionalidade cultural dos povos que historicamente o ocupam. Essa constatação, no entanto, não deve ser tomada como pensamento uniformizador de suas espacialidades e, tampouco, concebê-las pelos mesmos olhares e instrumentos dos agentes planificadores do espaço.

Buscamos aporte em Leff (2012, p. 42) para quem a ideia ou conceito de racionalidade "permite abordar o sistema de regras de pensamento e comportamentos que legitimam ações e conferem um sentido à organização social". Assim, depreende-se que existem distintas racionalidades segundo os sistemas particulares de regras e comportamentos estando estes associados à dinâmica social dos indivíduos ou grupos, aportando-se, neste sentindo, aos fundamentos dos interesses e das experiências em sociedade.

"O mundo do rio não é o mundo da ponte[48]". Para além da ponte, das barragens para geração de eletricidade, para além das territorialidades institucionais, há um outro mundo, um mundo vivido. Metaforicamente, poderíamos dizer que há, por extensão, um outro rio. Esse outro rio, o da terceira margem, é visto e percebido pela racionalidade

[48] Canção de Maria Bethânia (2006).

ribeirinha, ou seja, uma racionalidade associada às dinâmicas que caracterizam e identificam o espaço vivido.

A racionalidade econômica ribeirinha, assentada na cultura, é significada segundo os modos particulares de reprodução da vida. A vida ribeirinha, assim sendo, revela, entre uma travessia e outra, entre uma comunidade e outra, dinâmicas próprias e singularizam os lugares e o viver em suas práticas diárias. O rio São Francisco é o elemento de referência da racionalidade econômica do ribeirinho e de suas comunidades. Essa referência é histórica, pois assenta-se no contexto de formação das comunidades, e caracteriza, também, as relações socioeconômicas contemporâneas, pois ratifica-se a importância do rio na manutenção das condições básicas de sobrevivência e manutenção do núcleo familiar. É, também, uma referência patrimonial-identitária, pois simboliza e caracteriza os modos particulares de organização nas comunidades e os saberes transferidos no contexto do núcleo familiar, perpassando por gerações, tanto na dimensão material quanto simbólica.

Os laços embrionários das comunidades e povoações junto ao rio assenta-se na ideia de o rio (e o vale do São Francisco) ter sido caracterizado no espaço e no tempo como um ambiente próprio ao desenvolvimento das condições de vida, seja pelo acesso e fornecimento de águas, seja pela disponibilidade alimentar. Assim sendo, observa-se que permanece a construção social da qual a população considera o rio São Francisco como sendo “um pai pra todos nós”, “o rio é uma mãe”, “nem todo pai dá o que esse rio nos dar”.

O olhar do ribeirinho se atém as condições de manutenção da vida e que é dependente do rio São Francisco, de modo que “*se o rio não vai bem, ninguém fica bem, sofre o rio, sofre a comunidade, sofre todo mundo, pois o rio é a nossa riqueza*” (Ent. 14, pescador, 42 anos). Estes depoimentos e modos de pensar desvelam o envolvimento dos homens e mulheres das espacialidades com o rio, e, por ele, o envolvimento com a natureza em sua totalidade. Ocorre, portanto, a reafirmação do lugar que é construído e moldado nas significações e tessituras cotidianas e no entrelaço deste com a natureza. Mediante isso, instaura-se, permanece e persiste um envolvimento em que os resultados são refletidos na própria racionalidade econômica.

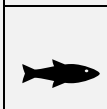
O referido envolvimento está assentado nas práticas, nos costumes ou em tradições passadas por gerações, ou mesmo têm se estruturado segundo a crescente preocupação com os condicionantes socioambientais locais e do rio em seu contexto no conjunto da bacia hidrográfica. A valorização das potencialidades locais associadas à

cultura é posta como importantes para a racionalidade econômica e suscitam possibilidades para a manutenção do núcleo familiar.

O quadro 5 apresenta a especificação de atividades socioeconômicas e de renda nas espacialidades ribeirinhas, considerando o conteúdo das entrevistas em campo, as observações e as territorialidades manifestadas nas espacialidades com as relações históricas e patrimoniais junto ao rio.

Estão especificadas as atividades da pesca, navegação, agricultura, pecuária e fruticultura, bem como comércio, artesanato, serviço público, turismo e auxílios governamentais. Quanto aos auxílios, estão considerados na matriz as aposentadorias, pensões e, muito fortemente, o programa social Bolsa Família. Caracterizamos como atividades socioeconômicas e de rendo por entender que as especificações referenciadas nas comunidades são representativas da racionalidade social, cultural e econômica, as quais representam as possibilidades e condições de manutenção da vida nas espacialidades ribeirinhas.

Quadro 5: Atividades socioeconômicas e de renda nas espacialidades ribeirinhas

Localidades de Referência	Especificação de Atividades Socioeconômicas e de Renda									
	Pesca	Navegação	Agricultura	Pecuária	Fruticultura	Comércio	Artesanato	Serviço Público	Turismo	Auxílios
										
Chinaré										
Boacica										
Piaçabuçu										
Potengy										
Pixaim										
Foz										
Saúde										
Sant. São Francisco										
Serrão										
Ilha das Flores										
Resina										
Saramém										
Brejo Grande										
LEGENDA		Muito Importante			Importante			Pouco Importante		

Fonte: Trabalho de Campo (2022; 2023).
Elaboração: Cícero Bezerra da Silva, 2023.

A matriz exposta evidencia aspectos importantes quanto ao contexto socioeconômico e de renda, principalmente por considerar o contexto local das comunidades. Depreende-se que as atividades socioeconômicas da pesca e navegação são referenciadas em todas as comunidades, com exceção da localidade da foz, e constituem importe base histórica e patrimonial-indenitária, estando associadas as histórias de vida e a história do lugar, congregando-se com o rio São Francisco.

A fruticultura é a atividade socioeconômica de menor representatividade e o comércio, por sua vez, recebe centralidades nas sedes municipais e na localidade da foz do rio São Francisco. Nesta localidade, para atender ao fluxo do turismo, atividade desenvolvida no local, as atividades de comércio também recebem centralidade. São comercializados alimentos prontos para o consumo, bem como diversa tipificação de artesanato e acessórios de uso pessoal (Figuras 34, 35 e 36).

Figura 34: Estrutura de comércio de alimentos e acessórios na foz do Rio São Francisco

Foto: Cícero Bezerra da Silva.
Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Figura 35: Comércio de imagens religiosas e vasos de cerâmica na foz do rio São Francisco

Foto: Cícero Bezerra da Silva.
Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

Figura 36: Quadros de madeira e chaveiros comercializados na foz do rio São Francisco

Foto: Cícero Bezerra da Silva.
Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

O comércio é realizado, em maior parte, por mulheres e é organizado segundo as informações repassadas pelas empresas de turismo que vendem pacotes para visitação e lazer na foz do rio São Francisco (Figura 37). Segundo a realização das entrevistas (Ent. 00 e 00, Foz do rio São Francisco), o detalhamento do número de turistas é apresentado pelas empresas responsáveis pelo transporte e venda dos pacotes de viagens e, a partir dessa informação, dar-se-á a organização dos pontos de comércio.

Figura 37: Publicidade de pacotes turísticos para a foz do rio São Francisco

Fonte: TripAdvisor agência, 2022.
Disponível em: https://www.tripadvisor.com.

A venda de alimentos e artesanatos é apresentado como uma alternativa para a aquisição de renda e tem se intensificado na medida em que os fluxos de turismo também se intensifica. Estes/estas comerciantes se identificam, também, como pescadores ou esposas de pescadores e têm a vida vinculada ao rio São Francisco tanto pela atividade descrita quanto pelas histórias de vida. A atividade do comércio, segundo os entrevistados, acentuou-se para os núcleos familiares de ribeirinhos, a partir do processo de decadência da rizicultura e escassez do pescado, fatores esses que demandaram a busca de mecanismo de aquisição de renda.

O artesanato é parte integrante da espacialidade ribeirinha com expressivo destaque para o município de Santana do São Francisco e que funciona como polo de produção e venda. A argila, base da produção artesanal, é extraída das lagoas marginais ao rio São Francisco ou mesmo de escavações laterais, fator esse que vincula diretamente a atividade artesanal a presença do rio.

A presença dos pequenos ateliês e de olarias é marcante na cidade e na zona rural de Santana do São Francisco, município conhecido como a Capital Sergipana do Artesanato. A atividade é realizada tanto de modo tradicional no contexto das residências quanto nas olarias. No fundo das casas, nos quintais, nas varandas e calçadas o artesanato à base do barro marca a paisagem. O artesanato define o lugar e é, segundo a Associação de Artesãos de Santana do São Francisco (2022), a principal fonte de renda local, compreendendo aproximadamente 70% da população municipal.

> *A cidade toda trabalha com o barro, no artesanato. A gente sobe e desce a rua, em toda casa tem uma pessoa fazendo artesanato no barro. É a fonte de renda, trabalhei a vida toda com o barro em casa e na olaria. Antes a gente tirava [o barro] do rio São Francisco, depois, com as fiscalizações, a gente tira das lagoas ou das terras mais próximas do rio. (*Ent.5, trabalhador comerciante/artesão, idade não especificada).

O quadro a seguir (quadro 6) apresenta um panorama da matéria-prima até o processo de comercialização de potes e vasos produzidos em Santana do São Francisco. Em entrevista realizada na olaria representada, observou-se que as histórias de vida dos trabalhadores se passam junto ao trabalho com o barro, seja de modo autônomo ou com vínculo empregatício nas diversas olarias e cerâmicas do município. O barro, o rio e a arte integram os ciclos de vida e são projetados enquanto elementos de fixação no lugar.

Quadro 6: Matéria-prima, fábrica, produção e comercialização de peças (potes, vasos e utensílios em geral) de argila em Santana do São Francisco, SE

Argila para produção de vasos no primeiro plano, rio São Francisco no segundo plano; margem alagoana no terceiro plano.
Fábrica de cerâmica em argila com matéria-prima extraídas das lagoas marginais ao rio São Francisco.
Produção de vaso de argila em fábrica – trabalho conjunto
Pavilhão da fábrica com produtos em processo de secagem, observa-se a diversidade de potes e vasos produzidos no local.

Mercado de artesanato local. Detalhamento para a diversidade de peças produzidas no município de Santana do São Francisco.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Nas espacialidades ribeirinhas ocorrem outras produções artesanais[49] tais como arte em madeira, na palha do junco ou taboa para produção de esteiras, produção de bonecas de pano e objetos de barro, para além do que é possível de observar em Santana do São Francisco, embora ocorra em proporção inferior.

Quanto as atividades socioeconômicas e de renda com vinculação identitário-patrimonial, seguindo a base referencial das entrevistas, observamos a especificação de cinco classes, quais sejam: pesca, navegação, agricultura, pecuária e artesanato (Quadro 7). Este último, em específico, já realizada menção. As referidas atividades estão assentadas na demissão econômica e cultural e apresentam forte respaldo aos vínculos territoriais nas espacialidades ribeirinhas de modo que suplantam a dimensão material e

[49] Referenciadas com maior ênfase no capítulo 6.

vinculam-se as representações do espaço vivido e da construção identitária enquanto ser-sujeito e homem do rio São Francisco.

Quadro 7: Atividades Socioeconômicas e de Renda com Vinculação Identitário-patrimonial nas Espacialidades Ribeirinhas

Atividades Socioeconômicas com Vinculação Identitária-patrimonial					
Localidades de Referência	Pesca	Navegação	Agricultura	Pecuária	Artesanato
Chinaré					
Boacica					
Piaçabuçu					
Potengy					
Pixaim					
Foz					
Saúde					
Sant. São Francisco					
Serrão					
Ilha das Flores					
Resina					
Saramém					
Brejo Grande					

LEGENDA		Muito Importante		Importante		Não identificado / especificado

Fonte: Trabalho de Campo (2022; 2023).
Elaboração: Cícero Bezerra da Silva, 2023.

As atividades socioeconômicas tomam forma espacial e estão vinculas as urdiduras do vivido em forma de territorialidades, pois influenciam nos modos como o espaço é cotidianamente produzido, apropriado e significado. Os fazeres que tipificam as atividades estão coligados aos modos de vida ribeirinho, que não se isentam de elementos externos a realidade, mas que estão estruturados em racionalidades culturalmente produzidas.

O espaço vivido, assim, é dinamizado por atividades com forte vinculação identitária e tradicionais e, por vezes, estruturam-se mais simbolicamente do que materialmente, tomando forma de lembranças vividas e de experiencias contextualizadas na infância, na mocidade ou já na velhice. As pescarias, os modos tradicionais de navegar em embarcações vernaculares e o tradicional plantio e colheita da atividade rizicultora dinamizam estas lembranças e são apresentas como memorias vividas.

5.3. "Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio" [...]: territorialidades e racionalidade ambiental

> *Os ribeirinhos têm uma preocupação com rio, ele cuida do lugar, gosta do lugar. E ele sabe que se não cuidar, não vai ter rio, não vai ter peixe, não vai ter nada (*ent. 6, pescador/barqueiro, 47 anos*).*

Os aspectos da cultura ribeirinha possuem influência significativa no contexto da racionalidade ambiental. Isso posto, é a integração entre natureza e cultura que caracteriza os modos pelos quais o ambiente é pensado, sentido e experienciado. As experiencias com a natureza, as formas de uso dos recursos naturais e sua consequente apropriação influem sobre o espaço vivido e sobre a percepção ambiental ribeirinha.

A valoração individual e coletiva do ambiente nas espacialidades ribeirinhas do baixo São Francisco está assentada na construção sociocultural do rio enquanto um patrimônio. O rio-patrimônio é a base do existir e dos modos de reprodução sociocultural, ou seja, ocorre aí um sentido de complementariedade e de interdependência tanto pelas bases simbólico-identitárias quanto pela manutenção material das existências.

As territorialidades ribeirinhas integram as espacialidades ao tempo em que conjugam os sentidos que o rio tem para as populações locais e evocam em atitudes e pela percepção o cuidado com a natureza do lugar. Assim sendo, pensar o ribeirinho e suas prática socioculturais, implica pensar o rio e sua "fluidez" na e com a vida ribeirinha.

A natureza das localidades de referência as quais conjugam-se em espacialidades é, pois, a natureza do ribeirinho, das gentes do rio, de modo que não é possível discorrer sobre a primeira e não considerar o segundo. Do mesmo modo, não é possível falar das questões ambientais inerentes ao rio São Francisco desconsiderando a cultura e os processos espaço-temporais de reprodução da vida e manutenção das territorialidades entre as duas margens do rio e nas terras adjacentes.

O envolvimento entre natureza e cultura na totalidade da bacia do rio São Francisco é sinalizado por Thé (2012, p. 31) como uma relação etnoecológica, termo que diz respeito a "adaptações ecológicas e sociais" de determinados sujeitos em um espaço definido. Chagas (2014, p. 50), ao contextualizar as relações ambíguas dos homens com o rio São Francisco, demonstra que com a sujeição do rio ao nível técnico "o beiradeio perdeu parte substancial de sua disponibilidade alimentar, pois houve uma redução do pescado e a lavoura de vazante praticamente desapareceu". Esses apontamentos são, no cotidiano, vivenciados nas espacialidades ribeirinhas e expressam-se em percepções do ambiente' e social.

Os sentimentos e emoções descritos na contextualização da racionalidade ambiental não estão dissociados das territorialidades e racionalidade ambiental nas espacialidades ribeirinhas. Observe-se a existência de um direcionamento individual e coletivo voltado às problemáticas do rio São Francisco e dos ribeirinhos. Estes sentimentos, profundamente vinculados ao ambiente do lugar, coadunam-se pelos significados, valores e modos de apropriação das espacialidades, inclusive em um contexto histórico. Mediante isso, a racionalidade ambiental tem por fundamento o que se ver, o que se vive e, igualmente, o que se sente, podendo apresentar diferenciações segundo os níveis de interação e de vivência.

A racionalidade ambiental está alicerçada pela mediação do material e do simbólico e, por esse entendimento, lembramos Almeida (2018, p.25) ao endossar a compreensão de que "a realidade não é apenas aquilo que se vê". A autora associa a esses apontamentos às emoções, sentimentos, percepções e, igualmente, às relações de poder as quais, na atualidade, tendem a se manifestar de maneira oculta e relacionam-se, também, ao contexto das invisibilidades sociais, culturais, econômicas e ambientais. Acrescenta que "as geografias da invisibilidade - que aí estão sem estar – marcam nossos espaços existenciais tanto quanto as geografias visíveis e cartografáveis" (ALMEIDA, 2018, p. 24).

Para o entrelaço entre racionalidade ambiental e a cultural ribeirinha, indagamos: como aferir o olhar e as práticas do ribeirinho para o rio São Francisco, e que se expressam no cotidiano como extensão de suas existências? Como mensurar os sentimentos e as lembranças dos filhos sepultados no cemitério do povoado Cabeço, hoje submerso nas águas do oceano Atlântico? É possível? Quais sensações são despertadas quando da observação do antigo farol, único elemento ainda visível do povoado Cabeço (figuras 38 e 39)? E as ligações particulares com o rio São Francisco, os modos de significá-lo e de nele viver, é possível aferir?

Figura 38: Farol do Povoado Cabeço antes do povoado ser tomado pelas águas

Disponível em: http://sergipeemfotos.com.
Acesso em: 20 de fev. 2023.

Figura 39: Farol do povoado Caberço submerso nas águas do ocenao Atlântico

Disponível em: https://agazetaweb.com.
Acesso em: 20 de fev. de 2023.

Nas comunidades e povoados das espacialidades ribeirinhas é comum encontrar famílias que descendem do povoado Cabeço, em específico, nas proximidades do povoado Saramém, em Brejo Grande, essa realidade assenta-se em relatos em que os sentimentos e as lembranças fazem parte das vivências estruturadas logo após o abandono forçado do antigo espaço de vida. São relatos estruturados entre ambiente e cultural e cujas territorialidades, mesmo que fragilizadas, permanecem.

> *[...] Todo mundo é natural do rio. Criava as crianças na beiro do rio, brincando na areia. A gente via o mar chegando, e foi por isso que a gente teve que sair. Ele* [o marido] *vendeu a rede, vendeu tudo que tinha e a gente saiu. Eu tenho dois filhos enterrados lá, um menino e uma menina, enterrados no cemitério de lá. O cemitério hoje está no meio do mar* [choro, lamentações], *e tudo ficou lá, foi assim a nossa retirada. Na base de um ano ou dois, o mar cobriu tudo. A igreja...tá perdida no*

> *meio do mar. O cemitério... As asas se acabaram. Tudo se acabou.* (Ent. 36, dona de casa, 70 anos).

Hoje, o elemento de referência, conforme descrito nas entrevistas, é o farol. O velho farol é a referência de um espaço em que se desenvolveram múltiplas existências. Os espaços das existências, segundo Dardel (2011, p. 11) podem vincular-se "as surpresas, privações, os sofrimentos ou as alegrias que se ligam às regiões". De fato, nos mesmos relatos, são apresentadas as dificuldades inerentes a vida cotidiana, à dinâmica de acesso aos serviços e recursos básicos, mas, ainda assim, é o espaço no qual a vida se torna possível.

Ao referir-se ao povoado Cabeço, Fontes (2011) enfatiza que a destruição desse se caracteriza como sendo a manifestação mais dramáticas do acelerado processo de erosão no baixo rio São Francisco. O autor corrobora que "a destruição do povoado Cabeço, entre 1997 e 1999, resultou na perda de mais de 100 casas, escola, igreja, cemitério, além de uma grande área de praia. Apenas o farol resistiu à ação das ondas e marés e permanece até hoje [...] como testemunho dos eventos erosivos" (FONTES, 2011, p. 63).

No cotidiano, no contexto da vida social, o ribeirinho sente as alterações e os problemas vinculadas a natureza do lugar, dos seus ambientes. É dessas carências e das privações sociais, ambientais e culturais que resultam as formas de resistência e os anseios pela proteção e manutenção dos seus lugares, das territorialidades, dos elementos de referência à cultura e a vida nas especialidades sobre as quais estas se desenvolvem. A esse respeito, Relph (1979) sustenta a argumentação de que os modos pelos quais se sente e se conhece o ambiente, ou seja, a geograficidade, "não é primariamente ser agradável, mas poder ser desagradável e topofóbico" [...] (RELPH, 1972, p. 02), fundamentado o sentimento de repulsa.

Em suas espacialidades, o ribeirinho é detentor dos saberes da natureza, do ciclo das águas, da influência das marés, dos dias "*bons para pescar esse ou aquele peixe", da "lua que comanda a maré e a influência na pescaria*" (Ent. 12, pescador, 68 anos). O tipo de peixe que "*dará*" no dia ou na semana é determinado pelo nível das águas e pela coloração em relação ao transporte de sedimentos: "*pela água, pela maré e pela lua, a gente sabe se tá bom pra o Piau, se vai dar Carapeba, Pilombeta, Piaba, Traíra. Essa semana deu foi piaba e Xira. Se o rio subir, muda o peixe, se o rio baixar, muda também. A noite a gente sabe que é bom de pescar, o peixe não ver nada, e essas barreiras aqui ficam cheias de canoa, todo mundo pescando*" (Ent. 32, pescador, 54 anos). "*Para a*

coleta de marisco, por outro lado, é necessário que a maré esteja baixa, essa é a melhor condição" (Ent. 37, pescador, 43 anos). "*Desapareceu o surubim, a tubarana, o mandim, esses são difíceis de pegar, na verdade, nem pega. Os que a gente tem pescado aqui é o tucunaré, o pial, a xira, pilombeta",* ressalta o entrevistado (Ent. 33, pescador/barqueiro, 36).

Assim, há a manutenção dos saberes e da percepção do ambiente enquanto base que qualifica as atividades econômicas e o cotidiano. A esse respeito e considerando os estudos sobre comunidades ribeirinhas amazônicas, Cruz (2006, p. 110) evidencia que "essa intensa relação com a natureza pressupõe um conhecimento aprofundado da sua dinâmica, de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais".

A transferência desses conhecimentos é feita por gerações e leva em consideração o tempo de vivência nas espacialidades e as práticas desenvolvidas cotidianamente. O cotidiano, assim como nos revela De Certeau (2021, p. 41) "constitui as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural". Esses saberes ou conhecimentos são moldados, aperfeiçoados e até ressignificados em espaços e tempos definidos pela técnica e pelos modos de apropriação no lugar. Isso revela a não estratificação de saberes, ou seja, os ribeirinhos permanecem mediante adaptações, ressignificações e reorganização da vida e dos conhecimentos que detêm, considerando as necessidades impostas pelas transformações do ambiente e pelas dinâmicas naturais do tempo sobre o espaço.

Observa-se que os conhecimentos que antes estavam circunscritos às comunidades rurais ribeirinhas ou que então eram mais perceptíveis, ligados aos seus 'gêneros de vida' e dinâmicas associadas à esta realidade paisagística e sociocultural, agora também são expressos e narrados nas cidades, nos portos fluviais urbanos e na interseção entre as dinâmicas do campo e da cidade. Assim sendo, a percepção do ambiente e os conhecimentos quanto aos ciclos da natureza permanecem e são reestruturados mesmo havendo alterações significativas na condição do viver e do habitar.

Mediante o exposto, entende-se que a expansão da sociedade urbano-industrial e as transformações por ela engendrada no campo, tal como preconizado por Carneiro (1998), Camargo (2005) e Porto-Gonçalves (2005), não incorreram na descaracterização e nivelamento dos modos de ser ribeirinho, dos conhecimentos do ambiente e, por extensão, de suas culturas. O que ocorre é "a redefinição ou reelaboração de práticas e códigos culturais, a partir da relação de alteridade com o que é reconhecido como 'de

fora', de maneira a poder consolidar a identidade local com base no sentimento de pertencimento a uma dada localidade" (CARNEIRO, 1998, p. 72-73).

As territorialidades ribeirinhas levam em consideração os códigos culturais e a dimensão da natureza, de base física, enquanto sustentáculo das relações sociais e sociabilidades no/com lugar que é rio e que é terra. Estas territorialidades são afetadas e até fragilizadas em função dos condicionantes ambientais, pois influem de modo significativo nos espaços usados e apropriados culturalmente.

O saber ambiental ou racionalidade ambiental associados as territorialidades são construídas, conforme argumenta Leff (2012, p. 24), "no encontro de visões de mundo [...], abre os caminhos de articulação e diálogo entre o saber ambiental e o campo das ciências, mas sobretudo vai alimentando a construção de uma nova racionalidade social onde se conjugam as identidades culturais".

A racionalidade ambiental dos ribeirinhos leva em consideração as possibilidades e os limites do rio São Francisco. Considera, muito fortemente, as heranças definidoras dos momentos vividos e das experiencias tradicionalmente expostas pela oralidade em relação ao que se viveu. Assim sendo, é em virtude disso que "os desejos, as vontades, os significados e os sentidos que mobilizam os atores sociais na construção de seus mundos de vida [...] se abrem para uma relação entre o ser e o saber e para um diálogo entre o real e o simbólico" (LEFF, 2012, p.34).

É entre o real e o simbólico que se estrutura a racionalidade ambiental do ribeirinho, considerando as relações intersubjetivas associadas aos aspectos míticos da vida no rio e, ainda, os aspectos materiais. As transformações das paisagens, a intensificação dos processos de uso e ocupação da terra pela lavoura canavieira ou pela fruticultura, a construção de grandes empreendimentos tais como represas, hidrelétricas, pontes, entre outros, e a apropriação dos territórios caracterizam e definem estes aspectos materiais, com influência direta sobre as dinâmicas da vida.

As práticas socioculturais apontam para a crescente necessidade da preservação das áreas de manguezais, considerando a preservação e manutenção dos barrancos[50] do rio e a disponibilidade de ambientes propícios à reprodução e coleta de mariscos. Estas ações inserem-se e são conjugadas ao contexto da racionalidade econômica, pois apresentam profunda interdependência.

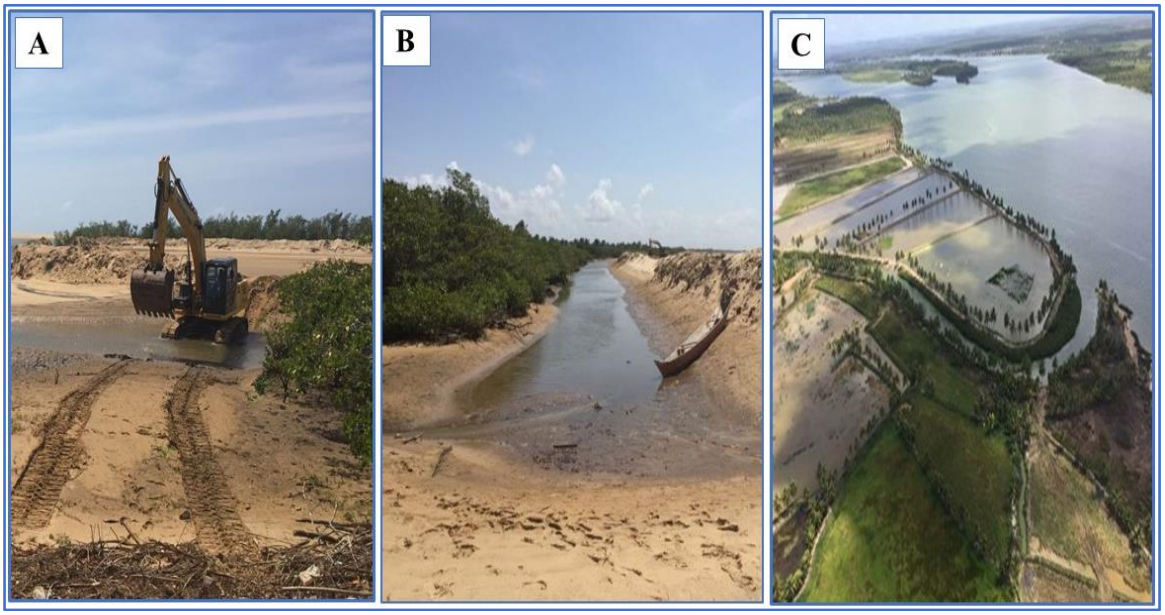
[50] Expressão usada localmente pelos ribeirinhos para definir as margens do rio e as terras próximas.

O manguezal (*Rhizophora Mangle*) é o *lócus* de muitas das atividades socioeconômicas, principalmente nas comunidades de Resina, Saramém e Pixaim. A interface do rio e do mar caracteriza estes ecossistemas e o desenvolvimento das atividades econômicas, com ênfase no trabalho das mulheres ribeirinhas aos quais dedicam-se à atividade da mariscagem e são detentoras de saberes e fazes específicos nestes ecossistemas. Os manguezais fornecem, ainda, a matéria-prima (varas[51] e estacas) para a construção de cercados e cercas nas comunidades e no rio São Francisco.

Essa relação entre as comunidades e os manguezais revela a dependência dos ribeirinhos em relação a este ecossistema e essa dependência expressa-se na percepção em relação aos processos de degradação, observados e relatados localmente. Essa degradação ocorre com a apropriação indevida dos manguezais pelas fazendas de carcinicultura e que gradativamente substitui a cobertura vegetal natural pelos tanques-criatórios (Figura 40), e representam o uso de máquinas pesadas no ecossistema de manguezal para escavação de tanques (A); transformação da paisagem de canal fluvial em função da degradação do manguezal (B) e fazenda de carcinicultura instalada às margens do rio São Francisco, com descaracterização da paisagem ribeirinha e devastação do ecossistema de manguezal (C).

[51] Estrutura lenhosa de pequena espessura.

Figura 40: Destruição de manguezais para implementação da carcinicultura em Brejo Grande



Fonte: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (CREA-SE), 2017. Disponível em: https://www.mpse.mp.br/fpi.

A intensificação do processo descrito e exposto nessas figuras é narrado no âmbito das vivências locais como preocupante, pois tem reduzido os espaços de atuação das atividades tradicionais de pesca e de mariscagem nas comunidades e povoados e, ainda mais, tem exercido alterações significativas nos espaços de reprodução de distintas espécies da fauna e da flora que ocorrem na transição entre a terra firme, o mar e os rio São Francisco e afluentes locais.

Entrementes, nesta interseção da espacialidade das territorialidades ribeirinhas e de apropriação econômica dos manguezais e da restinga, ocorre sobreposições temporais de usos e significações da natureza. Estas sobreposições ou coexistências partilhadas não acontecem de modo harmônico e, por assim ser, revestem-se de interesses, disputas e conflitos por terra, territórios e pelas águas. Isso ocorre em função do não reconhecimento das territorialidades ribeirinhas e de suas espacialidades de atuação, desconsiderando as identidades, os saberes, fazeres - práticas - e os sentidos que os fazem ser estar no mundo e no rio São Francisco. Assim, comungamos do pensamento de Leff (2012) pelo encontro e consideração de que a racionalidade ambiental e o saber ambiental "forja-se no encontro (enfrentamento, entrecruzamento, hibridação, complementação e antagonismo) de saberes diferenciados por matrizes de racionalidade-identidade-sentido que respondem a estratégias de poder pela apropriação do mundo e da natureza" (LEFF, 2012, p. 55).

Ao considerar o desenvolvimento de entrevistas com profissionais da educação nas espacialidades ribeirinhas, é importante destacar o papel das escolas dos povoados e das sedes de municípios no desenvolvimento e intensificação de práticas pedagógicas associadas ao processo valorativo do rio São Francisco e de educação ambiental, considerando as potencialidades locais e a vida das crianças e dos familiares. Estas práticas são importantes para a manutenção e consolidação do apego socioterritorial e manutenção da consciência socioespacial do pertencimento (Figura 41). Atuam, pois, sobre o universo do vivido uma vez que consideram as experiencias dos alunos e dos pais e responsáveis, formando uma cadeia de transmissão de saberes e fazeres no cotidiano.

Figura 41: Atividade pedagógica com alunos de escola da rede pública de Penedo

Fonte: Foto êmica cedida pelo professor Marcondes Batista (2022).

O desenvolvimento de projetos temáticos voltados para o cuidado com o rio São Francisco, preservação ambiental e poluição hídrica são tratados no conjunto das ações pedagógicas e têm por base a premissa de que o aluno ribeirinho é parte importante para a manutenção, preservação e cuidado com rio São Francisco. Além disso, com já exposto, estes alunos são multiplicadores das ações nas escolas, no rio e na família.

Em relação às ações pedagógicas e ao processo de significação da racionalidade cultural e ambiental, considerando as vivências e o cotidiano dos ribeirinhos, destacamos a seguir o trecho de uma entrevista realizada com um professor da educação básica e

Educação de Jovens e Adultos com atuação em comunidades ribeirinhas dos municípios de Penedo e Piaçabuçu:

> *Muitos dos nossos trabalhos nas escolas estão voltados para a questão ambiental. O lugar onde vivo foi um dos projetos, puxando para as relações do lugar com rio, a necessidade de cuidar, de preservar. Trabalhos de reciclagem, conscientização, o Dia do Rio são Francisco, o Dia da Água, o Dia da Árvore. Entramos nas matas com os meninos, nas trilhas perto do rio; mapeamos plantas, frutas [...]. Estamos sempre trabalhando sobre a importância das nascentes para o abastecimento e para o rio São Francisco. Isso é feito e tem que ser feito nas comunidades, aprender dentro da comunidade. Estamos estudando os problemas do lugar do aluno e do rio São Francisco. Os nossos alunos por serem filhos de pescadores, eles têm um conhecimento vastíssimo sobre o rio São Francisco, sobre as comunidades, sobre as águas. Isso tem de ser considerado. Eles [os alunos] trazem esses conhecimentos para a escola, partilham suas experiências e levam outras experiências. Nós trazemos os pais para a escola, pois eles guardam os conhecimentos sobre o rio e passam esses conhecimentos para os filhos, para os alunos. Eles [os pais] vão na escola para contar a sua história e as histórias sobre o São Francisco. Isso é importante, pois essas histórias se perdem, e por isso tem que ser contadas, relatadas, escritas. Estamos trabalhando também com o público da EJA [Educação de Jovens e Adultos]. A EJA e a educação ambiental. Ele [em relação aos alunos da EJA, que são pescadores] se preocupa com o rio, pois na maioria são pescadores que passam o dia trabalhando no São Francisco e a noite estão na escola. Olhe a importância disso, dessa partilha de conhecimentos. Eles saem do rio para a escola. Os nossos alunos são os pescadores das comunidades, dos povoados e da cidade, então eles são multiplicadores dos conhecimentos, levam isso para o rio e trazem seus conhecimentos para a escola. Temos o desafio de trazer esse público para a escola, mas é gratificante*. (Ent.40, professor/servidor público, idade não especificada).

Simultaneamente, ao tempo em que há essa partilha e produção de saberes nos espaços escolares formais e não formais, as famílias ribeirinhas lidam no cotidiano com as tensões sobre suas territorialidades o que implica na própria condição das existências. Mediante isso, as ações pedagógicas recebem significados expressivos quanto a construção e ressignificação de uma racionalidade ambiental e cultural que têm por base as experiências e os sentidos que o rio São Francisco desempenha sobre estes. Essas racionalidades, de origem no lugar, considera as intersubjetividades do ser e do existir orientados por valores e saberes enquanto construção cultural.

A figura 42 A, B e C, corresponde a ações pedagógicas voltadas para a realidade ambiental junto ao rio São Francisco com ênfase ao ensino fundamental anos iniciais. Como bem exposto no relato do professor, os trabalhos nas escolas estão voltados para o

lugar do aluno, as relações de pertencimento com o rio São Francisco e a necessidade de cuidar, de preservar.

Figura 42: Vivências com o rio São Francisco – aula de campo com alunos da rede pública de Penedo, AL

Fonte: Fotografias cedidas pelo professor Marcondes Batista.

Destarte, estas práticas pedagógicas realizadas a partir da realidade vivida e do cotidiano expressam-se como ação e movimento à construção de uma racionalidade ambiental pela consciência do pertencimento. Ou seja, conhece-se o espaço e o valoriza-o pela consciência da existência enquanto sujeito que pertence e que ali vive. Dessa compreensão, moldam-se atitudes, sentimento e se potencializa o apego socioterritorial.

O ambiente e a racionalidade ambiental recebem centralidades pelos fenômenos que emergem do viver. A questão ambiental e o pensar o ambiente adquire, assim, novas formas de expressão e estas novas formas de expressão possuem autenticidade nas urdiduras do vivido e das experiencias ribeirinhas.

6. PERMANÊNCIAS SOCIOCULTURAIS EM ESPACIALIDADES RIBEIRINHAS DO BAIXO SÃO FRANCISCO

6.1 Os tempos mudavam no devagar depressa dos tempos: o apego socioterritorial

Falar da minha comunidade é falar em mudança. O que não muda é o sentimento, esse sentimento pelo São Francisco [...](Ent. 23, agricultor/pescador).

As espacialidades ribeirinhas no baixo rio São Francisco caracterizam-se pelas relações embrionárias expressas entre homem, rio e as terras. Essa tríada expressa-se em existenciais socioculturais fundamentadas em bases materiais e simbólicas nas quais a intangibilidade desempenha importante função, considerando, para isso, as bases fundamentais de produção, reprodução e manutenção das espacialidades. Assim, observou-se que para além de uma base físico-territorial há, muito fortemente enraizada, uma base imaterial e simbólico-perceptiva, cuja significados se expressar no apego ao lugar e nas interações sociais, nas vivências e na constituição das bases identitárias, caracterizando a existência e a permanência do apego socioterritorial.

A atribuição de valores e significação às coisas é um processo inerente às existências humanas. Ao significar o espaço o tornamos próximo, sensível aos sentidos, pois são geradores de sentimentos e sensações segundo os níveis de experiência. O lugar, assim, torna-se uma extensão do ser-no-mundo e o homem tende a significá-lo segundo as formas particulares de interação e formas de apropriação. Estrutura-se, mediante esta acepção, a interação e integração entre as formas e práticas expressas espacialmente (base material, objetiva) e as relações intangíveis (subjetividade), internalizadas nas relações sociais e nos modos de atribuir significados e identificar o espaço.

Ao trabalhar, navegar, percorrer estradas ou simplesmente contemplar a paisagem, o ribeirinho constrói uma rede de significações associando-as, voluntário ou involuntariamente, aos valores concebidos sobre cada ação, objeto ou paisagem contemplada. Essas significações estão configuradas na forma de lembranças de momentos vividos ou mesmo de idealizações decorrentes das aspirações pessoais, dos desejos, dos sonhos tecidos entre o visível e o invisível. Ao versar sobre os sentidos entrelaçados entre o visível e o invisível Merleau-Ponty (2000, p.43) evidencia que “de tudo o que vivo, enquanto o vivo, tenho diante de mim o sentido, sem o que não o viveria”

[...]. Esses sentidos são expressos na obra de Dardel (2011, p. 02) como “signos” reveladores da própria condição humana.

O apego socioterritorial é uma construção social, individual e/ou coletiva e está associado ao contexto da racionalidade cultural, pois envolve os modos pelos quais a espacialidade ribeirinha foi apropriada culturalmente, reverberando no cenário contemporâneo.

Gimenez (2016) evidencia que “o território pode ser apropriado pelos indivíduos ou coletividade subjetivamente como objeto de representação e apego afetivo, sobretudo como um símbolo de pertença socioterritorial”. Ao assim fazer, os indivíduos interiorizam as espacialidades vividas e as integram aos seus sistemas culturais. Essa integração ocorre tanto pela dimensão material quanto das representações ligando-se a subjetividade.

O apego socioterritorial, assim sendo, é estabelecido pelas teorias de apropriação do espaço e, no contexto das referências de base cultural e fenomenológica, está assentado na compreensão dos modos pelos quais o espaço é apropriado em função de um processo ou de processos de pertencimento envolvendo específicos contextos socioculturais e históricos (POL, 2005; HIRAI, 2012; GIMÉNEZ, 2016; HERNÁNDEZ, 2018). Os laços de proximidade com as espacialidades histórico e culturalmente produzidas, ou seja, os vínculos com os lugares e as relações emocionais integrantes são estruturantes à compreensão do apego socioterritorial, pois são relações constituídas socialmente no contexto das vivências e das histórias de vida no/com o espaço.

O apego socioterritorial nas espacialidades ribeirinhas está caracterizado culturalmente pela interiorização das representações espaciais e que se vinculam a uma base de referência territorial. A esse respeito, partilhamos da interpretação de Hernández ao endossar que “Los grupos sociales por naturaleza, a través de la acción sobre el entorno natural, reinterpretan el entorno dotándolo de significados” (HERNÁNDEZ, 2018, p. 05). Os significados referenciados são elementos que contribuem para a sustentação do apego socioterriotria e manutenção das permanências sociais e culturais tanto no cerne das relações individuais quanto da coletividade no espaço.

Para Hernández (2018), é possível assinalar que “Entendido de esta forma, el entorno apropiado desarrolla un papel primordial en los procesos cognitivos, afectivos, de identidad y relacionales, más allá de um comportamiento meramente funcional” (HERNÁNDEZ, 2018, p. 05). Observa-se, portanto, que o apego socioterritorial é estruturado em função de um espaço de referência que cumpre o papel de mediação do homem e sua cultura com a natureza, além se servir de base para as ações funcionais.

O apego socioterriotrial nas espacialidades ribeirinhas instaura-se mediante o sentimento de pertencimento em relação as mesmas espacialidades. Esse pertencimento, individual ou coletivo, é manifestado em ações, projetos, identidades ou em lembranças e memórias vividas. É por esse motivo que para Osorio (2013, p. 69) o apego ou pertencimento socioterritorial é entendido como "o ponto de intersecção onde a cultura, o território e a identidade se unem".

Fundamentados nesse encontro entre as bases territoriais, a cultura e identidade, e recorrendo aos sentimentos de pertença, direcionamos a contextualização do apego socioterritorial nas espacialidades do baixo rio São Francisco pelas múltiplas motivações as quais Flores e Salles (200), Sant'ana (2008) e Hernández (2018) apresentam, quais sejam: apego socioterritorial caracterizado por nascimento, por habitação prolongada, por integração ao contexto das relações sociais estabelecidas, por fixação geracional ou por atividade profissional. Dada a complexidade e amplitude multidimensional das espacialidades ribeirinhas, é sabido que poderíamos apresentar outras motivações ao apego socioterritorial, todavia, acredita-se que as motivações descritas congregam distintas outras possibilidades dadas suas respetivas amplitudes espacial, social e temporal.

As motivações descritas referenciam-se nas espacialidades segundo ações e sentimentos individuais e coletivos e direcionam ou influenciam os movimentos da vida, a fixação pelo pertencimento ou pela funcionalidade da vida e das relações espacialmente construídas. Tendem, ainda, a influenciar na constituição das identidades, pois caracterizam o perfil dos povos produtores das espacialidades, seus projetos de vida, aspirações e as referências culturais.

O apego socioterritorial associado à habitação prolongada aporta-se, como bem descrito, ao tempo de vivência do indivíduo com o lugar e nas espacialidades referenciadas. O tempo é o elemento determinante do apego ao lugar/espaço e tende a direcionar os modos pelos quais os ribeirinhos desenvolvem suas vidas nas espacialidades que por eles também são produzidas, reproduzidas e significadas no decurso da vida. As histórias de vida não se dissociam da história das espacialidades, pois uma é diretamente dependente da outra. Criam-se símbolos e referenciais os quais culturalmente definem o processo de apropriação e demarcam as relações territoriais.

Quanto as motivações associadas ao processo de integração social, esta apresenta amplitude interpretativa, e se referência no cerne das relações sociais construídas nas espacialidades. A identificação com as reivindicações pelo acesso à terra e a água, o

estabelecimento de territorialidades tradicionais dos quais sobressaem-se as espacialidades de remanescentes quilombolas ou de povos indígenas, se destacam no contexto do apego socioterritorial voltado à integração social. Aqui, referenciamos ainda a busca pela manutenção das comunidades e povoações ribeirinhas e de suas respectivas territorialidades que se integram a outros movimento e representações. Estes movimentos e representações, nas espacialidades do baixo rio São Francisco, estão ressignificando a integração social a partir de processos formativos locais e reivindicações de pautas históricas (luta pelo acesso aos recursos naturais, direito e justiça socioambiental e melhores condições de vida, manutenção da cultura e das territorialidades, entre outros) a exemplo das parcerias e projetos desenvolvidos pela Cáritas Brasileira, Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), universidades públicas a citar a Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal de Alagoas e associações comunitárias e colônias de pescadores. Todos estes entes desenvolvem importante papel no processo de integração social e de motivação ao apego socioterritorial e identitário.

A fixação geracional, por sua vez, está relacionada ao enraizamento familiar nas espacialidades, considerando, para isso, o tempo de fixação e a história da família ou grupo que se prolonga por gerações. Essa motivação está relacionada, também, a habitação prolonga. O apego é revelado pelos laços que une o indivíduo ou grupo a história dos seus entes. Nos diálogos e entrevistas, essa característica sobressai-se em função da construção oral da árvore genealógica das famílias ou mesmo da própria comunidade. Assim, geração após geração, no espaço e no tempo, são construídas relações sociais, políticas e simbólicas que ligam o ribeirinho a sua comunidade e às suas gentes (povos). Além das histórias de vida e das vivências sociais e comunitárias, são partilhados hábitos, costumes tradições, ou seja, os saberes e os fazeres que identificam a espacialidade e, de modo mais específico, a comunidade.

A motivação do apego socioterritorial pela atividade profissional ocorre nas espacialidades do baixo São Francisco. As atividades agrícolas, mesmo que em determinadas comunidades aparece de modo residual, atua como um dos grandes agentes de apego socioterritorial. A rizicultura está presente na própria formação de povoados e comunidades, na configuração territorial do baixo rio São Francisco e está enraizada nas memórias individuais e coletivas. A presença de pequenos agricultores familiares caracteriza as espacialidades das comunidades de Chinaré e Boacica e ainda é fortemente referenciada no povoado Serrão e em Ilha das Flores. A produção e comércio do artesanato é outro importante elemento de fixação social nas espacialidades ribeirinhas.

As motivações de apego às espacialidades do rio São Francisco coexistem e se relacionam segundo o contexto social e os processos de ocupação e reprodução das espacialidades. Mediante isso, em um indivíduo, grupo ou comunidade, apreende-se a existência de distintas motivações. A história da comunidade e o contexto interativo entre natureza e cultura delineiam a multiplicidade das motivações do apego sociocultural.

Os povos das espacialidades ribeirinhas expressam o apego pelo enraizamento ao lugar, pela cultura vinculada as heranças e aos ensinamentos e práticas transmitidas de pais para filhos. Referem-se às mesmas espacialidades como lugar de sustento e manutenção da vida, condição de sobrevivência, base do existir. O rio direciona o apego socioterritorial e dinamiza os modos de ser e de pensar as espacialidades.

Os elementos ou motivações que definem o apego sociotereritorial resguardam importantes aspectos identitários. Isso ocorre em função das relações de proximidade e complementariedade existente entre o apego e as relações de pertencimento associadas às identidades. Assim, as motivações não se dissociam dos aspectos identitários locais e regionais e dos traços definidos em função das características histórico-geográficas das espacialidades ribeirinhas.

O quadro 8, tomando por referência as entrevistas realizadas, apresenta um panorama das motivações do apego socioterritorial local e de influência regional e que se referenciam nas espacialidades ribeirinhas associando-as aos traços gerais dos aspectos identitários, sejam estes relacionados ao processo de identificação histórica e patrimonial, identidades vividas ou mesmo identidades de projeto.

Quadro 8: Motivações do apego socioterritorial e aspectos identitários nas espacialidades ribeirinhas

Localidades de Referência	APEGO SOCIOTERRITORIAL				
	habitação prolongada	Integração social	fixação geracional	atividade profissional	ASPECTOS IDENTITÁRIOS
Chinaré					Identidade vivida Identidade histórica e patrimonial
Boacica					Identidade vivida Identidade projetiva (ou de projeto)
Piaçabuçu					Identidade vivida Identidade histórica e patrimonial
Potengy					Identidade vivida Identidade histórica e patrimonial
Pixaim					Identidade histórica e patrimonial
Foz					Não explicitado
Saúde					Identidade vivida
Sant. São Francisco					Identidade vivida Identidade histórica e patrimonial
Serrão					Identidade projetiva (ou de projeto) Identidade vivida
Ilha das Flores					Identidade vivida
Resina					Identidade histórica e patrimonial
Saramém					Identidade histórica e patrimonial
Brejo Grande					Identidade vivida Identidade histórica e patrimonial

Fonte: Trabalho de Campo (2022; 2023).
Organização: Cícero Bezerra da Silva.

Para Giménez, os traços identitários regionais são importantes para a compreensão do modo pelo qual o espaço é produzido e organizando, considerando para isso as tessituras territoriais e experiencias vivenciadas. Nas espacialidades do baixo rio São Francisco, conforme exposto no quadro anterior, o apego socioterritorial apresenta forte direcionamento para os traços identitários dos grupos locais. Sendo múltiplas, as identidades são postas enquanto uma construção histórica e relacional (CASTELLS, 1999; HALL, 2006; BENÍTEZ; LEVI, 2009; HAESBAERT, 2012), e nos remete a “um processo e construção de significados com base em atributo cultural, ou ainda em um

conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual(ais) prevalece sobre outras fontes de significados" (CASTELLS, 1999, p. 22).

Esse conjunto de atributos culturais está associado à matéria-prima ou a base necessária para a existência das identidades. As motivações para o apego socioterritorial apreendidas nas entrevistas e nos trabalhos de campo constituem a base dos atributos culturais e são manifestadas no contexto do espaço vivido. O habitar, as relações de sociabilidade e integração social individual ou coletiva, o enraizamento segundo a história das gerações das famílias e os vínculos profissionais constituem essa matéria prima, pois desvelam o apego e a própria realidade geográfica das espacialidades.

As identidades, quando observadas pela construção histórica e relacional, envolvem vínculos de pertencimento, heranças e aspirações de futuro, não são estáticas, ou seja, não ficam "presas" no tempo e no espaço segundo as determinações de ontem ou de agora. É por isso que nas espacialidades do baixo rio São Francisco são possíveis de serem observadas coexistências de traços gerais identitários, estando associados à dinâmica vivida e as relações internas e externas à realidade e que se expressam pela alteridade no reconhecimento do "eu" e do "outro".

Recorremos as abordagens de Haesbaert (1999, p. 179), para quem as identidades se "fundamentam através do território [...], tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central dessa identidade parte ou perpassa esse território". A apego ao território é o referente de base simbólica para as identidades o qual tem por base um território de referência. No caso em específico, referenciamos as espacialidades do baixo rio São Francisco.

As identidades vividas e observadas em consonância com as motivações de apego socioterriotiral estão relacionadas à dinâmica de produção, reprodução e de significação das especialidades dos ribeirinhos, de modo que se imbricam ao contexto das entrevistas e são reveladas na mediação das motivações socioterirtoriais. Os traços identitários especificados por identidades vividas instauram-se nas espacialidades ribeirinhas como um reflexo do cotidiano e, como bem abordado por Gimenez (2016, p .137), caracterizam modos de vida característico dos aspectos regionais, "podendo conter traços associados aos elementos históricos, projetivos e patrimoniais".

Os traços relacionados às identidades vividas são observados e desvelados nas espacialidades do baixo rio São Francisco, com exceção da localidade de Foz. Essa característica ocorre em função das relações cotidianas e dos modos de vida aos quais

caracterizam as espacialidades estando impressas as marcas da cultura e os significados impressos pelas gentes do rio. Apresentam, ainda, forte vinculação patrimonial, pois têm o rio como elo entre natureza e cultua e base à constituição identitário-patrimonial.

As histórias de vida são narradas junto ao rio São Francisco e a formação das territorialidades seguem o curso das águas deste rio e de seus afluentes. As vivências e o contexto das experiências do cotidiano estão associadas e se integram à habitação prolongada e a fixação geracional e/ou a integração social, fatores estes que influem no apego socioterritorial e na própria constituição identitária nas espacialidades.

As identidades históricas e patrimoniais, por sua vez, possuem origem nas temporalidades que caracterizam e identificam as espacialidades e os povos, assentam-se em eventos do passado e que são importantes para a comunidade a qual mantem no decurso do tempo importantes traços socioculturais, naturais e socioeconômicos típicos e que foram produzidos, apropriados ou significados desde o princípio do estabelecimento no lugar. Resguarda, ainda, significativas relações míticas e que normalmente atribuem significados e valores às espacialidades envolventes e aos símbolos do lugar.

Os traços identitários histórico-patrimoniais são referenciados por Bassand (1990) como sendo traços identitários tradicionalistas, pois têm como centralidade a manutenção e preservação dos valores patrimoniais. Essas características são expressas, sobretudo, em comunidades quilombolas e de pescadores cuja vivência está diretamente enraizada às memórias do passado e às práticas cotidianas herdadas por gerações, a exemplo do que foi observado nas comunidades quilombolas de Pixaim, Resina e, por extensão, em Chinaré, Piaçabuçu, Potengy, Santana do São Francisco, Saramém e Brejo Grande. Mesmo nas áreas urbanas, a exemplo das sedes municipais, os traços patrimoniais podem ser apreendidos, revelando a permanência identitário-patrimonial e as diferentes temporalidades no espaço.

Os traços identitários projetivos – identidades projetivas -, como observado por Gimenez (2016, p .137), consideram os aspectos do passado apara a construção das projeções de futuro, o devir, e assenta-se em representações elaboradas segundo o contexto regional. Aqui, ao longo do tempo, pode correr a incorporação de outros valores, inclusive dos traços gerais já especificados. Os povoados de Boacica e Serrão exemplificam tal foto, pois insere-se no contexto da chamada modernização do baixo rio São Francisco, principalmente no que se refere as potencialidades produtivas implementadas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

Para além do observado, o tempo de vivência passa a direcionar os traços identitários e mesmo em espacialidades apresentando, incialmente, aspecto projetivo, tendem, ao longo do tempo, a apresentar aproximações significativas com as identidades vividas ou mesmo patrimoniais. Conforme Medeiros (2012, p. 219), isso decorre em função de que as identidades projetivas "inicialmente, é de caráter político, social e cultural, mas se redimensiona como territorialidade com a implementação do processo produtivo, da organização do espaço [...] com sua infraestrutura, suas novas relações sociais, econômicas e culturais". Esse redimensionamento apontado pela autora se aporta na dimensão do cotidiano e nas artes de fazeres pela reapropriação dos espaços de uso (DE CERTEAU, 2014) e pela produção de novos significados, simbologias e, por extensão, produção de novas identidades.

A configuração empírica do apego socioterritorial persiste nas espacialidades ribeirinhas e adquire o sentido de r-existencias (PORTO-GONÇALVES, 2002). Há, mediante isso, novas inserções espaciais, a combinação e o entrelaçamento que influem na construção de múltiplas formas de pertença, dentre as quais voltamos a referenciar as lutas por terra, as lutas e reinvindicações de povos quilombolas e indígenas, movimentos religiosos, associações de moradores, de artesãos, colônias de pescadores e outras coletividades. A esse respeito, ressaltamos a construção das relações de convivialidade (ALMEIDA, 2005, 2018) mediante estas múltiplas formas de apego socioterritorial, pois desvelam interações sociais, políticas e simbólicas as quais implicam nas identidades do lugar e objetivam a melhoria da qualidade das condições de vida das populações ribeirinhas.

Destarte, entre a dimensão sociocultural de ordem material e simbólica enraizada no espaço vivido e no elo com as dinâmicas da natureza, e a dimensão projetiva de "ordem moderno-colonial" (PORTO-GONÇALVES, 2002), instaura-se os sentidos e as bases da r-existência. Para Porto-Gonçalves (2002, p. 164) "mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias a partir de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico." Essa abordagem aufere a possibilidade da ressignificação das existências pelas condições impositivas à dinâmica sociocultural e ao espaço vivido. Nos conduz, portanto, a existências que permanecem e se estruturam pela resistência – postas como condição de manutenção e realização da vida - reprodução - no lugar.

Outrossim, Rigonato e Almeida (2019, p. 77) lembram que “as r-existências são também moldadas espacialmente pelas territorialidades”. Essa condição reivindica formas de existências, suas identidades e manutenção das espacialidades pautadas nas dinâmicas socioculturais em meio à racionalidade econômica tecnocrata e niveladora. Tal racionalidade, ao distanciar-se de uma racionalidade cultural e dos valores e significações do lugar, subjuga, marginaliza e fragiliza as espacialidades vividas.

Em consonância com o delineamento teórico exposto, endossamos a compreensão de Inácio (2021, p. 180), ao sustentar que “a existência consiste nos valores afetivos, simbólicos e socioculturais que um determinado grupo social estabelece com o lugar onde vive, com as relações de trabalho, os vínculos socioambientais, as práticas religiosas e lazer”. Por outro lado, a autora complementa que “a resistência consiste em se manter firme mesmo diante das imposições do outro” (INÁCIO, 2021, p. 180).

Nas espacialidades ribeirinhas no baixo rio São Francisco, as constantes incursões tecnocratas aportadas em racionalidades culturais adversas à dimensão sociocultural têm posto as comunidades e as gentes do rio em permanente estágio de fragilidade. As entrevistas realizadas e acompanhadas de observações *in loco* evidenciam tal fato ao tempo que denunciam as vulnerabilidades sociais, ambientais, econômicas e cultuais.

A existência sociocultural e o apego socioterritorial, mediante o exposto, firmam-se em modos particulares de resistência nos lugares em que a vida se realiza. O apego, agora, e em função das dinâmicas impositivas alheias a realidade do lugar, é fortalecido pelas vinculações sociais, toma forma de reivindicação ou mesmo de movimentos sociais. Assim sendo, o ribeirinho em suas espacialidades assume distintas identidades e em diferentes momentos, considerando para isso a multiplicidade de dimensões sociais e culturais.

A cultura consiste no elemento basilar a promoção da r-existência, pois evoca os sentimentos de pertencimento e influi nas dinâmicas de significações do espaço. As artes dos fazeres e os conhecimentos dos ribeirinhos sobre a natureza do lugar e integração com o rio São Francisco estão referenciadas na imagem do rio-patrimônio, que é base do existir e dos sonhos, das idealizações e aspirações. Essas r-existências demarcam as territorialidades e permanecem na mediação multidimensional dos ribeirinhos e de suas relações de resistência no lugar-mundo vivido.

O apego socioterritorial, no "devagar depressa dos tempos[52]", e a r-existência nas espacialidades ribeirinha dinamizam os modos de vida e ressignificam os sentidos de ser e de estar no rio São Francisco. Mediante isso, novas significações são incorporadas, hábitos e modos de viver sem se desprender, para tanto, da dimensão simbólico-cultural que os identificam.

6.2 Um lugar estável no movimento das coisas e das águas: as práticas socioculturais

Ao serem apreendidas pelas tessituras que emergem do vivido as espacialidades ribeirinhas revelam as estruturas simbólicas, territorialidades e apego socioterritorial e, igualmente, revelam as estruturas essenciais à manutenção da vida e cuja base assenta-se na configuração territorial em que essa se realiza. Assim, as práticas socioculturais auferem relevância material e simbólica pois juntas tipificam, caracterizam e identificam as espacialidades e suas gentes.

As práticas socioculturais estão aportadas no conjunto das relações do homem com a natureza envolvente, considerando, para isso, o contexto vivido e os vínculos estabelecidos no espaço-tempo mediados pela natureza do lugar. Assim, consideramos como práticas socioculturais as formas de expressão e as celebrações que integram as espacialidades e que tendem a evidenciar os modos de interação no espaço vivido cuja o rio São Francisco é a maior referência; considera-se, também, os modos de fazer e ofícios que diversificam e identificam as comunidades, famílias, grupos e, por extensão, a própria espacialidade.

A caracterização das práticas socioculturais em dois grandes eixos converge para a compreensão de que há ampla diversificação de atributos socioculturais e, pela natureza da pesquisa, demanda a necessidade de especificações em eixos. As formas de expressões e celebrações, bem como os fazeres referenciados historicamente estão fundamentados em distintas heranças originárias dos povos indígenas, negros e das marcas do colonizador, como bem já evidenciou Chagas (2014) ao versar sobre os três agrupamentos de povos que diversificam o vale do rio São Francisco.

A paisagem das espacialidades ribeirinhas é apreendida enquanto um fenômeno vivido. É por essa compreensão que entendemos os movimentos no/com o rio, o navegar, o caminhar e o viver enquanto prática sociocultural. O rio São Francisco não é observado

[52] Em referência ao conto A Terceira Margem.

apenas como elemento externo ao ribeirinho - uma contemplação - o rio São Francisco é vivido e experienciado no cotidiano. Assim, dessa leitura, estruturam-se as manifestações de memórias vividas, das lembranças, da dimensão do imaginário, do pertencimento e, fundamentalmente, das histórias de vida que se passam e são construídas amalgamadas à espacialidade ribeirinha e ao próprio rio.

As práticas socioculturais se constituem em autenticas manifestações do espaço vivido, pois singularizam os modos de habitar e de produzir, organizar e significar este mesmo espaço. Conferem, ainda, autenticidade à cultura ribeirinha, pois, mesmo que tenha passado por processos de mudanças e ressignificação, resguarda o enraizamento e a integração do homem com o rio.

O habitar e o viver ribeirinho são práticas socioculturais. A construção das moradias, sua disposição em relação ao rio São Francisco e a organização dos quintais, os elementos de referências demarcam e identificam a comunidade, o povoado e as cidades, todos estes são elementos que estão relacionados às práticas socioculturais. O viver ribeirinho, a inserção do homem no rio, suas práticas cotidianas, os modos de ver o rio para além de um acidente geográfico, caracteriza o vivido sociocultural e que influi sobre a vida no lugar.

Caracteriza também as espacialidades socioculturais produzidas o reconhecimento das relações de alteridade, considerando os processos de diferenciação e de similitudes. A coexistência de espaços e tempos, as sobreposições dos sentidos que o rio e paisagem representa para a diversidade de povos que habitam suas margens e destas se apropriam. Esse reconhecimento é vivido nas paisagens e sentido a medida em que interferem nos processos de apego socioterritorial e na própria dinâmica do viver ribeirinho.

As formas de expressão e as celebrações que integram as espacialidades ribeirinhas e que estão representadas no mosaico de figuras, indica fortemente formas de persistência da cultural, pois os traços continuam alicerçados na influência de um modo de vida amalgamado ao rio São Francisco e as culturais locais e regionais. A persistência dos traços dessa cultura é vivida no cotidiano e, por tanto, caracterizam um conjunto de permanência manifestadas espacialmente entre as margens, os povoados, comunidades e as cidades e, ainda, permanecem como um elo entre os espaços e tempos de memórias vividas e de experiências hodiernas.

Dentre as formas de expressões e manifestações de permanências socioculturais, destacam-se, entre outras, as festividades à Bom Jesus dos Navegantes e que são

realizadas em todas as comunidades, povoados e cidades de referência dessa pesquisa (Figura 43, A, B, C e D). Observa-se que estas celebrações guardam os traços da cultura ribeirinha e de tradições transmitidas por gerações. Ao mesmo tempo, ocorre significativos processos de ressignificação com a reestruturação das referidas celebrações e a incorporação de atrações desvinculadas do lugar, a exemplo de shows e atrações regionais e nacionais. Torna-se, portanto, eventos de grande magnitude aos quais tendem a secundarizar a tradicionalidade celebrativa.

Em alguns povoados e comunidades os festejos a Bom Jesus dos Navegantes seguem as mesmas características das sedes dos municípios, e recebem grande número de visitantes, e exemplo do que ocorre em Saúde e Serrão. Em outros povoados e comunidades, a exemplo de Chinaré, Potengy, Resina e Saramém, se observa a manutenção e permanências das tradicionalidades celebrativas enquanto práticas ligadas as relações subjetivas do/com o lugar e do ribeirinho. Em tais referenciais, a centralidade está na religiosidade popular e nas práticas que definem ou caracterizam a semana festiva ou o dia da procissão que ocorre em terra e nas águas do rio São Francisco. *"Celebra-se Bom Jesus para agradecer, pagar as promessas do ano, pedir a bênção, fartura, agradecer pelo rio, pela família. Celebra-se pelo peixe, pelas águas, pelo rio São Francisco. A festa de bom Jesus é organizada pela comunidade, todos ajudam"* (Ent. 17, pescador/aposentado, 68 anos).

Muitas são as manifestações nas espacialidades ribeirinhas. Além das celebrações a Bom Jesus dos Navegantes, ocorre ampla diversificação de festas de padroeiros nos povoados e comunidades (Figura 43 F e G). Estas celebrações ou festas movimentam as localidades, integram suas populações e se caracterizam como espaços de sociabilidade dos ribeirinhos. Estes momentos e ambientes, se caracterizam pela misticidade dos lugares e pelas referências simbólicas que atribuem identidade e, por extensão, influem sobre o apego socioterritorial.

Os símbolos religiosos demarcam as espacialidades ribeirinhas, com ênfase ao catolicismo (Figuras 43 F, G, H, I, J, K e L). Cruzeiros, pedestais, imagens, fitas e pequenos templos caracterizam a paisagem e as margens do rio São Francisco. Muitos destes, resultam de gerações passadas e são preservados como verdadeiros símbolos do povo no lugar, tal como ocorre em Pixaim e Potengy, com a preservação e manutenção da pequena igreja sobre as dunas móveis da foz do rio São Francisco (Figura 43 J e K) e do cruzeiro de fronte para o rio (Figura 43 L) e que é ponto de referência para o povoado e seus habitantes, respectivamente.

Conforme observado, a religiosidade se constitui em importante elemento nas espacialidades ribeirinhas. O ribeirinho, os homens e as mulheres do rio significam seus lugares, o tornam sagrados e juntos trabalham para a conservação dos símbolos, ou de outro modo, dos geossímbolos comumente partilhados. A esse respeito, a igrejinha da comunidade Pixaim, erigida sobre as dunas, a mais elevada da comunidade, é a única estrutura de alvenaria observada na paisagem e descrita pelos entrevistados: "*de onde você chegar, você vê a igreja de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira do nosso povo. Se deixar a areai cobre, mas a comunidade se reúne, tira a areai, os homens fazem isso, as mulheres limpam*" (Ent. 15, dona de casa, aposentada, 67 anos). *Para fazer a festa é assim, todo mundo se reúne, e vem até gente de fora. Reza o terço, faz missa, tem leilão. Por traz da igreja tem o cemitério, mas a areia já cobriu. Você vê os cajueiros, ali é o cemitério*" (Ent. 16, dona de casa, aposentada, 67 anos). Pelo exposto, conjuga-se no cotidiano uma "geografia do sagrado" (ROSENDAHL, 2002, p. 08) entre simbologias religiosas, lugares de devoção, orações, e lugares mítico que são importantes no contexto das relações materiais e simbólicas das espacialidades.

Associadas às celebrações, ocorre em algumas cidades e povoados as corridas de canoas (Figura 43 E), conforme descrito em entrevista no povoado Serrão: "*A principal festa é a de bom jesus aqui na comunidade, é em fevereiro. Tem corrida de canoa, que é uma tradição. E a procissão é sempre em um domingo à tarde. Vem gente de fora, gente de longe. O que atrai o pessoal é as bandas de música famosas" (*Ent. 8, aposentado, 53 anos).

Essa expressão, embora guarde traços da cultura ribeirinha, transmitidas ao longo do tempo, passou por ressignificações e atualmente é praticada por ampla diversidade de pessoas e grupos originários de outros municípios e que são atraídos pelas premiações e festejos. Ainda assim, esse é um momento em que também ocorre a exposição de embarcações típico-tradicionais e dos modos de fazer associados à carpintaria naval. Socializa-se saberes, fazeres e histórias vinculadas às memórias vividas, mesmo que sofram sobreposições em relação à competição.

Figura 43: Mosaico de celebrações e expressões socioculturais nas espacialdiades ribiernhas do baixo São Francisoc – AL/SE

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.
Fotos: Cícero Bezerra da Silva.

Se constituem em práticas socioculturais os modos de faze e os saberes ribeirinhos. Estes, por sua vez, são basilares à manutenção da vida e as existências nas espacialidades. Mesmo com as significativas alterações sobre o rio São Francisco e suas espacialidades, saberes e fazes permanecem fortes e caracterizam o viver e o habitar nas águas e em terra. Materialmente, os modos de fazer podem ser definidos pelas práticas associadas ao uso e manuseio dos recursos da natureza para a sobrevivência e manutenção do núcleo familiar e da comunidade e que resultam da transmissão de conhecimentos (saberes) transmitidas ao longo do tempo por gerações.

Os modos de fazer, assim como anteriormente foi observado com as expressões e celebrações, foram e ainda são submetidas a processos de significação, adaptações e acomodações segundo o contexto temporal. Os traços, para tanto, são fortes e possuem vinculação identitária individual e coletiva.

As práticas associadas a criação de ovelhas (Figura 44 A) e de pequenos rebanhos bovinos (Figura 44 D) ocorre em comunidades de modo coletivo pelos membros locais e em pequenas propriedades e, no caso deste último, contrasta com grandes fazendas e com a monocultura canavieira. O manejo é realizado pelos grupos familiares e, no caso dos pequenos rebanhos bovinos, observa-se o sistema de rotatividade entre a agricultura familiar no período chuvoso (entre os meses de maio setembro) e a criação de animais no período de estiagem (entre outubro e março/abril). Essas características são relatadas e observadas nas localidades inseridas no recorte territorial do município de Igreja Nova o qual está inserido na área de transição entre a paisagem costeira e de agreste seco, fatores esses que desempenham significativa influência nos modos de uso da terra, tanto para a agricultura quanto para a pecuária.

O modelo descrito já foi observado e relatado por Monteiro (2013), ao debruçar-se sobre os quadros naturais e agrário do baixo rio São Francisco e, ainda, por Andrade (1979) ao versar sobre os rios do açúcar em Alagoas e sobre a pecuária e o povoamento do agreste.

A rizicultura é um traço sociocultural marcante nas espacialidades do baixo São Francisco, seja pela produção atual, restrita a alguns municípios, seja pelas memórias oriundas da atividade tradicional. A paisagem ribeirinha é “pontilhada” pela produção do arroz (Figura 44, C), com especial destaque para Boacica, Sanata do São Francisco, Ilha das Flores e Serrão. Ainda assim, em todas as localidades de referência faz-se menção a esta cultura, a sua decadência e as relações estabelecida entre esta e as águas do rio São Francisco.

Dos gêneros agrícolas, nas terras secas e encostas de agreste, há no âmbito das comunidades a produção de milho, feijão, abóbora, mandioca e batata doce. A pequena agricultura, conforme já evidenciamos, ocorre em associação com a pecuária (figura 44, B e C e D). Nos lotes de arroz também acontece o mesmo modelo de produção, aproveitando-se da pastagem nas áreas mais úmidas. São, portanto, terras tradicionalmente ocupadas pelos ribeirinhos e que tem seus modos de vida dinamizados entre atividades agrícolas e a pesca, dando sustentabilidade ao núcleo familiar.

De significativa importância, tanto econômica quando simbólica, a pesca é a atividade de maior referência para os ribeirinhos nas suas espacialidades (Figura 44, E, F, G, H, I, J, K e L). Constroem-se os territórios da pesca, os lugares de referência ou, de outro modo, "os setores" de maior ocorrência do pescado. Essa prática sociocultural foi condição da existência ribeirinha e dos sentidos que os fazem ser ribeirinhos. A pesca é um fazer e um saber, é a inserção do homem no rio e deste naquele. Estando no rio, no barco ou na margem esquerda ou direita, o ribeirinho insere-se na "terceira margem", insere-se em sua realidade geográfica, tal como preconiza Dardel, que é profunda e densa, pois o rio São Francisco o insere no mundo. Esse mundo é papável e imaginário, pois a pesca conduz ainda muito fortemente as necessidades básicas da família e instiga contos, músicas, histórias diversas – as histórias de pescador -, que se integram a uma realidade vivida, a própria geograficidade ribeirinha.

"A pescaria, mesmo com todas as dificuldades, ainda é a principal atividade da nossa comunidade. Quando o rio tá bom, quando dar peixe, a feira de Piaçabuçu é boa. Quando dar peixe, vem gente para a comunidade. Quando não dar peixe, a feira é fraca" (Ent. 22, pescador/aposentado, 62 anos). "Aqui o forte mesmo é a pesca e o arroz. O arroz diminuiu, mas a pesca é de onde se tira o sustento da família" (Ent. 23, dona de casa, aposentada, 67 anos).

As pescarias são realizadas no decurso do dia e no período noturno. Pesca homem, mulher, jovem, de acordo com as demandas da família e com o contexto da comunidade, do povoado ou da cidade. Nas sedes municipais, poucas foram as mansões das mulheres pescadoras. Nos povoados e comunidades, estas, por vez, desempenham o mesmo ofício que os homens e, ainda, destacam-se pela coleta de mariscos, e exemplo do que acontece em Saramém e Resina. As pescarias e coleta de mariscos são realizadas de modo individual (Figura 44, E) ou coletivo (Figura 44, F). Fundamenta a manutenção da família pelo consumo e pela venda que acontece, sobretudo, nas próprias comunidades (Figura 44 I, J, K e L).

Há uma diversidade de instrumentos para o desenvolvimento da atividade ou de suporte, dentre os quais destacam-se as embarcações (Figura 44 E), redes de pesca, anzóis (Figura 44, K e K), caixotes e caixas para armazenamento do pescado (Figuras 44, G, I, J, K e L).

Destacamos que as dificuldades para o desenvolvimento da pesca tradicional são recorrentemente relatadas pelos ribeirinhos que tem observado a elevação dos níveis de salinidade das águas do rio São Francisco. Assim, tem sido necessário a realização de percursos cada vez maiores objetivando o desenvolvimento da pesca, o que eleva custos, tempo e ainda mais habilidade para definir os locais ideais para captura do pescado. Além disso, são relatados o desaparecimento de espécies de peixes tradicionalmente pescados nas proximidades da comunidade e, inversamente, o surgimento de espécies exóticas, sobretudo aqueles oriundos da água salgada.

Ao longo do tempo às alterações nos níveis de vazão do rio São Francisco, considerando a presença das grandes barragens, tem influenciado na organização e desenvolvimento da atividade pesqueira, fator esse que demandou adaptações das populações a esta realidade, principalmente no que diz respeito aos apetrechos de pesca e embarcações. Isso posto, ouve impacto ainda sobre o ofício da carpintaria naval, ajuste das comunidades em relação ao rio São Francisco e reprodução de espécies.

Figura 44: Mosaico de práticas socioculturais e dos fazeres nas espacialdiades ribiernhas do baixo rio São Francisco – AL/SE

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.
Fotos: Cícero Bezerra da Silva.

Nas espacialdiades ribeirinhas, as práticas socioculturais estão assentadas, ainda, nos fazeres associados às atividades artesanais, na arquitetura vernacular fluvial e praieiria, na produção de generos alimentícios (culinária) e no processamento do coco para a produção de óleos e derivados, conforme apresentado no mosaico de figuras (Figura 44).

As práticas com o artesanto é marcante. O manuseio do barro - argila -, as praticas com a palha de coqueiro e espécies de palmeiras, em especial o oricuri, bem como da taboa, são importantes práticas socioculturais. Os ensinamento estão fundamentados na observação do ofício pelos mais novos, e assim é transmitido ao longo do tempo. Vasos de cerâmica (Figura 45 A e B), peças decorativas, esteiras (Figura 45 C), chapeus, vassouras, arte talhada na madeira (Figura 45 K), bordados, bonecas de pano , entre outros, caracterizam a diversidade da produção artesanal de objetos nas espacialdiades ribiernhas. Coma já referenciamos, o município de Santana do São Francisco constitui um polo de produção artesanal em cerâmica, mas essa produção, em escala inferior, é encontratrada também em diversas outras localidades, a exemplo de Brejo Grande, Piaçabuçu, Potengy, e Pixaim.

A palha de coqueiro é usada de modo intesivo nas esapcialdiades ribiernhas e se insere no contexto dos saberes e fazeres das populações e de sua relação com a natureza do lugar. A folhagem é usada no aretesanato em associação com a taboa para práticas artesanais e, ainda mais fortemente, para a cobertura de abrigos de pescadores nas margesn dos rio São Francisco e na foz com o oceano Atlântico (Figura 45, F e G). É usada, ainda, para fins de arrefecimento do movimento dunar (Figura 45 D), na cobertura de residencias (Figura 45 E e H) a exemplo do que pode ser observado nas comunidades de Pixaim, Resina e, menor nível, em Saramém.

Em associação, ressalta-se a presença de diversas estruturas de arquiteturas vernaculares , tanto nas magens do rio São Francisco quanto em ilhas fluviais e nas comunidades ribeirnhas (Figura 45 E, F, G e H). Essas estruturas são contruidas a base da folhagem de coqueiro e palmeirais, de madeira extraidas nas redondezas e do barro. Considera as caracteristicas do lugar e os conhecimentos locais sobre a natureza e que são transmitidos por gerações.

O coco é amplamente utilizado em Resina e Potegy e é matéria-prima para a produção de óleos (Figura 45 I) e doces, em especial cocadas (Figura 45 J) para a comercialização na foz do rio São Francisco e nas próprias comunidades. Esse trabalho é realizado pelas mulheres, que se identificam como pescadoras e donas de casa. O comérico, igualmente, é realizado por estas mulheres que encontram no fluxo de turismo do ambietne da foz importante fonte de renda, auxilidando direntamente na manutenção das famílias ribeirinhas.

Figura 45: Mosaico modos de fazer associados ao artesanato, arquitetura e vernacular e produção de alimentos

Fonte: Trabalho de Campo, 2022; 2023.
Fotos: Cícero Bezerra da Silva.

As práticas socioculturais estão inseridas nas esapcialidades ribeirinhas amalgamadas ao viver, ou seja, não se restringem à faces ou recortes de tempos do passado e que sobrevivem no presente. São práticas, traços ou caracteristicas que definem existências constextualizadas entre homem e rio e é por esse motivo que falamos em paisagens vividas, expereienciadas e sentidas.

A paisagem está carregada de sentidos, de signifcações e é por isso que Brunet (1992, p. 339) se refere as paisagens como "um conjunto de indícios que diz muito sobre a sociedade que a produz". Assim sendo, os apectos ou quadros da paisagem ribeirinha desvelam os quadros da vida, os modos de organização, os singficados impressos, os modos de apropriação e de reprodução da vida. Ocorre, mediante isso, a produção de uma paisagem que, em sua essencia, é cultural e está para alem dos padões circuscritos a uma ou outra comunidade ou povoado. O rio São Francisco é uma paisagem cultura, um extensão da vida ribeirinha que se integra, que é uno com o homem e é multiplo nos signicados. "A conjugação do homem com a natureza" (ALMEIDA, 2018, p. 160), definindo-o como paisagem, o rio São Francisco é a expressão maior da cultura nas espacialdiades ribeirinhas.

A produção das espacialdiades pelas vivênicas, pelas significações e pelas atividades garantidoras da existência e manutenção da familia e da comunidade são postas como práticas sociouculturais. Estas mesmas práticas refletem os usos e aproveitamento dos recursos naturais, o conhceimento das dinâmicas da natureza, as relações historicamente estabelecidas entre comunidades, povoados e grupos diversos. A cultura e, por exentensão, as esapacialidades, passaram a ser moldadas segundo estas mesmas relações.

Mediante essa ascepção, as caracteristicas da paisagem e seus aspectos gerais atribuem forma às espacialdiades vividas, ao mundo vivido. Concordamos com Berque (2012, p. 240), ao evidenciar que quando tratamos da paisagem "de fato, o que está em causa não é somente a visão, mas todos os sentidos; enfim, não é somente o indivíduo, mas tudo aquilo pelo qual a sociedade o condiciona e o supera". Ainda para o autor a paisagem "situa o indivíduo no seio de uma cultura, dando um sentido à sua relação com o mundo (sentido que, naturalmente, nunca é extamente o mesmo para cada indivíduo) (BERQUE, 2012, p. 214). Essas caracteristicas ou, de outro modo, os sentidos materiais e simbólicas, por interferencias internas e externas, dos "de dentro" e "dos de fora" do lugar, moldam o viver, o habitar, enfim, moldam a vida ribiernha.

Os pequenos atracadouros e portos são pontos de referência para as cidades, povoados e comunidades ribeirnhas (Figura 46 A, B e C). Por vezes se caracterizam por serem as localidades de maior movimentação, de acesso e saída, ambiente de comérico, pontos de apoio, a exemplo do que se observa em Brejo Grande, Ilha das Flores, Sanata do São Francisco, Piaçabuçu e nas comunidades de Pixaim, Potengy e Resina. Estas localidades integran-se à dinâmica sociocultural dos ribiernhos e de suas espacialdiades. A paisagem desnuda essa integração pela presença marcante de pequenas embarcações e pelo translado de pessoas e mercadoria. São espaços, pois, de trocas, de entrecruzamentos e sobreposições de tempos e sentidos.

A paisagem das espacialidades ribeirinhas guarda, ainda, as estruturas dos tempos de pujança da rizicultura, caracterizada pelos armanzens que de fronte para os pequenos portos permananecem na paisagem citadina como registros de tempos vividos. Em Piaçabuçu, Ilha das Flores e Brejo Grande essas estruturas marcam a paisagem do lugar (Figura 40 D) e são observados como registros do passado no presença, simbólo da lavoura do arroz e, mais ainda, símbolo da pujaça das águas do rio São Francisco que abasteria as lagoas marginais, tornando possível o cutivo.

É o rio São Francisco o elemento mais marcante nas espacialdiades visitadas. É o rio que "define" os rítmos do dia de modo que a percepção desnuda esta referência: "*em uma paisagem, eu pintaria rio São Francisco*"; *Sim, se eu fosse fazer um desenho, desenharia o rio e os coqueiros* [...] *porque sem o rio eu não vivo*" (Ent. 5, pescador, 45 anos); *o rio São Francisco, era o que iria desenhar. Você já imaginou a comunidade sem o rio?*, *não tem como, não é*?". *Se alguem fosse pintar um quadro aqui, eu madaria pintar esse rio*" (Ent. 4, pescador, 42 anos).

O viver ribeirinho se entrecruza com a diversidade paisagistica nas espacialdiades. Ocorre a coexistencias de aspectos associados à cultura tradicional ribeirinha e as inseções associadas aos processsos produtivos e de cunho "modernizador". Esse é o espaço vivido dos ribiernho: diverso, pelas estruturas construidas, pela modelagem de novas paisagens e expanssão das malhas urbanas, caracterizada por praças, equipamenrtos públicos e privados, entre outros (Figuras 46 D, E, F, J) e, igualmente, singular, pelos aspectos caracteristicos do lugar e do viver ribeirinho, observado na contrução dos pequenos portos e atracadoutors, no ajuste das comunidades junto ao rio e à dinâmica das águas, na forma de aproveitamento dos recursos da natureza e nos modos culturais de apropriação (Figura 46 G, H, I, K, L).

Figura 46: Diversidade paisagística nas espacialidades do viver ribeirinho

Fonte: Trabalho de Campo (2022; 2023).

Fotos: Cícero Bezerra da Silva

“As paisagens atuais podem ser entendidas como feições ou formas de estruturação de um território que vem sendo construído um sobre o outro e que a muito tempo estiveram presentes nesse espaço” (SOUZA, 2013, p. 26). É nesse contexto que a paisagem das espacialidades ribeirinhas evidencia aspectos importantes de feições e formas de outrem e os aspectos socioculturais constituem essas coexistências de tempos pelas formas, símbolos e pelos distintos processos de apropriação do espaço.

Essa leitura das práticas socioculturais pela mediação da paisagem se faz necessária pela compreensão de que estas são, pois, testemunhas e guardam heranças de práticas e de significados. Tal fato nos encaminha à compreensão de que a paisagem em seus aspectos, e as alterações observadas, não são apenas de cunho econômico relacionados aos ajustes produtivos e de base fisiográfica, mas dimensionam-se segundo os horizontes dos modos de vida e que influem sobre os aspectos do apego socioterritorial e das racionalidades econômica, cultural e ambiental ribeirinha.

Destarte, o mosaico apresentado na Figura 45 - diversidade paisagística nas espacialidades do viver ribeirinho, insere-se, do mesmo modo, nas suas relações de territorialidade, pois desvelam seus modos de agir e de produzir os espaços enquanto prática sociocultural ou mesmo incorporando o espaço produzido pelo “outro” nas dinâmicas do cotidiano, seja consciente ou inconscientemente.

Pelas novas inserções nas espacialidades, ocorre o encontro com o “outro” e com o mundo de alhures. É o encontro e o confronto entre o lugar e o global, inserindo-nos no entendimento de que “cada lugar é, a sua maneira, local e global”, e a paisagem ribeirinha nos revela isso.

6.3 Eu fiquei aqui, de resto: as permanências como expressão da existência

Entre constâncias e fluidez os ribienhos permancem e existem nas espacialidades do baixo rio São Francisco. Assim, recorremos ao conjunto de reflexões desenvolvidas na primeira parte da nossa tese para afirmar a existências de espacialidades que não são regidas apenas ou tão somente pela lógica mercadológica do capital e que estão organizadas pela multidimensionalidade do espaço vivido. Os ribeirinhos - as gentes do rio - permanecem, e se permanecem é porque são fortes e resistem como condição de Ser e dos modos de vida como testemunhos dos vínculos afetivos e identitários. Esses vínculos são traduzidos por saberes, fazeres e estruturas simbólicas e não simbólicas dimensionadas no campo do vivido como sendo o espaço da reprodução da vida e das permanências socioculturais.

As urdiduras ou tramas do vivido atribuem autenticidade as permanências, e as espacialidades de referência se constituem no palco produzido, reproduzido e significado no espaço e no tempo, sem que sejam apartados ou anulados de suas raízes. Reafirma-se, portante, que as permanências, para além das marcas e rugosidades do passado, ocorrem porque reconfiguram-se, porque são resistentes e possuem raízes fortes. E se são resistentes, é porque possuem autenticidade no vivido e são traduzidas como modos de ser e de viver operantes entre conhecimentos compartilhados e produção dos significados.

As permanências estruturam-se segundo os vínculos de apego socioterritorial e são percebidas pelo tempo de vivência nas esapcialdiade, nas relações sociais estabelecidas, na busca pela manutenção das condições básicas de sobrevivência e, muito fortemente, na valoração junto ao rio São Francisco que por sua vez é percebido enquanto elmento patrimonial pelos ribieirnhos. Constroem-se significados e estabelesse-se vinculações as quais atuam na manutenção das permanências.

Mesmo não habitando nos povoados ou comunidades rurais, e desenvolvendo a vida nas sedes dos municípios, observa-se a persistência do apego socioterritorial e a manutenção das vinculações identitároas. As referências ao rio, aos povoados e comunidades, as lembranças das várzeas ocupadas pela cultura do arroz e a prática da pesca junto aos grupos familiares e amigos, bem como as brincadeiras no rio São Francisco ou nos canais marginais, exteriorizam as permanências ribieirnhas.

Destarte, tem-se um processo de requalificação do próprio ribieirnho, dos sentidos que o fazem ser ribeirnho, beradeiro, gente do São Francisco. A saída dos povoados para as cidades não os desvinculam da sua realidade geografica *a priori* vivida, pois, como

bem é evidenciado por Marandola Junior (2012, p. 229), “o tempo é vivido como memória, e por isso mémória e identidade adensam o lugar”.

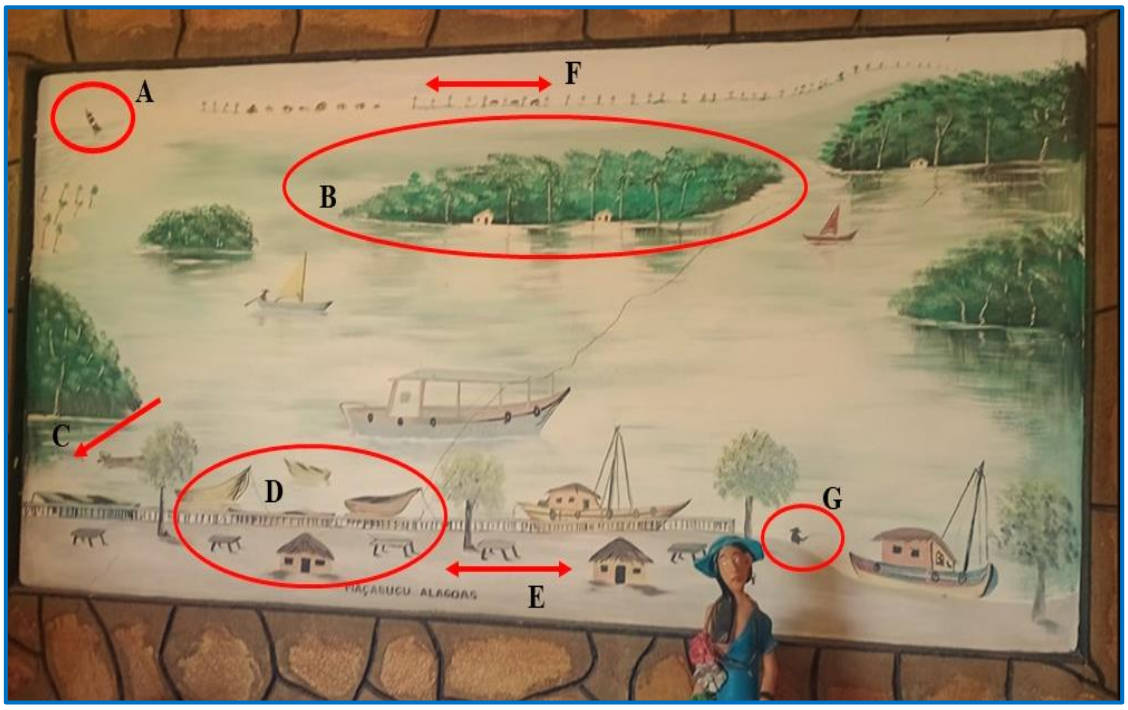
Referenciamos, mediante o exposto, os lugares do trabalho, de lazer, as várzeas e nas quais ecoavam junto ao rio São Francisco as cantorias no trabalho com a lavoura do arroz. Para estes ribeirinhos, são as experiências vividas as responsáveis pela requalificação destes junto ao rio e que o tornam agentes pertencentes às espacialidades.

Ocorre, portanto, a presença de um sentido profundo de existência sociocultural, revelando a manutenção dos sentidos de lugar e sem dissociar-se das tessituras contemporâneas que definem o ser-no-mundo e o ser ribeirinho em sua atualidade presente. Assim sendo, não é a ideia do lugar em si que buscamos evidenciar com essa apreensão, mas muito mais as relações de ligação e apego (no sentido de topofilia discutido por Tuan (2012)) que tendem a permanecer nas espacialidades.

Seja pelo contato direto no cotidiano ou por representações, o rio São Francisco está incorporado à vida e a dinâmica cultural nas espacialidades. Essas representações ou imagens retratam cenários vividos e da atualidade, resgatam o trabalho tradicionalmente realizados entre as margens e ilhas fluviais e, ainda, os ofícios da cultura local e os elementos de referência, sejam materiais ou oriundos das relações míticas e simbólicas.

A figura 47 registra uma pintura na fachada de residência na cidade de Piaçabuçu, desvela, ainda, os elementos de referência para a espacialidade, considerando os modos de vida tradicionais e as referências socioculturais observadas, entre outros elementos, na representação do Foral do antigo povoado Cabeço (A) – com suas relações identitário-territoriais -, a Ilha da Criminosa (B) – relações míticas -, o canal de acesso ao povoado Potengy (C) - referência espacial-, as embarcações tradicionais e arquitetura vernacular (D) – o espaço vivido e o modo de vida -, as relações estabelecidas entre as duas margens do rio (E e F) – demostrando o contínuo espacial e territorialidades integradas e a pesca (G) enquanto referência aos sentidos de ser ribeirinho.

Figura 47: “O Rio na Parede”: pintura na fachada de residência em Piaçabuçu



Fonte: Trabalho de Campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Estas mesmas imagens demostram que o rio está onde o ribeirinho está em função dos aportes simbólicos e subjetivos e que os movimentos de migração relacionados ao lugar de habitação não são traduzidos em rompimentos com o apego socioterritorial e sua consequente permanência. Ocorre, portanto, constância das permanências no fluir das águas e no movimento dos povos ribeirinhos.

Os processos migratórios, para além dos indicadores estatísticos, revelam as faces sociais dos lugares de partida e chegada, de repulso e atração e estão imbuídos de significações, pois o indivíduo que migra leva consigo uma carga de experiências que conforma a sua própria realidade geográfica, estando ligada a importantes aspectos associados a problemática social. Leva consigo, portanto, um modo ser e de existir, modos particulares de significar os espaços aos quais não apenas habita, mas, muito mais, os significam. Estes espaços-lugares, produzidos e significados tendem a permanecer na memória e resguardam o apego à terra, ao rio, à comunidade, à cidade. Resguardam, portanto, um apego socioterritorial, uma identidade segundo a própria realidade produzida historicamente.

Os laços de proximidade, parentesco e vizinhança projetam as territorialidades nas espacialidades do baixo rio São Francisco e atuam como base de sustentação às práticas socioculturais atuando na manutenção de normas de convivência ou, como preferimos

dizer, estabelecendo relações de convivialidade por intermédio de relações sociais, políticas e simbólicas. Mesmo após a decadência da rizicultura, atividade caracterizada pelo trabalho coletivo, seja remunerado, por arrendamento ou realizado pelo núcleo familiar, é possível observar nas espacialidades a existência de práticas que nutrem as relações de proximidade e a manutenção do trabalho coletivo, seja pela vinculação do grupo familiar ou pela integração entre vizinhos e membros da mesma comunidade e povoados.

Esses laços, expressos pelas relações sociais, políticas e simbólicas, se mantêm e são visíveis e relatados tanto nas espacialidades vinculadas ao espaço rural quando à realidade urbana. O espaço vivido, assim, dinamiza-se pelas vinculações interpessoais e pela necessidade de fazeres coletivos envolvendo troca de experiencias, técnicas, instrumentos e, muito fortemente, a força de trabalho nas águas e em terra (Figura 48). Mediante o exposto não é possível falar de um rompimento total mediante generalizações das dimensões do espaço vivido nas espacialidades ribeirinhas, pois estas vinculações e laços conjugam e dinamizam as vivências e práticas que destas emanam.

Figura 48: “Voltando do Rio” - pescadores da comunidade Resina em fazeres coletivo

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.
Foto: Maria Augusta Mundim Vargas.

Milton Santos (2005), lembra-nos que “o território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são formuladas ou reformuladas localmente” (SANTOS, 2005, p. 257) enquanto um acontecer homólogo e solidário. Esse acontecer solidário, no cotidiano, realiza-se “sob trocas materiais e espirituais pelo fato e

o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence" (SANTOS, 2002, p. 10). As relações de correspondência e solidariedade nas espacialidades ribeirinhas inserem-se nas dimensões de solicitude, empréstimos, partilha de instrumentos tais como redes de pescaria, motores de embarcação, empréstimo de canoas, e técnicas de trabalho, socialização, trocas de saberes, fazeres, realização de travessias entre uma margem e outra e entre povoados e comunidades, entrega de encomendas por via fluvial e, até mesmo, em partilhas do pescado, dos mariscos, das pequenas roças, enfim, partilha dos modos de existência nas espacialidades.

O mosaico de fotografias a seguir (Figura 49) retrata algumas das expressões do cotidiano e das existências nas espacialidades do baixo rio São Francisco. Neste, buscamos evidenciar as formas sociais pelas quais os ribeirinhos significam e permanecem nas espacialidades, considerando as especificidades do lugar e os modos de vida culturalmente desenvolvidos. A lavagem de roupas realizadas junto aos membros da mesma comunidade (A), o uso coletivo de embarcações típicas do lugar (B e C), bem como a produção do artesanato (D e E), são apreendidas como práticas relacionadas às vivências ribeirinhas e, para além disso, refletem estruturas socioculturais de permanências de um acontecer solidário e com estruturas que se desdobram em trocas e manutenção dos laços de proximidade. Além disso, esses elementos conjugam a paisagem cultural do lugar pela intrínseca relação com a natureza ribeirinha.

No mosaico, a lavagem de roupas ocorre tanto no rio São Francisco quanto em cacimbas (poços) nas comunidades. Essas cacimbas, a exemplo do que acontece na comunidade Pixaim (A), são cavadas coletivamente pela comunidade. As mulheres, em geral, lavam as roupas, abastecem as residências e realizam a manutenção das cacimbas escavadas sobre as dunas.

Os laços de proximidade entre ribeirinhos permanecem forte, e é relatado e observado, entre outros aspectos, no uso coletivo das canoas (B e C) nas comunidades, povoados e até nas sedes dos municípios, como bem observado em Ilha das Fores e Brejo Grande, respectivamente. Leva-se o parente, o compadre, a comadre até a outra margem, leva-se o menino para o povoado no qual está situada a escola; as mesmas fotografias atem-se, ainda, às canoas como importantes instrumentos de trabalho, principalmente por considerar o transporte de mercadorias entre povoados, comunidades e cidades.

Em Santana do São Francisco, a produção do artesanato é uma das faces do cotidiano em todo o território municipal e, na cidade, se observa a articulação da produção no contexto dos núcleos familiares (D e E), fator característico da paisagem citadina.

Expõe-se em janelas e fachadas das casas ampla diversidade de produtos artesanais à base da argila, ao tempo que este cenário coexiste com cerâmicas e olarias em nível industrial. Tais atividade, de modo geral, estão consubstanciadas entre modos de permanências e materialização das relações socais que permite ao ribeirinho do São Francisco a manutenção das ne necessidades básicas da sobrevivência.

Figura 49: Expressões do cotidiano e das existências nas espacialidades ribeirinhas

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.
Foto: Cícero Bezerra da Silva.

Por extensão, em relação ao exposto, e ao versar sobre as forças dos laços de proximidade, Menezes (2009, p. 237), lembra que “as formas de reciprocidade se apresentam como vínculos socioculturais e estão vivos no seio das relações econômicas, mais precisamente, nesses intercâmbios existentes na contemporaneidade”. Mesmo que a autora não faça referência às espacialidades ribeirinhas, as formas de reciprocidade evidenciadas fazem parte da realidade sociocultural no espaço vivido do ribeirinho, em suas relações básicas de sobrevivência e, conforme exposto anteriormente, expressam-se ainda em partilhas simbólicas.

As partilhas simbólicas, mesmo sendo difíceis de apreensão, são reveladas na complementariedade de contação de histórias e de mitos do lugar: “*a mãe d’água, né compadre* [...], *o povo conta que vê tomando banho a noite, o compadre sabe, mas eu nunca vi*” (Ent. 4, pescador, 42 anos). Apreende-se partilhas simbólicas, ainda, no sentido da organização coletiva das comunidades, no zelo pelo lugar (Figura 50), na manutenção e construção partilhada dos pequenos atracadouros, no cavar dos poços em datas específicas que abastecem as comunidades, na manutenção da igreja e festejos religiosos e na construção de cercas comuns e, ainda mais, na partilha e disseminação de valores.

Figura 50: Partilha de valores na comunidade Resina, em Brejo Grande/SE

Fonte: Trabalho de Campo, 2023.
Fotos: Maria Augusta Mundim Vargas e Cícero Bezerra da Silva.

Ocorre, ainda, o sentimento de solidariedade o qual está vinculado as redes de amizade afeiçoadas culturalmente nas espacialidades, de modo que “*se um não tem, o*

outro tem e ajuda e assim vai vivendo, na beirada do rio não se passa fome" (Ent. Em Resina). Daí ratificamos a compreensão de que "o vigor do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos" (BONNEMAISON & CAMBREZY, 1997, p. 10). Há a manutenção de valores perpassados por gerações, vinculados ao processo histórico de enraizamento das comunidades, que são bem mais visíveis nas espacialidades dos povoados e comunidades, em particular, em Pixaim, Potengy, Resina e Chinaré.

As permanências socioculturais associadas ao espírito de partilha e de solidariedade e aos laços de proximidade são expressas em um contexto sociocultural, econômico, ambiental e político complexo, pois envolvem, inevitavelmente, as relações de alteridade vinculadas às práticas de racionalidades econômicas alheadas ao universo vivido. Mediante isso, ocorre, inversamente, os processos de (re)conhecimento e de afirmação identitárias e enquanto grupos, assim como das existências socioculturais.

Nas espacialidades vividas pelas ribeirinhas as práticas socioculturais associadas aos laços de proximidade são apreendidas no cotidiano e na organização destes enquanto condição de manutenção das existências espaciais. Essas práticas ou, como ressaltado por De Certou (1994, p. 51) essas "maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural". Estas práticas inserem-se na multidimensionalidade das espacialidades, pois envolvem, conforme ressaltado, trabalho, ofícios, lazer e até mesmo a partilha de aspectos míticos e subjetivos.

O quadro a seguir (Quadro 9) apresenta uma síntese das práticas que se fundamentam nas relações de proximidade, parentesco e amizade nas espacialidades ribeirinhas e direcionam os sentidos das permanências.

Quadro 9: Práticas e relações de proximidade, parentesco e amizade nas espacialidades ribeirinhas

Práticas - Ações	Características	Sujeitos / Laços	Espacialidades (comunidades)
Pesca	Realizada individual e coletivamente. No período noturno há maior interação entre os envolvidos	Homens - vizinhos - compadres, amigos (membros da mesma comunidade)	Chinaré / Resina / Saramém / Saúde / Pixaim / Potengy / Piaçabuçu / Brejo Grande / Ilha das Flores / Santana do São Francisco
Agricultura	Pequenas roças e rizicultura	Homens - vizinhos - compadres, amigos (membros/habitantes da mesma comunidade)	Chinaré / Boacica / Serrão / Ilha das Flores / Resina
Ovinocultura	Criação de ovelhas no contexto da comunidade - coletividade	Homens / Mulheres – (membros/habitantes da mesma comunidade)	Pixaim
Lavagem de roupas	Lavagem de roupas em polos ou no rio São Francisco e afluentes	Mulheres - vizinhas – (membros/habitantes da mesma comunidade)	Brejo Grande / Ilha das Flores / Pixaim / Potengy
Artesanato	Produção artesanal diversa	Homens / Mulheres – grupo familiar	Santana do São Francisco
Organização da comunidade	Organização, construção e manutenção de cercas, limpeza, entre outros.	Homens /Mulheres – (membros/habitantes da mesma comunidade) vizinhos – compadres – grupo familiar	Resina / Pixaim / Potengy
Festejos tradicionais específicos	Festas de padroeiros nos povoados, organização e manutenção de igrejas.	Mulheres / Homens – (membros/habitantes) da mesma comunidade – comadres.	Pixaim / Potengy
Travessias	Partilha de trajetos entre povoados e comunidades, considerando os laços de amizade e parentesco.	Homens / Mulheres – (membros/habitantes da mesma comunidade) – comadres.	Chinaré/Potengy/Resina/ Pixaim/ Saramém
Comércio	Comercialização do pescado nas comunidades e nas cidades	Homens / Mulheres – (membros/habitantes da mesma comunidade) - vizinhos – compadres - grupo familiar	Resina / Potengy / Piaçabuçu
Partilha de instrumentos de trabalho	Empréstimo de redes de pesca e costura coletiva (produção) de peças para venda ou uso no local	Homens – (membros/habitantes da mesma comunidade)	Resina / Potengy

Fonte: Trabalho de campo (2022; 2023).
Organização: Cícero Bezerra da Silva.

Pelo exposto, apreende-se a amplitude de práticas e/ou ações que evolvem relações de proximidade, parentesco e amizade. Estas, em maior ou menor nível de intensidade caracterizam as vivenciais ribeirinhas. As espacialidades do baixo São Francisco, assim sendo, encontram-se revestidas dessa dimensão sociocultural que persiste e permanece enquanto prática e, fundamentalmente, enquanto existência e sentido de Ser do rio.

Permanece, ainda, outras práticas e ações que são mantidas espaço-temporalmente e que consideram a multidimensionalidade do viver no/do/com o rio São Francisco. Resgatamos aqui as relações de territorialidades e as racionalidades cultural, ambiental e econômica que destas emanam e das quais tratamos anteriormente. Estas são, pois, expressões do ser e do viver, partilhadas e traduzidas pelas relações dos homens e mulheres com o rio São Francisco.

O rio São Francisco permanece sendo para os ribeirinhos, as gentes do rio, o lugar do encontro, do lazer, o lugar do brincar (Figura 51). As águas, assim, constituem uma extensão da casa, da comunidade e da vida. Desta feita, a realidade descrita, embora severamente alterada, em algumas localidades mais do que em outras, permanece fazendo parte do cotidiano que é o próprio mundo vivido com as experiencias, a mística, os sentidos e a materialidade. Essas partilhas evidenciam modos de permanências, uma "margem" do rio que persiste, que ali está entre o visível e o invisível, entre o tangível e o intangível e, ainda mais, entre o que foi e o que permanece pelas urdiduras do Ser e do estar entre os ribeirinhos e seu encontro no/com o mundo-rio.

Figura 51: Crianças brincando nas águas do rio São Francisco em Brejo Grande/SE

Foto: Êmica cedida por Maílson Acácio dos Santos Melo (2023).

Entrementes, e considerado as permanências e rupturas socioculturais, lembramos Duarte (2006) ao expor que as permanências possuem por pano de fundo os processos espaço-temporais de rupturas, assim sendo, “uma não existe sem a outra: ruptura e permanência constituem um mesmo movimento, através do qual se opera a transformação dos processos em curso e que equivale, em última análise, ao próprio movimento da história” (DUARTE, 2006, p.02).

Identificar os movimentos e práticas de permanência das existências ribeirinhas implica, invariavelmente, na compreensão de que estas só existem pela mediação das rupturas e das mudanças. Mudanças e permanências, assim, demarcam as multidimensionalidades das espacialidades vividas. Liga-se à processos indissociáveis de resistências para a existências, de superação, de acordos e ressignificações.

“Eu fiquei aqui, de resto[53]”, e o resto não é o pouco, é o todo, é o mundo que foi moldado segundo as interferências na configuração das espacialidades do viver. É, ainda, o mundo e o viver urdido nos retalhos de experiências, de saberes partilhados, transmitidos, criados, ressignificados ou mesmo perdidos. O “resto” é o todo que insiste em permanecer e que é coexistente nas espacialidades ribeirinhas entre o “eu” e o “outro”, entre o vivido e o espaço planificado, estratificado e nivelador.

[53] Em referência ao conto “A Terceira Margem”.

7. CONCLUSÃO: “Eu permaneci, com as bagagens da vida”

Os resultados dessa tese manifestam-se nas travessias, nos caminhos e percursos no/com rio São Francisco, entre margens e nas terras adjacentes. São travessias fluviais e terrestres e, ainda mais, travessias de experiências vividas e sentidas em um desvelar de espacialidades moldadas segundo as concepções de mundo e racionalidades particulares de quem às habita e às significam.

Na tese, nossas travessias foram guiadas pela multidimensionalidade do vivido, aportando-se nos fundamentos da abordagem cultural na Geografia e sob a busca de um modo de ver mais humano e mais profundo do indivíduo e da sociedade, considerando sentimentos, pertencimento, modos de ser e de viver, partilhas, racionalidades diversas e identidades. Nas travessias, fomos norteados pela busca e encontro dos homens que cultivam o apego pelo rio São Francisco, homens que pensam e criam suas espacialidades nas práticas, nos conflitos, nos festejos e em identidades múltiplas.

Foram, portanto, travessias teóricas e empíricas, pois uma não se faz sem a profundidade e dimensionamento da outra. Por assim ser, fomos guiados pela não universalização das experiências, uma vez que a abordagem que nos fundamentou não se dedica à compreensão do humano segundo uma régua vazia de sentidos. Essa Geografia se dedica às particularidades e aos processos pelos quais o homem é culturalmente definido e define seu espaço. Esse diálogo afasta os horizontes duais - as dualidades - e aproxima-se do pensamento da fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (1996), ao considerar a importância do não nivelamento das experiências humanas segundo leis universais. Essa construção teórica é, também, o resultando de nossas travessias.

As urdiduras do vivido foram observadas nas tessituras do passado, do presente e das aspirações para o futuro, considerando, para isso, as espacialidades enquanto resultado de distintas temporalidades e que estão caracterizadas nas dinâmicas espaciais e nas práticas e sentidos no/com o rio São Francisco. As espacialidades as quais nos dedicamos guardam o passado em sua profundidade vivida no presente e se perfazem em um viver que é sociocultural em sua própria essência, não sendo estanque, inerte ou apenas uma marca do passado no presente. Mais do que marcas de tempos de outrora, identificamos permanências vividas, sentidas e experienciadas. Há, portanto, um viver típico, um viver ribeirinho aportado em racionalidades culturais, econômicas e ambientais direcionadas por e a partir do rio São Francisco.

Esse viver permanece e é forte mesmo após as significativas influências sofridas pelas inserções econômicas e culturais alheias à realidade local e, ainda mais, pelas transformações sofridas na paisagem após a construção das grandes barragens para a geração de energia ao longo de todo o seguimento natural da bacia hidrográfica.

Para alcançar os delineamentos de leitura e aprofundamento das espacialidades ribeirinhas, sem afastar-se do "chão" e do viver, enveredamos no rio São Francisco para além da fisiografia do canal natural, buscando situar os fundamentos e contextos historiográficos da ocupação das mesmas espacialidades.

Jugamos tal abordagem importante, pois insere a presente tese na amplitude dos processos de formação do espaço e do lugar dos ribeirinhos, das tramas territoriais e dos fundamentos que condicionam às territorialidades. Dessa compreensão, ressaltamos a confluência e amplitude destes processos no último perímetro do rio São Francisco. Ao tempo em que as águas confluem para o Oceano Atlântico, ali também se confluem e se consubstanciam povos, culturas, identidades, modos de ser e de viver, formas particulares de pensar o rio, de pensar a terra e, sobretudo, de sentir e viver.

Consubstancia-se nestas mesmas espacialidades práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação, mediadas pela dimensão mental, social e corpórea do percebido, do concebido e do vivido, respectivamente. Nestas, confluem-se distintas temporalidades as quais coexistem nas águas e em terra, no fluir do rio e no fluir do viver, ancoradas nas bagagens da vida e em tempos que se definem pelas experiencias e pelos modos aos quais o rio São Francisco foi/é apropriado e significado.

Mesmo que o ribeirinho do último perímetro do baixo São Francisco não tenha contato direto com as obras e/ou águas dos projetos de transposição, do Canal do Sertão de Alagoas ou com as tubulações que canalizam as águas, por exemplo, estes mesmos ribeirinhos, em suas racionalidades cultural, ambiental e econômica possuem concepções formadas em relação à estas estruturas e cultivam a compreensão de que suas vidas, mesmo que indiretamente, inserem-se nas particularidades das grandes obras estruturantes, das transformações da paisagem, da redução da vazão das águas, das secas ou das enchentes periódicas. Sabe-se, assim sendo, que o fluir das águas e o fluir da vida não se dissociam.

Se o fluir da vida não se dissocia das águas, as existências possuem dependência e os contextos sociais refletem a complexidade dessas dependências, das carências, das demandas locais ou mesmo de possíveis excessos vivenciados, sofridos e experiencias por quem permaneceu, pelos povos que, assim como as práticas, saberes e fazeres, também são, por extensão, permanências permanecem com as bagagens da vida.

Nas espacialidades, como exposto, o contato e as vivências não se dão imediatamente pelas grandes obras estruturantes. Aqui, as tessituras nas duas margens estão estruturadas pela influência direta dos perímetros irrigados, pela permanência e expansão da monocultura canavieira, pelo "abandono" das várzeas naturais em função da obviedade de consolidação das novas configurações fisiográficas e do regime fluvial e, em movimento de expansão, dos setores de turismo e lazer.

Ocorre, ainda, os avanços da especulação imobiliária, afastando o ribeirinho do viver com o rio em seu cotidiano presente e isso tem se intensificado em associação aos processos licitatórios para a construção de uma nova ponte sobre o rio São Francisco entre Neópolis (SE) e Penedo (AL), cuja objetivo é interligar as duas unidades da federação e tornar a região um polo de turismo e lazer. A construção é cobiçada, principalmente por inserir os municípios ribeirinhos nas rotas do turismo do litoral Norte de Sergipe e litoral Sul de Alagoas. A tese do "novo polo do turismo regional" densamente propagada pela política de governo das unidades da federação, nacional e local é pujante e, por extensão, já está provocando mudanças na configuração espacial em ambas as margens.

Estas atividades - turismo e lazer - têm se tornado centrais no contexto das relações socioeconômicas, muito mais nos povoados e comunidades do que nas sedes dos municípios. Junto a estes, pontilha-se em ambas as margens casas e chácaras para temporadas e veraneio pela exploração e publicidade do espelho d'água, fato que acorre, igualmente, com a chega e implantação de condomínios fechados e loteamentos residenciais.

Considerando as demandas cotidianas e o contexto das existências ribeirinhas, é crescente a inserção destes na prestação de serviços e comércio associado à atividade do turismo. A produção e comercialização de artesanato, alimentos e objetos externos a realidade local, em maior ou menor nível, tem contribuído com a manutenção de diversos núcleos familiares, inclusive com divisão de tarefas, considerado, produção, comércio e a pesca.

A realização das entrevistas sinaliza que estas mesmas atividades têm contribuído para a permanência de membros das famílias nas comunidades e povoados. Estes, buscam a complementação na pesca e, em alguns casos, na agricultura e serviços nas sedes dos municípios. Na produção e venda de doces, cocadas, óleos de coco bem como do artesanato destaca-se o papel das mulheres que ocupam centralidade no processo.

O transporte de visitantes em pequenas embarcações entre comunidades, a foz do rio São Francisco e pontos de banho - praias fluviais - é outra atividade evidenciada pelos ribeirinhos e que tem auxiliado às necessidades das famílias como alternativa a redução do pescado e da agricultura. As demandas são múltiplas e os contextos sociais se inserem na dinâmica das necessidades do cotidiano como alternativa à sobrevivência.

O viver ribeirinho, como buscamos dispor nas páginas da tese, não se dissocia da realidade presente e das novas configurações espaciais. Por isso, ao problematizar as urdiduras do vivido e a abordagem sociocultural nas espacialidades ribeirinhas do baixo São Francisco, inserimo-nos no contexto das duas margens como aporte necessário para o encontro do que definimos por "terceira margem". Uma e outra, em sua profundidade presente, em suas configurações espaciais e de espacialidade, de território e territorialidade, do existir e das existências, das formas e dos significados, se confluem e se presentificam no viver, no habitar, nos usos e nas significações do rio São Francisco. Destarte, a terceira margem não existe sem a presença das duas margens.

Isso posto, resgatamos a hipótese de tese apresenta na primeira parte da pesquisa quando consideramos que nas espacialidades ribeirinhas do baixo rio São Francisco há permanências socioculturais e que estas são traduzidas na dimensão do vivido. Sustentamos esta tese nos aportando na metáfora da "terceira margem". A terceira margem é um lugar estável dentro do movimento das coisas, dos povos, das águas e das terras do rio São Francisco, da cultura e da sociabilidade ribeirinha. A terceira margem é o viver ribeirinho em sua dimensionalidade racional, cultural, econômica e ambiental. É o ser-existência existindo e coexistindo no mundo com os outros e com o rio São Francisco

Apresentamos as evidências de sustentação da tese pela mediação das espacialidades vividas no baixo rio São Francisco, ratificando que há permanências socioculturais e que estas são fortes e estão estruturadas nos modos pelos quais o espaço é apropriado e significado. O rio, igualmente, é apropriado, significado, é portador de sentidos e inspira sentidos, saberes e fazes em um cotidiano que é sociocultural na própria essência.

Essas permanências são observadas nos modos pelos quais os ribeirinhos em seu viver e em suas espacialidades atribuem significados ao rio São Francisco e dele se apropriam; na racionalidade cultural que delineia as práticas do cotidiano tais como o navegar, a pesca, o cultivo da terra, a dinâmica das águas do rio e a maré, o avanço das águas do oceano e o recuo do rio; na racionalidade ambienta, com percepções que emanam das experiências vividas e as mudanças observadas e sentidas no decurso do tempo na paisagem, observando-se as implicações destas transformações no rio e na vida; na racionalidade econômica que em associação com a cultura e o ambiente se entrelaça na busca pelas condições básicas de sobrevivências, tomando o rio como "pai" e como elemento de sustentação da vida e do viver. Estes são elementos que permanecem fortemente nas espacialidades ribeirinhas e expõem temporalidades pelos tempos lentos e rápidos, por razões locais ou globais sem que os intervenientes globais anulem ou desvalidem o vivido.

Nas espacialidades, o apego socioterritorial ocorre por motivações relacionadas ao local de nascimento, por habitação prolongada, por integração ao contexto das relações sociais estabelecidas, por fixação geracional ou por atividade profissional, podendo ocorrer isoladas ou por associação. Estas mesmas motivações fazem referência as intensas articulações espaciais, refletindo-se em territorialidades definidores dos campos de ação, atuação e apropriação do ribeirinho, mesclando-se entre o tradicional e o moderno pelo encontro das identidades.

A terceira margem é o lugar do encontro das permanências socioculturais, das práticas que dão sustentação ao apego socioterritorial a vida no lugar. Esse apego está assentado no espaço de referência-rio mediado pelos homens – ribeirinhos/cultura - e pela natureza. Esse apego se reflete no sentimento de pertencimento individual e coletivo. Ao tempo em que ocorre subjetivamente um sentimento de pertença, ocorre, ainda, a existência de uma consciência do pertencimento, reverberando em articulações, associações, movimento, cuidados no/com o rio e com as espacialidades associadas.

A terceira margem é, ainda, o fundamento que condiciona a existência e a permanências nas espacialidades, e que se situa no espaço e no tempo na interseção entre o que foi, o que é e o que poderá, quiçá, vir a ser. É, portanto, a existência que persiste, que resiste e que, por assim ser, permanece.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial e os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.** 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.p. 158-259.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. A Transposição de Águas do São Francisco: análise crítica. **Revista USP**, São Paulo, n. 70, p. 6-13, jun./ago. 2006.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. Ateliê editorial, 2003.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos avançados**, v. 13, p. 7-59, 1999.

ALAGOAS. **Regiões de Planejamento do Estado de Alagoas**. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/mk/dataset/regioes-de-planejamento-estado-de-alagoas. Acesso em: julho de 2021.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. Avaliação da Técnica de Amostragem "Respondent-driven Sampling" na Estimação de Prevalências de Doenças Transmissíveis em Populações Organizadas em Redes Complexas. **Dissertação**. (Mestrado em Ciências na Área de Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo & ROCHA-LEÃO, Otávio Miguez de. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista De Geografia**, (84), 51–68, 2017.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Observar e Entender o Lugar Rural: trilhas metodológicas. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim, et *al*. (Orgs.). Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa. Aracaju: IFS, 2019, p. 45 – 70.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural**: um modo de ver. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

ALMEIDA, Maria Geralda. Uma Leitura Etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Ângelo. (Org.) **Espaços Culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: Edufba, 2008, p. 313-336.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, n. 2, p. 103-114, p.1-12, 2005.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia Cultural e Geógrafos Culturalista: **GEOSUL** N. 15, ano VIII, 1º semestre, 1993.

ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, O. O debate contemporâneo sobre os paradigmas In: ___. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002, p. 129-146.

ANDRADE, Manuel Correia de. O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste. 2ª ed. Recife: Sudene, 1979.p. 70 e 73.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

AZEVEDO, Erico de Lima. "A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental": de Edmund Husserl: uma apresentação. **Dissertação**. (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP, 2011.

ARAÚJO, Sérgio Silva de; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira; GOMES, Laura Jane. Conflitos Socioambientais no baixo São Francisco em Sergipe e Alagoas. In: AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira; SANTANA, Neuma Rúbia Figueiredo. (Orgs.). **Contexto Socioambiental das Águas do Rio São Francisco**. São Cristóvão/SE: Editora da UFS, 2015.

BACHELARD, Gaston. **A água e os Sonhos**. 13 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

BARROS, Juliana Neves. **O desencantamento das águas no Sertão**: crenças, descrenças emobilização social no Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

BASSAND, Michel. **Culture Et Régiions d'Europa**. Lausanne – Suíça: Tresses Polytechniques et Universitaires Romands, 1990.

BENÍTEZ, Gisela Landázuri; LEVI, Liliana López. **Entre el Arraigo y la Exclusión**: fragmentaciones sociales, yuxtaposiciones territoriales en San Gregorio Atlapulco, México.In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). Territorialidade na América Latina. Goiânia: UFG, 2009.

BEZZI, Meri Lourdes. Região como Foco de Identidade Cultural. **Geografia**, Rio Claro, v.27, p. 5-19, 2002.

BENJAMIN, Walte. O Caráter Destrutivo. In: **Revista Punkto,** 2, Porto/PT, maio 2011, p.3-4.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural**: uma ontologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

BENOIST, Jocelyn. "O Mundo Para Todos": Universalidade e Lebenswlt no último Husserl. **Revista Discurso** (29), 1998, 2009-38.

BIERNACKI, P. & WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, vol. nº 2, November. 141-163p, 1981.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BONNEMAISON, Joel. **Tanna. Les fondements géographiques d"une identité**: les Gens des lieux. Histoire et géosymboles d"une société enracinée. Paris: Orstom, 1987.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate á Fome. Cadastro Único. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br. Acesso em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. 38 programas ambientais. 2019. Disponível em: http://www.mi.gov.br/projeto-rio-sao-francisco/meio-ambiente-preservado/38-programas-ambientais. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Relatório de Impactos Ambientais doProjeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BRAGA, Luís Carlos. Apontamentos Sobre o Debate da Relação Espaço e Tempo na Pesquisa Geográfica. **Espaço em Revista**. v. 16, n. 2. set/dez. 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Comunidade Tradicional. In: UDRY, Cosolacion; EIDT, Jene Sioni. (Orgs.). **Conhecimento Tradicional**: conceito e marco legal. Brasília: Embrapa, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, 2007.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Artes Graphicas: Penedo, AL, 1909. (texto escaneado).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. 38 programas ambientais. 2019. Disponível em: http://www.mi.gov.br/projeto-rio-sao-francisco/meio-ambiente-preservado/38-programas-ambientais. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Projeto de Integração do Rio São Francisco. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco.Acesso em: 30 de nov. de 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Relatório de Impactos Ambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004

BRUNET, Roger (Org.). **Les Mots de la Geographie, Dictionnire Critique**. Paris/Montpellier: La Documentation Française/Reclus, 1992.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A Ruptura do Meio Ambiente**: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: A Geografia da Complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAPEL, Horácio. **O Nascimento da Ciência Moderna e a América**. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Maringá: Eduem, 1999.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciência em la Geografia contemporânea**. Uma introducción a la Geografia. 3 ed. Barcelona: Ed. Barcanova, 1981.

CAPEL, Horácio. **O Nascimento da Ciência Moderna e a América**. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Maringá: Eduem, 1999.

CARDOSO, Cristiane. Do Espaço Concebido ao Espaço Vivido: um estudo de caso sobre as representações espaciais e identidades na Favela da Maré, Rio de Janeiro. **Tese** (doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Departamento de Geografia: Niterói, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, 1998.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Desordeiros turbulentos e trabalhadores comportados: os casos do célebre Mandú e dos escravizados emancipados pelo Fundo de Manumissão em Penedo, 1876/1877. **Revista Crítica Histórica**, 13(26), 153–176.

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco : histórico, diagnóstico e desafios. Brasília: IPEA, 2019.

CHAGAS, Ivo das. **Eu Sou o Rio São Francisco**. Montes Claros-MG: Ed Unimontes, 2014.

CHIZZOTII, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação,** Minho, v.16, n.2, p.221-236, 2003.

CLAVAL, Paul. A "Virada Cultural" em Geografia. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; ARRAIS, Tadeu Alencar. (Orgs.). **Geografia é Paul Claval**. Goiânia : FUNAPE, 2013.

CLAVAL, Paul. **Terra dos Homens**: a geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.
CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre a Geografia Cultural. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 2009.

CLAVAL, Paul. Etnogeografias - Conclusão. **Espaço e Cultura**, UERJ-RJ. n. 7 p.69-74, jan./jun. de 1999.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **A Bacia**: principais características. Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br . Acesso em: 13 jan. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC). **Conflitos Pela Água** (2009 – 2017). Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: nov. de 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Nordeste: o drama é a seca ou a cerca? Goiania: CPT, 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: nov. de 2021.

CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da. Entre manguezais, rios e restingas: soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/SE. 2020. 157 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre a Geografia Cultural. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Edição 2009. Disponível em: http://ihgrgs.org.br/artigos/contibuicoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf. Acesso em: Ago. de 2019.

CORREA, Roberto Lobato. Tempo, Espaço e Geografia – Um Ensaio. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 285-294, jan./jun. 2019.

CORREA, Roberto Lobato. Reflexões Sobre Paradigmas, Geografia e Contemporaneidade. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 59-65, out. 2011.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural**: uma ontologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

COSGROVE, Denis. Mundos de Significados: geografia, cultura e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Geografia Cultural: uma ontologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.CRUZ, Valter do Carmo. **Itinerários Teóricos Sobre a Relação Entre Território e Identidade**. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves; ARRAIS, Tadeu Alencar (Orgs.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007.

CRUZ, Valter do carmo. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: Frederico Guilherme Bandeira Araújo; Rogério Haesbaert.. (Org**.). Identidades e Territórios: questões e Olhares Contemporâneos.** 1ed.Rio de Janeiro Rj: ACCESS, 2007, v. 1, p. 93-122.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela Outra Margem da Fronteira**: território, identidades e lutas sociais na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**: a natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1952].

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano.** Artes de Fazer. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DE PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. O Sertão das Águas: o Velho Chico e suas Gentes de Rio e beira-rio. In: LEAL, Alessandra Fonseca; BORGES, Maristela Corrêa (Orgs.). **Etonocartografia do São Francisco**: comunidades tradicionais ribeirinhas do norte de Minas Gerais. Uberlândia-MG: EDUFU, 2013.

DE PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. O Sertão é Uma Espera Enorme: a comunidade da Barra do Pacuí. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de (Orgs.). **Cerrado, Gerais, Sertão**: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios, 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DIEGUES JÚNIOR, Manoel. "A base física do Império" História da Independência do Brasil, Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace Social. Lecture Géographique des Societés**. Paris: Armand Colon, 2007.

FONTES, Luiz Carlos da Silveira. O Rio São Francisco Após as Grandes Barragens. In: LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira (Orgs.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão-SE: UFS, 2011.

FRÉMONT, Armand. **La Région, Espace Vecú.** Paris: Flammarion, 1980.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Acesso a Informações. Biblioteca. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/2020/. Acesso em: ago. de 2020.

GAMALHO, Nola Patrícia; HEIDRICH, Álvaro L. Paisagem híbrida, territorialidades múltiplas e temporalidades diversas: notas para discussão a partir da leitura da paisagem do vale do rio Três Forquilhas (RS). **Anais do 1º Colóquio Nacional do NEER**, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMÉNEZ, Gilberto. **Estudios Sobre la Cultura y las Identidades Sociales**. Jalapa, México: Intersecciones, 2016.

GIMÉNEZ, Gilberto. La cultura como identidad y la identidad como cultura. **Consejo Nacional de la Cultura y las Artes. México**, p. 5-8, 2005.

GIMÉNEZ, Gilberto. Territorio, cultura e identidades. **Globalización y regiones en México**, p. 19-33, 2000.

GODOY, Arilda S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades In: **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v.35, n.2, 1995, p.57-63.

GODOY, Arilda. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v.35, n.3, 1995 , p.20-29.

GOMES, Paulo C. C. Identidade e Exílio: fundamentos para a compreensão da cultura. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 31-42, dez. 1996.

GOMES, Paulo César da. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, Rodrigo Dutra; VITTE, Antonio Carlos. As Incertezas Científicas e a Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 51-72, jan./jun. 2017.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. O Conceito de Mundo da Vida. **Cadernos da EMARF**, Fenomenologia e Direito, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.1-150, abr./set.2012.

GURAN, Milton Roberto Monteiro. Linguagem Fotográfica e Informação. **Dissertação**. (Mestrado em comunicação). Universidade de Brasília, 1991.

HAESBAERT, Rogério. Hibridismo Cultural, "Antropofagia" Identitária e Transterritorialidade. In: BERTHE-DELOIZY, Francine; SERPA, Angelo (Orgs.). **Visões do Brasil**: estudos culturais em geografia. Salvador: EDUFBA, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Dilemas de Conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Orgs.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritrialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade : a rede "gaúcha" no Nordeste.** Rio de Janeiro:EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste.** Rio de Janeiro: EdUFF, 1997.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Imprensa do Brasil, 2006.HARVEY, David**. Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1992.

HEIDEGGER, M. **Os Problemas Fundamentais da Fenomenologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Vínculos Territoriais – discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense. Vol.19, No 39, 2017: jan./abr.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e Metodologias na Pesquisa das Geografia com Cultura e Sociedade. In: HEIDRICH, Álvaro Luíz; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino. (orgs.). **Abordagens e Práticas da Pesquisa Qualitativa em Geografia e Saberes Sobre Espaço e Cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 9-14.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Integração Socioespacial e Seus Efeitos Sobre as Territorialidades Humanas. X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais**. Universidade de São Paulo, 2005. . de. O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica. **Boletim Goiano de Geografia,** Goiânia, v.24, n.1-2, jan./dez, 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de. "A Heranca Colonial - sua desagregacao". In: HOLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilizacao Brasileira - O Brasil Monarquico. t. II, Brasil Monarquico. Vol. 1 - O processo de emancipacao. Sao Paulo: Difusao Europeia do Livro, 1962. p. 9-39.

HOLZER, Werther. A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel. **Anexos da Obra**. In: O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectivas, 2015,

HOLZER, Werther. O Conceito de Lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **Geographia**, v.5, n.10, 2003.

HOLZER, Werther. Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.

HUSSERL, Edmund. **A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental:** uma introdução à filosofia fenomenológica: de acordo com o texto de Husserliana VI . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

HUSSERL, E. **Investigações Lógicas – Investigações para a Fenomenologia e Teoria do Conhecimento**. Tradução de Pedro Alves. Editora Forense Universitária: Lisboa, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISITICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (2017; 2021). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html. Acesso em: Abril de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos do Beasil (1991; 2000; 2010; 2022).** Disponivel em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico 2022.html.

INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: http://www.iteral.al.gov.br/gpaf/assessoria-tecnica-dos-nucleos-quilombolas-e-indigenas-astnqi/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas. Aceso em: Outubro de 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Acervos e Publicações**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617. Acesso em: maio de 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Paisagem Cultural**. (On-line). Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Ministério da Cultura, 2012. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural. Acesso em: maio de 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 127, de 30 de aBrIl de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira e da outras providências. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009. Acesso em: julho de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Monitoramento. Histórico de Dados Meteorológicos**. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos. Acesso em: dez. de 2022.

KOZEL, Salete (Org.). **Mapas Mentais: diálogos e representações**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

LAPA, Andréa Brandão. O Conceito de Ciberespaço a Luz da Teoria Lefebvriana. **Série Estudos e Debates (On-line)**. N. 43, 2006.

LAROCCA, Priscila et.al. A formulação dos objetivos de pesquisa na pós-graduação em Educação: uma discussão necessária. RBPG, vol. 2, n. 3, março 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. (Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins). 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos. Primeira versão: início - fev.2006

LEFEBVRE, H. **La productión de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFF, Enrique. **Aventuras da Epistemologia Ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

LETENSKI, Irineu. Edmund Husserl e a Crise das Ciências Europeias. Dissertação. (mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Paraná, 2010.

LIBOUT, André. **Os Quatro Níveis da Pesquisa Geográfica**. São Paulo: Edusp, 1994.

LIMA, Maria de Lourdes; MARQUES, Regina Coeli Carneiro. Várzea da Marituba/ Brasil: imagens e textos tecendo memórias e narrativas. Ci. Inf. Rev., Maceió, v. 4, n. 1, p. 28-42, jan./abr. 2017.

TEIXEIRA, Luana. Vapores e Escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. **Sæculum – Revista de História**, *[S. l.]*, n. 34, p. 123–142, 2016.

MACEDO, Marcos Antonio de. Mappa topographico da Comarca do Crato provincia do Ceara indicando a possibilidade de hum canal tirado do rio de S. Francisco no lugar da villa de Boa Vista para comunicar com o rio Jagoaribe, pelo riaxo dos Porcos e o rio Salgado e figurando a planta de huma estrada para Ico, e a tapagem do Boqueirao no rio Salgado. Rio de Janeiro: Lithographia Archivo Militar, [s. d.]. 1 mapa. 33 x 24 cm.

MACEDO, Marcos Antonio de. A canalisacao do Rio S. Francisco ao Ceara. Um inedito de Marcos Antonio de Macedo. Revista da Academia Cearense. Tomo II. Fortaleza, 1897. p. 199-206.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Lugar Enquanto Circunstancialidade. In: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?.** São Paulo: Perspectivas, 2014.

MATIAS, Keidy Narelly Costa. Henri Lefebvre e a Dialética da Tríade: considerações sobre a produção social do espaço**. NORUS – Novos Rumos Sociológicos.** V. 4, n. 6 jul – dez 2016.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2020.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, Rodrigues Élvio. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, p. 33 - 51, 2007.

MASSEY, Doreen. A Mente Geográfica. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 19, n. 40, 2017: mai/ago.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, Espaço de Identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Orgs.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENEZESSILVA, Wanubya; FREITAS SILVA, Paulo Rogério de. Do território da seca à territorialização do canal do sertão em alagoas. **Geo UERJ**, n. 36 (2020): Jan/Jun.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Visível e o Invisível**. 4ª ed. (5ª reimpressão). São Paulo: Perspectiva, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MISSAGGIA, Juliana. A Noção Husserliana de Mundo da Vida (lebenswelt): em defesa de sua unidade e coerência. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 1, p. 191-208, Jan./Mar, 2018.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Depoimentos Reflexivos**: sobre a produção de um geógrafo brasileiro da segunda metade do século XX. Arapiraca-AL: EdUneal, 2013.

MORAIS, Hugo Belarmino de; RIBEIRO, Ana Maria Motta. O "Novo Caminho das Águas" da Paraíba e os Cantos de Acauã: expropriação e violência em grandes obras hídricas. **Revista Trabalho Necessário**. V.18, nº 36 – 2020.

MORIN, Edgar. **O Método – a natureza da natureza**. Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2016.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** São Paulo: EGAL, 2005.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. Entre Margens: o trabalho e a vida dos remeiros do São Francisco. In: LEAL, Alessandra Fonseca; BORGES, Maristela Corrêa (Orgs.). **Etonocartografia do São Francisco**: comunidades tradicionais ribeirinhas do norte de Minas Gerais. Uberlândia-MG: EDUFU, 2013.

OLIVEIRA, Lívia de. O Sentido de Lugar. In: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. São Paulo: Perspectivas, 2015.

OLIVEIRA, Lívia de. Ainda Sobre Percepção, Cognição e Representação em Geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Orgs.). **Elementos de Epistemologia de Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

PEDROSA, Valmir de Albuquerque; ALMEIDA, Victor de Medeiros. A Gestão do Canal do Sertão de Alagoas. In: I Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **Anais eletrônico**. A Gestão do Canal do Sertão de Alagoas. Disponível em: https://sbhsf.com.br.

PEREIRA, Danilo Celso. Paisagem como Patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira. **Dissertação**. (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, 2018.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo In: **Geo UERJ** - Ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 4-18.

PIERSOM, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco (Tomo I)**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.

PIERSOM, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco (Tomo II).** Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.

PIERSOM, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco (Tomo III)**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.

POCHE, B. La **Región comme espace de referénce identitaire**. Espaces et Societés, Paris, n.42, 1983.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter . O latifúndio genético e a r-existência indígeno-camponesa. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, p. 30-44, 2002.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Brasiliense, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENEDO. Festa de Bom Jesus dos Navegantes Completa 135 ano com procissão, missa e show. Conteúdo on-line (galeria de

fotografias). **Notícias**. Disponível em: https://penedo.al.gov.br. Acesso em: 10 agosto de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇABUÇU. Procissão Fluvial e Terrestre Encerra Festa de Bom Jesus, no Potengy. Conteúdo on-line (galeria de fotografias). **Notícias**. Disponível em: https://piacabucu.al.gov.br. Acesso em: 30 abril de 2023.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIGONATO, Valney Dias; ALMEIDA, Maria Geralda de. R-Existências dos Geraizeiros Baianos e o Front do Agro-Energia-Negócios: comunidades geraizeiras do Baixo Vale do Rio Guará, São Desidério, na mesorregião do extremo oeste da Bahia. In: SANTOS, Josefa de Lisboa; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; Santos, Laiany Rose Souza. (Orgs.). **Ajuste Espacial do Capital no Campo**: questões conceituais e r-existências. Aracaju: ArtNet Comunicação: 2019.

RAFFESTIN, Claude. Uma Concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de. (Orgs.). **Teorias e Práticas Territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, Claude. A Produção das Estruturas Territoriais e Suas Representações. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Orgs.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HELPH, Edward. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência do Lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HOLZER, Werther. Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.

ROSA, João Guimarães. "A terceira margem do rio". In: ROSA, João Guimarães **Ficção completa**: volume II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 409-413.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão**: veredas. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, Política e Religião. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Religião, Identidade e Territorialidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. O Vale e o Rio: Esboço histórico-geográfico do Baixo São Francisco, de Francisco Henrique Moreno Brandão (1905). **Revista Crítica Histórica**, 13(26), 207–223.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; SAHR, Wolf-Dietrich. Territórios - Faxinais - Espaços. A Problemática "espaço/território" na formação social brasileira. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Orgs.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTANA, Neuma Rúbia Figueiredo; ARAÚJO, Sérgio Silva de; VASCO, Anderson Nascimento do. Diversos Olhares Sobre a Foz do Rio São Francisco. In: AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira; SANTANA, Neuma Rúbia Figueiredo. (Orgs.). **Contexto Socioambiental das Águas do Rio São Francisco**. São Cristóvão/SE: Editora da UFS, 2015.

SANTOS, Elis Angela Franco Ferreira; SOUZA, Antonio Gabriel Evangelista de. Entre Permanecer e Partir: uma leitura do conto "A Terceira Margem do Rio". Cadernos do CNLF, Vol. XVI, Nº 04, t. 1 – **Anais**. XVI CNLF, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6 ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Núbia dias; BADIRU, Ajibola Isau; LOCATEL, Celso Donizete. Pelo Espaço do Homem Camponês: estratégias de reprodução social no sertão do estado de Sergipe. In: SANTOS, Josefa de Lisboa; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; SANTOS, Laiany Rose Souza. (Orgs.). **Ajuste Espacial no Campo:** questões conceituais e r-existências. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequências, 2015.

SARMENTO, João. David Harvey e a Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia Cultural:** uma ontologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia Cultural:** uma ontologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SAUER, Carl. Desenvolvimento Recente da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia Cultural:** uma ontologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**, (Textos escolhidos de Alfred Schutz, org. e introdução de Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro: Zac har Editores, 1979.

SEABRA, G. de F. **Pesquisa científica: o método em questão**. Brasília: Editora UnB, 2011.

SEREBRENICK, Salomão. A Comissão do Vale do São Francisco - Objetivos e Realizações. **Revista Brasileira de Geografia**: Rio de Janeiro, v. 47, n. 1-2, abril-junho de 1960, p. 259-278.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Apresentação. In: _____. (Org.). Identidades nas Fronteiras: território, cultura e história. São Leopoldo: Oikos, 2011.

SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Sergipe**. Alejandro Muñoz Muñoz, Fábio de Almeida Pinto e Carolina Gomes Nascimento (organizadores). Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2017.

SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento do Território**. Secretaria de Estado do Planejamento: Governo do Estado de Sergipe, 2007.

SERRES, Michel. **Atlas**. Lisboa: Editions Juliard, 1994.

SERPA, Angelo. **Por Uma Geografia dos Espaços Vividos**: Geografia e Fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Cícero Bezerra da. Entre margens, Terras e Gentes: convivialidades e identidades no Sertão do Baixo Rio São Francisco. **Dissertação**. (mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2020.

SILVEIRA, Roberison Wittgeinstein Dias da; VITTE, Antônio Carlos. A Emergência de um Novo Saber Geográfico: o retorno da ciência à filosofia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 23 (1): 37-49, abr. 2011.

SOBRINHO, José de Souza. Brejos da Barra – BA: comunidades camponesas no processo de des-envolvimento no Vale do São Francisco. **Dissertação**. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Ser, Estar, Permanecer**: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do rio São Francisco. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2013.

SOUZA, Angela Fagna. A Paisagem Sanfranciscana: nuances e cenários de ontem e de hoje. **Revista da Anpege**, v. 14, n. 23, jan./abr. 2018.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. O Território e as Estratégias de Permanência Camponesa na Comunidade Pedra Lisa no Processo de Expansão da Lavouras de Cana-de-açúcar em Quirinópolis/GO. **Tese.** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Geografia. Uberlândia-MG: UFU, 2013.

SOUZA FILHO, José Alves de. A Metamorfose Humana no Mundo da Vida: reconstruções epistemológicas da perspectiva de identidade na psicologia social crítica. **Dissertação**. (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, 2017.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

STERNBERG, Hilgard O 'Reill Y. Aspectos da sêca de 1951, no Ceará**. Revista Brasileira de Geografia**: Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, julho-setembro de 1951, p. 327-369.

SUETERGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**, 4(7), 64-68, 2009.

SUESS, Rodrigo Capelle. Geografia e Fenomenologia: uma discussão de teoria e método. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.11, n.27, set./dez. de 2017. p.149-171.

THÈRY, Hervé. O vale do São Francisco, uma região subdesenvolvida e sua valorização. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 32(8), ago. 1980, p. 1010-1027.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Capitulo 5: pesquisa qualitativa p. 116-173.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

UNESCO. Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage. World Heritage Committee, Sixteenth session (Santa Fe, United States of America, 7-14 Dec. 1992). Disponível em:http://whc.unesco.org/archive/repcom92.htm.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. O Exercício da Observação no Estudo da Paisagem: redundâncias e essencialidades. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia-MG, v. 21, n. 76. Ago/2020a, p. 98 – 115.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Os Ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser. **Revista Geograficidade**, v.10, n.1, Verão 2020b.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Vivências Culturais com o Rio São Francisco: certezas, entradas e caminhos. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim, et *al*. (Orgs.). **Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa**. Aracaju: IFS, 2019, p. 19 - 44.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Sustentabilidade Cultural e as Estratégias de Desenvolvimento do Baixo São Francisco. In: ALMEIDA, Maria Geralda; RATTS, Alecsandro J. P. (Orgs.). **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Desenvolvimento Regional em Questão**: o Baixo São Francisco revisitado. São Cristóvão-SE: UFS, 1999.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Diário de Campo e a Construção da Pesquisa: registros das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, Júlio César de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

ZAMBI, Maria Madalena. Representações Moventes: um estudo sobre Pixaim, a comunidade das dunas da foz do rio São Francisco, AL. **Tese**. (doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klass. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UNB, 1997.

APÊNDICES

Apêndice 1: Roteiro de Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

Tese de Doutorado: Pela Terceira Margem do Rio: urdiduras do vivido e permanências socioculturais no baixo São Francisco

Doutorando: Cícero Bezerra da Silva **Orientadora**: Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas

Identificação do(a) entrevistado(a): _____

Data: _____/_____/_____ **Local:** _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. QUANTO À HISTÓRIA PESSOAL NA ESPACIALIDADE RIBEIRNHA

- Há quanto tempo você mora no local?
- A família reside no local?
- Quando você e sua família vieram morar no local?
- Como é viver aqui?
- O que mais gosta da vida aqui?
- Quais as maiores dificuldades de residir aqui?
- O que você mudaria?
- Sente vontade de sair/morar em outro lugar?
- Alguém da família foi morar fora?
- Saberia falar sobre a história de formação da comunidade? Primeiros habitantes?

II. QUANTO À VIVÊNCIA NA ESPACIALIDADE RIBEIRINHA/PAISAGEM RIBEIRINHA/PERCEPÇÃO

- O que você destaca no lugar e na paisagem?
- Por que destaca esses elementos?

- Quais mudanças você tem percebido na paisagem e no lugar ao longo do tempo de residência?
- Quais fatores, em sua opinião, têm desencadeado essas mudanças?
- Qual a importância do rio na sua vida?
- E para a região, qual a importância desse rio?
- O que você faz aqui? (práticas em geral, direto ou indiretamente com o rio/realidade vivida/observação).

III. QUANTO AOS ELEMENTOS DA CULTURA, REFERÊNCIAS, IDENTIDADE E EXPERIÊNCIAS

- Existem festas, comemorações e/ou outros eventos na localidade?
- Você e sua família costumam participar?
- Esses eventos são importantes para a localidade? Por quê?
- Esses eventos são típicos da localidade?
- Em sua opinião, quais são os principais elementos ou símbolos que caracterizam essa localidade?
- Tem algo que você acredita que só existe aqui? O quê?
- E o rio: conhece histórias sobre o rio / ou lendas?
- E você, tem alguma história para contar sobre o rio São Francisco?
- Existem comunidades indígenas ou quilombolas?
- No local há grupos de música, danças ou outras práticas? Quais?
- Aqui tem alguma comida que é tradição da comunidade? Qual?
- O que esse alimento representa para vocês?

IV. SABERES E FAZERES NA ESPACIALIDADE RIBEIRINHA

- Qual a sua atividade / profissão aqui?
- Qual a principal atividade das pessoas na localidade? As pessoas vivem de quê?
- Faz alguma atividade considerada tradicional? Qual?
- Como aprendeu esse ofício?
- Qual a importância desse ofício para você e sua família?
- Faz roça/ plantação?

- O que planta?
- Qual o período (meses) do ano que realiza a plantação?
- Trabalha com pesca? O que pesca? (mais comum)
- Conhece plantas/ervas medicinais? Tem na localidade? Quais? Pode mostrar?
- Cria animais? Quais?
- Qual a importância do rio para a manutenção dessas atividades/ de sua vida/da família?
- Sobre a sua vida aqui, o que mais você gostaria de falar?
- E sobre o rio São Francisco, qual o sentimento nutre pelo rio?

V. QUANTO ÀS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

- O que mudou na localidade em sua história de vida aqui?
- Quais as consequências dessas mudanças (positivas/negativas)?
- O rio mudou?
- A vida das populações mudou?
- A organização da comunidade mudou?
- A renda mudou?
- A estrutura da família mudou?
- A estrutura da localidade mudou?
- O acesso à localidade mudou?
- O modo de cultivar/plantar mudou?
- Tem algo que não mudou?

VI. MODOS DE EXISTIR NA ESPACIALIDADE

- Quais as principais dificuldades na localidade?
- Como tem conseguido superar essas dificuldades?
- O que te faz permanecer no local?
- Sabe se na localidade ou nas proximidades há ocorrência de conflitos ou disputas?
- Participa de algum movimento social ou político?
- No rio, quais as localidades/áreas que você mais circula ou costuma visitar?
- O que te leva a estas localidades? (objetivos, práticas)

Apêndice 2: Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) senhor (a), _____.
O (a) Sr (a) está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada: "Pela Terceira Margem do Rio: urdiduras do vivido e permanências socioculturais em espacialidades ribeirinhas no Baixo Rio São Francisco", que tem por objetivo analisar as permanências socioculturais no baixo rio São Francisco – AL/SE . Os riscos com essa pesquisa são mínimos, sendo que o Sr. pode se sentir DESCONFORTÁVEL EM RESPONDER ALGUMA PERGUNTA, tem a liberdade de não responder ou de interromper a ENTREVISTA em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para seu atendimento. O Sr. tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista/coleta de dados, sem qualquer prejuízo. Está assegurada a garantia do sigilo das suas informações. O Sr. não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa o Sr. poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo estudo: **Cícero Bezerra da Silva**, que pode ser localizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe pelo e-mail: cicerogeografia016@gmail.com.

Eu, _____ acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou foi lido para mim, sobre a pesquisa: "Pela Terceira Margem do Rio: urdiduras do vivido e permanências socioculturais em espacialidades ribeirinhas no Baixo Rio São Francisco", Discuti com o pesquisador Cícero Bezerra da Silva, matriculado sob o registro 202011006740, responsável pela pesquisa, sobre minha decisão em participar do estudo. Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos, garantias de sigilo, de esclarecimentos permanentes e isenção de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____ __/__/____

Assinatura do entrevistado

Declaro que obtive, de forma apropriada e voluntária, o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido deste entrevistado para a sua participação neste estudo.

_____ __/____/____

Assinatura do responsável pelo estudo.

Contatos:

Telefone Celular: (82) 9 8170-1536.
E-mail cicerogeografia016@gmail.com

Apêndice 3: Levantamento de Teses e Dissertações Sobre o Baixo São Francisco por Área do Conhecimento produzidas nos últimos 20 anos

TÍTULO	AUTOR	ANO	TIPOLOGIA	INTITUIÇÃO
CIÊNCIAS HUMANAS				
Quando o Vazio do Rio Espelha o Vazio Existencial: uma interpretação fenomenológica dos sentidos de ser ribeirinho	Teresa Cristina Moura Vieira	2004	Dissertação	PRODEMA/UFS
Alteração da paisagem na região estuarina do rio São Francisco no período de 1987 a 2006	Alyson Santos de Jesus	2010	Tese	PPGEO/UFS
Externalidades e (in) sustentabilidade na construção das barragens no baixo São Francisco	Vandemberg Salvador de Oliveira	2011	Tese	PPGEO/UFS
O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco : território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção	Raimunda Áurea de Sousa	2013	Tese	PPGEO/UFS
Um mergulho nas águas do Velho Chico: territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos pescadores artesanais de Saramém, Brejo Grande-SE	Edilson Carneiro da Silva	2014	Dissertação	PRODEMA/UFS
O uso da cartografia como instrumento metodológico de análise da questão agrária na Bacia do São Francisco	José Hunaldo Lima	2014	Tese	PPGEO/UFS
Reconfiguração do espaço rural de Porto da Folha/SE : inovações socioprodutivas e ruralidades	José Natan Gonçalves da Silva	2016	Dissertação	PPGEO/UFS
Os meandros da política hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco : representatividade, efetividade, e formação de hidroterritórios	Avani Terezinha Gonçalves Torres	2016	Tese	PPGEO/UFS
Análise das ações de educação ambiental do projeto Águas do São Francisco em Sergipe, 2014	Crystiano Ayres Machado	2018	Tese	PPGEO/UFS
A barragem de Xingó e os impactos socioambientais no baixo São Francisco sergipano	Weslay Alves dos Santos	2019	Tese	PPGEO/UFS

Entre Margens, Terras e Gentes: convivialidades e Identidades no Baixo São Francisco.	Cícero Bezerra da Silva	2020	Dissertação	PPGEO/UFS
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES				
São Francisco: o rio pelo seu povo	Maria Aparecida da Silva Lamas	2013	Dissertação	PUC/SP
Morena Teixeira: o fio da palavra e a tessitura da vida	Jairo José Campos da Costa	2019	Tese	UEM
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA				
Impactos nos Processos Morfológicos do Baixo Curso do Rio São Francisco, Decorrentes da Construção de Barragens	Amparo de Jesus Barros Damasceno Cavalcante	2011	Dissertação	UFRJ
Monitoramento e modelagem da qualidade da água e agrotóxicos em corpos hídricos no Baixo São Francisco sergipano	Fábio Brandão Britto	2015	Tese	PRODEMA/UFS
Apropriação dos recursos naturais e conflitos socioambientais no baixo São Francisco em Sergipe e Alagoas	Sérgio Silva de Araújo	2016	Tese	PRODEMA/UFS
Dinâmica dos processos erosivos em taludes do baixo curso do Rio São Francisco : desafios para seu controle com uso de geotêxteis	Cátia dos Santos Fontes	2016	Tese	PPGEO/UFS
Estudo das regras de defluência do sistema de reservatórios no rio São Francisco e suas consequências para o atendimento às demandas da irrigação e outros usos da água	Isabela Dantas Reis Gonçalves Bastos	2019	Dissertação	UFBA
CIÊCIAS SOCIAIS APLICADAS				
Valoração ambiental da erosão marginal do perímetro irrigado Cotinguiba / Pindoba no baixo São Francisco sergipano	Aline Suzi Torres de Oliveira	2006	Dissertação	PRODEMA/UFS
Opinião pública e comunicação dos riscos socioambientais da transposição do Rio São Francisco em comunidades tradicionais de Sergipe	Michele Amorim Beckre	2016	Tese	PRODEMA/UFS
ENGENHARIAS				

Evolução do Processo Erosivo na Margem Direita do Rio São Francisco e Eficiência dos Enrocamentos no Controle da Erosão do Trecho em Estudo	Flávia Moreira Guimaraes Pessoa	2005	Dissertação	PRODEMA/UFS
A Bioengenharia como ferramenta para restauração ambiental das margens do Rio São Francisco	Lucina Godinho Nery Gomes	2005	Dissertação	PRODEMA/UFS
Evolução do processo erosivo na margem direita do rio São Francisco e eficiência dos enrocamentos no controle da erosão	Arilmara Abade Bandeira	2005	Dissertação	PRODEMA/UFS
Impacto da adoção de vazões ecológicas no baixo curso do Rio São Francisco sobre a geração hidrelétrica.	Flávia Bezerra Amorim	2009	Dissertação	UFBA
Indicadores de alteração hidrológica : o declínio das vazões no baixo Rio São Francisco	Anderson Nascimento do Vasco	2015	Tese	PRODEMA/UFS
Modelagem hidrossedimentológica da bacia hidrográfica do rio Betume, Baixo São Francisco sergipano	Ricardo Devid Castillo Salazar	2016	Dissertação	PRORH/UFS
Prospecção da crise hídrica por meio da modelagem hidrológica no rio São Francisco	Carlos Alberto Prata de Almeida	2018	Tese	PRODEMA/UFS

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; Repositório de Teses e Dissertações da UFS.
Levantamento e Organização: Cícero Bezerra da Silva.

Apêndice 3: Levantamento de Filmes, Reportagens e Documentários em Espacialidades Ribeirinhas no Baixo Rio São Francisco veiculados e produzidos nos últimos 20 anos.

Título	Ano de Postagem	Produção	Acesso
Na Veia do Rio	2001	Paladina Filmes/Canoa de Tolda	https://www.youtube.com/watch?v=VZbK1B9d6Hw.
Agradeço a Deus, a meu Pai e ao rio São Francisco	2001	Paladina Filmes/Canoa de Tolda	https://canoadetolda.org.br/acervo/videos-canoa-de-tolda/
O cabeço Acabou-se	2005	*	https://www.youtube.com/watch?v=u2TLjtgjmHI&t=786s.
Espelho d' Água: uma viagem no rio São Francisco	2004	Copacabana Filmes Petrobrás Distribuidora	https://youtu.be/sknvW7V-ztE
O Rio das Mulheres	2004	Canoa de Tolda/TV Aperipê SE/TV Cultura SP	https://canoadetolda.org.br/acervo/videos-canoa-de-tolda/
Retomando a Carreira de Propriá	2007	Canoa de Tolda	https://canoadetolda.org.br/acervo/videos-canoa-de-tolda/
De Barra a Barra	2007	Canoa de Tolda/TV Aperipê SE/TV Cultura SP	https://canoadetolda.org.br/acervo/videos-canoa-de-tolda/
A Luzitânia no Sertão	2007	Canoa de Tolda	https://canoadetolda.org.br/acervo/videos-canoa-de-tolda/
Pelas Águas do Rio São Francisco	2010	Projeto Mídia Jovem	https://youtu.be/88-6uVP_rkg
Saramen, Brejo Grande (SE), Foz do Rio São Francisco - em busca dos caminhos do Brasil	2011	Populares	https://youtu.be/6L__MlbMnY0
Arauna	2012	Canoa de Tolda	https://canoadetolda.org.br/acervo/videos-canoa-de-tolda/
Eduardo de Carlito	2012	Canoa de Tolda	https://canoadetolda.org.br/acervo/videos-canoa-de-tolda/
Seu Luiz Oliveira, da Itamar	2012	Canoa de Tolda	https://canoadetolda.org.br/acervo/videos-canoa-de-tolda/
Terra e Mar Pixaim	2016	TV Gazeta/AL	https://youtu.be/SaGhnmdgJtY
Organização Quilombola e Disputas Territoriais - Resina	2016	PEAC/UFS Petrobrás	https://youtu.be/9sBmE9QaiQU

Várzea da Marituba – riqueza adormecida	2016	TV Mar	https://youtu.be/gEXIJ8NO6r0
Entrevista Maciel Oliveira no Povoado Quilombola Resina	2017	MP/SE - FPI	https://youtu.be/wVMP609NK-s
O Homem e o Rio: Histórias de Índios e Quilombolas do Baixo São Francisco - Mesa-redonda	2018	Instituto de Estudos Avançados da USP	https://youtu.be/AzgMuZZyRb8
Sergipe Rural mostra o Platô de Neópolis	2019	CohidroSE/	https://youtu.be/CLsFiobst-Q
A Construção da UHE de Xingó	2019	Porto da Folha em Arquivo	https://youtu.be/ZdFtphEkFwE
Nova ponte do Rio São Francisco na divisa de Sergipe e Alagoas	2020	Rotas do Nordeste	https://youtu.be/xSM4YKOeGNo
O Velho Chico Vive e Resiste ! (Região do Baixo São Francisco)	2020	FIBRA Frente Internacional Brasileira	https://youtu.be/xTWPjY55ZQI
Construção de Xingó	2020	*	https://youtu.be/CkPAisZ0nyE

Levantamento e Organização: Cícero Bezerra da Silva (2020;2021;2022).